

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

WENDELL TELES DE LIMA

**A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA, O PAPEL DE MÁRIO TRAVASSOS E AS
IMPLICAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA GEOGRÁFICO NO EIXO DE
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MANAUS/ CARIBE**

CURITIBA

2015

WENDELL TELES DE LIMA

**A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA, O PAPEL DE MÁRIO TRAVASSOS E AS
IMPLICAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA GEOGRÁFICO NO EIXO DE
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MANAUS/ CARIBE**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Doutorado, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito final à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nilson César Fraga

CURITIBA

2015

L732g

Lima, Wendell Teles de

A geopolítica brasileira, o papel de Mário Travassos e as implicações na constituição do sistema geográfico no eixo de integração e desenvolvimento Manaus/Caribe/ Wendell Teles de Lima. – Curitiba, 2015.

187 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2015.

Orientador: Nilson César Fraga .

Bibliografia: p. 180-187.

1. Território. 2. Estado. 3. Amazônia. 4. Travassos, Mário. 5. Geopolítica - Caribe. I. Universidade Federal do Paraná. II.Fraga, Nilson César. III. Título.

CDD: 327.811308611



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ATA DE DEFESA DE TESE

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na sala 109, foi avaliada pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo relacionados, a Tese de Doutorado do aluno **WENDELL TELES DE LIMA** intitulada "**A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA, O PAPEL DE MÁRIO TRAVASSOS E AS IMPLICAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA GEOGRÁFICO NO EIXO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MANAUS/CARIBE**", que obteve como resultado final:

Aprovado

(RES. 65/09 CEPE Art. 69. Os examinadores avaliarão a dissertação ou a tese considerando o conteúdo, a forma, a redação, a apresentação e a defesa do trabalho, decidindo pela aprovação, ou reprovação do trabalho de conclusão do aluno.

Parágrafo único. A ata da sessão pública da defesa de dissertação ou tese indicará apenas a condição de aprovado ou reprovado.

OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:



Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga - orientador



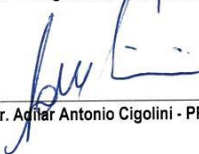
Prof. Dr. Marcia da Silva - UNICENTRO



Prof. Dr. Adilson de Almeida Silva - UNIR



Prof. Dr. Margarida de Cassia Campo - UEL/PR



Prof. Dr. Admar Antonio Cigolini - PPGGEO/UFPR

Dedico este trabalho a todos os geógrafos políticos existentes no país e ao desenvolvimento de suas pesquisas, as que já foram elaboradas e as que ainda estejam em processo de construção. Em especial a alguns pioneiros nessa empreitada como, Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro e dentre outros poucos, como também, das figuras mais contemporâneas que merecem ser louvadas, para reforçar o campo de análise e o fortalecimento da Geopolítica, como a Professora Bertha K. Becker e André Martin. Enfim, dedico toda essa constituição da tese aos pioneiros geopolíticos militares que tiveram a preocupação de pensar o país dos anos de 1920 até os anos de 1980 e ao nosso maior expoente ainda presente no desenvolvimento dos ideais geopolíticos estabelecidos no país, o General Mário Travassos.

AGRADECIMENTOS

A promoção e incitativa da pesquisa e ensino no Estado do Amazonas, sobretudo, aos pesquisadores do interior do Estado.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) por ter dado oportunidade no desenvolvimento das atividades e pesquisa por intermédio da Bolsa dos Recursos Humanos do Interior.

Ao meu orientador Prof. Dr. Nilson César Fraga, que no primeiro momento aceitou o desafio de torna-se parte constituinte dessa pesquisa e ao mesmo tempo diante de diversos auxílios de outras esferas, em função das dificuldades impostas e surgidas ao longo das idas e vindas a cidade de Curitiba.

A Universidade do Estado do Amazonas/ Centro de Estudos Superiores de Tabatinga e a Pro reitoria de Pesquisa e Extensão (Propesp), do qual cedeu o tempo necessário ao desenvolvimento de todo esse trabalho, me afastando das atividades laborais da Universidade, fato esse importante para o desenvolvimento e sucesso de qualquer pesquisa.

As pessoas que tiveram ao meu redor e que tornaram minha estada agradável na cidade de Curitiba, durante esses mais de um ano de moradia, onde foi possível o bem-estar fundamental para toda a reflexão e desenvolvimento da pesquisa. Agradeço pela paciência a todos de coração.

“[...] Segundo a ciência geográfica moderna, a unidade de um território não se deve restringir ao ponto de vista estrito da geografia física. Raros, bem raros serão os países que dispõem de unidade territorial indiscutível do ponto de vista fisiográfico. O que se faz necessário é ver até onde o território em questão permite à geografia política E, sob esse aspecto, não há como negar as excelências do território brasileiro, apesar de todos os seus caprichos, pois o mesmo dá aparência as suas contradições”.

Mário Travassos, 1935

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender os processos geopolíticos atuais que norteiam o país, com enfoque na região Amazônica e nos seus processos políticos territoriais a partir dos anos de 1990, por meio da constituição de grandes territórios que cortam o país, sobretudo, em função de seu caráter geopolítico de formação, os denominados Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs), sendo este o foco da presente pesquisa. Na constituição dessa compreensão, a pesquisa foi desenvolvida baseada na obra travassiana da concepção de sistemas geográficos. Portanto, essa pesquisa se torna de extrema importância, pois tenta compreender os processos geopolíticos no país e na Amazônia que passa a ser, uma área de manobra geopolítica diante de suas aspirações e por fazer parte da constituição do principal sistema geográfico do país, sendo fundamental a compreensão do seu funcionamento. Através da análise minuciosa sobre o assunto foi possível concluir que o projeto de projeção geopolítica do país é constituído pelos sistemas geográficos estabelecidos na teoria travassiana e os EIDs são resultados dessa perspectiva. A região mais setentrional da Amazônia está diretamente ligada as ambições do Estado brasileiro diante do processo de projeção em virtude de sua localização e ao mesmo tempo por ser um dos pontos de ligações entre vários sistemas, sendo assim, temos um processo que pode ocorrer a difusão das ações do Estado brasileiro em diferentes direções. Travassos já observava que os sistemas geográficos determinam diferentes direções, possibilitando uma multiplicidade de ações diante de vários sistemas geográficos, e que o Brasil não é formado, no entanto, a Amazônia é parte constituinte da amarradura territorial. Travassos já alertava esse fato quando analisou o Triângulo Boliviano dentro da perspectiva do sistema geográfico, demonstrando o poder de ação de sistema e ao mesmo tempo a sua influência na geopolítica do continente. Assim, abre-se um leque de possibilidades futuras para o processo de projeção do país, ultrapassando as ambições regionais. Esse projeto é hoje visualizado pela constituição dos grandes territórios instalados na Amazônia EIDs. A cidade de Manaus aparece como centro de ligação desse processo de projeção, sendo constituída pela EIDs Manaus-Caribe. Esse grande território é estratégico em função de ligar o país a dois grandes sistemas geográficos, até então, na época da análise travassiana, menos importantes economicamente, mas tendo seu valor em função das ameaças externas. O primeiro deles é o Caribenho, em virtude do primeiro momento da ação norte-americana, o que poderia levar a uma ameaça a Amazônia em função de sua aproximação e das ligações dadas pelas Bacias do Orenoco e Madalena. Outra preocupação era sistema Pacífico, que passa a ser foco de preocupação em virtude das pretensões do país de ter uma projeção internacional, portanto, esse fato que se dará via Amazônia.

Palavras-chave: Território; Estado; Amazônia; Travassos; Sistema Caribenho.

RÉSUMÉ

Cette recherche vise à comprendre les processus géopolitiques actuelles qui guident le pays, en se concentrant sur la région de l'Amazonie et de ses processus politiques territoriales dans les années 1990 par la création de vastes territoires qui traversent le pays, principalement en raison de sa formation géopolitique de caractère, la soi-disant intégration et le développement Hubs (MIE), qui est l'objet de cette recherche. En reconnaissance de cette compréhension, la recherche a été développée sur la base des travaux de conception de systèmes travassiana géographiques. Par conséquent, cette recherche devient extrêmement importante, car elle cherche à comprendre les processus géopolitiques dans le pays et de l'Amazonie qui devient une aire de manœuvre géopolitique avant leurs aspirations et de faire partie de la constitution de la majeure système géographique du pays et il est essentiel la compréhension de son fonctionnement. Grâce à une analyse détaillée sur le sujet a été conclu que la géopolitique du projet de projection de pays se compose des systèmes géographiques établies en théorie de travassiana et les maladies infectieuses émergentes sont des résultats cette perspective. La région la plus septentrionale des ambitions du gouvernement Amazonie brésilienne est directement connecté avant que le processus de conception en raison de son emplacement et en même temps comme l'un des points de connexions entre les différents systèmes, nous avons donc un processus qui peut se produire diffusion les actions de l'État brésilien dans des directions différentes. Travassos déjà noté que les systèmes géographiques déterminent des directions différentes, ce qui permet une multiplicité d'actions devant plusieurs systèmes géographiques, et que le Brésil ne est pas formé, cependant, l'Amazonie est un constituant de nouage territoriale. Travassos déjà averti que fait l'analyse de la Triangle bolivienne dans la perspective de système géographique, démontrant le système de l'action du pouvoir et en même temps son influence dans la géopolitique du continent. Par conséquent, il existe un éventail de possibilités futures pour le processus de conception du pays, dépassant les ambitions régionales. Ce projet est maintenant considéré par la constitution de vastes territoires installés dans les MIE Amazon. La ville de Manaus apparaît comme centre de liaison du processus de conception pour être constitué par le MIE Manaus-Caraïbes. Ce vaste territoire est stratégique en termes de relier le pays à deux principaux systèmes géographiques, jusque-là, au moment de l'analyse de travassiana, économiquement moins important, mais ayant sa valeur en fonction des menaces extérieures. Le premier est les Caraïbes, dans le cadre du premier moment de l'action des États-Unis, qui pourrait conduire à une menace pour l'Amazonie en raison de son approche et des obligations émises par les bassins de l'Orénoque et Magdalena. Une autre préoccupation est le système du Pacifique, qui devient sujet de préoccupation en raison du pays prétend avoir une projection internationale, de sorte que fait que se produira via Amazon.

Mots-clés: Territoire; État; Amazon; Travassos; Système Caraïbes.

LISTA DE SIGLAS

BASA - Banco da Amazônia S.A
BCA - Banco de Crédito da Amazônia
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CAF - Corporação Andina de Fomento
EID – Eixo de Integração e Desenvolvimento
EIO – Eixo de Integração
ESG - Escola Superior de Guerra
FARC - Força Revolucionaria da Colômbia
GPAs Grandes Projetos da Amazônia
IBAMA – Instituto do Meio Ambiente
IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
OEA - Organização dos Estados Americanos
ONGs - Organizações não governamentais
PEF - Pelotões Especiais da Fronteira
PCN - Projeto Calha Norte
PIN – Programa de Integração Nacional
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA - Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPA – Plano Pluri Anual
SPVEA - Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCA – Tratado de Cooperação Amazônica
VTE - Vetor Técnico Ecológico
VTI – Vetor Técnico-Industrial
USASUL - União das Nações Sul-americanas
ZEE - Zonas Econômicas Especiais
ZFM – Zona Franca de Manaus

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema de Beckeuser para a Coesão Terriotiral.....	37
Figura 2: Esquema geopolítico de Couto e Silva.....	42
Figura 3: Áreas de manobra para estratégia geopolítica brasileira na visão integrada	44
Figura 4: Triângulo boliviano concebido por Travassos.	58
Figura 5: Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs).	88
Figura 6: O Canal do Cassiquiare na Venezuela	92
Figura 7: Composição dos sistemas geográficos na área setentrional ocidental	94
Figura 8: Tendências no Território Brasileiro e Núcleo de Apoios.....	101
Figura 9: Os Eixos de Integração e Desenvolvimento na América do Sul	126
Figura 10: Eixo Amazonas.	127
Figura 11: Eixo Transoceânico.....	129
Figura 12: Eixo das Guianas.	131
Figura 13: Eixo Manaus – Caribe.	133
Figura 14: Fortalecimento do Sistema Amazônico.	135
Figura 15: Rodovias Existentes e Planejadas na Amazônia.	138
Figura 16: Áreas existentes na Amazônia.	142
Figura 17: Sistema Pacífico Brasileiro.....	144
Figura 18: Tendências Geopolíticas no Continente Americano.....	151
Figura 19: Tendências no Território Brasileiro e Núcleo de Apoios.....	152
Figura 20: Processo de Constituição do Espaço Amazônico.	159

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I	15
1.GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA	15
1.1. A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA POLÍTICA	15
1.2. A GEOPOLÍTICA COMO AÇÃO DO ESTADO	34
1.3 A GEOGRAFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA E A APLICADA HOJE.....	47
CAPÍTULO II	53
2. MARIO TRAVASSOS E A GEOPOLÍTICA DE ESTADO	53
2.1. TRAVASSOS E SUAS OBRAS SOBRE A GEOPOLÍTICA.....	53
2.2. TRAVASSOS E A GEOPOLÍTICO DE ESTADO	84
2.3. TRAVASSOS E A GEOPOLÍTICA PARA A AMAZÔNIA.....	102
CAPÍTULO III	119
3. EIXOS DE INTEGRAÇÃO VERSUS TRAVASSOS E A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA CONTEMPORÂNEA	119
3.1. OS EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (EIDs) NA AMAZÔNIA.....	119
3.2. AS “PROPOSTAS” DE TRAVASSOS PARA UMA GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA	134
3.3. ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM TRAVASSOS E OS PROJETOS NA AMAZÔNIA.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERENCIAS	180

INTRODUÇÃO

A busca e uma compreensão dos processos geopolíticos atuais do país requer, sobretudo, um olhar particular sobre a Amazônia e as novas áreas de atuação do governo brasileiro que se formam nos anos de 1990 e permanecem até o período atual na forma de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs), sendo necessário ao mesmo tempo, entender como a geopolítica, denominada por nós de moderna, iniciada nos anos de 1920 até o final e dos anos 1980, estabelece uma ligação direta nos projetos geopolíticos atuais da constituição desses grandes territórios.

A importância da compreensão dos processos geopolíticos, que regem o país e a Amazônia, é ponto fundamental para a essa compreensão. Para sermos mais exatos, as políticas territoriais estabelecidas nos anos de 1990 servem com base para entendermos esse processo e como ele está enraizado nas análises de Mário Travassos. Travassos pensou o país nos anos de 1930, dando também uma leitura sobre o continente sul-americano e ao mesmo tempo enfatizando como deveria ser a atuação do país diante das condições geográficas existentes, daí a necessidade de compreender os grandes territórios instalados e a dinâmica dos sistemas geográficos.

Na problemática dos fatos tivemos como meta, e/ou objetivo analisar a teoria travassiana e sua relação com a instalação desses grandes territórios e implicações na geopolítica atual da Amazônia, em virtude de ser a principal área geopolítica do país. Vocação esta originária em função de sua própria formação territorial e concebimento do Estado brasileiro ao longo do período histórico como zona prioritária de movimento do país em torno de um projeto geopolítico. E, como foco, a presente pesquisa demonstra que as atuações geopolíticas atuais na Amazônia, seguem o pensamento geopolítico de Mário Travassos, sobretudo a partir do fim do regime ditatorial, sendo marcante tanto no período neoliberal como do no desenvolvimentista, em suma, as teorias travassianas seguem sendo ações do Estado ao longo do período da redemocratização.

Metodologicamente se utilizou de fontes secundárias, por meio de numerosos bancos de dados e informações em importantes institutos de pesquisa no Brasil, dentre eles, o Grupo RETIS que produz amplo material de pesquisa sobre o desenvolvimento da investigação geográfica e processos informações espaciais

para subsidiar políticas públicas, com destaque para a região amazônica, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acervos das bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas, além de amplo referencial teórico sobre Geopolítica, Geografia Política e sobre Geopolítica do General Mário Travasso.

O Eixo de Integração e Desenvolvimento Manaus – Caribe representa uma nova perspectiva da importância da região como um elemento estruturador no processo geopolítico atual dentro do contexto sul-americano, sendo necessário, a uma análise particularizada de sua constituição e funcionamento ao longo do processo do desenvolvimento teórico desta pesquisa.

Os sistemas geográficos serviram, ainda, como fonte de interpretação metodológica para a compreensão dos fenômenos geopolíticos no território brasileiro, ou seja, compreender o sistema geográfico amazônico, a fim de ser parte integrante de uma análise territorial geopolítica na Amazônia e no continente sul americano.

No que diz respeito a utilização da teoria travassiana, ela foi a primeira da geopolítica moderna a ter a preocupação com a projeção do país e ao mesmo tempo conceber a Amazônia como uma região estratégica para o projeto geopolítico de ascensão internacional, daí sua importância e correlação com as ações do Estado na atualidade em sua política territorial. Nesse sentido, a luz de nossa interpretação, será baseado na concepção de sistemas geográficos que em nossa interpretação analítica estão embutidos dentro da obra travassiana, fato que será mostrado ao longo do desenvolvimento teórico.

Para melhor discussão sobre o tema, além da introdução e das considerações finais, o presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo foi discutido sobre a Geografia Política e Geopolítica, ressaltando a construção da Geografia Política, bem como, a geopolítica como ação do Estado e a importância da Geografia Política Contemporânea e sua aplicação nos dias de hoje. Sendo enfatizado que a estigmatização da Geopolítica abriu espaço para a introdução do país via segmento militar, bem como, a importância do estudo dessa.

Já no segundo capítulo foi discutido sobre Mário Travassos e a Geopolítica de Estado, enfatizando as principais obras de Travassos (1935 e 1942) sobre geopolítica, tendo como foco principal a Geopolítica de Estado e a Geopolítica para a Amazônia. A importância de Mário Travassos será vista nesse capítulo com o

objetivo de demonstra sua importância nas ações geopolíticas atuais do Estado brasileiro. Enfatizando que sua obra teve grande repercussão no continente em função de sua análise e que tem uma grande importância até hoje para a tomada de decisões geopolíticas do país.

E, no terceiro capítulo, foi feita uma análise sobre Eixos de Integração e Desenvolvimento versus Travassos e a Geopolítica Amazonica Contemporânea, reforçando a importância dos Eixos de Integração e Desenvolvimento na Amazônia, bem como, as propostas de Travassos para uma Geopolítica Amazônica e os elementos que caracterizam Travassos e os Projetos na Amazônia. Ressaltando que os eixos representam elementos estruturadores dentro do projeto geopolítico do país, sendo que, sua relação está diretamente ligada aos pressupostos travassianos que são seguidos e observados na Amazônia e o Eixo Manaus-Caribe.

CAPITULO I

1.GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

1.1. A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA POLÍTICA

O surgimento da Geografia Política Moderna esta ligado de forma direta à origem da própria ciência no Século XIX, sendo, portanto, um ramo componente da mesma. Entretanto, a expressão geografia política tem sua origem mais remota nos séculos XVII e XVIII, sendo utilizada antes mesmo da sistematização desse conhecimento. A expressão era usada para intitulação de estudos variados, não necessariamente voltados para o âmbito geográfico, aparecendo de forma dispersa como observa Vesentini (2012) em estudos voltados a descrição de rios e montanhas e/ ou na caracterização de um Estado.

Este ponto é fundamental para pensarmos que algumas dessas análises permaneceram fazendo parte da geografia como ciência sistematizada e da própria geografia política moderna que permeia o inicio de suas formações, na realidade elas servem como pressupostos desses conhecimentos.

Dessa forma, anterior a sistematização da geografia é feita a análise espacial, base da compreensão dos fenômenos da geografia política e geopolítica antes do século XIX, na compreensão do espaço geográfico e na concepção política. Essa análise é observada em vários períodos da história como a época de grandes impérios com: Homero ao analisar vários lugares e ao mesmo tempo descrever a Guerra de Tróia entre as cidades-estados; Estrabão com suas descrições dos lugares, colocado como o primeiro sistematizador por alguns teóricos da geografia; e Aristóteles estudando o tamanho e a localização do território de uma cidade–estado (ANDRADE, 1987).

Na Idade Média, temos as descrições de Pompônio Mela, Plínio, tendo como preocupação a localização, o estudo das cidades, distribuição de povos (etnias que se distribuíam pelo território) e problemas fronteiriços. Já Nicolau Maquiavel em sua obra “O Príncipe” observou a importância da localização tendo uma concepção absolutista do estado e defesa de um estado, tendo, portanto, uma grande influência nos estudos geográficos políticos moderno. Na Época Moderna, temos um pensador

como Montesquieu apud Andrade (2006) em sua obra "Espírito das Leis" fazendo uma relação geográfica entre a índole do Estado e das Leis com o objetivo do exercício do poder.

Em resumo, podemos dizer que as preocupações desses pensadores não giravam em torno de um pensamento geográfico político, entretanto, em função dessas observações e estudos terminaram praticando-o, onde podiam ser denominados com inúmeros nomes sem necessariamente serem intitulados como estudos geográficos e ao mesmo tempo sem a preocupação de criar um novo ramo do conhecimento.

Os teóricos que antecederam a sistematização da geografia têm o mérito de não apenas estabelecerem a preocupação com fenômeno político, mas, sua compreensão em diferentes ângulos da vida social, dentre eles, o seu relacionamento com os aspectos geográficos, o que é ponto crucial para o futuro surgimento de uma geografia política. Portanto, tendo em vista as preocupações estratégicas e, sobretudo temas relacionados a governança, organização territorial, distribuição de poder e índole dos povos, podem ser colocados como análises apuradas para o contexto vivido, não devendo ser intitulado apenas como obras meramente deterministas em função da sua importância futura que ecoará nos sistemas de interpretação da geografia, principalmente, no que se refere a análise do Estado e seus recursos naturais, servindo como base de desenvolvimento e estratégia.

Segundo Moraes (2005) no final do Século XIX um conjunto de pressupostos amadurecem em direção a constituição da geografia como ciência pelas condições materiais que podem ser definidas como extensão real do planeta, dimensão e formas dos continentes, constituição de um espaço mundial sob a égide capitalista, informações sobre os diferentes lugares do planeta e aprimoramento das técnicas cartográficas. Na base de sustentação ideológica, temos a valorização de modelos racionais na interpretação dos fenômenos sociais, interpretações regidas pela luz do Iluminismo, evolucionismo. Como coloca Gomes (2007, p. 2014) "a influência da biologia evolucionista é marcante e frequente ocupa um lugar de núcleo explicativo. A analogia biológica é, aliás, convocada para ligar os fatos de natureza social aos fenômenos naturais".

A geografia nasce e floresce como uma nova interpretação do mundo baseada no racionalismo e, sobretudo, na constituição de uma nova ordem mundial

fundada pela constituição dos Estados Modernos que serão fundamentais na atuação dos processos sociais e políticos onde estabelecerão um campo de força política pela disputa e controle mundial.

Ainda no Século XIX, temos o surgimento das preocupações com a análise política em função do contexto vivido dando origem a sistematização da Geografia Política com Friedrich Ratzel em 1897 na Alemanha através da obra “Geografia Política”, reaparecendo na segunda edição com a denominação “Uma geografia dos Estados, do comércio e da guerra” publicada em 1910. Essa obra foi parte do momento vivido por esse geógrafo que não representa apenas um ponto de vista da Alemanha, mas é na realidade uma representação de mundo vivido e existente sobre a égide das disputas expansionistas dos Estados, controle diante de suas colônias e manutenção de seu poderio, o que não envolve diretamente disputas territoriais e projeções de poder (COSTA, 1992).

A respeito desse momento vivido, a obra ratzeliana é fundamental para o entendimento da análise política do espaço geográfico tendo como ponto central o Estado. Ressaltamos que a escolha de Ratzel é diretamente relacionada ao pensamento norteador em direção as questões inerentes ao Estado, Território e sociedade, sendo assim, preocupações da época que extrapolam o seu período, que são persistentes até o momento atual, também são tratados por outros cientistas sociais, sendo que para esse teórico o papel que caberia a geografia seria a análise espacial.

Sua análise feita pela compreensão dos fenômenos pela ótica naturalista, refere-se a sua formação naturalista e ao desenvolvimento metodológico das ciências naturais mais desenvolvidas na época. O Costa (1992) compara as ciências sociais em termos de métodos e de influência e ao mesmo tempo das idéias vigentes no momento histórico, vivido tendo uma grande absolvição pelas ciências humanas com a interpretação pelo naturalismo-evolucionismo. Além desse quadro intelectual da época, onde está inserido, preocupa-se com questões relacionadas ao fortalecimento do Estado alemão, remetendo-se a suas estratégias espaciais em direção ao expansionismo.

Nas preocupações ratzelianas, temos a afirmação da Alemanha como estado, com a necessidade do fortalecimento de um núcleo central na estruturação do território, integração territorial através da constituição de vias de transporte e aumento das relações econômicas sobre a égide capitalista em função de resquícios

da ordem feudal ainda existente na Alemanha, que tinha em sua concepção um papel importante na desagregação territorial. Moraes (2005) aponta o quadro alemão existente como uma estrutura arcaica herdada pelo Feudalismo devido a penetração tardia do capitalismo nesse país, tendo como consequência a permanência de vários ranços sociais aristocrática que impediam o avanço das relações econômicas e o desenvolvimento desse País. Outro ponto de preocupação é a necessidade de unificação em função dos problemas referentes às pretensões francesas no continente e ao mesmo tempo no seu interesse que não ocorra por parte dos franceses o fortalecimento da Alemanha como estado. Podemos apontar como fato estratégico nessa perspectiva, às políticas territoriais repercutindo em outro lado do território, no caso do alemão, premissa ainda pertinente a ação estratégica dos Estados Modernos contemporâneos.

Lembramos que o contexto territorial diretamente ligado ao nascimento da Alemanha como Estado Territorial é tardio. Os Séculos XVIII e XIX são considerados na linha do tempo como a consolidação dos Estados nacionais na Europa, sendo que, a situação alemã em 1870 era consolidada com ascensão de Bismark e da Prússia que seria o core-área para o surgimento da Alemanha (MORAES, 2005). Remetendo a essa idéia, temos como visão a compreensão de que o sistema de estados é caracterizado por disputas de diferentes âmbitos de ação, que repercutem na vizinhança e no desembocamento de disputas muitas vezes veladas.

Conforme Andrade (2006, p. 56) o contexto dessa trama reflete na obra de Ratzel, uma Alemanha recém-unificada e com a existência de um mundo já dividido entre França, Inglaterra, Rússia, Estados Unidos, portanto, demonstrando a necessidade de crescimento desse país refletindo em vários tipos de disputas.

Ele imaginou que, a longo prazo, os impérios britânico e francês tenderiam ao esfacelamento, em face de sua distribuição descontínua por áreas as mais diversas, reunindo povos étnica culturalmente heterogêneo, e pela maior solidez dos impérios russo e norte-americano, contínuos e com a dominância numérica, econômica e cultural de um povo sobre os demais. Qual a saída para a Alemanha? Para Ratzel, situada no centro da Europa, o seu destino deveria ser jogado, inicialmente, no próprio continente europeu, expandido-se para o leste e o sul, habitados por povos eslavos – a Áustria germânica havia sido vencida pela Prússia – e, em seguida, para o oeste, onde a queda de Napoleão III e do seu império poderia ser encarada como presságio da decadência. O império alemão já conquistara à França as províncias da Alsácia e da Lorena, ricas em minério de ferro e de carvão. A expansão alemã fora do continente europeu se comentaria com territórios menos expressivos da África – Tanganica, Namíbia, Togo, Carmerum – e com alguns arquipélagos da Oceania. O quadro para Ratzel seria

complementado pelos seus discípulos e contestado pelos geógrafos da chamada Escola Francesa, mas serviria de suporte para a política do Império Alemão (guerra de 1914-18) e do III Reich (1939-45). Haushofen, embora mais extremado, seria inegavelmente um dos continuadores.

O expansionismo fazia parte de suas preocupações em função da Alemanha ter surgido como estado territorial tardio, como já colocamos, sendo assim, repercutindo na falta de colônias para esse país, entretanto, cabe ressaltar que o expansionismo territorial fazia parte das práticas de outros estados que possuíam colônias, como no caso da França, que prezavam por sua manutenção como demonstra Costa (1992, p. 30):

Como se verá adiante, essa situação repercutirá em muitas das análises de Ratzel sobre o papel que caberia ao Estado nesse processo. Além do mais, assim como a maioria dos geógrafos e “homens de Estado” do país, tinha plena consciência do atraso político e da situação de “inferioridade” da Alemanha em relação às demais potências européias, em especial à Inglaterra e a à França, principalmente na questão das colônias de além-mar.

Podemos acrescentar a essa forma de comportamento dos Estados, conforme Castro (2009) apontando Ratzel como sentido geográfico que jamais faltou ao pragmatismo dos homens do Estado, recebendo outras denominações como “instinto de expansão”, “vocação colonial” e “sentido inato de poder”, tornando-se uma prática comum a todos os dirigentes estatais, que deveria ser despertado também na sociedade, preceitos esses, passado às a o es da geopolítica alemã. Nessa análise,   fácil perceber, o caráter territorialista e ao mesmo tempo a necessidade do envolvimento dos chefes estatais e a participa o social centrada nas diligências do Estado.

No âmbito de outras preocupa o es coligadas as suas análises, giravam em torno da dispersão do povo alemão existentes em outros territórios que ansiavam em sua concep o, a necessidade de integra o, ou seja, anexa o desses territórios com a Alemanha e em outro ponto, a influência das repercussões da Revolu o Francesa. O qual atingiria o pensamento alemão, no conceito de liberdade e ao mesmo tempo baseados nos ideais iluministas, que poderiam refletir na unidade do país, ainda pouco coeso. Tendo como contraponto a doutrina romancista, como uma resposta aos preceitos dos ideários franceses e ao mesmo tempo evocando o peculiarismo alemão e seu modo de vida.

Ratzel apud Moraes (2005) em suas reflexões passa a conceber nesse sentindo o Estado como um organismo diretamente ligado ao solo, ou seja, a existência de uma simbiose com o território/ Estado onde se constitui sua importante teoria do espaço vital. O desenvolvimento deste ente estava diretamente ligado com a utilização dos recursos e sua utilização pela sociedade, que levavam a expansão e contração de fronteiras conforme a necessidade de sua população e utilização correta pelo Estado conforme relata Moraes (2005, p. 70):

Para Ratzel o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas. Justificando estas colocações, Ratzel elabora o conceito de “espaço vital”; este representaria uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, sua potencialidade progredir e suas premências territoriais.

Ratzel demonstra a importância dos fatores naturais como elemento fundamental para o desenvolvimento econômico da população existente que vai determinar a ação do Estado, portanto, deve-se entender esses elementos como um conjunto de fatores fundamentais, ou seja, estratégico no desenvolvimento das políticas territoriais que devem servir a ação estatal em outra leitura nas políticas territoriais, por sinal, essa foi uma das contribuições ratzeliana de perceber a importância dessa variável como potencialidade política e econômica no crescimento do Estado.

Na obra geografia política 1897, nota-se a concepção de Estado por Ratzel apud Moraes (1990). Para o autor o estado se comporta como um organismo biogeográfico, analogia feita com os seres vivos, onde um organismo passando pelo nascimento, avanço, recuo, estabelecimento de relações e declínio dentre outras fases. A esse respeito ao longo de seus escritos Ratzel amenizará essa concepção que será radicalizada por muitos dos seus seguidores e ao mesmo tempo referenciada pelos seus críticos com o intuito de enquadrá-lo como determinista ao extremo.

Muitas são as discussões em torno da obra de ratzeliana como, por exemplo, no que diz respeito a concepção de Estado comparado-o a um organismo, da-se a impressão que o Estado comportando-se meramente como um organismo fisiológico, e isso acaba distorcendo suas idéias e muitas vezes chegando ao radicalismo ou a interpretações errôneas. Conforme Filho (2009) colocando nesse

sentido, o objetivo Ratzel era entender a relação do povo com o solo diante do Estado e não como um mero organismo biológico, portanto, tem-se o seguinte esquema colocado por Filho (2009, p. 67 -68):

a) Todo povo tem de extrair recursos da natureza para sobreviver e reproduzir sua cultura, sendo que os recursos necessários, para tanto variam na proporção direta do seu tamanho populacional e do seu aparato tecnológico; b) O espaço mínimo capaz de conter recursos demandados por um povo espaço vital; c) O território, por sua vez, é a porção da superfície da Terra efetivamente dominada por um grupo social, podendo ser menor, igual ou maior que o espaço vital de que ele necessita; d) Quando o povo se organiza para defender seu território, surge o Estado, que vai então zelar para que esse território seja, no mínimo, igual ao “espaço vital”; e) Sobretudo nas sociedades mais complexas, o Estado executa uma série de políticas para garantir a coesão social e o domínio sobre o território, sendo aquelas especificamente voltadas para essa última função, denominada políticas territoriais. Portanto, o povo se apresenta nessa formulação principalmente em seus aspectos demográficos e culturais, enquanto o Estado, por promover a coesão social e articulação do povo ao solo, constitui-se como uma entidade moral, isto é, que mobiliza os indivíduos para a realização de um objetivo.

Conforme Filho (2009) a adaptação aos fatores naturais, que foram uma das suas preocupações, que são dados gerais de um solo, fortalecendo o desenvolvimento econômico, político do Estado, portanto, a obra ratzeliana aponta que os fatores existentes no solo são importante nas políticas territoriais que devem ser relativizados, essa perspectiva na segunda edição do livro Ratzel “Uma geografia dos Estados, do comércio e da guerra” em 1910, reconhece que o Estado não deve ser entendido como um organismo vivo. Infelizmente leituras apressadas ainda intitulam a Ratzel como geógrafo determinista, no entanto, temos autores que resgatam essa nova forma de compreender suas interpretações, como Lacoste (2012) em uma linha de interpretação mais crítica a respeito das proposições das teorias ratzelianas.

Um dos aspectos importantes ainda nas premissas ratzelianas fundamentais estão nas estratégias dos estados atuais que se referente as vias de circulação tanto no que refere-se a exploração do solo podendo favorecer ou emperrar o desenvolvimento dessas unidades, fatores como relevo, condições de circulação marítima e fluvial e outros elementos são fundamentais no sucesso das políticas territoriais. Raffestin (1993, p. 13) aponta questões fundamentais na discussão ratzeliana mostrando a dinamicidade da geografia feita por esse geógrafo.

Para Ratzel, o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunicações que exploraram as potencialidades territoriais. A análise ratzeliana se desenvolveu tanto sincrônica como diacronicamente, vindo daí o recurso a historiadores. Ratzel viu muito bem o papel e a influência que poderiam desempenhar as representações geográficas, assim como as idéias religiosas e nacionais na evolução do Estado. Mas, sem dúvida, ele concentrou os seus esforços nos conceitos espaciais e, em particular, na posição, que é um dos conceitos fundamentais da geografia política. Também as fronteiras, na qualidade de órgãos periféricos do Estado, durante muito tempo prenderam sua atenção. Daí ter procurado distinguir o significado das zonas de contato, terra-mar, por exemplo, de mares, de montanhas e planícies, sem esquecer as dos rios e lagos. Da mesma forma, não negligenciou o estudo da população e da circulação, concebida como movimento dos seres e das coisas.

Podemos sintetizar da seguinte forma, que suas idéias não são de um cunho determinismo estreito e que a capacidade do Estado está diretamente ligada a transformação da potencialidade existente no solo em algo efetivo, ou seja, não bastando somente existir o recurso no território, mas devendo-se atentar para o processo de circulação ou seja, desses elementos. O universo relacional diante dos aspectos visíveis das coisas dinamiza a análise geográfica nas relações sociais, econômicas, políticas e territoriais, reforçando a idéia de fator geográfico que movem as coisas, sendo, portanto, a ação do Estado e sua população no espaço vital.

As críticas relacionadas a esta interpretação e a obra Geografia Política de Ratzel, foram muitas intensas, em função das disputas estabelecidas pela hegemonia do continente europeu envolvendo França e Alemanha e tendo como expoente das discussões o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache. Essas disputas que atravessam o campo ideológico entre as classes dirigentes provocando o embate do iluminismo e romantismo.

Outro fator de combate direcionou-se ao Estado bismarkiano, que foi um dos pontos chaves para a preocupação com o expansionismo alemão que estava diretamente ligada a guerra franco-prussiana, resultando em perdas territoriais da França e desembocando na guerra entre esses dois países em 1870, do qual a Prússia potencializava as pretensões expansionistas na Europa (RAFFESTIN, 1993).

No combate ideológico acadêmico mais aprofundado no que implica a geografia, temos a atuação da Escola Francesa, que tinha como meta: pensar o espaço, deslegitimar a geografia alemã, amenizar e ao mesmo respaldar o expansionismo francês. La Blache conforme Moraes (2005) objetiva em seu diálogo com Ratzel, neutralizar suas proposições e anular as questões relacionadas a

política, ou seja, entender os fenômenos geográficos de forma natural apoliticamente, que deve ser lida como uma política feita de um ponto de vista francês.

La Blache em seu artigo “a geografia política” de 1898, alerta que, a geografia política deve encontrar seu lugar dentro da ciência geográfica, tendo como preocupação as influências dos fenômenos físicos e formas de vida, ou seja, os elementos naturais que servem e são utilizados pelo homem, constituindo assim, gêneros de vida que em sua visão seria a base dos estudos geográficos. Desta forma, a distribuição da humanidade na superfície terrestre, seriam preocupações desse conhecimento, entretanto, algumas considerações são feitas a respeito do estado, muitas vezes convergindo com as idéias de Ratzel e às vezes, é colocada com ressalva por ele, onde busca entender o Estado como organismo como aponta La Blache apud Costa (1992, p. 148):

Um termo com o qual não conviria abusar, mas que Ratzel emprega com razão em se falando de Estados, é aquele de organismo vivo. Esta expressão nada mais faz que designar por uma fórmula correta a lei de desenvolvimento que domina as relações do homem e do solo.

Ao mesmo tempo em que a geografia francesa era uma ofensiva contra a geografia alemã e a intitulava como geografia expansionista, existia uma geografia da colonização feita por La Blache e apoiada por muitos geógrafos franceses como necessária sendo nessa visão diferente em suas concepções do país diante das pretensões imperialistas, como ocorriam na Alemanha conforme colocado por Moraes (2005, p. 83).

As fronteiras européias definiram domínios da civilização, solidamente firmados por séculos de história. E, qualquer tentativa de não respeitá-las significaria uma agressão, na medida em que estes limites seriam fruto de um longo processo de civilização. Note-se que a ação imperial francesa não se concentrava na Europa; era principalmente um expansionismo colonial, que tinha por espaço a Ásia e a África.

Na visão lablacheana, os dois continentes necessitavam de desenvolvimento onde estavam impregnados por localismos necessitando de uma ação civilizadora, ou seja, a intervenção de uma ação de gênero de vida, avançado diante do primitivismo em que se encontravam essas populações. Algo que não acontecia na Europa com seus estados consolidados historicamente.

Em outro lado, numa perspectiva não menos combativa, temos a figura de Élisée Reclus, geógrafo francês de tendência anarquista, que na visão de Andrade (1987) era ao mesmo tempo profissional-cidadão em que tinha de forma mesclada ao mesmo tempo ciência e política. Boa parte de sua atuação foi feita no exílio em função dos seus ideais anarquistas que determinaram sua expulsão na França. Reclus questionando as estruturas sociais existentes negava a existência do Estado, ou seja, contestando sua existência, confrontava-se com a corrente marxista e ao mesmo tempo questionava a existência de fronteira entre Estados. Sua visão serviu como estrutura de conflitos entre os povos devido ao processo e a idéias nacionalistas advindas dos Estados, sendo que esses deveriam ser extinto, o qual para Reclus era uma construção de representação burguesa.

De acordo com Castro e Alves (2013), temos algumas características dessa geografia no questionamento social e do próprio Estado em sua concepção como, a presença do anarquismo, evolucionismo não linear, meio ambiente geográfico, luta de classes e critica a colonização. A divergência entre Reclus e La Blache era em termos de permanencia, ou seja, acreditava que era necessária e que deveria levar a independência futuro desses povos e o fim do Estado, pregando uma geografia libertária e posicionando-se contra Ratzel.

No embate travado entre a geografia francesa e a geografia política ratzeliana, temos o surgimento das reflexões de Camille Vallaux em sua obra “O Solo e o Estado” de 1914. A mesma é uma resposta aos postulados ratzelianos, portanto, é um estudo sistematizado de geografia política em plena França depois de Ratzel e La Blache. A obra de Vallaux é vista como um diálogo com a geografia política alemã.

De acordo com Vallaux, apud Costa (1992) os estudos desse conhecimento deveriam ser voltados ao “movimento social”, resultando numa sociologia geográfica opondo-se, portanto ao “determinismo territorial” o qual, entendia o Estado como um conjunto de diversidade regido pela sociedade. O que nos parece, é que a concepção de movimento abordado por Ratzel, tendo em vista a dinamicidade do território, também é reconhecida em sua proposição.

Vallaux deixa clara que não aceita a “inspiração” e “método” utilizado pela geografia política alemã. Ou seja, o espírito da coletividade não aceita na formação dos Estados que em sua concepção não leva as condições naturais para reprodução da vida no espaço geográfico, entretanto, reconhece a importância do meio natural

sobre o Estado, mas, repudia o organicismo biológico, questionou o seu relacionamento nas interpretações geográficas utilizadas pelos métodos da biologia e sociologia.

Retratando “O estudo do solo” Vallaux remete ao meio natural colocando como uma constante que deve ser relacionada a vida da sociedade como atividade econômica, política e etc. Ele é desigual em sua constituição, distribuição no mundo, portanto, resultando na diferenciação do espaços políticos. Para Ratzel apud Pfrimer (2011, p. 51-52) o solo era fundamental para o estado, sendo o elemento de coesão territorial como visto retrata o autor:

O Estado é uma fração de humanidade e uma fração de solo. O homem não é concebível sem o solo terrestre, ainda mais sem a maior obra do homem sobre terra: o Estado. Assim como os termos cidade e estrada expressam, respectivamente, uma fração de humanidade e uma obra humana; quando se fala de Estado, designa-se uma fração de superfície terrestre. O Estado é obrigado a viver do solo. Ele possui invariavelmente apenas as vantagens oferecidas por um solo que lhe é assegurado. É o que exprime a ciência política quando diz que o território pertence à essência do Estado. Ela designa a soberania como jus territorial e estabelece a regra que as mudanças territoriais podem fazer-se apenas por leis. A vida dos Estados faz-nos descobrir relações muito mais estreitas: durante a História, vemos as forças políticas se apreenderem do solo e assim levar à formação dos Estados. É por isso que chamo de povo um conjunto político de grupos e indivíduos não necessariamente vinculados pela raça (der Stamm), nem pela língua, mas no espaço, por um solo comum.

Diferente de Ratzel em sua concepção de coesão territorial há a necessidade de compreensão baseado numa concepção relativa sobre a constituição dos estados. Em sua visão se particularizam em função do tempo e do espaço, mesmo contendo os mesmos recursos, conforme seu pensamento existe uma adaptação ativa da sociedade nesses contextos, que sugere que não existe um determinismo geográfico. A necessidade de um método próprio é fundamental nesse processo baseados em uma analogia, fato esse que serve como base para a análise da formação de estados, tendo como parte constituinte a soberania de um povo, conforme relata Costa (1992, p. 45):

Como primeira tendência geral no curso de desenvolvimento dos Estados, obtida pela observação das analogias entre os tipos de sociedade política e Estados, Vallaux reconhece que é inevitável que a formação dos Estados passe necessariamente pela definição da soberania de um povo sobre uma porção determinada do solo, definindo aí um território, ou seja, de domínio político. Pelo fato de que esse processo independe do grau civilizatório dos povos, resulta, para ele, que o Estado deve ser considerado como “uma forma essencialmente geográfica da vida social”.

Em sua avaliação, o processo de formação dos Estados não está ligado ao determinismo econômico diante do subjugamento dos fatores políticos onde aparece o processo de colonização e exploração, ou seja, o valor do solo não está diretamente ligado a exploração econômica, mas, sobretudo aos fatores políticos. Ratzel identificou esse fator, no entanto, suas análises ficaram centradas apenas na esfera do Estado, que por ele é propositalmente escolhida, em função de suas necessidades para uma resposta na compreensão da formação e da própria expansão do estado germânico. Conforme Vallaux apud Costa (1992) (existe uma distinção entre solo econômico e político, ou seja, ocorridos por um dado valor atribuído ao solo, portanto, têm-se os Estados simples e complexos. Conforme esse teórico, o primeiro caso é identificado pela baixa coesão territorial e dependência de recursos como é o caso dos Estados-chefias africanos, ou seja, o grau de interação existente entre a “forma de exploração” determinará uma ação mais aprimorada desses elementos.

Estados complexos tendência a forte coesão interna havendo uma grande interdependência de suas partes, tendo como característica o grau de domínio político e articulação interna. A diferenciação física e regional são suas partes formadoras, portanto, a identificação, influência do meio natural, características internas, qualidade e intensidade dos movimentos de população são importantes para esse tipo de unidade, como coloca Costa (1992, p. 47):

Os Estados complexos teriam diante de si, portanto, o desafio constante da diversidade regional interna. A partir dessa distinção, diz ele, o geógrafo estará capacitado a verificar no conjunto dos Estados distribuídos sobre a superfície da terra, ou ecúmeno, como cada elemento do meio natural influência as suas características internas, e também poderá verificar a qualidade e a intensidade dos movimentos de população, como fatores essências dessa diferenciação.

Vallaux apud Costa (1992) destaca que, as irregularidades do meio na sociedade adaptam-se por formas ativas e específicas, resultando em Estados particulares, portanto, o que existe é um espaço concreto físico e humano e não abstrato conforme relata Ratzel. Deste modo, o autor posiciona-se contra a idéia de predestinação de povos e seu concebimento como uma unidade metafísica. Os problemas referentes aos Estados estão diretamente ligados a existência de meio de circulação, sendo assim, dando meios a estender suas redes políticas pelo território,

sendo assim, os problemas deveriam ter sido pensados, sobremaneira, naquilo referente ao tempo e distancia.

Diante das reflexões sobre o meio e de sua importância Vallaux coloca que, esse sempre foi visto pelo viés econômico, entretanto, o seu valor era maior, como na ação política de um Estado cita o exemplo como um elemento importante para força a coesão interna territorial, portanto, uma estratégia político e militar.

Outro ponto colocado por esse geógrafo francês, é a crítica relacionada a Ratzel sobre a “consciência coletiva do espaço”, sendo esse somente relacionado aos que detêm o poder, para os demais, esse fato é relativo em função de seus interesses, portanto, a consciência espacial não está relacionada ao poder, mas sim ao espaço de relações, sendo assim, as idéias ratzelianas estariam impregnadas pelo imperialismo e por que não dizer, vista por um único prisma.

Raffestin (1993) relaciona as críticas feitas ao geógrafo alemão, demonstrando sua importância, coloca que graças a esse geógrafo o Estado pode ser lido geograficamente em função da utilização de categorias. No Brasil, Azevedo (1955) colocava a obra ratzeliana como um manual de imperialista, fato esse, compartilhado em interpretações da época, em que terminaram constituindo o início da geografia brasileira.

A cristalização da imagem de Ratzel ao imperialismo foi feita de maneira proposital, preconceituosa em função de um projeto antagônico que tinha como um dos pilares a geografia francesa, imagem reproduzida pelo mundo. Muito se deve, sobretudo, a propagação dessa imagem aos seus discípulos ratzelianos, isso resulta no surgimento da “escola determinista”, simplificando as suas idéias e baseando em máximas como “as condições naturais determinam a História” e “o homem é produto do meio”. Com isso, objetivaram identificar a determinação dos fatores naturais na organização do Estado e Sociedade, baseados em estudos empíricos.

Os principais representantes dessa “escola” foram Ellen Semple, tendo como trabalho, a demonstração de que as religiões existentes baseavam-se na forma de relevos onde estavam localizadas as populações, ou seja, nas regiões de planície predominavam as religiões monoteístas e de relevos politeístas. Outro importante representa foi Elsworth Huntington, para esse geógrafo inglês as regiões mais hostis tinha a possibilidade de maior desenvolvimento devido a esse quadro de dificuldades, o que levava a superação desses fatores, assim, sua proposta foi vista como um determinismo inverso (ANDRADE, 1987).

As questões climáticas balizam suas análises, onde as regiões com condições climáticas adversas ajudavam o desenvolvimento de Estados, diferentemente das regiões tropicais. Outro ramo importante dessa radicalização das teorias ratzelianas, está no surgimento da geopolítica, onde radicalizam conceitos e baseando para muitos no fisiologismo que servirá como balizamento para as ações expansionista.

Nos anos de 1930, já se observava uma preocupação com a retomada e os preceitos ratzelianos na geografia política e sua dissociação com formas distorcidas de compreender esse conhecimento na visão de muitos com a geopolítica. Conforme Albert Demangeon apud Costa (1992) a primeira era vista como a verdadeira disciplina científica e a segunda uma ideologia autoritária de estados baseada no nazismo.

Nos anos 50, o desenvolvimento dessa disciplina estava diretamente ligada as análises voltadas a necessidades de uma nova potência, tendo vários expoentes como Richard Harshorne e Jean Gottmann, preocupações internas e externa e ao mesmo tempo preocupações metodológicas (COSTA, 1992).

Sobre a égide da Geografia Crítica nos anos de 1970, sobretudo, diante da influência marxista, temos a redescoberta de uma nova leitura mais contextualizada e crítica pelo geógrafo francês Yves Lacoste e o italiano Marx Quaini e geógrafos brasileiros como Robert Moraes e Ruy Moreira que ressaltam que as idéias ratzelianas não devem ser colocadas como meras ideologias (FILHO, 2009).

Raffestin (1993) coloca a obra Ratzel como muito abrangente, colocando a necessidade de seu aprofundamento e alerta para fato de que os programas voltados para geografia política mantiveram-se pouco evoluídos em torno do aprofundamento, colocando que, se esse pensador tivesse vivo sentir-se-ia a vontade com os temas trabalhados e as abordagens recentemente, pois, em sua visão existem uma reprodução ratzeliana de interpretação dos fenômenos dentro da geografia política.

Baseada na forma de organização atual do mundo pelos processos políticos que regem o campo de forças tem-se a concepção de Castro (2009), colocando a geografia política contemporânea com a política como forma de mediação social, colocada de forma relacional com o território, que é base material e simbólica da sociedade. Ainda na linha de suas interpretações, o desenvolvimento das políticas territoriais implica diretamente em atores individuais e institucionais, sendo o Estado

apenas um deles, repercutindo de forma diferenciada as ações políticas no território, sendo necessária uma visão multiescalar para além do recorte nacional. Ou seja, uma análise moderna que não despreza o poder do estado, ponto para nós importante para compreensão do espaço político, sobretudo, quando trata-se de relações estratégicas em âmbitos regionais e mundial, onde essas unidades despontam ainda como chaves para interpretação do mundo.

Apesar do inserimento de novas abordagens, ainda predomina algumas discussões em torno das diferenças entre geografia política e geopolítica, que muitas vezes são considerados como sinônimos em muitos trabalhos e em outros nem tanto, como visto por Sodré (1986), que coloca a geopolítica como a maior deformação da geografia chamando-a de monstruosidade.

Para muitos, Ratzel em sua visão, abriu dois caminhos para a geografia, um científico e outro ideológico, do qual é representando os estudos geopolíticos através de sua obra “Geografia Política”, que foi caracterizada no início como um manual do imperialismo alemão e ao mesmo tempo serviu de base para o surgimento da Geopolítica. De acordo com Sodré (1986, p. 54) “oriunda da Geografia da etapa imperialista, e pretendo ser geográfica, não passa de uma construção ideológica desprovida de sentido científico, marginal, com papel no plano político unicamente”.

No que concerne a formação da Geopolítica a mesma difere no período e contexto de sua formação comparada a Geografia Política, tendo como base o contexto histórico de cada formação, o primeiro impregnado com visão como um pseudo conhecimento devido as distorções de análise e ao mesmo tempo da descontextualização da realidade vivida de suas análises e categorias, sendo colocada como uma ideologia e fortes ligações com o nazismo.

Em outra linha é considerada como conhecimento imbricado com geografia política. Horta (2006) ressalta que, ainda existem resquícios de alguns ranços dos discursos em torno da demonização da geopolítica. Essa idéia é colocada por geógrafos como Vesentini (2012) e Costa (1992), onde fazem distinção e relacionam de forma direta a geopolítica com uma doutrina ideológica e coloca a geografia política como a verdadeira ciência. Portanto, em sua visão reproduzindo as idéias vigentes na época daí a recusa de muitos geógrafos a esse ramo de conhecimento sendo assim, portanto da seguinte forma, temos o fim das controvérsias e posicionamento a favor da geografia política e contra a geopolítica.

A práxis que envolve os trabalhos em geopolítica e em geografia política é diversa e contraditória no interior de ambas as áreas de conhecimento, sendo uma visão nada dialética e caracterizada por maniqueísmos corporativistas que não consegue detectar essas diversidades. Por conseguinte, se ideologicamente as produções são variáveis (e não dicotomicamente opostas) ao ponto de ser equivocado, pode estabelecer significativa distinção entre ambas, então, que elementos poderiam configurar as diferenças entre a geopolítica e a geografia política?

Do ponto de vista epistemológico, valorizar as várias semelhanças entre elas constitui um posicionamento mais adequado do que localizar as poucas diferenças; uma certa (con) fusão que se realize entre geografia a política e geopolítica toma-se, assim, normal e salutar. Compreender que historicamente desenvolveram-se, por parte de ambas, produções que corresponderam ora a um interesse de dominação, ora a uma práxis de libertação é mais relevante do que ficar procurando fronteiras segregacionistas que distanciam as mesmas. Portanto, é válido estabelecer as diferenças e as semelhanças,mas deve-se tomar os devidos cuidados metodológicos (HORTA, 2006, p.57).

A sistematização da geopolítica ocorre no Século XX, mas, precisamente com o artigo em 1905 denominado de "As grandes potências", escrito pelo jurista sueco Rudolf Kjellén. Preocupações geopolíticas surgidas em torno de questões relacionadas a esse tema ocorreram antes mesmo de sua sistematização, voltados para compreender, por exemplo, o que é uma potência mundial, as disputa mundiais pelo poder entre os Estados e a preocupação com o aumento da influência regional. Esses são alguns temas que podemos colocar como prematuros que terminaram fazendo parte de seu corpo teórico (HORTA, 2006).

Na sistematização da geopolítica, temos o teórico A.T. Mahan almirante norte-americano, que em vista o protagonismo americano no mundo. Ele desenvolve sua teoria baseada na potencialização dos mares através da hegemonia naval e na ampliação do controle das rotas marítimas em função de sua estratégia, sendo que seu principal trabalho conhecido nessa área foi "*The interest of America in sea Power*" em 1897.

Para Mahan apud Costa (1992), todas as atividades devem estar entrelaçadas em direção ao mar, não somente as de cunho bélico como na existência de uma potente frota naval, mas as atividades econômicas somado ao envolvimento da população nas atividades marítimas são elementos cruciais para os

Estados Unidos pela sua própria localização geográfica em virtude de estar em volta das duas maiores bacias oceânicas. Em sua estratégia o mediterrâneo americano, ou seja, o mar do caribe deve ser parte das prioridades estadunidense em virtude de sua localização para proteção do próprio Estados Unidos, advogando a construção e controle do canal do Panamá que ligaria os dois oceanos, diferenciado, portanto, dos países europeus e ao mesmo tempo, sendo uma linha norteadora para estratégias adotadas por esse país que já disputava como um dos principais centros econômicos.

Em outro ponto, temos H.J. MacKinder, geógrafo inglês onde desenvolveu a “Teoria do Poder Terrestre” sendo suas idéias exposta em sua conferência em Londres denominada “*The geographical pivot of history*” em 1904. Em sua obra o autor caracteriza a Rússia como área pivô em virtude de seus recursos existentes, grande extensão e acessibilidade a Europa, sendo considerado um elemento de preocupação para as demais potências que podem sofrer consequências em virtude de uma possível invasão de outros povos no continente europeu (BRAGA, 2011). Mackinder apud Braga (2011, p14) reforça o papel da Rússia nas estratégias geopolíticas das grandes potências.

Halford Mackinder (1861-1947) põe em xeque a tese mahaniana ao atribuir à Área Pivô um papel estratégico na política de poder das grandes potências européias. Ele lança essa idéia na conferência intitulada *The geographical pivot of history*, proferida em 25 de janeiro de 1904 na Real Sociedade Geográfica, e posteriormente reproduzida no *Geographical Journal* em edição do mesmo ano, em um artigo de 16 páginas, e que Karl Haushofer classificaria como “uma obra-prima geopolítica”.

Conforme Braga (2011, p. 150): “para o geógrafo britânico, o amplo núcleo do continente euro-asiático, correspondente ao território da Rússia czarista, de imensos recursos, permite ao Estado que o controlar o desenvolvimento de um grande poder terrestre”.

Mackinder apud Braga (2011) considera a importância dos continentes fundamentais por questões históricas em detrimento das questões navais, por estarmos em uma época pós-colombina. O autor destaca que, os mares têm seu papel estratégico, que deve ser relacionado, a constituição de novos Estados, estabelecendo um novo jogo de forças, podendo trazer pretensões imperialista podendo volta-se contra a Europa via Rússia, que é potencializado pela construção da ferrovia transcontinental, cortando o país no sentido oeste-leste. Em vista de sua

grande quantidade de recursos, em mãos erradas e uma possível aliança com a Alemanha, poderiam potencializar sua ação.

No final da Primeira Guerra Mackinder acrescenta algumas modificações em função da formação do novo mundo, classificando diversas partes do mundo e ao aumentando a área Pivô pelo Heartland, extrapolando o território russo em direção aos mares interiores, portanto, terminando o isolacionismo dessa região.

As teorias do poder marítimo e terrestre foram fundamentais na interpretação do mundo tendo como ponto de vista a Inglaterra e Estados Unidos, alguns novos acontecimentos ao longo da história diminuíram o poder de interpretação nos modelos geopolíticos em função do aparecimento do avião e desenvolvimento tecnológico armamentismo e dos novos rumos que ganharam os processos políticos. Mahan e Mackinder foram grandes influenciadores de varias escolas geopolíticas no mundo, mas, não utilizaram o termo geopolítico, no entanto, em função de suas análises, são colocados como pioneiros nesse ramo.

Os recursos parecem colocados de forma clara em cada análise territorial, seja dos Estados Unidos ou da Inglaterra, como os meios de circulação e ao mesmo tempo, a ação do Estado que reforça a idéia das análises da tradição da geografia política, nas interpretações geopolíticas que vai ser levada ainda no processo de sua continuidade.

A. R. Kjellén jurista sueco, é atribuído a “criação” da geopolítica, tendo como publicações “As grandes potências” em 1905 e “O Estado como forma de vida” em 1916, tendo como concepção a autonomia da geopolítica diante dos demais ramos de conhecimento e diferenciando o mesmo da geografia política, sendo que, suas interpretações baseavam-se nas idéias ratzelianas de forma estreita (VESENTINI, 2012).

A fase de popularização ocorre com K. Haushofer, general alemão pela Revista Geopolítica (*Zeitschrift fur Geopolitik*), publicada em Munique de 1924 a 1944, tinha como preocupações o espaço vital relacionado as necessidades anexação de novos territórios para Alemanha na Europa Central e a superioridade da raça ariana diante das demais povos, conforme destaca Vesentini (2012, p. 14):

A geopolítica, enfim, conheceu um período de grande expansão no pré-guerra, na primeira metade do século XX, tendo se eclipsado -- ou melhor, ficado no ostracismo -- depois de 1945. Ela sempre se preocupou com a chamada escala macro ou continental/planetária: a questão da disputa do

poder mundial, que Estado (e por quê) é uma grande potência, qual a melhor estratégia espacial para se atingir esse status, etc. Existiram "escolas (nacionais) de geopolítica", em especial dos anos 1920 até os anos 1970, em algumas partes do mundo, inclusive no Brasil. Não escola no sentido físico (prédio e salas de aula), mas sim no sentido de corrente de pensamento, de autores -- mesmo que um tenha vivido distante do outro, no espaço ou às vezes até no tempo -- com uma certa identificação: no caso da geopolítica brasileira, ela consistiu principalmente no desenvolvimento de um projeto ("Brasil, grande potência") que se expressa como uma estratégia (geo)política e militar com uma clara dimensão espacial. A natureza pragmática, utilitarista (e para o Estado, único agente visto como legítimo) ou de "saber aplicável" sempre foi uma tônica marcante na geopolítica. Ela nunca se preocupou em firmar-se como um (mero?) "conhecimento" da realidade e sim como um "instrumento de ação", um guia para a atuação de tal ou qual Estado.

As disputas existentes entre potências somadas com pretensões da Alemanha e seu projeto expansionista retomado por Adolf Hitler, levaram a expansão dos estudos geopolíticos tendo como objetivo a instrumentalização do Estado em suas ações imperialistas na Europa.

O expansionismo alemão provocou inúmeras críticas que direcionaram a geopolítica colocando-a como um pseudo conhecimento ditatorial, sua propagação doutrinária, entretanto ocorre em vários países introduzidos, sobretudo, pelos militares tendo como representantes principais na América do Sul o coronel A. B. Rattebach (Argentina), o general Pinochet (Chile), Mário Travassos, Lysias Rodrigues, Golbery Couto e Silva e Meira Mattos (Brasil). Em outra dianteira, temos o processo de crítica e reação, produção de novos estudos geográficos políticos em reação a esse conhecimento, como nos Estados Unidos, onde tentavam uma análise voltada para a metodologia e ao mesmo tempo para seu afastamento da geopolítica alemã (COSTA, 1992).

Uma premissa compartilhada pelo ramo crítico é o empobrecimento das análises teóricas colocadas pelos estudos geopolíticos como, por exemplo, em Ratzel, Vallaux, Bowman, Gottmann, Hartshorne, Whittlesey, Weigert, portanto, a caracterização como ciência de contato nessa visão, representa a falta de um compor teórico sistematizado cientificamente.

Na popularização dos estudos geográficos políticos conforme Costa (1992), após a Segunda Guerra Mundial, começou a se utilizar a expressão geopolítica em detrimento do primeiro termo, por modismo feito até mesmo pelos ferrenhos críticos. Lacoste (2012) nos anos de 1970 resgata a necessidade da geopolítica para compreensão dos fenômenos políticos e militares. Em sua concepção, é termo

chave para o entendimento do mundo atual, alertando para modelos reducionistas de interpretação do mundo, que podem comprometer a análise geopolítica que esta diretamente ligada ao poder e por que não colocarmos, a ação e o desenvolvimento do Estado.

1.2. A GEOPOLÍTICA COMO AÇÃO DO ESTADO

O Estado passa ser um dos elementos fundamentais nas análises geopolíticas, característica principal no início de sua formação, com seus primeiros formuladores e exportados para os demais países, introduzidos por via segmento militar, baseada em várias concepções na Geografia Política de Ratzel e centrada também em uma geografia do Estado, em função das necessidades de fortalecimento e ao mesmo tempo das necessidades expansionistas da Alemanha. Ratzel apontava a articulação povo, solo, Estado resultando na necessidade de uma simbiose que termina sendo um dos pilares da geopolítica. Para Ratzel apud Costa (1992, p. 33) isso ocorria por que:

O homem, bem como a maior de suas obras, o Estado, não é concebível sem o solo terrestre. Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana e, ao mesmo tempo, uma superfície terrestre.

A necessidade de uma visão geográfica dos dirigentes e povo existente no território, são pontos fundamentais que devem estar em consonância com as políticas territoriais, que na realidade serão o resultado dessas ações, trazendo o crescimento ou não dos Estados. O processo de coesão territorial é fundamental para existência do estado, portanto, sendo fundamental a manutenção de seu território liames espirituais entre habitantes, solo e Estado sendo comandada pelo poder central. O expansionismo geopolítico alemão do Século XX remete a essas idéias quando utiliza a pureza e necessidade germânica como um destino manifesto.

Vimos que a geografia política de Ratzel do qual muitas idéias serviram para geopolítica, não concordavam com seus fundamentos, portanto, outros geógrafos apesar de não concordarem com as idéias ratzelianas tentaram analisar como o próprio La Blache, de forma esparsa e de maneira mais “contudente” o Estado.

Camille Valux Maull estudando o papel da morfologia do Estado, tendo como preocupação ainda a dependência do homem com a natureza, a lei de desenvolvimento e a lei de unidades dos efeitos geográficos. Kjellén, criador da geopolítica, potencializou e fez uma série de analogias baseada no fortalecimento do Estado onde território conforme Azevedo (1955) era o corpo estatal, capital do estado, sendo o coração, as vias de transportes artérias, portanto, resume em três condições para os planos geopolíticos: a) grande espaço; b) ampla liberdade de movimentos; c) perfeita coesão interna.

Raffestin (1993) coloca a geopolítica como uma ciência do Estado, que concebe como um organismo geográfico que está em constante movimento analisando as concepções feitas pelos geopolíticos. Pensamento este, propagado por Karl Haushofer, que serviu de base para o Estado nazista e utilizável em qualquer Estado totalitário, portanto, sua propagação nos segmentos militares autoritários que controlavam o poder estatal.

No Brasil as idéias de Kjellén, Haushofer, Ratzel, Mackinder foram grandes influenciadores na geopolítica brasileira, sendo que na concepção de Costa (1992) adaptadas a realidade brasileira, foi colocada de forma acrítica pelos militares, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos e Europa. Alguns fatos são relacionados a sua introdução como desconforto de geógrafos a temas ligados a geografia política e por sua vez a geopolítica eram diretamente ligados ao autoritarismo do Estado. No entanto, alguns geógrafos como Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, se aproximam da geografia política, sendo considerados exceções no seu momento inicial.

Além da entrada tardia e introduzida pelos militares brasileiros, temos os primeiros críticos diante destes estudos, os cientistas políticos Shiguenoli Miyamoto e Leonel L. A. Mello. Somente nos anos de 1970, foi que ocorre um debruçar dos geógrafos no Brasil em virtude da recusa e “medo” a temas ligados a geopolítica e por que não dizer da própria geografia política, que giram em torno de questões territoriais, relacionadas a ordem territorial como sua grande extensão, localização, recursos e vias de acesso, são elementos que constituíram a estrutura de um Estado forte para muitos autoritário.

Para Miyamoto (1995), a geopolítica brasileira apresenta questões relacionadas ao centralismo do Estado, essa idéia é colocada por ele como anti-republicana, antidemocrática, antifederativas, que virará um debate ao longo do

processo histórico, em torno da escolha do regime político, como colocadas por Alberto Torres e Oliveira Viana no início da formação da República brasileira conforme relatado abaixo pelo Miyamoto (1995, p. 56):

As discussões sobre a centralização ou descentralização do poder, as suas vantagens e inconveniências, eram o tema de debates daqueles anos. A situação político-administrativa instável pela qual passa o país tinha responsável: a República. Era esta, aos olhos dos defensores do sistema unitário, a culpada, pois sob ela se deu a autonomia dos estados. Tal crítica, que vinham desde o início da história republicana, fundamenta-se no fato de que o Brasil simplesmente havia imitado o regime federativo vigente nos Estados Unidos da América. Esse regime, diziam eles, era praticável lá no hemisfério norte, mas o mesmo não se podia dizer dele aplicado aqui. Além disso, argumentavam o país sempre soube conduzir-se muito bem sob o poder central da coroa imperial dentro do regime unitário.

Uma visão autoritária que repercutiu em sua constituição, como Everardo Backeuser, um dos fundadores da geopolítica brasileira, que teve suas idéias escritas nos anos de 1920 ganhando força nos anos de 1930, em função das questões relacionadas a forma de constituição do Estado, tendo como preocupação, manter e solidificar a unidade nacional, teve também preocupações com separatismo e a fragmentação territorial. Na Figura 1, esse esquema é colocado em torno das questões internas e externas, tendo como prioridade principal a coesão territorial, entendida por ele como um Estado forte, que poderia repercutir na escala regional, sendo necessária a convergência das ações políticas, econômicas e sociais, utilizadas como estruturas para essa pretensão.

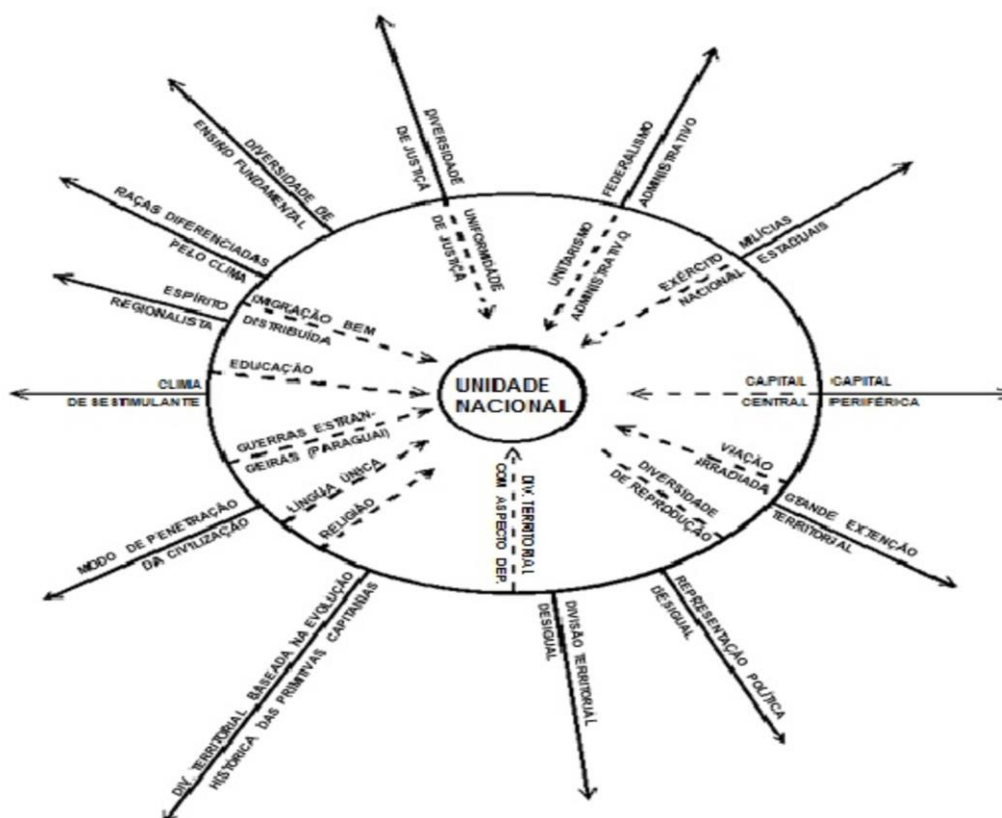


Figura 1: Esquema de Beckeuser para a Coesão Territorial.
Fonte: Miyamoto, 1995

Questões relacionadas a melhor posição da capital do país, fronteiras e divisão territorial são partes de seu repertório reflexivo demonstrado em seu livro “Problemas do Brasil: Estrutura Geopolítica” de 1933, como divisão territorial e localização de uma nova capital em virtude da grande extensão territorial e povoamento. Sobre as questões relacionadas a divisão territorial, tem-se a preocupação com o princípio da equipotência, onde as partes que compõem o todo devem levar em conta o equilíbrio territorial.

A constituição das unidades políticas deveriam ser estabelecidas, tendo área, clima, população e eficiência política, portanto, colocaria um fim no regionalismo, que poderia levar a fragmentação territorial. Essas medidas levariam o fortalecimento da coesão territorial e o aumento do poder central. Os limites estabelecidos devem ser preferencialmente geométricos, tendo mais o menos 100 mil km², levando-se em consideração os poderes oligárquicos fortalecidos muitas vezes pelo processo histórico, o resultado disso estaria concretizado em 64 unidades. Esse projeto é colocado na tutela da sociedade pelo Estado e ao mesmo

tempo a preponderância do território sobre a política como aponta Backeuser (1942, p. 32):

A divisão territorial do Brasil é, sem dúvida, basicamente um problema de geografia política. Minuciosa descrição das linhas de fronteiras internas, dos acidentes físicos, da condensação da população, da distribuição de riquezas, encheria a narrativa da paisagem geográfica. Assenhoreado que esteja dessas condições de vida da nação absolutamente da esfera da geografia política, pode-se, então, reexaminar a nossa divisão territorial á luz de conveniência geral do Estado, por ex., da unidade nacional, do equilíbrio das forças vivas, da equipotência das unidades federadas. Tal estudo, ainda que apoiado em condições geográficas, tem nítidos objetivos políticos; é, pois, problema essencialmente de geopolítica. Não importa ao acaso a solução apresentada como a melhor. Esta tanto pode ser uma redivisão, imparcial e fácil de todo o território, por meio de paralelos e meridianos, á moda anglo-saxônica dos Estados Unidos e Austrália, como pode ser reagrupamento de Estados, reunindo uns tantos pequenos, deixando intactos outros e parcelando dos maiores, com o grave período de acentuar o bairrismo daqueles em que se não tocasse, de incrementar o regionalismo em uma só unidade, ou de provocar justos protestos dos poucos que fossem subdivididos. Não importa, porém, repetimos o critério de redivisão. Será sempre um problema não de geografia, mas de política, de política ligada à geografia, isto é, de geopolítica.

O processo de divisão territorial para Backeuser poderia ser analisado e feito de dois pontos de vista, um da geografia política, no qual se preocupa com uma visão mais acadêmica e ao mesmo tempo descritiva e do outro ponto, como o da geopolítica tendo um caráter político e dinâmico e estratégico para o Estado portanto, sendo o mais indicado, sendo assim, fica claro a diferença que esse teórico faz entre geografia política e geopolítica e o papel que cabe ao Estado na organização territorial, que resulta no centro de gravidade do sistema geopolítico.

Backeuser apud Costa (1992) aponta que, a preocupação com a instalação de uma nova capital no centro do país, era parte das preocupações também no império, como visto em José Bonifácio, Varnhagem, na Constituinte de 1892 “Comissão Cruls”, aonde serviria como base para localização e estudos para a futura capital. Em sua concepção a capital no centro serviria para conquista da “*heartland*”.

Preocupações com a unidade nacional permanecem ao longo do período, tendo como foco um Estado centralista. O brigadeiro Lysias A. Rodrigues coloca que, as preocupações com o processo de coesão territorial sempre fizeram parte desde a época colonial, sendo herdada pelo país, que para contornar os problemas, foram constituídas os mais diversos tipos de redes, tanto no Império quanto na Republica, tendo como objetivo a articulação do territorial.

Preocupações com tendência desagregadoras colocada pelo brigadeiro, sobretudo com o advento da República ligadas a municipalismo e regionalismo de caráter separatista, portanto, apóia a “revolução” de 1930, onde coloca a importância de um Estado forte:

A impossibilidade material de estabelecer uma densa rede de ferro e rodovias submetidas inteligentemente pela rede de aerovias, que rapidamente cobre todo o país; a dificuldade de estender fios telegráficos por todo o território nacional é suprida com a implantação de postos radiotelegráficos por toda parte. Estimulou-se a navegação marítima e fluvial, organizaram-se os planos nacionais ferroviários e rodoviários, ao mesmo tempo em que uma centralização enérgica era desenvolvida pelo Governo Federal, cortando uns regionalismos doentios, coibindo expansões políticas absolutas, estabelecendo uma só bandeira, a nacional, um só hino, o do país, sob a mística soberana: “Grande, só o Brasil (RODRIGUES apud COSTA 1992, p.200).

Pensando na grande extensão territorial e na melhor forma de sua organização, sobretudo nos estados com grandes extensões territoriais como Amazonas, Pará, Mato Grosso são denominados como “monstruosidades geográficas”, a divisão deve ter como preocupação a neutralização do regionalismo e reforço da unidade nacional. Rodrigues apoiava a transferência da capital para o interior do país, divergindo apenas em sua localização, que para ele, deveria está assentada no Triângulo Mineiro, devido as redes de circulação e sendo fundamental para a articulação do território já existente que poderia beneficiar a nova capital do país.

A análise do Geógrafo Vesentini (1986) mais contemporânea sobre a construção de uma nova capital na região central do país é colocada como estratégia política para o afastamento das pressões sociais dos grandes centros, portanto, sendo “protegida” dos movimentos populares, sua forma geográfica, em sua visão, tem como objetivo, neutralizar os movimentos sociais. Esses fatos são contestados por Costa (1992) onde coloca que, apesar de sua visão crítica dos processos de constituição de uma nova capital, o autor cai no espacialismo geográfico, onde centraliza suas análises somente nos aspectos do espaço e não no movimento da sociedade.

Os problemas com a coesão, regionais, separatismo, circulação são partes componentes dos pensadores geopolíticos tendo um caráter de âmbito interno, estes elementos podem ser visto no geopolítico general Mário Travassos, que vai suceder os demais, tendo preocupações de caráter externo, pensando na projeção

brasileira e no continente sul-americano. Sua teoria teve grande repercussão fora do país, sendo que este tema será discutido no capítulo dois.

Para Couto e Silva (1981), suas preocupações giram em torno de questões relacionadas a política e ao território nacional tanto interna quanto externa sob a égide da estratégia militar, tendo como objetivo, o Estado forte, centralizador e realizador, concretizando as aspirações nacionais. Influências de Ratzel e Mackinder são observadas em suas análises com termos como, espaço, posição, circulação, “*heartland*” entre outros, que servem para analisar o território em seu aspecto interno e externo, seu pensamento ao mesmo tempo é uma continuação e uma sofisticação das análises geopolíticas.

Suas interpretações devem ser contextualizadas ao pós-guerra, ou seja, nas relações leste-oeste e a presença hegemônica dos Estados Unidos. Em suas interpretações, o Brasil teria um papel de destaque na América do Sul pela sua posição, sendo o “guardião” da América do Sul contra a ameaça do comunismo e proximidade política, cultural como os mesmos ideais da civilização cristã, democrático-liberal.

A posição do Brasil como guardião, protetor, representante dos Estados Unidos no continente, era baseado nas proposições do geopolítico Nicolas Spykman (1942), onde países como Argentina, Chile e Brasil seriam fundamentais para o afastamento dos ideais soviéticos, sendo nosso país estratégico em função do promontório nordestino, que serviria de base para incursão dos Estados Unidos numa possível guerra. Portanto, essa posição benéfica colocaria nosso país como representante do continente. Dentre as preocupações Couto e Silva (1981, p. 23) tem como principal preocupação, a doutrina da segurança nacional, ou seja, a proteção do Estado brasileiro.

Resultada daí haver o conceito de Segurança Nacional, entendido – é claro – na sua mais ampla e ativa acepção, permeando aos poucos o domínio todo da política estatal, condicionando quando não promovendo ou determinando todo e qualquer planejamento, seja de ordem econômica, seja de natureza social ou política, para não falar dos planos propriamente militares, tanto de guerra como de paz.

A visão geopolítica de Couto e Silva (1981) atenta para uma estratégia nacional, portanto, indo além de um plano de governo tendo que levar em

consideração a grande espaço territorial, distribuição irregular da população, problemas de articulação territorial do qual resulta em “vasto arquipélago”.

Em sua estratégia de integração de 1952, o princípio utilizado vai ser o baseado na regionalização e núcleo central. Portanto, em sua idealização define o núcleo central constituído pelo triângulo estratégico Rio – São Paulo – Belo Horizonte, colocado como “coração do país”, acompanhado três “penínsulas” no Nordeste, Centro-Oeste e Sul e uma ilha constituída pela Amazônia, sendo a articulação interna istmo de articulação, ou seja, vias de comunicação entre o núcleo e as penínsulas. Essa sistematização é denominada manobra de integração do território nacional em três momentos como abaixo é visto

1ª – Particular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração; 2ª – Impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro para o que se combinarão o processo da macha de azeite preconizado por Lyautey e dos núcleos avançados atuando como pontos de condensação; 3ª – Inundar de civilização a hiléia amazônica a coberto dos nódulos fronteirços, partindo de uma base avançada constituída no Centro – Oeste, em ação coordenada coma progressão E-O, segundo o eixo do grande rio (COUTO E SILVA, 1981, p.47).

A primeira fase e articulação (Figura 2) seria a ligação entre o núcleo central e as penínsulas por via de ligação tendo ainda a preocupação com tamponamento do território através de territórios federais na zona de fronteira. O segundo momento é aumentar a influência do núcleo central e articulá-lo com a plataforma central, com o objetivo de avançar na integração dessa península e ao mesmo tempo promover o povoamento. O terceiro momento seria o povoamento da grande ilha por nódulos fronteirços, que teriam como função o tamponamento, objetivando a proteção das fronteiras e resguardar o território para uma possível ocupação e a integridade do território brasileiro, tendo como base avançada a calha do rio Amazonas no sentido E-O.

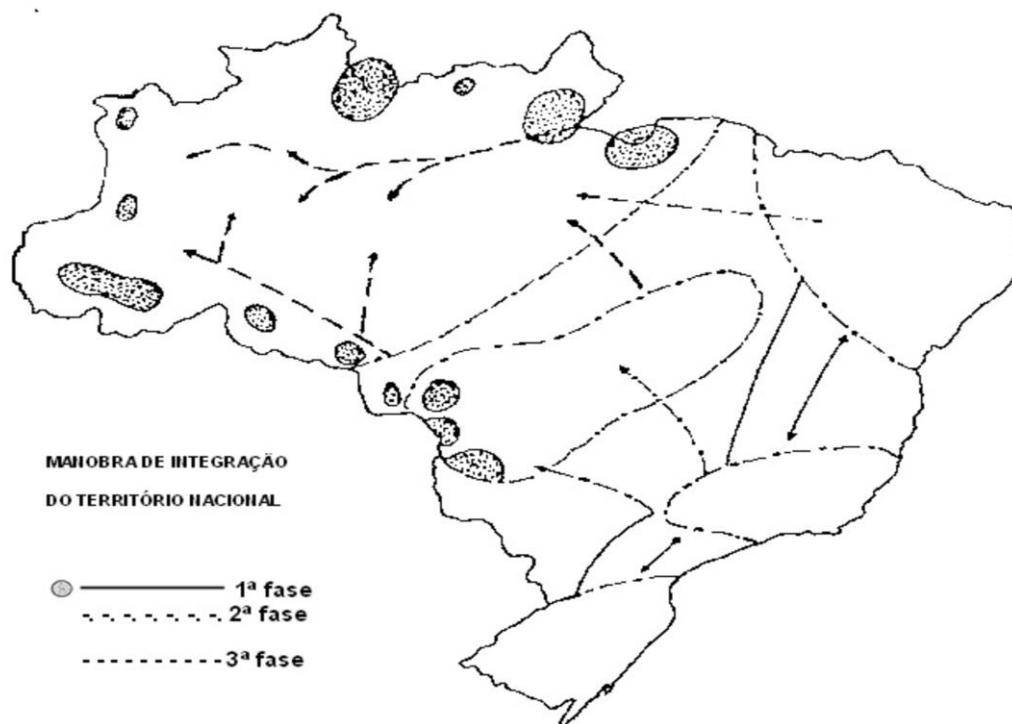


Figura 2: Esquema geopolítico de Couto e Silva.
Fonte: Couto e Silva, 1981.

Tratando a respeito da “*heartland*”, sugere a dinamização econômica e o povoamento da região, principalmente do Estado do Mato Grosso. Para Couto e Silva (1981), o problema das tensões estava no Uruguai e não na Bolívia, diante de sua própria construção histórica, que varia conforme o tempo, entre as disputas de influências travadas entre o Brasil e Argentina.

A retomada de suas idéias em 1952 faz algumas observações como, substituição da matriz econômica agrícola pela indústria, fortalecida com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, como a modernidade das instituições sociais e vê como positivo o processo de urbanização, sendo ainda necessário o avanço dos objetivos nacionais permanentes que guiará ação geopolítica.

Em sua visão o municipalismo, federalismo deve ser parte integrante do pacto federativo, no entanto, de forma moderada e controlada pelo Estado seu processo de regionalização. Retomando a essa proposta em 1960 Couto e Silva (1981) aponta para o progresso das comunicações, aumentando a integração e expansão do núcleo central, onde chama como primeiro “*heartland*” em direção ao Mato Grosso, observa também a constituição de um “bloco metropolitano” constituídos por frentes pioneiras e destaca a articulação N-S e L-O.

A região central é denominada por segundo *heartland*, onde serve como base para ampliação das frentes pioneiras e ampliação da área central em sua direção, servindo de base para integração da Amazônia. A esse respeito, Couto e Silva (1981) observam uma nova forma de organização territorial que foi modificada depois dos anos de 1950, onde se tinha ainda a existência de economias regionais organizada pelas capitais regionais fechadas sobre si mesmas. A “quebra” desse modelo ocorre com os incentivos fiscais, de acordo com Oliveira (1993) através da constituição da Superintendência do Nordeste (SUDENE) e Superintendência e Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Repensando a estratégia de povoamento e dinamização do território em suas diferentes esferas, Oliveira aponta o papel fundamental dos nucleamento básicos, tendo o seu núcleo central do sudeste, sendo o pólo dinâmico do território. A Amazônia passa a ser uma região, área geopolítica onde era denominada de “ilha”, tendo como núcleos de povoamento e dinamização Belém, Macapá, Santarém e seu centro gravitacional ocidental em Manaus. O segundo Couto e Silva (1981, p. 171):

Geopolítica e Geoestratégia de integração e valorização espaciais, de expansionismo para o interior, mas igualmente de projeção pacífica no exterior, de manutenção de um império terrestre e também de ativa participação na defesa da Civilização Ocidental, de colaboração íntima com o mundo subdesenvolvido do continente e de além-mar e ao mesmo passo de resistência às pressões partidas dos grandes centros dinâmicos de poder que configuram a atual conjuntura.

No âmbito continental (Figura 3) , temos a constituição de áreas de manobras fundamentais para ações militares em sua atuação e as estratégias geopolíticas, sendo a primeira área constituída pela plataforma de área um central, onde comanda e organiza o todo territorial. Área dois Amazônia, região de baixa densidade necessitando uma maior integração e tamponamento tendo ultrapassando os limites territoriais do país. Área três região Platino- Patagônica, onde as relações de forças devem ter atenção em função dos fatos históricos e das disputas travadas entre Brasil e Argentina nos países pendulares como o Uruguai. Área quatro, área de soldadura estratégica na constituição do território brasileiro em função de sua ligação com as demais regiões. Área cinco do Nordeste, correspondente ao promontório nordestino, onde é fundamental para manobra contra ataques externos e ao mesmo tempo servindo como projeção no atlântico sul.

Além da preocupação com proteção do território as estratégias geopolíticas são baseadas com preocupação com coesão territorial e ao mesmo tempo, com o fortalecimento do país no conjunto do continente sul-americano. Concepção apontada por Couto e Silva (1981) como zonas operacionais do qual sob a liderança e influência do Brasil seria estruturada a América do Sul, portanto, extrapolando as fronteiras nacionais.



Figura 3: Áreas de manobra para estratégia geopolítica brasileira na visão integrada
 Fonte: Couto e Silva, 1981.

As idéias de Couto e Silva (1981) vão refletir no ultimo representante militar da geografia clássica dos militares, tendo como influências a geopolítica de Travassos e Couto e Silva o contexto das idéias de Mattos (1975) é parte de um discurso triunfalista onde é baseado na Idéia de Brasil Potência, tendo como preocupação as questões internas, externas do Estado brasileiro. Para Mattos (1975) a Escola Superior de Guerra (ESG) é um importante centro estratégico para o desenvolvimento brasileiro.

Na constituição do Brasil Potência, deve ter como elementos fatores territoriais, populacionais, capacidade tecnológica e etc., sendo estes de grande relevância do país que podem levar ao Brasil Potência, fato esse que será

alcançado até o ano 2000. Para alcançar essa meta tem-se como base o desenvolvimento econômico, valorização do território, capacidade industrial e militar com o objetivo de dissuasão, sendo fundamental o, apoio ao acordo nuclear Brasil e Alemanha para uma futura independência tecnológica.

O poder nacional e projeções devem fazer parte da constituição de uma elite auto-investida no controle do Estado para direcionar a sua vocação de grande potência. Daí a importância da ESG, o processo de modernização do país não estava diretamente ao aumento da atuação da sociedade civil e sim do papel do Estado em direcionar os rumos do país, portanto, uma modernização conservadora que deve ser feita a qualquer custo. A respeito da ESG e sua formação Trevisan (1985, p. 55) coloca da seguinte forma:

A Escola Superior de Guerra distinguia-se do modelo americano até porque ali eram estudados os fatores políticos e diplomáticos que podiam condicionar a política da segurança nacional; mas, sobretudo, porque a instituição admitia também civis entre seus estudantes. Assim, a ideologia da Escola circulava numa elite brasileira, tanto militar, quanto civil: entre 1950 e 1967, cerca da metade dos diplomados na Escola eram civis. Depois do golpe de Estado, os postos-chaves militares e civis foram quase completamente confiados a personalidades formadas na Escola Superior de Guerra.

Um dos exemplos colocados é o Plano de Integração Nacional cortando paralelos e meridianos que foram fundamentais para a articulação territorial, viabilizando o início da exploração de recursos na Amazônia. Portanto, em sua concepção Mattos (1977, p. 106) coloca que “capacidade em captar os estímulos geográficos emanantes do território e transformá-los em estímulos geopolíticos”. Mattos compartilha com os ideais da vocação brasileira continental conforme Travassos (1931) em direção ao norte e noroeste, a extensão das rodovias, são fundamentais numa região como a Amazônia, repercutindo na projeção do país, refletindo nos nudos e pasos e promovendo o intercambio fronteiro.

A Amazônia ganha destaque em suas análises, onde faz um levantamento histórico no processo de ocupação, centrando-se na análise dos anos de 1970 no governo do General Emílio Médici com o Plano de Integração Nacional (PIN) e Ernesto Geisel com o Programa Polamazônia é ressaltado por ele a importância dos pólos de desenvolvimento implantados na Amazônia e Nordeste, onde servem como base para a constituição e ampliação de vias de acesso a região como as estradas.

A expansão para o noroeste constitui um ponto importante para a constituição da Pan-Amazônica, ou seja, a cooperação entre os países amazônicos que fortaleceria o papel do Brasil na região como protagonismo em função de suas ações territoriais e controle histórico na região, sendo um ponto importante nessa concretização, o Tratado de Cooperação Amazônica em 1978 como visto por Mattos (1980, p. 23): “implementado o Tratado, passará a Amazônia a viver o seu destino de terra de contatos. Será a plataforma de conexões coma região platina, com planalto brasileiro, com as nações andinas e com os grupo das Guianas”.

No fortalecimento, ameaças externas dos Estados Unidos, Europa diminuiriam em função desse condômino, tendo como meta políticas integrativas entre as amazônias, sendo possível, portanto, a captação da hinterlândia, e fazendo parte desse projeto a constituição de pólos de irradiação fronteiriços com o objetivo de aumentar a influência brasileira.

Losano (2005) coloca que seus objetivos para obtenção do controle fronteiriço, partia de cooperações com os demais países, como na construção de estradas, portos, barragens e hidrelétricas com a Argentina, Uruguai, Paraguai no entanto, o Brasil deveria está sempre comandando o processo de cooperação.

Outra estratégica fundamental ao país e seu protagonismo na bacia do Atlântico Sul, em função de seu potencial ligado ao projeto Brasil Potência, em sua visão, o que leva naturalmente o papel do país no oceano Atlântico Sul e uma aproximação com os países africanos, em função de sua costa está diretamente ligada ao Brasil o que daria um sistema estratégico importante na contenção dos interesses soviéticos.

Fazendo uma crítica as “velhas” teorias geopolíticas dos militares, partindo de vários segmentos entre eles, um militar o coronel da reserva Geraldo L. Calvagnari Filho, aponta a fraqueza da estratégia militar colocada pelos geopolíticos anteriores onde rejeita o discurso Triunfalista baseado no “Brasil Potência”, colocando que essa possibilidade deve ser vista, mas como uma ideologia onde alguns problemas internos, como distribuição de renda, dependência tecnológica, baixo investimento em tecnologia e algumas variáveis típicas de países subdesenvolvidos existentes no país, levavam no máximo ao país a uma potência de médio poder em função da própria atuação dos Estados Unidos no continente.

Conforme Costa (1992) tendo em vista esse crítico da geopolítica, o ideal proposto pelos militares estava longe da realidade em que o país se encontrava fato

esse considerando, portanto, um dos grandes erros nas análises posteriores desses teóricos foi apenas uma leitura de dados brutos sem levar em consideração seus aspectos qualitativos. Para Filho apud Costa (1992) as interpretações diplomáticas eram mais prudentes e realistas do que a elaboração ideológica da geopolítica feita pelos seus pares ao longo do período da histórica, que em sua visão era forma de adaptação grosseira ao país, a esse respeito, no processo não só de crítica, mas renovação.

As “velhas” geopolíticas ainda prevalecem como ponto fundamental de compreensão das análises espaciais, as estruturas atuais do estado brasileiro demonstram a busca dessas orientações baseadas nos teóricos, denominados por nós de modernos, que tem como ponto de nascedouro Backeuser, estendendo-se até Mattos, passando por um uma década de estacionamento. Nos anos de 1980, muitas vezes denominada década perdida, em função da crise econômica que abatia o Brasil e o “esquecimento” dos preceitos geopolíticos, retomando na década seguinte por nós, chamadas do período de retomada, onde convivemos com várias discussões teóricas e práticas geopolíticas, dada pelos Estados e diferentes atores territoriais, convivendo com “velhas” e novas abordagens. Por isso, achamos precipitado em determinar uma visão unilateral, sobretudo baseada pelas concepções integracionistas, que terminam escamoteando as disputas no campo da arena política, que é essência das disputas geopolíticas, em nossa visão, veremos a seguir questões relacionadas a geografia política e geopolítica e seu processo de renovação que remete diretamente a geopolítica.

1.3 A GEOGRAFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA E A APLICADA HOJE

As mudanças no quadro internacional caracterizam as novas tendências das ciências sociais refletindo nas mudanças do cenário internacional, para geografia política e geopolítica tendo como preocupação o território é poder.

A retomada da geopolítica, como já abordado anteriormente, começa nos anos de 1970, onde existe uma crítica e uma busca aos seus postulados, onde prevalecem com grande preponderância nas análises da geografia política. O geógrafo Yves Lacoste foi um dos principais teóricos nesse sentido e ao mesmo tempo de afirma que a verdadeira geografia estava posta dentro da geopolítica,

portanto, contrariando a dicotomia feita entre boa parte dos geógrafos existente até no momento.

A importância vista por Lacoste está na estratégia utilizada pelo Estado e os diferentes atores que atuam, planejam e projetam o espaço, sendo assim, em sua interpretação a geografia institucionalizada no Século XIX, teve como comprometimento despotilizar a geografia e ao mesmo tempo mascarar a importância do espaço como estratégia política de ação, constituindo assim, a geografia dos professores, onde os dados espaciais eram colocados de forma descritiva e ao mesmo tempo, a constituição da geografia espetáculo, onde a descrição de paisagens fazia parte de seu repertório (LACOSTE, 2012).

Outra vertente menos popularizada e restrita aos protagonistas sociais e denominada por ele por “Geografia dos Estados maiores”, utilizando e fazendo uma leitura de forma estratégica, onde cartas e mapas são essenciais na compreensão e leitura do espaço.

Com o fim da Guerra Fria e desagregação da União Soviética, o advento da globalização representam uma nova forma de organização do mundo e ao mesmo tempo modificações de compreender o Estado nacional trazendo novos temas, como apontado por Castro (2009, p. 21):

Novos suportes teórico-metodológicos, como a perspectiva da análise espacial, incorporada nos estudos de geografia eleitoral, e da economia política, de inspiração marxista, contribuiram intelectualmente com esta agenda ampliada.

Saindo da linha mais voltada da geopolítica, abordando temas diversificados da geografia política, ou seja, o aumento pelas questões políticas tendo privilegiado como categoria e análise o território. Atualização do temário da geopolítica através de análise de atuações de empresas, organizações, comunidades que refletem na constituição do mundo atual, que tem como grande resultado o fim da Guerra Fria, do mundo soviético e da emergência de novos atores territoriais dentre eles os estados emergentes. Um dos pontos apresentados dentro deste novo cenário é apontado como o declínio do Estado, o avanço das relações econômicas e desenvolvimento tecnológico, sendo um dos elementos colocados e o processo de mundialização das ações políticas e repercussão de seu desenvolvimento.

Dentro dessa nova perspectiva é colocada a emergência das atividades econômicas, mas particularmente das grandes empresas e suas políticas internacionalizadas repercutindo dentro do direcionamento das empresas internacionais. O papel desempenhado por esse poder de decisão de interferência na economia dos países que ocorrem de forma desigual pode ser vista em Raffestin (1993, p. 247) onde aponta que, essa viável termina repercutindo nas ações de estratégias adotadas pelos estados no mundo:

Enquanto as relações forem marcadas pelo cunho de dominação, as transferências tecnológicas continuarão a ser desviadas. Como chegar a uma nova ordem tecnológica segundo a fórmula emprestada de Maximo Halty? Pode-se distinguir três tipos de tecnologia: a tecnologia alienada, cedida em virtude de um acordo particular, que é a informação não-livre, secreta, cristaliza de uma forma complexa nos produtos, capitalizada nos bens intermediários e nos bens de capital; a tecnologia socializada, disponível e acessível sem restrição, que é a formação livre; e, enfim, a tecnologia “encarnada”, o conhecimento de base, o saber fazer assimilado pelos homens.

O advento da tecnologia em seu processo de mundialização, são um dos elementos nas análises políticas que estabelecem a constituição de novos poderes, como também, surgimento de blocos regionais, na visão de alguns teóricos que poderiam suprir o atual formato dos Estados Nacionais, passando a constituição de uma federação, entretanto, o que observamos hoje é a constituição desses grandes mercados, que ainda causam muitas divergentes dentro daquela concepção mais romântica, em que se acreditava em uma harmonia plena.

Estes temas foram estudados por Mackinder e pelo próprio Marx, temas atuais, que repercutem nas análises da geografia política e na geopolítica. A diversidade de varias áreas do conhecimento (das demais ciências) leva ao ponto de uma necessidade de interlocução com as demais áreas, ponto observado por Hatshorne, onde os demais geógrafos da escola norte-americana já observam e faziam junto com essas análises a ecleticidade de fatores que devem conter as análises dos dois ramos, como adverte Costa (1992, p. 329):

A sobrevivência de velhas práticas políticas, e de estruturas econômicas atrasadas em meio a novíssimas tendências, cuja dinâmica tem sido irradiada de antigos e novos centros hegemônicos mundiais, compõem o cenário de contradições profundas, que não comporta interpretações fechadas e definitivas. Ao que tudo indica como já ocorrera em outros períodos de transformações aceleradas (antes durante e após das guerras mundiais, crises econômicas e revoluções, por exemplo), também agora as

dúvidas dos analistas corresponderão certamente à incertezas diante dos processos em curso no futuro.

Notamos que essas observações apontadas por Costa (1992) demonstram a complexidade e a pluralidade das análises feitas pela geopolítica, em virtude da constituição de cenários, que convivem com um leque de pluralidade metodológico e ao mesmo tempo de diferentes correntes de interpretações. Vesentini (1986) chega a definir este “modelo” com geopolíticas, onde se tem diferentes formas de atuação e interpretação do mundo.

Alguns autores já interpretam como Kevin Cox (1979) tendo como análise as escalas subnacionais e forças estruturais para compreensão dos processos políticos pela geografia eleitoral. Outro teórico importante na contribuição foi John Agnew em 1998 que aponta como método principal e análise de abordagens, o uso da escala geografia, acabando a problemática em sua concepção sobre uma visão reduzida e holística (CASTRO, 2009). Na constituição de novas análises, temos os resgates das ideias de Jean Gottmann (2012), com sistema de movimentos que é caracterizado por qualquer circulação no espaço, o segundo sistema e de resistências onde pelas iconografias, estes sistemas tendem a se estabelecer numa lógica dialética, dependendo da ação e do momento histórico de cada um desses elementos, ele caracteriza o mundo.

O Sistema Mundial ou teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein relata que a trajetória do capital no mundo e sua forma de distribuição e atuação desigual, utilizando categorias divisão internacional do trabalho, centro, periferia, semiperiferia são por eles trabalhados dentro dessa perspectiva dando uma noção geral da constituição do sistema de países.

Raffestin (1993) coloca como fundamental que a análise política não seja centrada apenas na figura do Estado, tendo como ação outros atores territoriais que constituíam o poder ou novos poderes como vários tipos de “organizações”, tendo estratégias simples e complexas. Nas inovações, temos a revista Hérodote, criado pelo grupo francês liderado por Yves Lacoste, dando ênfase a estrutura estatais condicionadas aos interesses e poderes dos grupos locais e regionais, tendo em vista ainda sua relação nacional, tendo como perspectiva a geografia crítica na compreensão entre as contradições existentes entre sistema-estatal territorial. Lacoste aponta essa dicotomia presente no mundo atual como colocado por Costa (1992, p. 337).

Com isso Lacoste defende o desenvolvimento de um campo sistemático de estudos do que denomina de “geopolítica interna” que, a exemplo da “externa”, sempre estará diante de fenômenos marcados por conflitos e “rivalidades” essencialmente políticos, e suas relações com o território. Em suma, ele observa, o que está em jogo, nos dois casos, é luta pelo poder.

A constituição da federação parece ser um dos elementos constituintes da teoria lacosteana, como a questão do centralismo e descentralismo, sendo que, esses pontos já foram colocados por antigos geógrafos políticos e geopolíticos, que parecem aparecer de forma clara nessa perspectiva. Dentro de uma perspectiva das relações estabelecidas pela relação entre poder e território observa a constituição dos atores territoriais e o Estado, como no caso de Bertha Bercker, que ressalta a importância de geopolítica numa perspectiva de análise do território a coesão velada, onde passamos de processo de colonização para um controle territorial distante, com o uso do território sendo os fluxos e redes que repercutem na aceleração dos eventos.

Costa (1999, p. 32) já em suas análises atuais, aponta para o processo de integração no mundo particularizando para o caso da América do Sul e Brasil onde estabelecem como novas tendências:

O resultado material (concretamente geografizado) desse século de disputas e pouca disposição para a cooperação na estrutura de circulação sulamericana é hoje facilmente observável, para desespero dos que têm pressa 110 processo integrador e gáudio das empresas de construção civil e de potenciais controladores e participantes de consórcios internacionais que financiarão e explorarão as futuras rodovias, ferrovias, hidrovias, pontes, túneis, portos, etc.

As análises de Costa (1999) apontam para a importância do processo integracionista, fato este, colocado por geopolíticos como o fim da guerra fria, onde processos de integração como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Aliança do Pacífico são fundamentais para os processos integracionistas, reforçando os laços econômicos e mais aprofundados como no Mercosul para o desenvolvimento.

Becker (2007, p. 273) aponta que, a retomada da geopolítica é patente nos dias atuais, tendo como foco central a prática do poder no espaço geográfico, aponta-se para necessidade da recusa do Estado, como o único elemento estruturador do sistema mundial, por sua vez atingindo o temário geopolítico como é visto abaixo:

A questão que se coloca é, portanto quais os condicionantes dessas transformações e como eles afetando a Geopolítica. Embora o contexto histórico seja ainda de transição e instabilidade, algumas tendências estão se definindo. É possível reconhecer que os elementos constitutivos dessa mudança são a revolução científico – tecnológica, que transforma a base tecnoprodutiva da economia, da economia, gerando mudanças de organização da produção e do trabalho – e a crise ambiental, que impõem novos padrões de relações com a natureza e com seus recursos. Ambos estão redefinindo os estilos de vida, a ética e a cultura, a dinâmica político-social e organização do espaço global e dos territórios nacionais, e a Geopolítica.

A contração espaço-tempo, mudança de tecnoprodutiva, tendo como pano de fundo as questões ambientais, estabelecem novas formas de organização do espaço mundial e que ainda estão em cursos. A proximidade da geopolítica não é aleatória em função da retomada da ação instrumentada pelo Estado Brasileiro, tendo ainda como força de tradição, apesar de alguns geógrafos fazerem diferenças simplórias e até preconceituosas em função de sua demonização a esse respeito, iremos verificar essa vivacidade nas análises travassianas, que servem como norte para políticas territoriais atuais no território brasileiro.

CAPÍTULO II

2. MARIO TRAVASSOS E A GEOPOLÍTICA DE ESTADO

2.1. TRAVASSOS E SUAS OBRAS SOBRE A GEOPOLÍTICA

Para compreendermos o General Mário Travassos é necessário atentarmos para algumas influências fundamentais quando se refere a sua obra, que está diretamente ligada a visão de sua vida, resultando numa visão estadista, ou seja, ligado aos problemas do Estado e de sua projeção. O determinismo seria parte integrante de sua análise e os elementos naturais que constituem o território, bem como, as vias de comunicações. Essa “identificação” está ligada diretamente com os elementos geográficos, que é base integrante do território, sendo uma parte determinante para a ação de qualquer política territorial adotada por dirigentes governamentais e para o processo de integração territorial. Nesse primeiro momento, ela servirá como ponto central para tomada de decisões no que se refere as políticas dos Estados, sendo fundamentais também para Ratzel apud Pfrimer (2011) que foi um dos primeiros a fazer essa correlação entre os fatores naturais e suas reais potencialidades no uso político do solo, dentro de uma concepção estatal como já salientamos no capítulo anterior.

Outro teórico bastante influente na análise travassiana foi Halford J. Mackinder (1861-1947) que com sua teoria do poder terrestre, denominada no primeiro momento de “área pivô¹”, porção da Ásia que em sua concepção seria uma área de decisão geopolítica do mundo. Pois, o seu controle e contenção por parte da Europa, far-se-ia necessário devido as possíveis ameaças de todo tipo de invasão e influência diante da Europa e pelo seu próprio potencial com a existência de uma grande quantidade de matérias-primas, podendo tornar-se muito poderosa. Mackinder

¹ De acordo com Albuquerque (2013, p.154-155) “O conceito de “área pivô” seria, mas tarde, modificado pelo próprio Mackinder. No livro *Democratic Ideals and Reality: a study in the politics of reconstruction*, de 1919, esta é redefinida como *heartland* ou “coração da terra” numa tradução livre. O *heartland* era menor que a “área pivô”, reduzido de 23 para 13 milhões de km², e acredito que essa redução de área tenha sido requerida pelo autor, à medida que se cristalizava o retorno do poder alemão no centro geográfico da Eurásia e o “renascimento da Grande Rússia” após a vitória bolchevique”.

com o desenrolar dos fatos (após I Guerra Mundial) diminuiu a área de abrangência, restringindo-a ao estado russo, onde coloca as áreas adjacentes necessárias, denominadas *Rimland*², para sua contenção por parte da Europa, causando assim, uma grande atenção na contenção do “coração do mundo”. Esta teoria foi transplantada para o Brasil pelo general geopolítico Travassos conforme a visão de Miyamoto (1995), Albuquerque (2013b) através da interpretação dos fenômenos sul-americanos que tinham a Bolívia como o estado pivô do continente. Outros analistas geopolíticos como Vlach (2003) e Costa (1992) o enquadraram não somente como adaptador de idéias trazidas da Europa, mas, sobretudo, como teórico requintado, sendo assim, difere dos demais teóricos geopolíticos por sua originalidade suas propostas.

Outro teórico não menos importante para sua base interpretativa é Rudolf Kjellen, que trouxe importantes contribuições para obra travassiana. Kjellen concebia o Estado como um organismo e ao mesmo tempo como foco do poder social, assim como Binimelis (2006). A popularização de suas idéias ocorreu no artigo intitulado “*As Grandes Potências*”, publicado em 1905, onde seria considerado o primeiro sistematizador da geopolítica moderna, que teve como fonte de inspiração Ratzel e sua obra *Geografia Política* (1897). Kjellen concebia as características geográficas entendidas como fundamentais para o desenvolvimento político e sua governabilidade sua influência em Travassos (1935) pode ser colocada pela a importância do Estado e seu destino manifesto como única fonte de poder.

Essas idéias estruturadoras serviram como base para seu importante livro a “*Projeção Continental do Brasil*” ocorrido na década de 30 do século XX, tendo como preocupação os desígnios geopolíticos de áreas interiores, que constituem como “áreas de manobras”, servindo para organização interna e projeção do país no cenário sul-americano. Silveira (1997, p. 16) coloca da seguinte forma essa publicação;

Inicialmente intitulada *Aspectos geográficos Sul-Americanos* (1931) e, após, *Projeção Continental do Brasil*, a obra de Travassos fundamenta sob o ponto de vista geopolítico, a posição do Brasil no subcontinente e sugere os

² Conforme Dias *apud* Santos (2012, p. 191) essas áreas exerciam uma dupla funcionalidade no poder terrestre e marítimo “(...) o domínio do mundo passa pelo domínio do *Heartland*, que por sua vez carece da conquista prévia do *Rimland* e que neste quadro, seria necessária a existência de uma política intervencionista permanente, numa solução híbrida entre o poder continental e o poder marítimo, havendo que selecionar as regiões ou áreas onde intervir, sendo que estas fariam parte de *Rimland*”.

rumos de uma política exterior capaz de conduzir o país a uma posição de supremacia, suplantando o rival histórico neste caso, a Argentina. Vale ressaltar, que o pensamento geopolítico de Travassos sistematiza e atualiza, na década de 30, os padrões históricos do Brasil e Argentina.

A mudança do nome³ em sua segunda edição, em 1935, coloca em evidência a estratégia geopolítica a ser adota pelo país no continente, as preocupações com a Argentina e as medidas que deveriam ser tomadas para sua neutralização geopolítica no continente. O livro foi popularizado em todo continente ganhando uma versão em espanhol, sendo estudado pelos militares argentinos e ganhando uma projeção externa no âmbito, sobretudo, da América do Sul.

Na esfera interna a teoria travassiana corresponde a uma fase fundamental do país, onde requer a superação de vez da economia argentina, despontando como a principal economia sul-americana, preocupação essa notada por Travassos, onde observa a robustez econômica desse país a partir de 1880 até a metade do século XX. Sendo assim, o processo de ampliação das comunicações argentinas nos países sul-americanos como na Bolívia, correspondem a ampliação da mesma, necessitando de vários ajustes internos infraestruturais para a capturação boliviana, no entanto, para o Brasil isso refletiria na própria coesão territorial⁴ do país.

Refletir sobre esses fatos, tem como principal preocupação a política exterior que era norteadas pelas idéias geopolíticas estabelecidas na ascensão do país, fato este também observado por Barros (1941) que chegou a enfatizar que isso ocorria em função da interpretação de Travassos, aos fatos externos do país devido às pretensões argentinas. A necessidade do equilíbrio de forças continentais entre os dois oceanos, Atlântico e Pacífico e as bacias do Prata e do Amazonas, são partes integrantes dessa política apontada por Travassos, que segundo Barros (1941, p.54) só seria possível se “o Brasil estendesse uma rede de comunicações que correspondesse à projeção da rede ferroviária argentina.”

A eficiência das redes de comunicação argentinas, sobretudo, a ferrovia dão a hegemonia desse país no continente. A neutralização das comunicações desse país deverá ser feita por ofensiva brasileira, com a constituição de algumas próteses territoriais. Além de ressaltar a influência dessa prótese, Travassos (1935) mostra a

³ A mudança do nome do livro deixa claro o propósito de Travassos, que era alertar os vizinhos para uma política mais explícita e expansionista do país, diante de suas fronteiras.

⁴ Travassos acredita que a Bolívia era o ponto decisivo da coesão e desagregação territorial brasileira, por estar ligada a dois sistemas geográficos: o Amazônico e Platino, portanto, seria um ponto de radiação para qualquer país que a domina-se, daí a preocupação com a Argentina.

importância do sistema interno geográfico, que segundo o autor, é um conjunto de disposição de elementos geográficos que conferem uma qualidade ao espaço utilizado na sua transformação em território, sendo potencializados pela ação humana em seu uso e destino e ao mesmo tempo servindo como estratégia política.

A constituição de próteses geográficas baseados na concepção de Santos (1994)⁵ dá um aspecto ainda maior na constituição da configuração geográfica. Nessa análise tem-se a constituição dos sistemas externos constituídas pelos oceanos, Pacífico e Atlântico. Esse fato reflete na posição do continente sul-americano diante das bacias oceânicas, tendo como intenção mostrar o papel dessas bacias na constituição dos fluxos econômicos, ressaltando a vantagem do Oceano Atlântico, onde perpassam a maioria dos fluxos econômicos se comparado ao Pacífico. Isso ocorre porque os aspectos geográficos são favoráveis ao Atlântico, em função desse comportar-se com maior facilidade a localização de portos e ao mesmo tempo, ter como conformação a capturação da bacias de drenagens Amazônica e Platina, pois os dois sistemas internos dão acesso a força desse oceano (Atlântico ou Pacífico), portanto, captando os sistemas para uma repercussão externa

. As bacias internas constituídas pelo Amazonas e Prata, formam um antagonismo interno (externamente isso ocorre entre o Atlântico versus Pacífico) dado por sua localização, uma no norte e outra no sul e ao mesmo tempo por sua produção econômica, em menor escala na primeira e com maior pujança na segunda, representando duas dinâmicas geográficas diferentes, constituídas por suas próprias histórias e devassamentos econômicos e políticos.

Na representatividade maior desses fatos, temos por Travassos em seu livro a *Projeção Continental do Brasil* (1935) no primeiro capítulo o título “*Dois Antagonismos em Presença*”, sendo vistos no continente sul-americano que fazem parte, os fenômenos políticos e econômicos, sendo um de ordem externa, ocorrido entre a posição das bacias do Atlântico e Pacífico, e internamente entre o Amazonas e o Prata. A divisão das bacias oceânicas ocorre em função da existência da orografia andina e sua diferenciação ocorre pela dinâmica espacial baseada nos fluxos econômicos dinâmico no Atlântico e a existência de uma grande inércia no Pacífico, pois nos fatores geográficos é observado que na ligação com o continente

⁵ É todo elemento constituído pelo homem de forma artificial que por sua funcionalidade confunde-se com o próprio território, tornando assim, parte de sua composição.

não existem grandes rios em direção esse sistema, a articulação marítima é pobre na existência de enseadas, baías, golfos e etc.

Do lado vertente oriental tem-se contiguidade territorial estendendo-se desde o mediterrâneo em direção ao oceano e a existência de grandes rios navegáveis que se direcionam ao mar, formando o padrão de drenagem fluvial exorréico, permitindo o padrão de circulação entre o oceano e continente. Analisando a posição das bacias fluviais, existe apenas uma conformidade no escoamento de suas águas em direção ao leste, opondo-se em termos de localização dada pelo norte e sul, e ao mesmo tempo tem-se como divisor de águas a separação dessas bacias do planalto boliviano.

A bacia amazônica tem em sua visão característica concêntrica, onde orientada no sentido oeste-leste volta-se para o Atlântico e Europa, por sua vez, a platina é constituída em uma posição norte-sul, onde o ponto nodal é a cidade de Buenos Aires, distanciando-se dos grandes centros econômicos do mundo se comparada a amazônica, entretanto, dando vantagens locais aos portenhos.

Ainda na dinâmica das bacias e de seu controle, a Bolívia segundo Silveira (1997) passava pelo coração do continente sul-americano, pois, ao mesmo tempo em que sofria influência das duas bacias, tinha comunicação com a vertente pacífica. Ou seja, a Bolívia passava a ser um elemento central na disputa geopolítica do continente, tendo como área de disputa o denominado de “triângulo econômico”, constituída pelas cidades de Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra e Sucre (Figura 4).

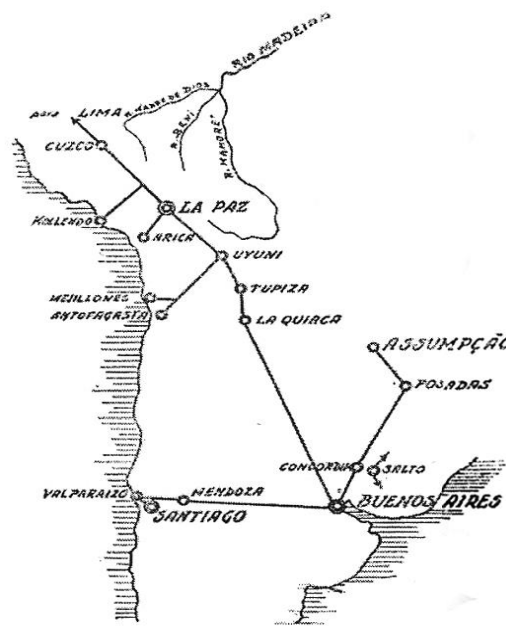


Figura 4: Triângulo boliviano concebido por Travassos.
Fonte: Terra Brasilis, 2014.

O triângulo boliviano é em sua concepção, uma área fundamental para decidir o jogo geopolítico no continente, nas disputas por sua hegemonia disputada pela Argentina e Brasil, sendo assim, a potencialidade de alguns vértices representada pelas cidades bolivianas, poderiam causar uma influência maior ou menor da Argentina ou do Brasil nos dois sistemas geográficos representados pela Bacia Platina e Amazônica.

As assimetrias observadas por Travassos (1935) ocorrem na política de comunicações platina, destaca o homem como fator geográfico de grande importância, tendo como exemplo a construção da rede ferroviária argentina que resultaria na superação dos obstáculos físicos do território (Figura 1), tendo uma influência direta na vertente do Pacífico e indireta na bacia amazônica. A ação do homem é ressaltada como fundamental na constituição da geografia política. Fatores humanos e geográficos são colocados por Travassos, como constituidores dessa ação tomada pelo estado argentino, tendo a cidade de Buenos Aires como o coração da região platina. E assim, tem-se o direcionamento das forças políticas tomadas por esse estado, em direção a bacia platina.

É possível observar a ocorrência da formação de um sistema concêntrico e ao mesmo tempo mútuo, em função de não ocorrer disputas entre o sistema ferroviário e fluvial e sim cooperatividade do qual a Argentina soube se utilizar. Portanto, o jogo geopolítico seria decidido entre Brasil e Argentina, países que

disputavam a hegemonia no continente pela influência e controle de uma das bacias e ascensão de uma delas, o que levaria naturalmente a capturação da vertente pacífica. A rede argentina ferroviária repercutiu dentro dos limites estabelecidos e colocados como naturais, em Santiago e Assunção, conforme observado por Travassos (1935), entretanto, ao chegar a La Paz sua repercussão seria em nível continental. Esse fato ocorreu devido a constituição do território boliviano em virtude de abrigar o antagonismo entre as bacias amazônicas e prata, dando uma via de acesso aos argentinos em direção a Amazônia.

Na constituição da “vértebra” argentina e na sua extensão iria repercutir, nos vales longitudinais, a ligação dos portos do Pacífico e ao mesmo tempo o escoamento da produção em direção Altiplano boliviano, tendo como centro de atração Buenos Aires e ao mesmo tempo La Paz, dando supremacia ao Prata em detrimento da Amazônia. No entanto, para que esse projeto se realizasse algumas barreiras deveriam ser transportadas (mudanças na bitola e cremalheira), dando assim, uma maior velocidade e superação das condições meteorológicas adversas. Ainda dentro dos “obstáculos”, tem-se a grandes distâncias entre os mesmos pontos (cidades), tendo ainda a conotação econômica como a diferenciação de tarifas e os custos de transportes. Essas “barreiras” acabariam diminuindo em função dos imperativos econômicos e do desenvolvimento técnico ao longo do tempo, conforme o avanço do projeto ferroviário argentino.

Para neutralizar esse poder de reação, a bacia amazônica é colocada como uma alternativa a nova funcionalidade do triângulo boliviano, tendo como linha norteadora o rio Madeira, favorecendo assim, o Brasil perante essa bacia na captação do Santa Cruz. Com isso, deu-se um novo posicionamento urbano natural, reforçado pelo sistema amazônico, favorecendo assim, os interesses brasileiros e ao mesmo tempo diminuindo a dependência do artificialismo das ferrovias argentinas, sendo necessário, a constituição de próteses rodoviárias e ferroviária⁶ servindo como complementos de transporte.

No projeto territorial ainda no reforço das vertentes, em âmbito interno e externo, temos a constituição de abertas andinas constituídas por *pasos*⁷ e *nudos*⁸

⁶ Refere-se a constituição sólida da Ferrovia Madeira-Mamoré que daria um novo fôlego a Bolívia no escoamento de sua produção em direção a Bacia Amazônica reforçando seu papel ao Atlântico.

⁷ De acordo com Travassos (1935, p. 53) *Pasos* “como por si mesmo traduzem, indicam passagens, por assim dizer, naturais (cólos), de uma para outra vertente. Destes, os dignos de nota são, o de Uspalata (Chile – Argentina) e o de Santa Rosa (Chile – Bolívia).

servindo como elementos fundamentais para transposição da cordilheira andina, dando acesso a bacia do Pacífico e ainda tendo a função de integrar as vertentes amazônica e platina a esse oceano, resultando assim, no aumento e na preponderância atlântica em função dessa bacia e tendo o predomínio dinâmico do continente. Estes elementos geográficos foram fatos decisivos na política do continente sul-americano.

É ainda identificado em sua obra, as instabilidades políticas de alguns países da América do Sul como, a Bolívia, Colômbia e Uruguai, do qual são denomina por Travassos como, “territórios oscilantes”. As oscilações estão diretamente ligadas à constituição geológica, devido à disputas entre Chile e Peru por guerras territoriais, sendo assim, o enquadrando como país andino e ao mesmo tempo diante de outra grande massa territorial é constituída pela ambiguidade de interesses entre os sistemas amazônicos e platino, ficando imune as flutuações das ações dos Estados brasileiros e argentinos. Na atualidade esta última exerce uma forte influência, sendo somente amenizada com o contraponto da saída para o porto de Santos no Brasil. Entretanto sua busca incessante boliviana em torno de sua saída para o Pacífico como demonstrado por Travassos (1935) gerou incertezas políticas em todo o continente, já que representa a abertura de novos canais para outros países.

Por outro lado, a Bolívia não se contenta com o porto de mar no Atlântico - quer sua saída marítima no Pacífico. Enquanto não, sentindo o quanto lhe custa a proteção argentina, apela para o Brasil, visando um porto em correspondência mais direta com o seu planalto central (Santos ou São Francisco). E de todo esse exame pode-se fixar de modo categórico o sentido político da Bolívia como o centro geográfico do continente e a causa eventual de conflito armado, cujo vulto poderá mesmo assumir o caráter de verdadeira conflagração (TRAVASSOS, 1935, p.64).

Outro problema em torno dos conflitos políticos existentes no continente ocorre com a abertura do canal do Panamá em direção ao noroeste do continente, região compreendida pelos territórios do Equador, Colômbia e Venezuela (ao norte), que podem ser enquadrada do ponto de vista geológico como uma grande unidade formando um triângulo cujos vértices se apóiam no Golfo de Guaiaquil, no Darién e

⁸ Para Travassos (1935, p. 53-54) *Nudos* corresponde a “centro de dispersão d’águas em relação às várias ramificações do sistema de montanha, que, de quando em vez neles se enfeixam, apresentam-se sob a forma aproximada de planaltos em torno de um alto pico, exprimem linhas de menor resistência, dentre as quais constituem a formidável anteparo divisória. Traduzem, por isso, embora de modo indireto, a permeabilidade transversal da Cordilheira”.

na ilha Trindade, portanto, podendo ter fortes influências no sistema amazônico, se medidas de contenção não forem tomadas contra a atuação dos interesses norte-americanos que tendem a avançar nessa região.

Outro país colocado como contencioso é o Uruguai, do ponto de vista orográfico e geológico é visto por Travassos como um país ligado ao Brasil e a Argentina ao mesmo tempo. Conforme o estudo do geógrafo americano Kirkpatrick, Travassos destaca que esse país está ligado ao Brasil do ponto de vista fisiográfico e a Argentina do ponto de vista político, em função da constituição da Bacia Platina e a forte presença econômica de Buenos Aires próximo ao estuário do Prata. Por sua vez, as atividades agrícolas se assemelham ao lado brasileiro, já as outras relações comerciais mais vultosas estão diretamente ligadas a território argentino.

Em sua concepção, é notório a influência argentina nesse país, entretanto o equilíbrio político ocorreria em função do dualismo político que traria em sua visão só ganhos ao Uruguai. Dentro de sua abordagem, chega a tratar mais especificamente da Bolívia como instabilidade política, em função de seu papel chave no continente, onde entende que a parte ocidental andina está ligada diretamente a vertente pacífica, sendo a parte central e oriental constituída pelos antagonismos geográficos amazônico e platino, parte desassociada do território. A área pivô é o Triângulo boliviano formado pelas cidades de Sucre, Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra. A cidade de Santa Cruz se destaca por ser o ponto de aplicação de forças e disputas da atuação, constituídas pelas bacias amazônicas e platina.

O papel atribuído a Santa Cruz é em função de sua atividade econômica sentida na vertente oriental e nordestina do planalto, portanto, é necessário a atenção diante de todas as influências que podem ser presenciadas em sua direção como as de Cochabamba, Oran, Yacuiba, Porto Suarez e Guajará Mirim (Brasil). No jogo das influências, temos as seguintes forças de atuação: a do Pacífico puxando em direção oeste, ao sul a Argentina e as potencializadoras ao norte em direção ao sistema amazônico, formadas pelas vias naturais que poderiam neutralizar as demais tendências⁹.

⁹ Travassos conseguiu captar as ações das forças existentes no território boliviano o que daria uma feição compartimentada a esse território sendo complexo seu processo de constituição como Estado – Nacional em função de sua própria geografia.

Em sua análise, Travassos aponta alguns problemas a serem enfrentados por essas forças desagregadoras, no que tange aos problemas enfrentados diante da logística aplicada quando se refere ao seu custo e benefício. Apontando nesse sentido, o direcionamento dos rios da Amazônia e ferrovia Madeira-Mamoré como pontos cruciais em direção norte e leste do território e sua viabilidade econômica.

O reconhecimento da influência dos Estados Unidos é feito por Travassos no continente americano, que podem ser determinadas pela própria localização em que se encontra a América do Sul e sua proximidade com a grande potência econômica, e também servem de sobreaviso para os países que ainda não sofreram sua influência. Reconhece o papel fundamental do mar da Antilhas para a política exterior americana e sua importância estratégica para os Estados Unidos e as repercussões, sobretudo, na Amazônia que poderiam futuramente causar problemas ao país, necessitando uma grande atenção do país em sua “política de defesa”. Entretanto, apesar de ainda não definida a ação norte-americana em sua visão, pode ocorrer na direção a região do pacífico como mostra, Travassos (1935, p. 100):

Embora não seja fácil prognosticar, tudo faz crer que os maiores progressos da infiltração dos interesses norte-americanos em nosso continente se farão pelas vias andinas ao longo da costa do Pacífico. Corroboram nosso prognóstico, além das facilidades fisiográficas e o fracionamento político do território.

Diante dessas circunstâncias analisadas, Travassos volta-se ao território brasileiro, no sentido de compreender a dinâmica desse processo de forma estrutural, que teria uma grande repercussão interna e externamente. Coloca como um dos problemas fundamentais, a constituição do território, muitas vezes sendo visto como um conjunto fracionado, carecendo de uma unidade. Essa análise foi apontada pelo cônsul catalão Malagrida apud Martins (2011)¹⁰, ao analisar a América do Sul como área de atuação política para a Espanha, idéia contestada por Travassos em virtude do próprio processo articulador dado pela existência das bacias e suas possibilidade de integração como já visto.

¹⁰ Segundo Martins (2011, p. 39) “O autor vê o Brasil como a América portuguesa que não se desagregou. Na verdade, o Brasil aos seus olhos, é uma grande incógnita; apesar do ser Brasil o maior Estado do subcontinente, pois, sua diversidade regional não chega ser de toda uma vantagem. Tamanho, diversidade regional e fragilidade das comunicações são os primeiros sintomas da secessão política, e Malagrida chega a vislumbrar a possibilidade de um Brasil amazônico independente do Brasil platino”.

Para Mário Travassos (1935) a projeção continental do Brasil passava por sistema de circulação conectando grandes áreas da América do Sul. Em sua obra, o Brasil se caracteriza por um grande território que, devido a sua posição, é o único capaz de promover o vertebramento em escala sulamericana. A partir do Brasil, a Bacia Amazônica poderia ser conectada com a Bacia Platina, aproveitando-se da capacidade de navegação das duas maiores redes hidrográficas do continente. Da mesma forma, o Oceano Atlântico deveria ser interligado ao Oceano Pacífico, principalmente via estradas de ferro. Controlando a maior parte da Bacia Amazônica, com uma posição privilegiada na Bacia Platina, e, sendo o principal país atlântico, a conexão com o Pacífico projetaria o Brasil como potência bioceânica (ROSEIRA, 2011, p. 64).

A própria caracterização geográfica dos divisores de águas do Planalto central, conota a forma circulatória do território, como é visto na própria bacia Amazônica, o caráter fisiográfico é fundamental, no entanto não decide junção do país. Numa compreensão interna, mas necessária é preciso entender as regiões do país e sua constituição na permanência de um determinado fenômeno. Esse fato é apontado por Travassos e nos estudos de Delgado de Carvalho, onde se levou em consideração as formas de relevo, as bacias hidrográficas e outros elementos físicos para compreensão do país que para Travassos (1935) estava no adequamento do país para sua funcionalidade máxima.

Quanto a questão da funcionalidade dessas regiões observa que existem dois Brasis, que servem como via de penetração, tendo como porta de entrada o imenso litoral, sendo representados pelas bacias amazônicas e platina, onde o primeiro está ligado diretamente com o Atlântico e de maior penetração em seu interior. Já o Prata caracteriza-se pela ação de sua artificialidade, no entanto, representa um importante peso econômico, com seus portos que tem um forte poder de atração para os interesses brasileiros, sendo bem mais povoada que a primeira bacia, onde se encontra um pequeno contingente populacional e econômico.

A influência desses dois sistemas é importante no jogo geopolítico do continente onde convergem em direção ao Triângulo boliviano. A constituição da funcionalidade territorial é feita pelo Brasil longitudinal, onde serve como selamento para constituição das duas bacias, colocada por Travassos (1935, p. 116) da seguinte forma:

[...] excentricamente, por via marítima, ou concentricamente, por vias terrestres, o papel funcional dessas regiões é de ligar, homogeneizar, amarrar os dois Brasis essenciais, do ponto de vista continental, o platino e o amazônico.

De fato, a história o confirma sobejamente. A via marítima assegurou muitas vezes nossa unidade política, e as vias terrestres, com o vai e vem de

paulistas aos confins do Piauí, conduziram os lanços da expansão fomentadora da unidade social e econômica brasileira.

Em sua concepção não falta unidade política e sim as necessidades de colocar em pratica a ação diante das possibilidades que o território estabelece diante das dois grandes brasis, tendo como soldadura o Brasil Longitudinal. O isolamento das bacias geográficas perpassa, em sua análise, pelo fim do seu confinamento através da constituição dos meios de comunicação. O poder concêntrico platino é entendido por Travassos, como um conjunto de condições associados a atuação argentina, a existência de uma grande ferrovia que contrabalanceado com as iniciativas brasileiras, como a estrada de ferro Corumbá e Santos e as ações dos portos brasileiros que servem como poderes persuasivos em direção aos interesses brasileiros.

O poder da bacia amazônica está ancorado em seu poder centrípeto, onde os processos econômicos direcionam-se ao território brasileiro, em função de sua própria formação e do quadro político existente, favorável ao Brasil. Tendo como ponto de contato o Pacífico e ao mesmo tempo, o poder conciliador entre as duas bacias de drenagens marítimas e a reação contra a platina nas influências argentinas no continente.

Na finalização de sua análise sobre a expressão continental do Brasil, é destacado o processo de neutralização, através das ações tomadas pelo país na Bacia do Prata, sendo a bacia amazônica um grande trunfo, tendo como ponto convergente o Atlântico¹¹. É destacado a importância da conjugação dos transportes como demonstrado no caso argentino, no que se refere a aviação, colocado como exemplo de superação de “obstáculos”, a transposição de “barreiras” territoriais, que em uma análise mais apurada, ainda são norteadas em sua concepção, pelas linhas mestras do desígnios naturais, onde o homem reforçar ainda mais seu papel, com a abertura de novas comunicações territoriais, sendo necessária, a importância de uma leitura territorial integrada, para o desenvolvimento desse potencial, das estratégias internas e continentais e para um projeto com repercussão interna e externa.

¹¹ O Atlântismo é uma parte da fundamentação teórica que muitos autores em suas análises, diante da obra travassiana, não deram conta, ou seja, não observaram que o modelo de Mário Travassos (1935) estava estruturado dentro de uma visão externa, baseada na potencialidade do Oceano Atlântico, em função das relações econômicas e da própria relação com o mar. Esse fato vai ser comprovado em sua obra em 1942, onde perceberemos uma forte influência nesse sentido.

É importante salientar que a visão geopolítica de Mário Travassos (1935) nessa sua primeira obra, de uma forma mais explícita, demonstraria o antagonismo entre os sistemas geográficos internos, Prata versus Amazonas, e externo, Atlântico versus Pacífico, o que para ele, deveriam ser neutralizados, em função da própria coesão territorial e do projeto geopolítico para a América do Sul.

Diante do desenvolvimento de seu pensamento, ainda tendo essas idéias, agora de forma mais permeada com outros princípios, lança em 1942 o livro intitulado “*Introdução a Geografia das Comunicações Brasileiras*”, onde aborda e aprofunda alguns temas de seu livro anterior. Tendo como foco a análise dos meios de comunicação do país e de sua importância para o processo de circulação, que devem ser pensado de forma conjugada, parte inerente a própria dinâmica e potencialidades dos sistemas geográficos.

Travassos (1942) ressalta a importância da geografia das comunicações no período da modernidade vivido por essa ciência, devido aos subsídios dado a análise territorial, em que em sua exemplificação, ressalta a importância do Canal do Panamá e ao mesmo tempo sua localização, que em sua visão, é oferecida em função dos elementos que estão diretamente ligados a predisposição geográfica dadas pelo istmo, que nada mais é, do que as condições geográficas existentes no território, portanto Travassos (1942, p. 29) coloca que:

É por demais compreensível o papel funcional dos istmos como focos de atração e dispersão das águas diferentes, como expressões geográficas de menor resistência entre as massas continentais, em relação à intercomunicação oceânica.

Conforme Travassos (1942) eles são muitos comuns no caso da América Central Continental, onde aumentam em direção ao continente sul-americano. A constituição do Canal do Panamá, no início do Século XVI, é colocada como um interesse antigo, visando a ligação dos oceanos atlântico e pacífico. A constituição do canal está diretamente ligada à realidade político-militares e econômicas das necessidades de circulação interamericana e extracontinental. Em sua visão, os outros canais surgiram como o da Nicarágua, de acordo com o aumento das relações entre os subcontinentes, o que realmente ocorre atualmente. A identificação da circulação do continente, caracterizava-se pelos processos de circulação longitudinal andina. Sua ligação ocorria pelos vales longitudinais, daí o isolamento dos núcleos de povoamento.

Em sua análise, Travassos observou que, a Cordilheira dos Andes é formada por três divisões: a Zona Costeira, a Zona Montanhosa e a Zona Oriental. A Zona Costeira é caracterizada como desértica e com pouca articulação com o mar, ou seja, as próprias condições físicas existentes nessa formação, dificultam um intercâmbio maior com o Pacífico. Já a Zona Montanhosa, é a área de maior desenvolvimento, foi o abrigo da civilização inca, tendo uma grande variedade de solos e temperatura composta por vales estrangulados. E a Zona Oriental, é uma área de transição entre a cordilheira e a Amazônia, sendo o lugar formador da bacia Amazônica.

Dentro dessa perspectiva a circulação do continente de forma transversal, regionalizava-se da seguinte forma: o Norte (Colômbia, Equador), região de influência do canal, estendendo-se até o México; o Sul (Bolívia, Chile), tendo como características, os aspectos longitudinais; as aberturas andinas proporcionavam a transposição da cordilheira e sua ligação com a zona costeira, através das linhas naturais que direcionavam-se para o Pacífico; o rio Atrato (Colômbia) colocado como um importante rio na zona costeira andina, tendo um grande potencial, em sua visão, para receber navios de grande calibre e podendo ser um canal fundamental entre as duas bacias oceânicas; o Magdalena apresentava-se como uma grande via ao acesso da cordilheira e ao mesmo tempo remetia aos sistemas caribenho e andino, fato esse, comprovado em sua visão pelo papel da própria cidade de Bogotá.

Travassos (1942) diferente de sua primeira análise, em que fez de forma mais abrangente e superficial, analisa de forma mais profunda o sistema geográfico do Pacífico e do Caribe, mostrando suas possibilidades e obstáculos na constituição do território. Outro aspecto não menos importante e conciliado em sua obra, baseado nos ideais de Ratzel, é a respeito dos Fatores Psíquicos, que são colocados por ele como "*instinto geográfico*", ou seja, composição psicológica nata do homem com a terra diante da sua movimentação em busca das linhas naturais. São essas linhas geográficas de circulação, que segundo Travassos (1942), são responsáveis pelas migrações humanas. Tendo o mesmo movimento de penetração e ação que as massas liquidam.

O *Instinto Geográfico* é colocado como ancestralismo telúrico¹², sendo assim, o caráter instintivo geográfico é algo natural entre os humanos nos processos migratórios. Caráter esse, baseado em sua concepção, que em nosso país é constituído pelas linhas naturais de circulação. Aqui podemos fazemos referencia ao princípio de colonização português, que seguiu essas linhas mestras naturais do território, para sua incorporação. Com isso, podemos salientar que, as águas oceânicas são fundamentais para análise de Travassos, como já eram diante da representação do antagonismo entre Atlântico e Pacífico, em seu primeiro livro, o qual coloca a influência de ambos na atuação geopolítica, tendo uma intensa análise sobre o assunto em 1942, quando trata da influência da maritimidade.

Remontando-se aos fatores característicos geográficos¹³ do território (particularmente a maritimidade), relacionando de forma direta ao projeto de expansão ecumênica, portanto, é dado por um conjunto de condições marítimas, como uma espécie de ímã, que serve de base para povoamento, economia e condições de formas políticas. O conjunto de condições favoráveis as forças marítimas, está na existência de enseadas, golfos, baías, promontórios e etc, como a existência da circulação interna de terras pelos rios, o qual se difere, quando comparamos as configurações dos sistemas geográficos do Atlântico e Pacífico.

O litoral é fundamental nesse processo, juntamente com a constituição das condições orográficas, sobretudo, no que tange a permeabilidade do continente ocorrido pelas linhas naturais, sendo assim, para Travassos (1942, p. 50):

[...], nesse passe magistral de nossa expansão geográfica, das mais belas histórias das migrações humanas – os vales dos rios são substituídos pela noção mais larga das bacias hidrográficas, e o simples recursos de manobra nas cabeceiras, pela figura mais ampla das transposições dos divisores.

Eis de como os vales do PARANÁ, do SÃO FRANCISCO e do PARNAÍBA, manifestam sua magnífica concordância geográfica, como linhas naturais de

¹² Algo inerente a própria condição humana, que é representativa nos processos migratórios, diretamente ligados aos institutos humanos e a terra, no caso, o território e suas linhas mestras, que norteiam os deslocamentos humanos.

¹³ Além da Influência da Teoria do geógrafo *Halford J. Mackinder* e das demais como apontadas ao longo do texto aparece uma influência não menos importante a do geopolítico Almirante norte-americano do Século XIX Alfred Mahan que concebia um potencial ao poder marítimo na dinâmica territorial, entretanto, cabe aqui uma certa ponderação diante dessa influência apesar de considerar fundamental o sistema geográfico marítimo a visão de Mattos é bem distinta em graduada em relação a Mahan onde via o mar como potencialidade econômica e ao mesmo tempo bélica dos interesses expansionistas norte-americanos, no entanto, apesar de ser considerada um apêndice da teoria do atlantismo no momento atual achamos que sua concepção está mais voltada para esse sentido, ou seja, de uma concepção mais voltada para a economia e política em função da potencialidade da bacia marítima e sua configuração.

circulação de SUL a NORTE e o divisor das duas maiores bacias do continente, revela os caminhos que perlustram cerca da metade do suntuoso anfiteatro amazônica.

Estas ações determinam à dilatação do território brasileiro e ultrapassagem do meridiano de Tordesilhas. As constituições dos sistemas hidrográficos facilitam o processo de ocupação, fato esse observado por Travassos (1942), quando se aprofunda nas questões relacionadas a circulação marítima e comercial, ao analisar a forma do litoral do Rio de Janeiro, onde ao Norte, o litoral apresenta uma forma convexa e ao Sul, uma forma côncava. Sendo que, a condição da primeira é baseada na facilidade de comunicação, que foram fundamentais para fixação da população, diferentemente do que ocorreu em direção ao sul, onde Lagoa dos Patos e a Foz do Prata, foram decisivos em função das condições físicas para fixação do povoamento. Já na Amazônia por sua vez, em função do próprio processo, caracteriza a área da bacia do Amazonas pela sua excentricidade, e isso acabou sendo fundamental para o processo de povoamento, com ligação, de forma horizontal, com o oceano Atlântico.

Travassos aponta o papel funcional dos rios, colocando o caso da Amazônia e a constituição de sua bacia de drenagem, como um elemento facilitador do processo espontâneo migratório. Sendo que, no Sul do país esse processo é secundário, por causa dos vales e dos divisores de água, devido a sua extensão no percurso do território e por serem em boa parte rios de planaltos, dificultando a navegabilidade.

Os impulsos diferenciados em torno do interesse de conquistar as bacias desde a colônia, estão diretamente ligados a esse processo, no que se refere ao adentramento das bacias hidrográficas no início de formação do território. Mesmo as que ofereciam maior resistência no primeiro momento, como é o caso de vários trechos da Bacia Platina. Entretanto, como se tratava de um interesse geopolítico, ela ganha maior relevância em detrimento da Amazônica, apesar de ser mais fácil a sua penetração.

Travassos (1942, p. 53) coloca que a função relacionada aos rios do Sul, tinha como objetivo chegar a essa região e ao Oeste, tendo como prioridade as linhas naturais de divisores, onde tinham menor resistência, entretanto,

[...] tal constatação serve para revelar a importância das *linhas de menor resistência* propriamente terrestres, como sejam as gargantas, os colos, os

estrangulamentos e as cumiadas quando ligadas aos planaltos como expressão morfológica, para que se ponham em comunicação os vales como *linhas naturais de circulação*.

As condições territoriais favoráveis para o homem e quase sem nenhum artificialismo, são entendidas por Travassos, como instinto geográfico de conquistar e ao mesmo tempo relaciona-se com a terra, transgredindo os “obstáculos” e agindo por impulsão. Sendo verificadas tanto ao Norte quanto ao Sul, em direção ao Prata, do qual resultou na fundação da Colônia do Sacramento.

Há a conexão direta, ou seja, existe uma dependência entre os meios de transportes, apesar de sua evolução com as linhas naturais de circulação, onde as mesmas estabelecem caminhos para circulação. Apesar do desenvolvimento das linhas férreas no mundo, seu traçado ocorre em direção aos caminhos naturais estabelecidos, em função do seu alto custo e rigidez, surge então, a necessidade de outros tipos de transportes, como rodoviário e fluvial, apesar de sua grande importância, esse fato influenciou em sua generalização.

Um bom exemplo colocado por Travassos (1942) é o Rodoviarismo, adotado por muitos países centrais, em sua maioria, baseado nos traçados existentes naturais, tendo como contraponto o desenvolvimento do motor. Sua explosão lembra traçados antes dominados pelo setor ferroviário. Os exemplos mais notórios dessa retomada, são os caminhos feitos por vias como: Paranaguá-Curitiba-Santos e Rio-Petrópolis, reforçando a influência cada vez maior dos caminhos naturais.

A modernização do carro e do próprio motor impulsionou a flexibilidade e uma maior utilização desse meio de transporte, suprimindo o transporte ferroviário. Portanto, fica evidenciado que ação humana, só reforça os desígnios naturais do território, que constitui a configuração geográfica dos sistemas.

Os rios são para Travassos (1942), o melhor exemplo de determinação dos meios, diante dos transportes utilizados, ficando muitas vezes com um caráter complementar, com o surgimento e desenvolvimento de outros meios de transportes como, por exemplo, São Francisco e Tietê no Brasil; Ohio e Mississipi no caso americano, que tinham uma funcionalidade importante no começo do processo e de formação desses territórios. Esse fato é visto em sua primeira obra “*Projeção Continental do Brasil*” publicado em 1935, onde falava que além da constituição da ferrovia Madeira-Mamoré, era necessária para potencializar as forças dissuasivas

que estavam na bacia Amazônica, o que representaria um jogo geopolítico favorável ao Brasil e a captação do próprio sistema geográfico platino.

É notável que, mesmo um país como a Argentina, que tem uma grande proximidade com a ferrovia, utiliza-se do estratagema da rede fluvial, para atingir seus objetivos internos e externos, refletindo ainda no processo de modernização aquaviarias na Bacia Platina. Os lagos são também colocados como estratégicos nesse processo, os custos e benefícios são analisados como fundamentais, se comparados a outros meios de transportes. Segundo Travassos (1942), mesmo o país tendo um grande potencial nesse sentido, ainda faltam investimentos para essa realidade concretiza-se.

Outra evolução de transportes colocado por Travassos, é o transporte aéreo onde sua flexibilidade faz-se sentir no tempo e espaço, tendo como “problemas” as condições meteorológicas e o restrito transporte de cargas que, no entanto, ao longo de sua evolução, já se percebe o seu aperfeiçoamento na aerodinâmica e nos métodos de vôos. Seu processo de integração perante as linhas naturais ocorre em função das necessidades de operacionalização.

Do exame de uma carta de redes aéreas conclui-se facilmente que suas linhas, em sua maior parte, dobram as linhas terrestres e dessas só se afastam em aparência porque para retificá-las, no sentido ainda melhor de satisfazer às *linhas naturais de circulação*. Ou seja, as linhas aéreas, criam no ar um esquema das linhas naturais de circulação em terra e no mar, sem as tortuosidades daquelas, mas no mesmo sentido de sua direção geral (TRAVASSOS, 1942, p. 68).

O papel do meio aéreo é fundamental, entretanto, como os demais meios, ele é condicionado em função da caracterização geográfica do território ou das linhas naturais, como é o caso dos grandes vales da bacia Amazônica e Platina e dos vales longitudinais andinos. Portanto, quanto mais diversificados os meios de transportes é, mais complexa é a utilização das linhas naturais de circulação, mostrando assim, a predestinação dos meios e sua direção direta com a vocação dos desígnios territoriais, traçados pelos sistemas geográficos.

Um ponto importante desse reconhecimento, em função e direção de um projeto territorial, aqui observado por nós, a potencialização dos sistemas geográficos, através da articulação pelos meios de transportes e características de formação de cada sistema geográfico. Sendo assim, a facilidade de equipar as linhas de circulação ou uma rede regional, é o mesmo que o sistema de

comunicação, que é algo geográfico que deve ser considerado, sendo capaz de assegurar a circulação da riqueza no território, atentando-se para funcionalidade das bacias hidrográficas e os complexos orográficos. Não basta, portanto, colocar o melhor transporte, se ele não estiver equipado e conjugado, dentro do quadro geográfico que ele está estabelecido, para não ocorrer o risco de ser pouco útil e ao mesmo tempo não potencializar o sistema geográfico do qual ele passa a ser parte integrante.

Voltando agora para uma análise mais externa em sua obra, que tendo uma estreita ligação com os sistemas internos¹⁴, tratará da classificação dos países. De acordo com o Travassos (1942), a importância dessas águas como ponto importante para a articulação do território, servia como via indutora para os processos migratórios e de ocupação humana. Sua importância e relação com o homem é histórica e pode ser observada no tempo, através da primeira fase fluvial, seguidas pelo avanço de águas mediterrâneas, resultando numa fase atlântica e atualmente assentada na fase oceânica.

A idéia tomada por Travassos (1942), demonstra claramente a forte influência da teoria do Atlantismo, onde ressalta que o mundo é estruturado em função das condições marítimas somadas as suas possibilidades com a interferência direta dos continentes, tendo seu marco em 1500 com a expansão do mundo dada via oceanos. A conquista das águas mediterrânicas é colocada como decisiva nessa fase da evolução, onde no início tem-se o desenvolvimento do comércio e expansão política do mundo, resultando nos processos de dispersão do povoamento humano nos continentes. As próprias condições oferecidas por esse elemento condicionam a necessidade da busca pelas águas interiores e pelas linhas continentais de circulação.

A relação entre continente e mar ocorre através das vias marítimas que podem ter um grande poder de atração em vários fenômenos em direção ao continente, portanto, um conjunto de condições ligadas devem ser levadas em conta nesse processo, de um lado está o processo de natureza física como, as correntes,

¹⁴ Estas problemáticas estão inseridas em sua obra "*Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras*" de 1942, sendo que alguns temas, foram melhor especificados e colocados como parte constituintes para funcionamento do sistemas geográficos, como é o caso das linhas naturais dos transportes, na potencialização desses elementos e de uma análise mais aprofundada das forças marítimas.

mares e ventos de outro lado está o desenvolvimento naval e os progressos industriais ligados aos fatos humanos.

Por fim, é interessante assinalar que os *feixes de circulação marítima* não oferecem densidade uniforme em toda sua extensão, apesar do ritmo estabelecido por sua dilatação ao largo e sua contração nas proximidades da costa.

Nas áreas marítimas estáveis, isto é, naquelas em que as condições favoráveis e desfavoráveis das rotas se compensam, tanto no sentido da ida como no da volta, a variação da estrutura dos feixes registram apenas modificações de pequena amplitude. O contrário disso é o que se verifica nas áreas marítimas de características variáveis, segundo as estações, ou sujeitas as consequências direta dos degelos ou de outras circunstâncias físicas. Em tais casos a elasticidade da estrutura dos feixes ao largo pode variar segundo amplitudes apreciáveis, embora, ainda, ritmados pelas próprias circunstâncias que tornam variável a respectiva estrutura (TRAVASSOS, 1945, p.81).

Com isso, a análise dos feixes¹⁵, e ao mesmo tempo, a localização de entrada e saída dos portos, deve ser visualizada diante dos exames de carta geográfica, fundamentais para se ter uma compreensão melhor desse processo. Sendo assim, o processo de reciprocidade desses eventos, está diretamente ligado aos aspectos do litoral. Com isso, podemos apontar para um conjunto de condições que devem ser observadas como, a existência de acidentes litorâneos de ilhas ou arquipélagos próximos a costa, penetração mais ou menos profunda pelos estuários, condições climáticas e transição biológica de fauna e flora nas condições marítimas e terrestres.

Portanto, faz-se necessário a compreensão dos fatos continentais e marítimos. Pois, esse conjunto de condições atinge mais diretamente o ecúmeno marítimo no seu estabelecimento, do que o continental. Assim, como resultado desses fatos, tem-se a constituição de litorais densamente povoados, denominados de “costas de condensação”, nos quais, existe a fixação de núcleos e de dispersão por não terem esses fatores ou ocorrendo de maneira escassa. Sendo assim, seu formato, ou seja, a existência de acidentes é fundamental no processo de circulação e relação entre o mar e continente. Dentro dessa via de articulação, as águas interiores têm um papel crucial nessa reciprocidade, funcionando como imã de atração entre continente e mar. Coloca-se, portanto, fatores importantes nesse processo como, a posição geográfica e a estruturação dos feixes.

¹⁵ Conjunto de condições naturais existentes para o desenvolvimento marítimo e importante para ligação com continente, onde o Atlântico aparece com melhores condições do que o Pacífico.

No enquadramento dos países, esses fenômenos são vistos na Inglaterra e Japão, que são colocados como países de atratividade marítima, aparecendo como forte costa de condensação apoiadas pelas regiões naturais interiores. Em outra antítese, temos países continentais como, Alemanha, Suíça, Bolívia e Paraguai. Vale ressaltar que, existem países continentais com a presença das duas forças de atração onde são banhados pelo litoral que não encontraram um ponto de equilíbrio, em virtude da preponderância diante de algumas das forças. Com isso, é colocado um conjunto de fatores físicos, ou seja, condições tanto continental e marítima que poderão servir como condicionantes para uma ou outra atração¹⁶.

O papel dos mares será variado (gradual), podendo ter um papel predominante, secundário e equilibrado, ou seja, onde as forças continentais e marítimas são equilibradas, pode ocorrer sua sobreposição diante do continente. A posição geográfica seria uma das determinantes para constituição de países tipo misto, sendo assim, de diferentes modalidades. Conforme Mattos (1987), as ações político-econômicas e sociais se relacionam de forma direta ou indireta com o mar, podendo servir para classificar os tipos de países ou ser usado como medida de força nas ações geopolíticas e do poder mundial.

Nos países tipo misto, o predomínio continental e marítimo muitas vezes prevalece em função das circunstâncias geográficas, tendo como condicionamento os meios de comunicação que se torna complexo em função dessas determinações. A caracterização dos meios de comunicação e transportes ocorre por causa dos tipos de modelos existentes nos países como, marítimo e continental. Países como os Andinos do tipo continental, demonstram um caráter de desequilíbrio de transportes em sua circulação continental. Apesar da existência de veias andinas¹⁷ de forma transversal em direção ao mar, a constituição litorânea desses países não ajuda o estabelecimento de ecúmeno, cabendo o papel de atração aos transportes marítimos. Os feixes têm seu papel nesse desenvolvimento como as próprias atrações exercidas pelo Canal do Panamá, deslocando o centro de gravidade para o Pacífico Norte¹⁸.

¹⁶ O equilíbrio entre os sistemas geográficos pode ser percebido em sua obra de 1942, que ultrapassa o antagonismo de disputas e que também passa por ajustamento em favor da coesão territorial do país.

¹⁷ Em nossa concepção, são caminhos de abertura e fissura que serve de liame entre sistema continental e marítimo.

¹⁸ Lembrando que o Canal do Panamá apesar de ser um forte centro de atração no Atlântico Norte, tem uma grande influência na costa dos países caribenho da América do Sul. O que segundo Mattos

A falta de inaptidão marítima pacífica é dada em função da falta de base de ecúmeno, em função das condições de baixa atratividade pela própria caracterização física da faixa litorânea. Outro exemplo da pouca inexpressividade marítima está na utilização do transporte de cabotagem ocorrido em seu interior. A própria história de formação desses países é relacionada para o tipo continental quando trata-se das vias de acesso e conquistas territoriais, ainda nessa perspectiva, coloca-se a ação dos países limítrofes para obtenção e direcionamento de suas vias em direção ao atlântico, reforçando assim, a atuação das forças continentais.

A Colômbia, pela sua própria formação física e posição geográfica, não pode ser enquadrada somente como um país andino por possuir características peculiares como, a existência do Mar das Caraíbas, que dá uma feição mediterrânica e ao mesmo tempo a coloca na rota dos fluxos econômicos, o que não é observado em outros países andinos. Portanto, não se pode colocar esse país apenas como um país continental somente porque pertence ao sistema continental andino e ao mesmo tempo a outros sistemas continentais como o Madalena e é composta pelos sistemas externos do pacífico e caribenho.

Na adequação das forças dos países pacíficos, que estão diretamente ligados ao oceano ocorre o inverso, pois, as condições para sua formação são variadas, tendo ainda como forças propulsoras as grandes bacias, ou seja, a influência desses sistemas é como visto por Travassos (1942, p. 97):

De fato impressiona a maneira como as influências atlânticas abordam o estuário do PRATA e remontam toda a bacia platina; a audácia com que forçam a barra do Rio Grande e derramam pela LAGOA dos PATOS e seus formadores; a sem-cerimônia com que se misturam às águas do AMAZONAS e levam através o maior dos desertos líquidos, seus estímulos civilizadores até os confins da massa continental.

No primeiro olhar em direção ao sistema platino, temos em alguns momentos a imposição da Serra do Mar e ao mesmo tempo o da Patagônia, que mesmo por suas caracterizações são cooptadas pelo sistema marinho, fato este colocado em função das condições dos *feixes de circulação marítima*, espaço e natureza do mar e articulação com o interior, favorecendo assim, as forças marítimas.

(1987) deveria ser fonte de preocupação, por causa de uma possível influência da Amazônia em virtude de sua localização.

Os feixes marítimos foram fundamentais na constituição de ecúmenos, onde se estendem do atlântico norte ao sul, sendo fontes estimuladoras do processo de povoamento no litoral. Na mesma direção, temos o reflexo da boa navegabilidade, com exceção de alguns trechos do Atlântico Norte onde predomina as condições geográficas favoráveis em boa parte desse oceano. A costa litorânea na maioria das vezes tem uma ligação com o oceano e articulação com interior dos continentes. Os países da América do Sul são classificados como do tipo continental marítimo, com exceção dos andinos, considerados do tipo misto por causa da ligação que tem com Pacífico e o mediterrâneo.

Com relação ao Atlântico, Travassos (1942) ressalta que, o segmento de suas conexões é muito diversificado, ao contrário do que é visto no Pacífico. Portanto, dando nuances no processo de relação entre continente e mar, nesse sentido, observa-se uma pequena densidade de ecúmenos na costa pacífica e uma grande capacidade de fixação para aglomerações humanas na vertente atlântica. Quanto ao espaço e posição que são triviais na análise travassiana, a influência da circulação e transportes tem-se a seguinte análise voltada para tipo do espaço: os sistemas se desenvolvem mais no sentido dos paralelos do que no sentido dos meridianos e os dos que se desenvolvem equitativamente no sentido de ambos.

A posição abrange fatores como a constituição de vários mares que dará novos formatos na constituição do litoral, sendo assim, os fatores conjugados pode contribuir para uma complexa circulação. A necessidade de observação desses fatos é em a função da busca da natureza e do equilíbrio entre as forças continentais e marítimas. Podemos ressaltar que, essa capacidade de equilíbrio entre os sistemas continentais e marítimos pode ser equilibrada no sistema atlântico, diferentemente do sistema geográfico pacífico, em função da ausência dos elementos geográficos existentes como ocorre no primeiro sistema, portanto, temos a seguinte concepção colocada por Travassos (1942, p. 101) a esse respeito:

Diante dessa aspiração, que se pode generalizar a todos os países mistos, é fácil compreender a situação vantajosa dos países continentais de tipo marítimo, que se desenvolvem equitativamente em relação aos meridianos e paralelos, preferencialmente no sentido dos paralelos. No primeiro caso, as regiões climo-botânicas e os gêneros de vida tendem a compensar e assim, criam fatores de homogeneização das influências marítimas. E no segundo caso, é aquela que tenderia a melhor se ajustar, pela pequena oscilação das latitudes.

Travassos aponta que, além desses fatores, a posição e espaço serão fundamentais, pois são banhadas por diferentes tipos de mares. Portanto, essas condições como, a diferenciação de espaços litorâneos e zonas do interior, podem levar uma gama de neutralizações de outras condições geográficas diante dos sistemas, resultando assim, em um bom sistema de comunicação e transportes. Um exemplo disso é os Estados Unidos, que com a construção de sua Transcontinental, articula seu interior com as duas vértices oceânicas e ainda puxa o Mar das Antilhas para sua esfera de polarização. Outro exemplo é o sistema radial de transporte francês, que interfere em todo o país, apesar da influência mediterrânica em função das relações entre esse país e continente africano.

O resultado dessa observação remete-se na caracterização dos países, têm-se os tipos longilíneos onde as comunicações e transportes nos países continentais buscam o contato com os seus vizinhos, como no exemplo, os países ditos mediterrânicos ou através de águas ou portos secundários. Os marítimos e insulares têm uma relação direta com esse fator geográfico, voltando seus transportes pra essa finalidade. No caso dos países continentais tipos marítimos, devem ter como planejamento o equilíbrio de seu transporte entre os o tipo continental e marítimo.

Os países longilíneos conseguem esse equilíbrio devido a artifícios utilizados em sua estratégia de comunicação, muitas vezes conseguindo um resultado parcial ou total em suas aspirações, tendo um reflexo político importante em sua formação, buscando as linhas de menor resistência em direção aos espaços litorâneos. É observado que, a facilidade de equilíbrio nem sempre é possível, tendo como exemplos o Uruguai e Argentina, que são os primeiros atendidos e ligados ao sistema marítimo, tendo a bacia do Prata, um papel de atendimento a várias comunidades ribeirinhas e de interiorização estratégico em direção a suas pretensões hegemônicas como no caso argentino.

No caso argentino, observa-se a complexidade referente a esse assunto. País misto e longilíneo, com a diferenciação do seu espaço litorâneo e ao mesmo tempo a constituição de suas condições naturais interiores. No primeiro aspecto, é evidente a diferenciação litorânea entre o Prata, o Negro e o Sul do território, portanto, tem-se a regionalização, onde a primeira parte é constituída pelo Pampa Oriental, sendo influenciado pelo oceano e articulado continentalmente na porção central, tendo a presença da cordilheira de baixa declividade constante ao longo

dessa área, com presença de rios curtos encaixotados e regiões das *mezetas* patagônicas em que predomina o clima semi-árido.

O centro irradiador desse processo é a cidade Buenos Aires, em função da posição que exerce em todo o território desse país, tendo como sistema de equilíbrio de forças multi-radial a diminuição desse conflito. Conforme Travassos (1942), essa a ação torna-se mais complexa em função das aspirações de projeção desejável, como no caso argentino, de aspiração continental.

No desenvolvimento de sua análise, Travassos caracteriza o tipo misto brasileiro, onde atribui um caráter transcendente diante da caracterização da realidade territorial. Portanto, o país é continental a mercê das influências marítimas, sendo muitas vezes fundamentalmente influenciando pela interiorização continental. Sua posição ajuda nesse processo integrativo diante de sua localização geográfica, pois, devido a diversidade espacial caracteriza-se por um tipo misto de forças que muitas vezes transcende esse caráter, sendo assim, em sua concepção, é o país sul-americano mais complexo, pois as características marinhas como a existência de acidentes geográficos diante do suporte continental são fundamentais.

O equilíbrio territorial é visto, na visão travassiana, como fundamental na constituição do sistema marítimo, ou seja, dentro de uma relação simbiótica, tendo em vista as distâncias dos extremos do país no sentido leste-oeste e norte-sul, onde verifica-se a dispersão dos grandes rios em direção longitudinal. Travassos descreve o país de norte a sul e suas influências marítimas são sentidas em todo o território. Destaca a importância funcional do litoral, que se apresentam de forma condensadas pelo ecúmeno, pois as localizações estão de acordo com os feixes de circulação¹⁹ marítima, no entanto, não ocorre um processo de homogeneização desse fenômeno, sendo dividido em três segmentos.

No primeiro trecho, temos a terras que se estende de Vitória (ES) até a o Sul, em que se observa a intercorrência da Serra do Mar, onde as ligações continentais e marítimas tende a estagnar-se, tendo como direção o norte de Vitória. Com isso, tem-se a influência marítima em direção ao interior do continente, sendo uma das características, a existência de águas mais profundas, propiciando uma vida marítima intensa, como o que se forma em Salvador e que estende até São

¹⁹ Representam fatores geográficos fundamentais na constituição e potencialização dos sistema geográficos marítimos, que servem de ligação entre o continente e ao mesmo tempo os mares e oceanos.

Luís, fato esse comprovado pela formação costeira dessa região. Já a Amazônia é caracterizada como uma região de transição, onde a presença marítima pode ser observada diante da própria existência de ecúmenos longínquos.

A fronteira entre o estabelecimento de forças do poder marítimo, é mais facilmente visualizado na região da Serra do Mar, o que não ocorre no restante do território de boa parte dessa região e com isso, Travassos (1945, p. 120) chega a seguinte conclusão:

Apesar de conter das mais velhas terras do MUNDO, o BRASIL dá a sensação de uma adolescência sem fim, em seus aspectos humanos e sociais, políticos e econômicos. Tudo que, temos a respeito das forças motrizes de nosso complexo geográfico é quase completamente dominado por motivos de formação histórica, num longo esforço de reconstituição social, infelizmente ainda longe de estar ultimato.

Em sua visão, os valores em direção a contemporaneidade estão indefinidos, em função desses aspectos ainda estarem sendo amadurecidos, como coloca nas questões do Vale do São Francisco e seu papel funcional, devido às pressões política e econômica dos Andes. O despertar econômico do Norte ou no Alto Amazonas, elementos estes que são instáveis, criando fluxos e refluxos. Estes processos são demonstrados para entender o país através de seu processo de regionalização, que em sua visão, todas as proposições sempre caíram nas linhas naturais da morfologia geográfica do território.

No processo de compreensão da circulação diante do quadro atual brasileiro, em consonância com o processo de regionalização e de sua própria compreensão, se faz necessário compreender os problemas de circulação. O atlântico tanto de norte quanto ao sul, tende abolir o isolamento continental brasileiro, se comparado aos demais países que compõem o continente. A importância de sua posição geográfica reflete em sua condição marítima, portanto, conclui que o problema está ligado a morfologia do território, ou seja, de sua disposição diante dos fatores geográficos que devem ser levados em conta no planejamento dos meios de comunicação.

O tipo misto brasileiro dos subespaços é caracterizado por Travassos (1942) pela complexidade e a diversidade do espaço brasileiro e devido as suas relações com o mar e o continente. Portanto, tem-se os subespaços do sul formado pela barreira orográfica do sul, composto pelas sessões de Belo Horizonte ao Norte em

ao direção ao sul chegando até Paranaguá no Paraná. O segundo compartimento estendendo-se do Paranaguá e o limite de Santa Catarina até o Rio Grande do Sul, tendo os mesmos fenômenos existentes em seus territórios.

No primeiro caso é apresentado o litoral estreito com rios de pouca feição litorânea, sendo forte sua articulação com o mar, inclusive por meio de ilhas litorâneas. Sua paisagem lembra o Pacífico Sul e a existência de abertas serranas permite sua influência continental, apresentado bastante rio em função da demografia, economia e indústria, em virtude do clima, riqueza mineral e fertilidade com o solo. Esse sub-espço é parte integrante da região do Paraguai, Bolívia que servem como vias para suas necessidades na busca em direção ao mar.

Essas “linhas” naturais diminuem a resistência das serras e sua transposição, sendo anexos fundamentais para o surgimento de portos do Rio de Janeiro, Santos e Paranaguá demonstra-se, portanto, o poder de atração desses portos em uma grande área territorial dentro do continente, ultrapassando as fronteiras brasileiras como o de Santos, tendo influências diretas na Bolívia e no Paraguai.

Na segunda sessão referente ao subespaço do Sul, temos a pouca permeabilidade marítima, devendo-se destacar a importância do seu papel para uma ligação maior entre o mar e continente, entretanto, alguns fatores fazem presentes na constituição dessa região fazendo com que chegue a influência desse poder marítimo como nos seguintes acidentes geográficos as ilhas de São Francisco e Santa Catarina e enseada da Laguna, rios como Itajaí permitindo a influência maior da maritimidade.

Na formação dessa região observamos a seguinte constituição o interior ligado as forças continentais em função da própria constituição dendrítica de padrão longitudinal em direção norte-sul visto pelo Rio Negro e Pelotas caracterizando, portanto um quadro em sua visão de indecisões perante as influências continentais e aproximação marítima. Por isso, tem-se a caracterização dos portos especializados e pequena cabotagem, sendo enquadrados como periféricos esse subespaço são colocados por Travassos como uma área de transição.

O subespaço do Extremo Sul é formado por todo litoral rio-grandense, sendo encontrados nele dunas e ao mesmo tempo a existência de restingas de forma descontínua composto por inúmeras áreas interiores, como a existência da lagoa dos Patos e Mirim. Conforme Mattos (1987) por trata-se de um espaço líquido, tem-

se a influência do poder marítimo e a existência de importantes portos como o do Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, tendo um papel periférico em função da hegemonia do primeiro. Porém, vale ressaltar que, segundo Travassos (1942, p. 135):

O interior desse sub-espço do extremo meridional do país é tão complexo, do ponto de vista continental, como o seu espaço litorâneo, do ponto de vista marítimo, devido às solicitações indiretas da boca do PRATA através de extensa fronteira em esquadro (com o URUGUAI e ARGENTINA), como força dissociadora, e da dualidade morfo-geológica do próprio território.

Em sua visão, à principio, toda região sul desse Estado sofre influência marítima predominando o tipo de relevo Coxilhas²⁰, ao norte ocorre a predominância das forças continentais. Nesse terceiro subespaço onde predominam o “antagonismo” das forças continentais e marítimas é que se deve ser buscada o equilíbrio. Continuando sua caracterização, Travassos fala dos subespaços do Norte constituídos na primeira sessão, pelo Vale do rio Doce, o Baixo São Francisco e pelo São Francisco e Tocantins entre a costa e o maciço central. No primeiro casos, tem-se o Rio Doce como elemento integrador das forças, permitindo o adentramento territorial. Observa-se a presença da Chapada Diamantina exercendo o poder das forças continentais e ao mesmo tempo seu poder de abertura em direção as penetrações marítimas, que colocam Salvador como um importante, porto nessa região, reforçado ainda pelo papel futuro do Recôncavo Baiano.

O segundo subespaço resulta na constituição de linhas de menor resistência, têm-se como orientadores o extenso vale do Paraná, Tocantins, relacionado com as bocas do Amazonas e São Francisco, tendo esse subespaço um poder concêntrico como os portos periféricos de Natal, sendo futuramente um grande suporte para a aviação junto com Fernando de Noronha e Recife que tem um papel periférico dentro dessa modalidade. Travassos destaca os portos de Fortaleza, São Luís e Belém onde se destacam por permitirem o papel de interiorização continental.

²⁰ Coxilha é uma colina localizada em regiões de campos, podendo ter pequena ou grande elevação, em geral coberta de pastagem. Este tipo de relevo é encontrado principalmente no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, numa região de campos denominados pampas, e no Uruguai, onde estas colinas recebem o nome de *cuchillas*.

As influências marítimas do subespaço do extremo norte, formado pelos estados do Amazonas, Pará e Território do Acre, existem em função da própria constituição do rio Amazonas, que serve como escoadouro das forças marítimas que conseguem penetrar até seu interior sendo poder excêntrico dessa bacia é feito no sentido leste-oeste.

As anomalias viatórias são tratadas pela teoria travassiana, onde em sua visão, ocorrem no território Sul as comunicações que se desenvolvem de dentro para fora, sempre em contato com o mar, quando esse fato não é estabelecido, tem-se como consequência a busca em direção a essa força por outros caminhos. É comum a distancia entre esses dois sistemas em função de varias linhas naturais estarem voltadas para um o outro sistema.

No norte, a falta de articulação entre os sistemas implantados como a ferrovia e os limites estabelecidos pelos rios, repercutem nas influências das forças marítimas, que podem ser mais atuantes conforme o grau futuro de articulação, sendo a articulação de forças maior em direção ao Norte-Sul do litoral. A necessidade de um equilíbrio futuro entre essas duas forças se faz em função da servidão do poder marítimo.

Além das questões de circulação é necessário conhecer a questão dos transportes que é parte de sua preocupação, sendo usado em nosso país o tipo misto (Diversos Tipos de Transportes). Portanto, quanto maior a complexidade morfológica do território mais deverá ser a aptidão de transportes mistos, ou seja, a riqueza dos sistemas geográficos dentro da sua pluralidade e constituição.

Com isso, ocorre um processo de evolução de transportes agora com maior intensidade em função do motor de explosão. Travassos destaca importância de cooperação entre os meios de transportes e as vias de circulação. A diversidade do primeiro ampliou a forma das pessoas se deslocarem ao longo do tempo e destaca a necessidade de cooperação entre os transportes. A existência dos transportes mistos tem como intuito a coexistência com os demais tipos, constituindo uma linha de comunicação para que tirem proveito das linhas naturais. Essas linhas eram constituídas por linhas de água, vales, divisores, colos, estrangulamentos, etc. quando voltados para necessidade de intensidade de tráfico, variedade de cargas, números de pessoas a transportar isso permitiria uma flexibilidade nas comunicações entre os sistemas.

Em sua reflexão o modelo de transportes mistos seria o tipo ideal para todos os países, entretanto, por diferentes circunstâncias isso não ocorre, sendo necessária à busca de um novo pensamento para compreensão das melhorias dos transportes, como exemplo, colocar os Estados Unidos diante de sua funcionalidade dos meios de transporte, tendo como visão um sistema cooperativo.

Os meios de transportes diversificados apresentam-se como um leque de diversidade de soluções para os problemas colocados, em detrimento dos transportes unilaterais. A Argentina é colocada como um modelo de transporte único baseado na linha férrea, onde tenta mudar essa realidade com a constituição de novas vias rodoviárias, o qual exigiu grandes investimentos. Esse fato trouxe a capturação do sistema platino para a polarização desse país.

É necessário em sua concepção, observar a função do custo e a realidade geomorfológica, pois, a realidade brasileira é baseada em autovias, no entanto, ainda não é o país das auto-estradas, sua aptidão ao transportes mistos ocorre em função direta da complexidade topológica diferentemente do que ocorre fora do país. Ou seja, no subcontinente americano podemos observar essas formas de transportes conjugados pelas possibilidades existentes, sendo assim, estas oferecidas pela formação do território.

O caso brasileiro é visto por Travassos como um bom exemplo, onde pode facilmente chega-se de um ponto ao outro sem utilizar as vias marítimas, sendo observada no sistema de comunicação a superposição de meios de transportes, portanto, Travassos (1942, p. 167) chega a seguinte conclusão:

O exame detido de nossas *linhas naturais de circulação* no quadro das influências do espaço e da posição geográfica de nosso país, interpretada as expressões geográficas e os fatos humanos à luz do transporte mistos – leva inevitavelmente à conclusão de que nosso território fora feito sob medida para a era da *pluralidade* dos transportes.

Desde a introdução a vapor, os meios de transportes passam a diversificar-se levando, portanto, conforme Travassos (1942), a maioria dos países no mundo a modificá-los e conjugá-los, como os que já existentes, sendo que, no caso brasileiro este caminho levará a sua plenitude.

Travassos trata das comunicações brasileiras e os transportes, colocando o esforço dos homens públicos do país, voltados para unidade e segurança. As preocupações com as linhas de menor resistência em nosso país, tiveram

preocupação no que constitui os planos viários. As anomalias circulatórias são enquadradas em função das influências marítimas e a necessidade de seguir as linhas naturais fez-se necessário dentro da política de comunicação brasileira, com o objetivo de manter-se o equilíbrio de forças continentais e marítimas.

Esforços governamentais foram em direção ao objetivo de fazer a ligação do território, sendo assim, é elaborado o primeiro Plano de Viação Nacional estabelecido diante das necessidades nacionais datado de 1881. A necessidade da constituição de troncos era fundamental na formação do sistema viatório, portanto, tem-se como objetivo assegurar a continuidade das comunicações por meios de transporte misto, homogeneização dos transportes no país.

Travassos destaca que em toda parte do mundo a aviação fluvial se fez presente, foram aperfeiçoadas para que pudesse competir e ao mesmo tempo, tendo como característica a cooperação com os demais meios de comunicação. Ele ressalta que o Plano Bicalho é pioneiro onde ao mesmo tempo iniciava-se o processo de construção de ferrovias nos países centrais. Travassos (1942, p. 183) ressaltava ainda a importância dos rios no projeto de Bicalho que não conseguiu concretizar-se:

Assim, foi que o sonho de *continuidade das comunicações* do Engenheiro Bicalho, por meio de transportes mistos (a via navegável e a linha férrea) em que, inicialmente predominassem os transportes fluviais, nasceu voltado ao fracasso.

Somente a excelência dos traçados restaria de seu Plano, como uma luz a iluminar a trajetória da evolução de nossa política de comunicações, que a multiplicidade de meios de transporte de que se dispõem nesse incerto meado do século, não faz se não reanimar, vitoriosamente, assim não queríamos perdê-la de vista.

O plano Bulhões foi uma nova tentativa de estimular o processo de aviação do país, tendo como cooperação os transportes ferroviário. Conforme Travassos (1942) o plano tem muito do Plano Bicalho através da escolha da constituição dos troncos, ambos os planos em sua visão, têm falhas como observado, no que se refere a exclusão das vias marítimas. A falta de execução dos planos também foi fadada em sua visão, em função da inexistência de órgão que coordena essas ações.

Futuramente o Plano de Aviação Nacional é colocado por Travassos como o mais perfeito dentro de uma concepção circulatória do país, esse plano conseguiu neutralizar as anomalias viatórias de caráter geográfico, histórico e político, direcionando as forças marítimas em direção ao interior. O Plano Bicalho e Bulhões

segundo sua visão, são demonstração de preocupação desses esforços, portanto, o Plano de 1934 (Aviação Nacional), acaba com a fragmentação existente e o poder decisivo de atuação da atração marítima.

O Emprego dos Meios de Transportes é reforçado por Travassos, que devem ser transportes conjugados no processo de circulação do país com o objetivo de superar as anomalias visando a hibrididade geográfica. O plano de aviação vigente (Plano Nacional de Aviação) fortaleceu as linhas naturais de circulação com o litoral, formando um sistema de equilíbrio entre as forças marítimas e continentais. E isso acabou estabelecendo a união dessas duas forças, levando em conta os problemas de comunicação e o emprego dos transportes, sendo o elo fundamental o Plano de Aviação.

Com isso, podemos ressaltar a importância de conhecer a morfologia do território, os tipos de transporte utilizado, conforme a sua natureza técnica e a necessidade de um ajustamento entre as vias de comunicação e a evolução de transportes, dentro do plano de Viação Nacional.

2.2. TRAVASSOS E A GEOPOLÍTICO DE ESTADO

Uma das questões fundamentais na compreensão do processo geopolítico ao qual está diretamente ligado ao Estado. No entanto, essa caracterização não é parte singular da história da formação geopolítica brasileira, pois, é parte integrante da própria formação geopolítica estabelecida, mesmo antes do Século XX e de sua oficialização, sendo vista nos pensamentos do Almirante Alfred Thayer Mahan, em sua teoria do Poder Marítimo de 1890 e do geógrafo inglês Halford John Mackinder em 1904.

O jogo geopolítico é estabelecido diante das necessidades de projeções mundiais dos Estados Unidos e da Inglaterra. A tendência no primeiro momento, através da propagação desses ramos do conhecimento, pode ser vista em diferentes perspectivas nos diversos países e, portanto, devem ser contextualizadas e ao mesmo tempo diferenciadas nos recortes espaciais na contemporaneidade, ou seja, nas necessidades de escalas de projeção de cada um. Nessa perspectiva, Travassos (1935) pode ser pensado, não como teórico desatualizado e fora do seu tempo, em função da ampliação das concepções a respeito do significado de

geopolítica atual moderno, bem como, por causa da constituição de vários novos autores além do Estado, como era no início. Pois este foi o principal e único capaz de agir de forma incisiva na questão do território.

Apesar das críticas desenvolvida a geopolítica nacional ao longo do seu percurso, sendo muitas vezes acusada de forma injusta, como uma mera adaptação e de ideais grosseiras e mal postas no país segundo teóricos como, Miyamoto (1995), Mello (1997) e Costa (1992), temos algumas ressalva relacionadas a Travassos (1935) como é vista na própria análise de Costa (1992, p. 2006):

A análise geopolítica de Travassos, não é apenas pioneira como também original nesse tipo de discurso no país. Ao contrário dos demais desse período, ela é parte de uma minuciosa descrição das condições geográficas primárias do continente e do território brasileiro. Além disso, ele deriva daí um projeto geopolítico que está centrado não na unidade interna *stricto sensu*, mas na repercussão externar do movimento de integração interna, subordinando este a aquele objetivo maior. Nesse sentido, na mais pura tradição inaugurada por Mackinder, Travassos empresta ao chamado “poder nacional” uma dimensão nova no contexto da geopolítica brasileira. Assim, não é de estranhar - como aponta Mello em seu trabalho – a grande repercussão de sua obra em países sul-americanos, e especialmente, como era de se esperar, entre seus colegas geopolíticos argentinos.

O que podemos observar em Costa (1992), é que além de Travassos ser um estadista, tendo esse fato como preocupação e análise, que era de se espera na compreensão daquele momento do desenvolvimento da geopolítica, ele foi pioneiro no sentido de pensar e externalizar essa visão dentro do contexto sul-americano, onde a sobrevivência do país estava diretamente ligada a seu espaço vital. Podemos colocar da seguinte maneira, o país existiria como tal pelo controle dos sistemas geográficos, inclusive ele teve origem diante dessas disposições geográficas. Nessa concepção, Travassos (1935) coloca como essencia o dominio e controle dessas constituições geográficas que formam o continente do qual o Brasil pertence, sendo portanto, destacado por ele duas grandes área de manobras para a própria manutenção do país diante de suas aspirações e ao mesmo tempo, a neutralização na época de sua maior rival no continente a Argentina. Ele passa a pensar assim de maneira externa na constituição do país, pois abre precedente para a formação de um Brasil Potência, tendo como ponto de vista o subcontinente sul-americano.

Além das preocupações relacionadas ao sistema geográficos, alguns fatores constituinte do território, denominados por nós como elementos estruturantes,

podem ser estruturadores conforme o contexto histórico vivido, sendo portanto, sua relevância colocada no momento geopolítico vivido. Podemos assim pensar, em fator determinante que expliquem as preocupações de Travassos (1935) com o Triângulo Boliviano, que realmente é ponto crucial na controle dos sistemas amazônico e platino, sendo assim, o *punctum dolens*²¹ dos sistemas.

Hage (2013, p. 100) aponta algumas preocupações traçadas pelo Estadista Travassos feitas em sua análise diante dos sistemas geográficos:

Publicado na primeira parte dos anos 1930 o livro chama atenção porque traz à baila conceitos de geopolítica e sua aplicabilidade para a reflexão política brasileira. Mais do que isso, o texto também procura ambientar os problemas de organização nacional e suas implicações com o jogo interamericano, desigual e preocupante para o Brasil.

Vale dizer desigual, pelo fato da América servir de arena para a ascensão dos Estados Unidos e sua projeção, inicialmente, sobre as Antilhas e, depois, na área sulamericana, começando pelo canal do Panamá e Colômbia. O jogo também seria preocupante porque, além do poder norte-americano, haveria outro bem mais perto e nocivo à posição do país.

Tratava-se da República Argentina que, para o autor, desenvolvia coerente projeto geopolítico nas primeiras décadas do século XX. A projeção platina era simbolizada pelo aproveitamento dos recursos navegáveis da bacia do rio da Prata e pela ascensão logística por meio de caprichosa rede ferroviária, que deveria ligar a parte meridional da América do Sul ao centro nervoso do Estado argentino, a rica província de Buenos Aires.

As preocupações com a manutenção do país eram realçadas com as análises dos sistemas geográficos, e em alguns pontos eram apresentados como importantes para a ação do Estado brasileiro que ultrapassavam os sistemas geográficos, amazônico e platino, mas que teriam repercussão sobre eles, como no caso da atuação dos Estados Unidos no sistema caribenho. Que segundo Travassos, teria como porta de entrada a Colômbia via bacia do rio Magdalena ou pela própria Venezuela, por ser, naquele momento, um país dentro da esfera e órbita americana.

A naturalização da ação americana era feita em função da própria prótese territorial existente, dada pelo Canal do Panamá. Outra preocupação é a observação feita a respeito das questões relacionadas ao domínio do sistema platino, em virtude da própria ação do estado argentino, não só na potencialização dos rios, mas na criação da ferrovia em direção a Bolívia. Pois isso aumentaria a hegemonia da

²¹ Ponto do território onde é caracterizado por um conjunto de forças antagônicas que atuam ao mesmo tempo.

Argentina e iria futuramente, caso ela fosse completada, ocasionar a influência sobre o sistema geográfico amazônico, portanto, seria necessária a captura do Triângulo boliviano para esfera brasileira.

Hage (2013) ao analisar esses fatores de preocupação para uma política de Estado brasileiro diante da teoria travassiana, sugere um imperialismo por partes das políticas territoriais, pois com a atuação norte-americana no Caribe, o mesmo estava servindo como porta de entrada para a Amazônia e ao mesmo tempo as ações argentinas tinham que ser neutralizadas. Ou seja, a disputa geopolítica necessitava de uma ação, mas também ter cautela em relação aos interesses imperialistas norte-americanos, com um papel mais enérgico diante do avanço argentino nos sistemas platino e amazônico.

Uma das contribuições no que concerne a perenização da teoria travassiana, seja por seu contexto atual diante das políticas territoriais do Brasil no quadro que se encontra, sobretudo, nas demandas do país diante de suas pretensões para uma projeção internacional somando protagonismo regional. O estado brasileiro leva esses dois fatores de forma imbricada. As ações brasileiras nos anos de 1990 são constituídas nessa direção com a constituição dos grandes territórios, denominados de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), criados no governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo que em sua primeira essência, teriam corredores de ligação transnacional entre, as áreas internas do país e externas ao país, no continente sul-americano (Figura 5).



Figura 5: Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs).
Fonte IIRSA, 2014.

Os grandes corredores foram transformados nos anos de 2000 com a chegada dos governos desenvolvimentista, tendo esse significado o início do governo Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), onde esses grandes territórios passaram a ser parte integrante da geopolítica brasileira, não só restritas as ações econômicas, mas tendo uma conotação geopolítica.

O que se pode observar nesse sentido, dentro de uma perspectiva travassiana apontado por Hage (2013), Costa (1992) e Mello (1997) é que o fator geográfico boliviano era fundamental naquele momento histórico, sendo que ainda fazer parte da constituição dos “grandes corredores” que ganham várias direções, sendo constituídos pelos caminhos naturais já traçados por Travassos (1942).

A sobreposição é feita pelos sistemas geográficos pensada na formação desse projeto (dos grandes corredores que são na realidade partes integrantes dos sistemas). Travassos (1942) pensou diante dessa relação e ao mesmo tempo em diversos fatores geográficos. Esse é o grande legado retomado pelas ações do Estado no momento atual que muitos não conseguem observar em torno da teoria

travassiana ao apontar somente seu pensamento como fatos passados, sendo que seus elementos balizadores ainda permanecem nas políticas territoriais brasileira.

Na questão relacionada a rivalidade com a Argentina, tinha-se como preocupação a movimentação desse país no continente e suas pretensões de hegemônicas, o qual foram detectadas por Travassos (1935) ao longo da história de sua formação, que de acordo com Camargo (1987) foi alimentada e fortalecida pelos militares de ambos os lados²², e um dos elementos para essa disputa, sem dúvida, foi obra travassiana. Capelato (2000) aponta um outro fator importante dentro das disputas estabelecidas entre Argentina e Brasil, que foi o “destino manifesto brasileiro”, o qual deve ser entendido como o “legado português”, que seria o avanço do Tratado de Tordesilhas em direção a Oeste, que acabou duplicando a área territorial brasileira.

Travassos (1935) voltou suas análises a grande conquista ao Oeste do território, o que na realidade não parece coincidência foi que essa mesmo trajetória foi feita posteriormente pelos demais geopolíticos, demonstrando que o projeto português de consolidação territorial ainda não estava acabado. Aliás, esse fato ainda permeia as políticas territoriais do país, que até no atual momento, não encontraram uma forma de incorporação da Amazônia mais Ocidental, apesar de existir uma instrumentalização do território, ou seja, um aparato tecnológico capaz de ligar todo o território nacional e suas áreas mais distantes. Sendo assim, faz-se necessário, uma ligação parcial e ao mesmo tempo uma constituição ideológica, em função da necessidade histórica construída de integrar a região ao restante do território.

Capelato (2000) relata que as pretensões argentinas também eram imperialistas, em virtude das ambições voltadas aos países do sistema geográfico platino, sendo a prova disso, as oscilações existentes e interferências constantes em termos políticos e econômicos no Uruguai e Paraguai e suas pretensões colocadas em direção a Bolívia. Na realidade, existia o sonho e uma preocupação em constituir uma grande república platina, contrapondo-se ao Brasil e objetivando ao mesmo tempo, isolar o país do conjunto do continente sub-americano. Malagrida apud Martins (2011) já ressaltava a necessidade da constituição de uma nova divisão

²² A rivalidade brasileira serviu como fonte de alimentos para as pretensões argentinas no continente, ainda mais quando se teorizou as idéias. Estas idéias romperam as fronteiras do país, trazendo um clima de preocupação aos demais países vizinhos e atingindo de forma direta a Argentina, sendo seu efeito, o estímulo as ambições imperialistas pela ala militar.

regional para o melhor funcionamento do continente, onde enfatizava que o Brasil é uma grande incógnita e ao mesmo tempo, coloca que não existia uma coesão territorial, fato contestado por Travassos (1935), que ressaltava as ligações entre os sistemas do Prata e Amazônico.

No início do Século XXI, algumas observações são necessárias diante desse enfoque. As disputas entre Brasil e Argentina foram diminuídas com o passar do tempo, em função das próprias necessidades impostas aos países pelo processo de globalização, trazendo à tona a necessidade de uma ação conjunta que iram nesse sentido desembocar nos anos de 1991 a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul). No entanto, ao estudar o processo de integração e fase atual, muitos esquecem que na realidade ela é estabelecida dentro do sistema geográfico travassiano, e a prova dessas preocupações se torna uma constante, pois tenta unir dos dois sistemas, fato esse em parte concretizado com a entrada da Venezuela em 2012.

Outro candidato a ser galgado é a Bolívia, que já teve sua aprovação pelos congressos uruguaio, argentino, venezuelano. Tendo, portanto, uma aprovação parcial no Mercosul, restando ainda a aprovação paraguaia, que apresenta resistência em função da alegação do bolivarianismo de que este país está ligado a fatores ideológicos ligados ao bolivarianismo²³. No Brasil ainda essa discussão ainda não entrou na pauta da discussão no Congresso. O que se percebe é que o processo de integração²⁴ é na realidade parte da teoria dos sistemas. O Brasil conseguiu estender os processos de integração aos sistemas apontados por Travassos (1935) em direção a Amazônia, reforçando-o e agora se posicionando para a área que foi colocada como pivô do continente.

A multiplicidade de fatores é complexa em torno da atuação brasileira atual e isso foi visto por Rodrigues (1947), ao identificar as áreas de tensões de forças do sistema que ultrapassavam o Triângulo boliviano. Por causa disso o Brasil deveria ter atenção redobrada, pelo fato de ter como contribuição, a teoria travassiana, já que

²³ O bolivarianismo é visto pela direita sul-americana como algo populista e prejudicial a democracia na concepção das direitas sul-americanas.

²⁴ O que se percebe é que nos de 1990 as análises feitas a respeito da conjuntura do país destaca-se pelo processo de integração e fortalecidos pela própria globalização, fechando caminho para uma análise geopolítica de disputas, até então, que eram latentes em outras épocas que, no entanto, nunca deixaram de existir e que ao mesmo tempo eclodem em diferentes esferas, podendo ganhar novas concepções.

as análises não eram baseadas no nada. Segundo Rodrigues (1947, p. 63) os seguintes pontos do território necessitavam de atenção:

- 1) A fronteira do Brasil com a Argentina: Território do Iguaçu (Brasil) – Território de las Misiones (Argentina), região das quedas d'água;
- 2) No triangulo boliviano, formado pelas cidades de Cochabamba, Saucess e Santa Cruz de La Sierra, região petrolífera;
- 3) E na fronteira equato-peruviana, com centro da cidade de Letícia, próxima a Tabatinga (Brasil), nó de transporte de toda a classe.

Para Pfrimer; Roseira (2009) *punctum dolens*, são pontos de tensão entre forças antagônicas em território sul americano, que na visão de Rodrigues (1947), dava-se entre as forças continentais e marítimas ocorrendo na constituição do triangulo boliviano, sendo que os demais pontos também devem ser focos de atenção brasileira, portanto, Pfrimer apud Roseira (2009) não considera que a idéia mackinderiana de área pivô foi adaptada a teoria travassiana de modo copilador. Pensando nos casos dos EIDs instalados nos anos de 1990, os pontos de apoios de alguns grandes territórios se baseiam nesses pontos estratégicos de energia para uma plataforma de radiação no continente e fora do continente, em virtude do projeto atual brasileira ser de âmbito mundial e não mais restrita somente ao recorte regional. Mas, ainda tem como suporte a teoria travassiana dos sistemas geográficos que constituem a base desses territórios.

Vlach (2003, p. 4) ao refletir sobre a teoria travassiana coloca o seguinte pensamento em torno das preocupações postas por Travassos em 1935:

Do ponto de vista nacional, é o engrandecimento do Estado brasileiro que está em questão: Travassos avalia que “nossa unidade geográfica” ainda precisa “*traduzir politicamente os fatores que a manifestam*”, de maneira indiscutível, na faixa atlântica e no interior do território, de maneira que o Estado brasileiro se consolide como uma única unidade política. No norte, deve-se transformar o potencial centrípeto da Bacia Amazônica em realidade pela implantação de uma rede de transportes; no sul, deve-se reforçar a rede de transportes, particularmente por meio da ligação entre Santa Cruz de la Sierra e Santos, o que “*talvez seja o ato de mais profunda significação política nos tempos que correm*”. Do ponto de vista regional, trata-se, pois, de neutralizar a influência argentina, cujo vetor principal é a influência que Buenos Aires exerce na Bacia do Prata.

Por outro lado, o autor insiste em mostrar que a penetração *yanquee* (é o termo que utiliza) aproveita a instabilidade geográfica dos vales longitudinais dos Andes, e o “caminho livre” oferecido pelas Antilhas, cujo caráter de mar mediterrâneo lhe é dado pelo Canal do Panamá. Considera que “*cabe ao Brasil tomar consciência dessa formidável realidade geográfica*” para exercer o seu “papel coordenador”. Podemos nos

perguntar se, de maneira ainda mais perspicaz, Travassos não estaria sugerindo ao Estado brasileiro que promovesse os meios para tentar diminuir a influência dos Estados Unidos na região, começando pela definição de estratégias para o desenvolvimento das redes de transporte.

Velhas questões que traduzem ainda como parte da preocupação dos ideais brasileiras, permanecem diante da dívida que o país tem em torno de seu projeto geopolítico como, questões relacionadas aos estímulos geográficos, que mesmo utilizadas nos EIDs, ainda devem ser melhor aproveitadas para a potencialização dos sistemas geográficos, que quando somadas com o potencial do qual também ressalta o poder Centrípeto da Amazônia e da sua bacia, será um dos pontos chaves para utilização do território. O qual, não deve ser a única, mas alguns projetos de engenharia ainda são fundamentais como, a integração da bacia Orenoco que comporta 4/5 do país e que pode servir como ligação e atuação brasileira em direção ao Sul venezuelano (Figura 6).



Figura 6: O Canal do Cassiquiare na Venezuela
 Fonte: Aurelinojr.blogspot, 2014.

Diante de uma perspectiva devido as “ameaças” que poderiam surgir via Venezuela, Travassos (1935) já demonstrava preocupação com a aproximação dos Estados Unidos e sua atuação no sistema geográfico caribenho, como já ressaltado anteriormente, e uma possível repercussão no sistema Amazônico via Colômbia e

Venezuela, no momento atual as diretrizes pode ser pensadas de forma inversa como no novo cenário do jogo geopolítico em que o Brasil vive no continente²⁵.

Numa descrição mais detalhada, temos os seguintes aspectos: o canal do Casiquiare, também denominado de rio Cachequerique, que é um canal natural com 326 km de comprimento e se desenvolve entre a margem esquerda do rio Orenoco, na Venezuela, e a margem esquerda do rio Negro afluente do rio Amazonas, na fronteira entre a Venezuela e a Colômbia. O Cassiquiare interliga duas das mais importantes bacias hidrográficas do mundo, a do Amazonas, a maior do planeta, com de 6 200 000 km²; e a do Orenoco, a terceira maior da América do Sul, com uma área de 948 000 km². Na sua totalidade aquelas bacias perfazem uma superfície conjunta de 7 850 000 km², correspondentes a 44% do território da América do Sul. O canal é uma ocorrência geográfica raríssima, resultante da captura fluvial de uma bifurcação de outro curso de água, a qual faz da região do estado brasileiro do Amazonas ao nordeste dos rios Solimões e Amazonas, os estados brasileiros do Amapá e Roraima, a parte da Venezuela a leste do Orenoco e as três Guianas uma única e gigantesca ilha marítimo-fluvial.

O canal do rio é sinuoso e está em diversos pontos obstruído por bancos de areia e por pequenos rápidos escavados na rocha granítica da região. Estes obstáculos tornam dificultosa a navegação na época seca e impedem a passagem de embarcações de médio e grande porte. Existiu um projeto conjunto brasileiro e venezuelano para a sua dragagem e alargamento do leito permitindo assim a passagem de embarcações até 100 toneladas, mas que terá pouca viabilidade dadas as restrições ambientais necessárias à conservação do rio (AURELINO JR, 2014).

Embora não haja linhas regulares de navegação e pouca gente tenha feito esse imenso percurso, é perfeitamente possível sair do Caribe e chegar ao Oceano Atlântico através dos rios amazônicos. O percurso soma mais de 7 000 km de rios navegáveis, são eles: Orenoco, Casiquiare, Negro e Amazonas, formando uma hidrovia natural, que, embora impondo limitações e sendo muito pouco utilizada, já está pronta (AURELINO JR, 2014).

²⁵ A posição geopolítica dos Estados Unidos no continente ainda é relevante, entretanto, em função de outras prioridades e até mesmo da posição atual que a América Latina ganha. Com o tempo, em sua política exterior, seu papel tem diminuído de forma gradual abrindo espaços para a atuação das aspirantes as potências, apesar de seu poder ainda ser considerável.

Temos um fator geográfico importante na constituição da teoria travassiana, pois o mesmo pode servir como elemento conciliado, ainda mais com a adesão completa da Venezuela ao Mercosul. Sendo assim, a Amazônia passa a ser uma plataforma importante no processo de projeção internacional, dirigindo-se ao sistema do Orenoco e rumo ao mar das Caraíbas, do qual já aumenta sua intensificação.

O poder centrípeto da bacia estimula os processos geopolíticos em direção ao país, com a própria capturação dos sistemas hidrográfico do Orenoco e o fortalecimento do Brasil no sistema geográfico caribenho. No entanto, alguns ajustes devem ser feitos através de ações na ordem da engenharia, para que ocorra o desenvolvimento desse canal e ao mesmo tempo o estímulo das cidades do sistema do Negro em direção àquela região, tirando assim, do isolamento geopolítico do qual concebemos como uma maior participação no conjunto amazônico (Figura 7) seja ela do ponto de vista político, econômico e social.



Figura 7: Composição dos sistemas geográficos na área setentrional ocidental
Fonte: Aurelino Jr, 2014.

No que se refere as ações do estado brasileiro na Amazônia, segundo Travassos (1935), existia uma preocupação diante do canal Casiquiare, o qual foi observada por ele, como dificultosa em virtude a sua própria resistência fisiográficas, dificultando assim, as ações de penetração que seriam mais perigosas em torno da

Colômbia. As dificuldades atuais ainda são as mesmas, como descrevemos anteriormente, em função da própria forma do canal e de sua instabilidade hidrografia, entretanto, o contexto geopolítico atual é diferenciado e pode demonstrar uma viabilidade, diante da interferência de obras de engenharia.

Na Figura 4, observamos que sua conotação geopolítica é latente dentro da concepção travassiana de sistema geográfico, ligando o sistema do Negro que vai em direção a cidade de Manaus, que é o centro do sistema amazônico, sendo ainda a projeção feita da cidade Manaus em direção a Boa Vista no Estado de Roraima pela Rodovia Federal 174, que vai em direção a Caracas na Venezuela, lançando-se assim, ao sistema geográfico caribenho, sendo ainda uma bifurcação importante, uma em direção a Guiana, fortalecendo o EIDs nesse sentido e ao mesmo tempo na parte oeste do Estado de Roraima e outra que pode ser sanada com a dinâmica das bacias com a parte leste da Venezuela.

Temos sistemas geográficos de bacias hidrográficas ligadas aos sistemas continentais, sendo que esta abertura abre caminho para atuação nos Andes, levando até a região produtora Venezuelana de petróleo, que também se abre para o sistema caribenho. E via Andes, temos a junção de sistemas geográficos continentais até estão nunca explorados, e hidrográficos marítimos que alimentam o sistema geográfico, sendo crucial dentro da concepção e incorporação da Amazônia setentrional.

As idéias sobre a Amazônia faziam parte da concepção de Travassos (1935) em torno de onde o estado devia dirigir-se, como poderia atuar diante da constituição dos sistemas geográficos e ao mesmo tempo dada pela ação dos estímulos geográficos. Travassos ressalta fatores determinantes, mas não numa concepção estreita no que se refere a um determinismo estreito, apenas absorvido pelas leituras distorcidas de Ratzel. O que nos parece é que muitas leituras referentes a ações propostas pelo Estado em sua obra, na maioria das análises contemporâneas aqui entendidas, como também após os anos de 1990, reconhece sua importância e pioneirismo para a história da geopolítica, no entanto, as mesmas não contextualizam seu pensamento nos dias atuais.

O que se observa é que as idéias de Travassos foram aprimoradas e contextualizadas ao longo do pensamento da geopolítica clássica, e todos os geopolíticos utilizam e fazem referência sobre sua análise, sobre o território que deve ter o Estado como agente impregnado para as realizações dessas obras.

Como no caso de Rodrigues (1947) que já colocava, através do campo de forças e pressão estabelecidos no território, a análise territorial prévia da teoria travassiana, sendo isso, uma entre os demais pensadores clássicos.

Ricardo (1940) analisando a teoria Travassiana, demonstrou a importância de seguir-se para o oeste, e este ideal seria compartilhado com o Estado Novo. A proposição desse autor é baseada em fronteira viva e ao mesmo tempo ocupação dos espaços naturais, talvez fosse necessário pensar em caminhos naturais estabelecidos pela teoria travassiana de ocupação do território, sendo assim o inevitável choque, como no caso da incorporação do Acre pela Bolívia ocorrida no Século XIX fosse necessária. A esse respeito, Oliveira (2008, p. 16) salienta que:

A busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação. A conquista do território, a expansão para o interior, é o destino que as elites litorâneas devem assumir. É preciso integrar homem e território, realizar um tipo de “imperialismo interno”, cujo exemplo maior foi Rondon.

O projeto de coesão territorial vai ser seguido pelos demais geopolíticos, Travassos (1935) teria essa preocupação que, no entanto, em sua teoria aparece de forma inversa onde o externo define o interno, ou seja, a articulação com a América do Sul é crucial para coesão do território brasileiro. Na concepção de Ricardo apud Oliveira (2008) essa deveria ser feita a nível interno, mas mesmo assim, atenta para alguns fatores além da macha para o oeste, pregada por Travassos (1935), como a relação entre os fatores internos o que para nós denominamos de sistema geográfico entre o litoral e sertão. Travassos (1942) já alertava sobre a importância da conciliação dessas duas forças, ou seja, entre as forças terrestres e marítimas, sendo está última forte a que deveria ser amenizada com um projeto territorial interno, dada pelo avanço e estímulos geográficos existentes nos sistema Amazônico e Platino.

A consolidação das fronteiras naturais também fazia parte do projeto geopolítico do país, tendo a mesma perspicácia da teoria travassiana, Ricardo apud Freitas (2004, p. 19) retrata países como a Bolívia e Uruguai, denominado na época do Império de Cisplatina, eram partes integrantes do território brasileiro:

Temos por base o conceito de fronteira em movimento ou fronteira viva, a Constituição da Província de Cisplatina (1828) deve ser entendida como a adequação das fronteiras naturais do Brasil ao sul, da mesma forma que o

conflito com a Bolívia no final do Século XIX (Guerra do Acre) não era mais que um episódio suplementar da conquista do Oeste.

As reivindicações territoriais ou possíveis anexações, sempre eram feitas do discurso e de estudos, tanto do lado argentino quanto brasileiro, repercutindo assim, no jogo geopolítico e nas políticas territoriais de ambos os países. Segundo Malagrida apud Martins (2011) para Travassos o fato de existirem em certa forma disputas no continente seria em função do próprio processo de regionalização. Entretanto, Travassos (1935) não utilizou tal termo como seu oponente, mas suas teorias demonstram esse caminho. Pesando na teoria dos sistemas geográficos, podemos perceber que os domínios dos sistemas não estão restritos apenas aos estados do Brasil e Argentina e que alguns fatores potencializados e contextualizados na época serviram como ponto de atrito entre os interesses geopolíticos desses dois Estados. Portanto, Leite apud Freitas (2004) em sua análise, daria primazia ao estado brasileiro perante a incorporação de parte do território boliviano e do evento ocorrido na Cisplatina.

Ainda dentro dessa perceptiva sobre a importância dos fatores como fontes de estímulos e ponto culminantes da potencialização do sistema geográfico, temos a visão de Cidade (1940), o qual mescla além do potencial brasileira a própria questão histórica da formação do país e atribuiu, assim como Matos (1945), pontos estruturantes da diretriz a ser tomada pelo Estado brasileiro em suas políticas territoriais, como a existência do rio São Francisco, a posse efetiva do Foz do Rio Amazonas e a influência do sistema Atlântico como é colocado por Freitas (2004, p. 20):

Os trabalhos de Francisco Paula Cidade procuram perspectivar as potencialidades geográficas apresentadas pelos diferentes estados sul-americanos, conjugando-as como uma análise diacrônica da história brasileira, através do qual se pretendeu demonstrar a importância, para o Brasil adveniente, da gradual, mas contínua ocupação territorial do interior, da posse efetiva da bacia e foz do Amazonas, além do papel desempenhado pelo Rio São Francisco e pelo Atlântico na formação do Estado brasileiro.

A influência do Atlântico e do poder marítimo somados com as condições fisiográficas, aparecem como fundamentais na constituição do estado brasileiro, que na realidade já foram vista por Travassos (1935), do qual, interpretamos como um conjunto de sistemas e cidade. Travassos observou que os fatores geográficos

foram estratégicos para o domínio dos sistemas, somados a própria conformação do território.

Nos anos da Guerra Fria, temos o surgimento das obras de Couto e Silva (1981), sendo colocado depois de Travassos (1935), como um dos mais autênticos geopolíticos brasileiros, repercutindo seu pensamento fora do país e dentro do âmbito regional. Couto e Silva (1981, p. 128) ao pensar a respeito da geopolítica e a base para seu desenvolvimento, sendo fundamental a influência do espaço e de sua regionalização ressalta que:

Na primeira (a amazônica americana) entrecruzam-se: de leste a oeste, o antagonismo tantas vezes apontando entre o Pacífico e o Atlântico, preponderando largamente a influência deste último, graças à penetração profunda quase onipresente do portentoso caudal, em face da dinâmica ainda pobre que se esboça através dos passos e nudos andinos; e, do norte para o sul, a oposição continental-marítima entre a influência do golfo do Caribe, fracamente permeável à vigorosa pressão exterior da América do Norte, e atração do coração do continente [...] Na segunda área, platino-patagônica, continua ainda manifestar-se a oposição, onipresente em toda a América, entre o Pacífico e o Atlântico, com indiscutível predominância para este em toda a seção setentrional, dada a potente força atrativa e integradora do Prata. Como se exerce, também, de norte a sul, um antagonismo continental-marítimo em moldes semelhantes ao que permeia a Amazônia, contrabalançando-se aqui, porém, a maior proximidade e o dinamismo efetivo do Prata, com a presença também, mais imediata e superiormente localizada, do núcleo central brasileiro. E este nunca atuará isoladamente, pois estará sempre em condições de apoiar e coordenar ações convergentes, graças à participação ponderável do Brasil, em espaço senão em termos demográficos ainda, na própria área de soldadura que fica ao norte.

Essa concepção serve para compreensão dos estímulos geográficos no território, somados com sua tese sobre segurança nacional e a posição que o Brasil encontrava-se, serviram para balizar suas idéias. Couto e Silva (1981) tinha uma preocupação quanto a coesão do território nacional, daí a importância de sua regionalização. Os aspectos geográficos seriam valorizados por ele como a potencialização no território, dentro dessa concepção organizacional do território, ocorreria uma influência diante das áreas circunvizinhas no âmbito externo ao país no continente sul-americano.

Suas preocupações ainda são estabelecidas como prioridade, uma estratégia de ocupação e interligação dos espaços e estímulo ao povoamento. Freitas (2004, p. 44) ao analisar Couto e Silva, coloca os dilemas que deviam ser enfrentados pelo país diante de sua realidade territorial, no qual é baseada na teoria travassiana:

Todavia, nem tudo é concordância entre as diretivas geopolíticas internas e externas. Entre as duas situa-se aquilo que o autor define como grande dilema brasileiro, isto é, indecisão política estratégica cuja gênese interpretativa radica no antagonismo entre as “forças continentais” e as “atrações marítimas”. O Brasil surge, assim, como um país charneira, indeciso entre dois destinos: de um lado, o interior, legado bandeirante do qual a face da moderna nada mais é que o esforço de vitalização de ampla “hinterlândia”, tarefa essencial ao cumprimento dos objetivos nacionais; do outro, o mar, não é um mar qualquer, mas o oceano mais vivificado do mundo, caminho sem igual das civilizações modernas, que nos liga ao centros de produção e de cultura do Hemisfério Norte, de onde nos vêm e virão os impulsos mais fortes de renovação de progresso [...]

Assim como Travassos (1935) e (1942), Couto e Silva (1981) observa questões relacionadas a vocação e forças atuantes na formação territorial brasileira, constituídas pelas forças marítimas e terrestre pela tradição e ao mesmo tempo, pela modernidade relacionada com o avanço territorial e incorporação pelo Estado brasileiro. Entretanto, a mesma história demonstra o ponto de origem dessa formação, que concentra boa parte das atividades econômicas do país e ao mesmo tempo o poder de atração que exerce. O comércio mundial as relações políticas e econômicas centrais fluem pela costa brasileira. O dilema do antagonismo sugerido por Travassos (1942), está diretamente ligado a busca do equilíbrio de campo de forças.

A preocupação com a interiorização do país e coesão do território seria parte ainda integrante do último representante da escola geopolítica moderna e ao mesmo tempo a preocupação com a Amazônia. O sistema Amazônico sugerido por Travassos, aparece pra ele como de grande importância na elaboração de uma geopolítica baseada e condôminos. De acordo com Costa 1999, p. 211) isso objetiva a seguinte meta:

Ao Brasil, caberia nesse processo a vitalização de suas fronteiras, criando “pólos” de irradiação fronteiriços” capazes de impulsionar o progresso e a influência brasileira até os limites com os demais países amazônicos. Na verdade, Meira Mattos tenta por em prática a antiga estratégia de promover o “tamponamento eficaz das fronteiras ocidentais” de que falará Travassos em 1935, só que, desta feita, numa operação geopolítico-militar sustentada por um projeto de desenvolvimento econômico-territorial de grandes proporções.

Os pólos de radiação são outros elementos importantes na constituição do controle do sistema territorial, onde pode servir como base de radiação e intercâmbio entre os países condôminos, algo importante dentro de uma região

como a Amazônia, devido a sua grande extensão territorial e sua dispersão de cidades ao longo do seu território.

A vitalização das fronteiras ao qual Mattos (1987) relata, é referente ao estímulo do povoamento em direção a Amazônia e ainda propagada por parte do segmento militar com objetivo de assegurar a posse do território e ao mesmo tempo de fazer pressão nas zonas de contatos fronteiriço dos países limítrofes. Freitas (2004, p. 73) coloca da seguinte forma que a idéia de Mattos e baseado nas idéias travassianas:

Embora alicerçada na análise feita por Mário Travassos, a tese de Meira Mattos situa-se em uma ordem de grandeza diferente. Segundo Travassos (1942) existia a possibilidade de um contato entre as vertentes antagônicas do Atlântico e do Pacífico através dos nudos ou áreas de passagem da Cordilheira Andina – “pontos de rebaixamento”. Já Meira Mattos defende a utilização da moderna tecnologia dos transportes e da comunicação para a “continentalização da hinterlândia sul-americana”. Desse modo, as áreas interiores de intercâmbio fronteiriço serão o primeiro resultado da política de continentalização catalisadora dos impulsos do desenvolvimento tendentes ao gradual, mas inelutável, alargamento da fronteira econômica dos Estados formadores da Pan-Amazônica. O Destino continental do subsistema sul-americano depende, concomitantemente, desse esforço de vitalização e do progresso socioeconômico daí adveniente.

Mattos (1987) demonstra a importância do estímulo das forças internas que devem ser feitas por núcleos de povoamento e ao mesmo tempo, de uma ação orquestrada que interessa a todos os países que compõem o sistema amazônico. Sendo assim, o sistema amazônico em sua concepção poderia ser somente controlado pelo Brasil através da junção de forças dos países amazônicos que o constituem. Entretanto, o Brasil seria o líder em função de alguns fatores geográficos estarem sobre seu território, como a grande extensão do sistema que possui ao país.

Novas tendências extrapolaram as visões colocadas pelos geopolíticos modernos e ao mesmo tempo contemporâneos, onde muitas vezes uma análise parcial dos fenômenos é incompleta para compreensão da própria ação do Estado Nacional, tendo como pano de fundo a teoria dos sistemas geográficos. Em nossa análise, observa-se a frente de atuação brasileira em direção ao Pacífico Sul onde remetemos aos nudos e pasos, que são vitais dentro das metas geopolíticas. Na análise, espacial podemos observar a interseção de áreas em nosso país que

podem ser satelitizadas e ao mesmo tempo não se encontram plenamente integrada a conjuntura atual, como é o caso da região do Cone Sul.

Tendências opostas são visualizadas no Continente da América do Sul organizada por duas forças, uma centrífuga voltada para o continente, ocorrido pela união dos países que tem como soldadura o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a qual é remetida por constantes choques entre dissonâncias políticas e ações econômicas. E a outra centrípeta voltada para nova ordem mundial, com forte tendência a integração geoeconômica e pretensões de ascensão do Brasil diante de seu projeto geopolítico no continente, tendo consequência no espaço mundial. A existência de “áreas vazias” se deve em função da funcionalidade dessas regiões, que necessitam de uma política territorial integrada (Figura 8).

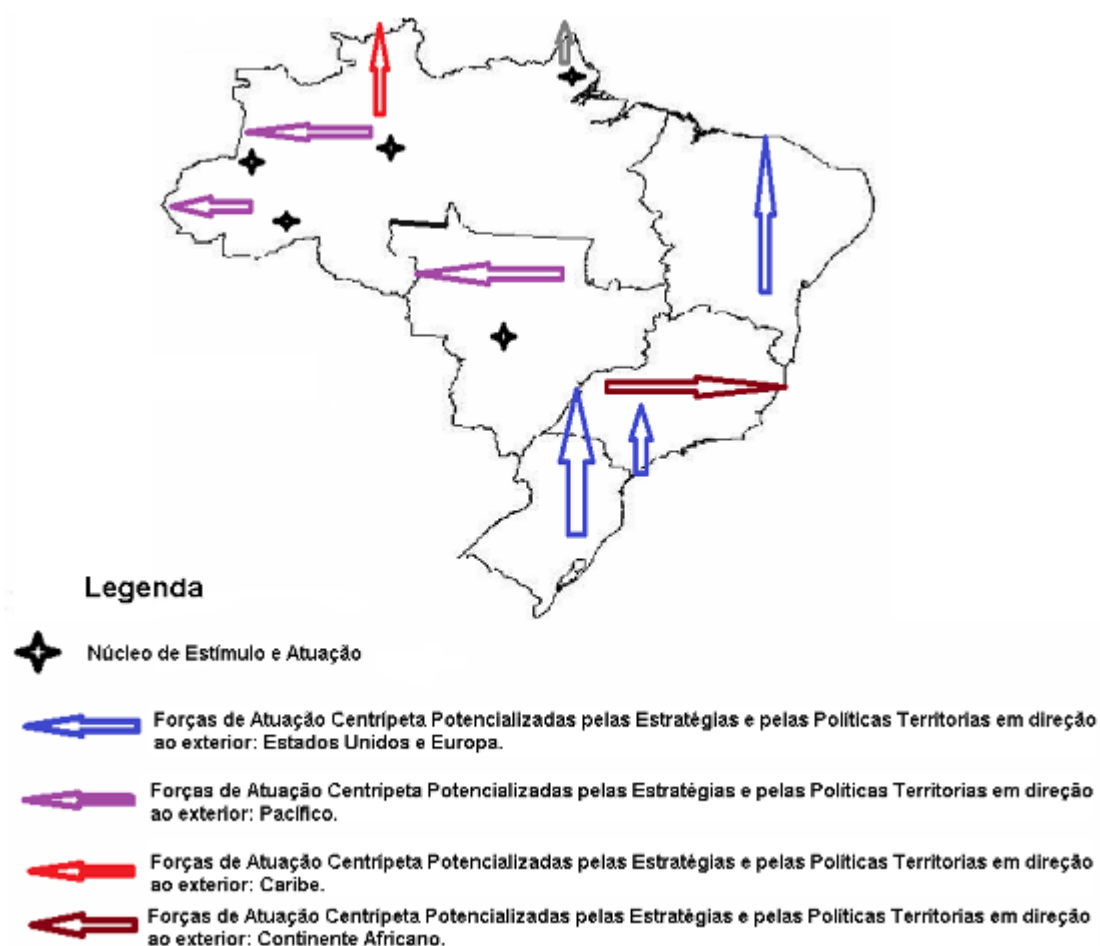


Figura 8: Tendências no Território Brasileiro e Núcleo de Apoios
Fonte: O autor.

As tendências observadas no território brasileiro constituem uma análise rica para observação do protagonismo brasileiro em várias direções. O multilateralismo

corresponde as essas orientações múltiplas de ação em função das necessidades atuais do Estado brasileiro, não só em direção ao continente sul-americano, mas em direção a vários sistemas geográficos. O enfraquecimento do papel de protagonismo dos Estados Unidos somados com a emergência da China e países emergentes provocaram a ascensão de novas geopolíticas que refletem na disputa pelo espaço mundial, sendo a Amazônia peça chave nessa concepção.

2.3. TRAVASSOS E A GEOPOLÍTICA PARA A AMAZÔNIA

Para compreendermos as questões relacionadas a geopolítica da Amazônia contemporânea, é necessário fazermos um recorte temporal fazendo uma ponte entre as estratégias políticas que foram adotadas relacionadas com as ações tomadas nos anos de 1930 onde a região passou a ser estratégica para constituição do território, na realidade, esta perspectiva remete bem antes aos portugueses em seu processo de colonização e controle.

A Amazônia é inserida dentro do contexto territorial como área geopolítica não só no discurso mas nas práticas, sendo esse pensamento vigorado ao longo da história do país, que vai ser fortalecido com a idéia de coesão e territorial, macha para oeste e ao mesmo tempo caminha pelo terreno dos interesses do Brasil dentro de suas projeções. No primeiro momento voltado aos interesses regionais do sub-continentes sul-americano e depois no contemporaneidade para os interesses internacionais de ascensão do país.

As proteções implantadas e as estratégias geopolíticas diante da políticas territoriais voltadas para a Amazônia, representam esse momento crucial para entendermos o momento atual e identificarmos a relação com a teoria dos sistemas travassiana. Sendo a descrição e análise do cenário parte integrante dessa composição para nossa compreensão. Sendo assim para Becker (1982), no quadro geoeconômico e geopolítico ocorrido na Amazônia, é resultado da estrutura modificada espacial do país, entretanto, essas forças não conseguiram quebrar o isolamento físico e mental em relação ao restante do país, ou seja, configurando uma grande questão ao país representado, com a constante preocupação de incorporar a região, os condicionantes para esse perfil são históricos e econômicos e tendo como composição os fatores espaciais dimensão, posição, sendo o *heartland*

brasileiro, áreas distante da costa. Distante dos grandes centros econômicos desde a época da formação territorial. Tendo uma forte ligação em sua faixa longitudinal em direção ao Atlântico e possibilitando conexões com a estratégica bacia do Pacífico nos dias atuais.

A ligação das vertentes propostas por Travassos (1935) é base desse projeto não executado que, no entanto, devem ser contextualizadas na época pela própria importância do sistema geográfico do Pacífico Sul, entretanto, no processo atual é um dos elementos dinamizadores da economia mundial. Sendo a Amazônia uma porta importante dentro dessa ligação devido a sua aproximação e ligações naturais dos quais, Travassos (1935) já relatava em direção a transposição da Cordilheira dos Andes. As políticas anteriores não conseguiram tal execução em virtude da ideologia da Segurança Nacional vista por muitos geopolíticos como essencial.

Amazônia passa a ter esse contexto ao longo de todo seu período, que, também contará com novos processos territoriais, sendo assim, resultando na formação e complexidade de atores existentes surgidos pela fronteira política e econômica e devido sua posição geográfica histórica na formação do território esteve mais exposta às influências externas, e permanece até hoje. Sua posição começa a mudar em função da sua importância ao mundo nas questões ambientais e dentro da própria geoestratégia que essa região começa a ganhar, diante das projeções geopolíticas do país retomadas nos anos de 1990, do qual, a Amazônia é área mais importante da manobra política em direção a bacia caribenha e ao mesmo tempo pacífica, ou seja, numa interpretação travassiana, temos as pretensões e algumas ações brasileiras em direção a esse dois sistemas próximos a sistema Amazônico. Becker (2005) demonstra a importância de pensar a Amazônia de forma integrada, em função de sua importância em escala internacional e ao mesmo tempo, diante de um sistema conjunto e pensando da mesma forma que Mattos (1987) ao demonstrar a importância do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA):

Mas, o fato de a globalização incidir na Amazônia dos países vizinhos através da presença militar, e no Brasil por intermédio da cooperação internacional, constitui uma diferença importante. Realiza-se uma articulação sul-americana por meio do resgate do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e também a partir da iniciativa do planejamento físico da integração por meio de transporte multimodal, difusão da *internet* nos países vizinhos e intercâmbio energético. Em Roraima deu-se o primeiro

passo para a integração oficial através da construção da estrada que liga Manaus à Venezuela. O gás já vem sendo transferido da Bolívia e do Peru, e a Bolsa de Mercadorias e Estudos propõe a extensão da fronteira agropecuária do centro-oeste brasileiro para os países vizinhos (BECKER, 2005, p.74).

Entretanto, na construção da região, temos uma imagem como fronteira de recursos diretamente ligada a forma de inserimento na divisão internacional do trabalho que foi constituída ao longo do período em nível interno ligada ao crescimento nacional e que estende-se até o início do século XX. A forma de uso do território tinha a finalidade, como no Brasil e tanto no restante da América Latina, de constituir uma grande fronteira de recursos, tendo como função fornecer matéria-prima para Europa.

No caso amazônico, temos uma grande região voltada para a Europa, sendo constituído de uma grande “ilha” econômica fornecedora de especiarias para o exterior, aqui nos referimos ao período Imperial e Republicanos nos primeiros momentos, o que tendeu a se solidificar com o *boom* da extração do Látex na região. A base da constituição econômica ocorre às margens e próximos dos rios que contribuíram para seu povoamento, devido a sua grande bacia hidrográfica, a saída do *heartland* era a cidade Belém representando o principal pólo desenvolvimento da região.

Um padrão que foi utilizado no processo de incorporação territorial e que serviu de base para o povoamento e ao mesmo tempo no estímulo das atividades econômicas, foi a utilização inicial do sistema geográfico amazônico, levando em consideração a teoria travassiana, onde somente uma parte ainda era território usado. Entretanto, conforme as necessidades e o inserimento da região ocorriam na Divisão Internacional do Trabalho, o papel territorial da Amazônia ganhava novas feições, e seu território era ampliado e valorizado de forma diferenciada. Os fortes instalados ao longo dos rios que deram origem a muitas cidades serviam como base de proteção e ao mesmo tempo, de controle a incursão de invasores.

Nesse processo, o papel da borracha desempenhará um novo surto econômico na região, sendo assim, no século XIX, em função da Revolução Industrial, ocorre o fortalecimento da economia extrativista, por causa da produção da goma, tendo como consequência o estímulo ao processo de migração feito pela mão de obra nordestina, resultando na incorporação e aumento do território brasileiro. Um caso emblemático foi a incorporação do Estado do Acre. Lembrando

Ricardo (1940) onde esse fato é na realidade constituído por parte em direção a macha ao Oeste do qual Travassos (1935) também advogava e ao mesmo tempo é devido a naturalização de uma parte do território boliviano que seria incorporado ao Brasil devido o alargamento de suas próprias fronteiras. Em outro sentido, temos a incorporação de uma área territorial integrante ao grande sistema geográfico amazônico.

Para Becker (1990, p. 61) as marcas ficaram fincadas em decorrência dessa forma de exploração:

A valorização da borracha em fins do século XIX, como decorrência da Revolução Industrial, traz à região forças mais poderosas, representadas pelos centros dinâmicos de então – Inglaterra e Estados Unidos. Resultou daí uma intensificação da economia extrativista, capaz de, com a mãe-de-obra nordestina, ultrapassar as corredeiras dos afluentes da margem direita e conquistar o Acre. A maior intensidade da exploração deixou marcas profundas do que as decorrentes dos quatro séculos anteriores; implantou-se uma economia colonialista mais violenta, grandes desníveis econômicos e sociais se elaboram na parca população que permaneceu na área, as terras foram apossadas em grande escala, embora não povoadas, e um processo de crescimento urbano se desencadeou em Belém e Manaus, centro que incharam com o refluxo da população, após a decadência da borracha.

Diante das marcas fincadas, temos o fortalecimento futuro de dois centros econômicos através do fortalecimento de outros processos econômicos das cidades Manaus e Belém, o fim do ciclo extrativista abre espaços para novas políticas de incorporação do território resultando no processo de abertura econômica para o capital nacional e internacional industrial. Entretanto, esse fato não ocorreu de forma contínua, a região passou por um período de letargia, aqui entendido como desinteresse diante das grandes necessidades da atividade econômica. Seu caráter geopolítico ainda fazia-se presente, esse sempre foi uma constante e antecedia a própria atividade econômica. As análises geopolíticas sempre mesclaram, ao longo do tempo, a atividade econômica como parte integrante da política territorial estabelecida para a Amazônia. Travassos (1935) referia-se a incorporação econômica boliviana via Amazônia.

A letargia amazônica tem “seu fim” surgindo a constituição de um novo circuito espacial.²⁶ O resulta é o processo de periferização nacional ocorrendo com

²⁶ Aqui entendido como parte constituinte da indústria, oriunda do grande capital nacional e internacional, servindo de base para a constituição do mercado nacional, com a construção da região

a emergência dos centros do Rio de Janeiro e São Paulo, que se industrializaram pelo processo de substituição de importação, estabelecendo uma estrutura polarizada, tipo centro-periferia, tendo como primeira articulação a região Sul seguida pelo Nordeste e a Amazônia. Na concepção de Couto e Silva (1981) vai com bons olhos a constituição do Triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte, sendo essencial para o processo de articulação e organização do território. Para Mattos apud Freitas (2004) esse ponto diferia de Couto e Silva (1967), em função de compreender que o sistema amazônico seria reforçado de forma integral de dentro para fora, diante das relações entre os estados nacionais que compõem a Amazônia Continental e, sobretudo, para as áreas fronteiriças pontos nodais do sistema geográfico amazônico, como ressalta Freitas (2004, p. 76):

Em sùmula, a geopolítica defendida por Meira Mattos para a região desintegrada da Pan-Amazônica alicerça-se numa metodologia que tem como parâmetros orientadores a cooperação regional entre os estados fronteiriços – consubstanciada em pólos de desenvolvimento bi ou trinacionais e na coordenação das políticas de desenvolvimento para a região entre os diferentes países – e a manobra estratégica simultaneamente nacional e regional, a qual, pelo encontro de frentes, irá catalisar o processo civilizador e vertebrado de uma macrorregião resgatada, destarte do seu estatuto de área anacumênica.

Não podemos esquecer que a teoria de Mattos apud Freitas (2004) baseou-se na análise de Travassos (1935) a respeito da Amazônia, do qual o primeiro compartilha da importância do desenvolvimento através de condômino, entretanto, ele destaca a importância das frentes econômicas que permearam a Amazônia para complementação do processo de seu desenvolvimento e integração.

Voltando a constituição do circuito em função do projeto de Mattos apud Freitas (2004) não ter sido levado adiante, temos a descrição da constituição do país desse período baseada em um centro dinâmico, articulando o território nacional incrementando grandes disparidades regionais, o Sul uma periferia dinâmica, Nordeste como uma periferia deprimida e a Amazônia como uma periferia não integrada, sendo essas duas últimas regiões problemas ao país. Na realidade, esses fatos representam o primeiro momento de conjuntura do país ao longo de seu projeto de desenvolvimento e articulação interna.

Travassos (1935) já destaca a importância da integração entre os sistemas, onde o longitudinal composto pelo Nordeste era ponto dessa amarradura territorial e a Amazônia parte integrante, sendo assim, o conjunto de forças atuantes no país deveria ter como missão tentar-se homogeneizar em todo o território nacional. Na realidade diminuir os desníveis socioeconômicos do Nordeste e ao mesmo tempo aumentar mercado interno sendo necessário para isso política nacional de desenvolvimento regional no país.

Para a diminuição das disparidades regionais, temos as seguintes medidas por volta de 1960 a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 tendo como base o processo de industrialização dessa região ocorrido para as áreas já mais desenvolvidas sendo o seu resulta ao longo do tempo o desequilíbrio interno ainda maior, a construção de Brasília representando uma nova conjuntura econômica, social e política constituindo uma nova percepção espacial, a articulação do território é um dos pontos prioritários como a captação da Amazônia ocorrido pelas vias que ligarão as cidade de Belém e Brasília, São Paulo-Cuiabá- Rio Branco. A esse respeito Costa (1992, p. 30) faz a seguinte observação a respeito do sistema de “engenharia” geopolítica constituída diante dos países e seus objetivos:

Há quase um século, Camille Vallaux, o mais arguto dos comentaristas de Ratzel, já demonstrava que a estrutura geral de circulação de um país (interna) e o que ela projeta em termos de fluxos (externa) apresenta ao longo da história um triplo significado: primeiro, ela é reveladora de uma estratégia nacional de construção da coesão interna e de defesa da integridade territorial, isto é. de articulação e proteção dos seus elementos vitais, tais como fronteiras, sua capital. a infra-estrutura fundamental, etc. Segundo, ela revela também a natureza da projeção externa de um Estado. sempre carregada de significados diversos, ora sinalizando enlances voltados para a cooperação, ora envolvida com políticas de poder e de hegemonia em contextos de rivalidades regionais. Finalmente, em seu significado trivial, a circulação geral é realmente aquilo que mais aparenta, isto é, infra-estrutura econômica ou meios de transporte de bens, pessoas e informação.

Travassos (1942) atentou para esse fato, ao estabelecer pontos cruciais no território nacional, com o conjunto de condições geográficas do país, do qual, ele denominou de linhas naturais e, sobretudo, a importância dos transportes multimodais dentro do projeto de circulação do país que ainda não fora concluído em sua época. Sendo um dos elementos fundamentais na constituição e ligação dos sistemas geográficos, daí a importância da construção de próteses territoriais e

também de obras da engenharia para a potencialização do sistema, que no caso da Amazônia, seria feito através da integração hidrográfica e com a ferroviária. Próteses territoriais ao longo do período denominado desenvolvimentista no país, iniciado com Getúlio Vargas até os Governos militares (1930-1940).

Nos anos de 1960 temos metas prioritárias baseadas no desenvolvimento e ocupação da região através de financiamento, vias de comunicação, transportes, colonização agrícola, levantamento e pesquisa para exploração do potencial agrícola e recursos naturais, parte importante para futura exploração econômica da região. Assim, estávamos diante da constituição da fronteira de recursos e da unificação do mercado nacional tendo a Amazônia como parte fornecedora de recursos. Gonçalves (2005, p. 96) demonstra algumas ações como estratégicas básicas feitas pelos militares para a exploração da região. Num primeiro momento, até 1974, a estratégia foi basicamente de atrair mão-de-obra para a construção das grandes obras de infraestrutura, como a Transamazônica, com projetos de colonização ao longo das estradas (agrovilas):

A partir de 1974 fatos ocorridos em escala mundial acabaram por ter, mais uma vez, enormes impactos na vida regional. É que a crise gerada pelo aumento de preços do petróleo foi transferida pelas grandes empresas que controlam o mercado mundial do setor para consumidores, aumentando o preço do combustível, e para os países importadores de petróleo, gerando uma grave crise de balanço de pagamentos. No Brasil, essa crise foi capturada por usineiros do setor canavieiro que, atravessando uma grave crise já algum tempo, se apropriaram do Pró-alcool para resolverem seus problemas específicos, apresentando-se como solução de um problema nacional.

Na crise vivida por esse setor, temos o comprometimento da ação estatal do Estado brasileiro na Amazônia e retomada novamente pela plataforma de exportação, tendo a região como solução para os problemas da dívida do país. A constituição de próteses territoriais na Amazônia remete a região em direção a processo de produção espacial baseado na rodovia e exploração do solo, recursos naturais, substituindo as ligações anteriores percorridas pelos fluxos no sentido leste-oeste em direção a Europa e América do Norte. A mudança ocorrida está ligada em função das necessidades da região diante do processo de sua consolidação no país.

É nos governos militares que o território amazônico passa a ter prioridade nacional, diante dos projetos elaborados por seus agentes que integram

definitivamente a região pelos circuitos econômicos da economia nacional e internacional, baseando-se na política de integração e ocupação do seguinte pensamento “Integrar para não Entregar”.

Resgatando o pensamento e ações geopolíticas na história do pensamento em nosso país, grande parte das interpretações territoriais veio deste segmento, apesar das críticas relacionadas a essa área, pouco se fez a respeito das questões territoriais. Esse enfoque entretanto, já começa a mudar vindo de diferentes áreas e agora finalmente da geografia apesar de termos geógrafos importantes ao longo dessa trajetória como Carvalho (1967), Castro (1983) , Becker (1982), mas mesmo assim são poucos entorno dessas questões relacionadas ao projeto geopolítico para o país. Felizmente hoje podemos contar com publicações geopolíticas da própria geografia, que mesmo assim ainda limita-se a alguns aspectos e recusa-se em muitas vezes em analisar de forma mais profunda o pensamento do geopolítico do país e ao mesmo tempo, contextualizar ou teorizar questões relacionadas a este tema apesar de existirem trabalhos e iniciativas que em nossa opinião ainda são poucos.

Retomando a importância da geopolítica sobre a égide militar, temos uma estratégia utilizando o território. Os militares utilizaram alguns instrumentos territoriais feitos por uma série de incentivos fiscais para a instalação do capital, o fomento ocorre por empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) infraestrutura de comunicações, transportes e energia, levantamento aerofotogramétrico no levantamento das riquezas do território. Na constituição desse processo ocorre a atração de mão de obra para região com o objetivo de sustentar este modelo e ocupará o “vazio demográfico” amazônico.

As ações ocorridas na Amazônia caminham para o controle do território ocorrido pela constituição de redes e grandes territórios do qual Becker (1990, p. 14) denomina de “malha programada” e as ações são:

1 Implantação de redes de *integração espacial*. Trata-se de todos os tipos de rede, destacando-se quatro quanto ao investimento público. Primeiro, a rede rodoviária, ampliada com a implantação de grandes eixos transversais como Transamazônica e Perimetral Norte, e intra-regionais como Cuiabá-Santarém e Porto Velho – Manaus. Segundo, a rede de telecomunicações comanda por satélite, que difunde valores modernos pela TV e estreita os contatos por uma rede telefônica muito eficiente. Cerca de 12.000 Km de estradas foram construídos em menos de cinco anos e um sistema de

comunicação em micro-ondas de 5.110 Km em menos de três anos. Terceiro, a rede urbana, sede das redes e instituições estatais e organizações privadas. Finalmente, a rede hidroelétrica, que hoje se estende para fornecer energia, o insumo básico à nova fase industrial.

2 Superposição de territórios federais sobre os estaduais. A manipulação do território pela apropriação de terras dos Estados foi um elemento fundamental da estratégia do governo federal, que criou por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ ou direito de propriedade.

O planejamento territorial ganha importância diante das políticas territoriais ocorrida pela criação da Superintendência de Desenvolvimento na Amazônia (SUDAM) criada em 1966, semelhantes aos moldes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a SUDAM seria um órgão criado em substituição a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), mudança ocorrida em função do processo de industrialização do país e de substituição da atividade econômica na região.

A SUDAM teria sua sede na cidade de Belém e sua área de atuação tem como abrangência os Estados do Roraima, Amazonas, Amapá, Pará, Acre, Rondônia atual Tocantins, Oeste do Maranhão, Norte do Mato Grosso passando dos limites regionais administrativos da região norte. Correspondendo a 60% do território brasileiro.

Este órgão será ligado a Ministério do Interior, para a execução dos projetos e criado uma agência de fomento pelo surgimento do Banco da Amazônia S.A (BASA), pela Lei nº 5122 de 28 setembro de 1966 no lugar do Banco de Crédito da Amazônia (BCA). A primeira ação criada pela SUDAM foi um grupo de estudos como objetivo de reformular a Política Econômica na Região aprovadas em 1966 pela Lei nº 5173, de 27 de outubro de 1966 conhecida como "Operação Amazônia" baseando na constituição de pólos de desenvolvimento.

Na implantação dos pólos, temos as diretrizes baseadas em grupo de populações estáveis e auto-suficientes dando ênfase as áreas de fronteira, estimulando a migração, proporcionando incentivos ao capital privado, desenvolvendo a infraestrutura e pesquisando o potencial de recursos naturais. Os pólos de desenvolvimento são baseados em duas perspectivas, uma econômica e a outra geopolítica, na primeira através da substituição de importações financiada pelo capital privado externo e interno financiados, com maior intensidade com o centro-sul do país, o Estado entra com a participação de mecanismos financeiros e incentivos fiscais. A teoria dos pólos foi incrementada como elemento funcional e

estimulador do sistema geográfico. Apesar dela ter atingido de forma parcial o território localizando suas ações.

As questões geopolíticas fazem parte do processo de constituição dos pólos de desenvolvimento pela imigração inter-regional e estrangeira, formação de assentamentos permanentes e auto-suficientes nas áreas de fronteira. A Zona Franca de Manaus criada em 1967, era constituído nesses sentidos, o crescimento da cidade Manaus irradiaria as demais localidades do Estado, o que não terminou acontecendo em função da centralização das atividades nessa cidade, provocando o estímulo a migração.

Os ciclos de devassamentos são constituídos pelas necessidades do mercado interno e externo, a abertura para essa iniciativa tem como preocupação a diminuição das tensões sociais oriundas do campo e pela alta concentração de terra no país, decorrente da expulsão de pequenos produtores de terras do Nordeste e Sudeste do país.

Numa estratégia de domínio e controle ocorre o estímulo ao processo de industrialização amazônica pela isenção fiscal de 100%, estimulados pela Lei nº 5.174, 27 de outubro de 1966, onde deviam ter o comprometimento de desenvolver a Amazônia em 1967. Cria-se uma tributação específica para a Amazônia Ocidental, com objetivo de incentivar a instalação dessas empresas nessa parte do território ocorrida nos Estados Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, essa medida foi tomada em função das desvantagens promovidas pela SPVEA que beneficiou a cidade de Belém e sua hinterlândia.

A legislação compensatória teve como sua maior representação o Decreto Lei nº 288, que criava a Zona Franca de Manaus (ZFM), dando um novo impulso na economia da região de modo bastante diferenciado, já que o extrativismo era dominante. A Zona Franca é o maior pólo eletroeletrônico da América Latina.

O planejamento territorial foi uma ferramenta fundamental na Amazônia objetivando a instrumentalização do território além da Zona Franca de Manaus - ZFM (1967). Observa-se uma preocupação do Estado diante do imenso território com a Marcha para Oeste de 1930 a 1966, encapada primeiramente pelo Estado Novo por Getúlio Vargas, onde a concretude desse fato fica em priorizar a região através de seus processos de delimitação, com o Programa de Desenvolvimento para a Amazônia e seguida, em 1953, pela Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA) que se origina como já falamos na SUDAM.

Ainda dentro da execução de Planos e Planejamento pensado para a Amazônia, tem-se o I Plano de Desenvolvimento Quinquenal e I Plano Diretor que foi executado de forma parcial, em função de suas proposições e restrições orçamentárias. As proposições baseados no Plano Quinquenal eram substituição de importações, estratégias geopolíticas de ocupação da região para sua fomentação, investimentos públicos e privados e os setores econômicos privilegiados eram agricultura, pecuária e indústria pouco ênfase foi dada ao extrativismo e o comércio. A questão infraestrutural correspondia a mais de 80% dos investimentos para pavimentação e construção de rodovias.

O rodoviarismo adotado no plano tinha como objetivo a conexão dos pólos de desenvolvimento pela Rodovia Federal – 364 Cuiabá – Porto Velho, BR 174 Manaus – Boa Vista implantada no final dos anos 1970, a constituição desses eixos rodoviários tinha como objetivo populações e integrá-la ao restante do Centro – Sul.

Voltando ao problema de execução do Plano Quinquenal além do problema financeira ocorreu de ordem técnica o que determinou problemas na própria elaboração e execução, a falta de intercambio entre planejadores e entidades incumbidas terminaram dificultando a ação do planejamento como ocorreu através da falta de coesão entre os governos estaduais, municipais, ministérios e SUDAM.

No I Plano Diretor, observamos que sua constituição está ligada a corrigir as falhas do Plano Quinquenal, as metas básicas baseavam-se na transferência de impostos arrecadados do Governo Federal para a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) durante o período de três anos, que facilitaria a implantação execução da infraestrutur. A taxação por Kilowatt/hora, ou seja, incidindo na energia elétrica, foi outro plano proposto para a fomentação de energia na região em função da criação desse fundo. A constituição do plano objetivava autossuficiência regional, prévia maiores recursos federais. Essas iniciativas visavam assegurar os recursos financeiros na Amazônia em detrimento de outras prioridades que estavam fora da região.

O apoio e direcionamento as atividades econômicas relacionadas à agricultura e indústria, que durante cinco anos ficaram restritas a Amazônia Oriental sendo assim, teremos como resultado o aumento das disparidades intra-regionais. Nesse sentido, a prioridade de seleção de projetos industriais e agrícolas deviam ter como preferência de atuação a porção ocidental da Amazônia, capitais e áreas

urbanas dos Estados. O Plano diretor nunca foi executado, cabendo o investimento arbitrário do capital externo.

Dentro do contexto das atividades implantadas na região, pela iniciativa privada, nos anos de 1960, temos o Projeto Jari implantado em 1967 pelo empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig, que empreendeu grande investimento voltado para produção de celulose e alimentos (plantio de arroz), tendo como base de apoio investimentos do Estado brasileiro na constituição de sua infraestrutura. A localização do empreendimento foi o Vale do rio Jari entre os Estados do Pará e Amapá, a idéia do empresário era desenvolver árvores de ciclos curtos permitindo alto retorno de investimento para indústria de celulose na várzea e a implantação de tecnologia moderna na produção de arroz.

Os problemas no projeto ocorreram em várias direções, como a falta de criação de infraestrutura prometida pelo Governo Federal, essa ocorreu pelo próprio Ludwig que criou um píer provisório para acostamento de navios, uma pista de pouso 150 km de estradas um hospital e sistema de abastecimento de água. As ações do Plano Diretor seriam concretizadas no I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

A constituição da Amazônia diante desses planos foi ocorrida em função das necessidades externas Porto (2005) o próprio nascimento e existência da região diante das necessidades do capitalismo, e o resultado dessa ação e inserção da região dentro do processo de divisão do trabalho será refletido em seu povoamento após a colonização, ou seja, um padrão voltado para as necessidades econômicas dando um arranjo geográfico específico²⁷. Becker e Stenner (2008, p. 81) analisam da seguinte forma esse contexto:

Enquanto se asseguram os corredores de exportação, no interior da região verifica-se uma tensão entre as antigas e novas geometrias regionais, resultantes da trama formada pelos caminhos, rotas, eixos e corredores que dificultam a conectividade das populações e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional. Não se trata apenas de conectividade em termos de transporte, mas também em termos de energia e comunicações. Ainda são os pequenos e dispersos os geradores locais movidos a diesel que abastecem de energia a maioria das cidades regionais, também fracamente conectadas com as redes de telecomunicações mais modernas – as infovias. Enfim, as conexões regionais foram sempre com exterior, permanecendo a região, em si, fragmentada e sem coesão interna.

²⁷ A localização das cidades ribeirinhas ocorre em função de sua grande relação com as atividades econômicas, sendo assim, a produção era fácil de ser escoada para o mercado externo.

Algumas iniciativas são feitas nesse sentido para o desenvolvimento da integração da região, como salientamos apesar do esforço pontual no território. Existem esforços ainda nesse sentido, já que estamos diante de novas incorporações territoriais, tendo como estratégia a ação do Estado na Amazônia, sobretudo, com a retomada da geopolítica nos anos de 1990. A idéia de sistema é reforçada nessa conjuntura pela teoria travassiana e ao mesmo tempo, o desenvolvimento de vias de comunicação multimodais que são essenciais para o desenvolvimento da região.

A crise no modelo de desenvolvimentista baseado pela industrialização de substituição de importação diminui a ação da iniciativa privada e do Estado, reduzindo sua ação no território dando prioridade as regiões próximas ao centro. O modelo adotado não foi suficiente para eliminar e atenuar os problemas regionais, tanto no Nordeste como na Amazônia, ou seja, os projetos geopolíticos pensados por Travassos (1935) e os demais geopolíticos não chegaram a ser executados em função da própria crise econômica e paradigma do Estado.

Numa concepção voltada para a doutrina da Segurança Nacional, temos as políticas efetivadas no pensamento geopolítico, voltando-se para os problemas internos do país, com o objetivo de diminuir e amenizar as tensões existentes entre os desequilíbrios regionais, ou seja, promovendo o equilíbrio geopolítico e ao mesmo tempo, resolvendo o processo de ocupação da região, incentivando a migração nordestina e o próprio centro já saturado com o êxodo rural em direção a Amazônia, que passou ser a região solução, diante da estrutura interna moderna e arcaica no que se refere a manutenção dos privilégios políticos, econômicos, sociais de uma classe que domina o Estado.

Preocupações externas ligadas ao vazio demográfico e a posição setentrional tornam a região extremamente vulnerável a interesses externos, ou seja, possibilitando a organização de focos revolucionários. Os países vizinhos que compõem a região tornaram-se parte da preocupação, um ponto que leva a essa preocupação é a constituição de sistemas espaciais elaborados pelos países limítrofes, ou seja, passou-se a dar funcionalidade as suas amazônias. Becker (1982, p. 21) demonstra como é pensada essa preocupação:

[...] O problema da segurança nacional se coloca, também, em relação ao dinamismo interno dos países vizinhos, com os quais o Brasil tem contato através de 11 mil Km de fronteira. As fronteiras, faixas de transição e

contato com os países vizinhos, são forças centrífugas dentro de um Estado que tem a contínua preocupação de integrá-las. Fronteiras mortas até o momento, pois que despovoadas de ambos os lados, as fronteiras amazônicas adquirem significados maior no momento em que também os países vizinhos elaboram seus sistemas espaciais. Ainda que com menor intensidade, países mais avançados no processo de industrialização, como Venezuela, Colômbia e Peru, têm também seus centros dinâmicos, suas periferias deprimidas e seus excedentes demográficos, que se dirigem para as suas respectivas Amazônia em movimentos espontâneos ou dirigidos. Por sua menor dimensão, esses países têm uma vantagem em relação ao Brasil, pois seus “centros” vitais estão mais próximos das respectivas fronteiras. Na Venezuela, constrói-se o imenso complexo industrial de Guyana e estende-se rodovias em direção às fronteiras, com forte influência sobre Boa Vista, que é, em grande parte, suprida por uma estrada. No Peru a presença de Iquitos, centro regional importante, com mais de 150 mil habitantes, as refinarias aí instaladas, os projetos agropecuários em andamento na Amazônia peruana e a proximidade de Pucallpa constituem motivo de preocupação quanto à possível influência sobre a população brasileira de fronteira. Surge daí a necessidade de assegurar e vivificação e a integração das regiões fronteiriças.

O poder concêntrico do sistema amazônico dentro de uma concepção travassiana (1935), podia mudar de direção em virtude das ações dos países limítrofes, ou seja, o centro de gravidade podia ser capitado pela órbita de outros países que compõem a região, necessitando uma ação enérgica das políticas territoriais brasileira. Estas não tiveram impacto de forma parcial em virtude da área de abrangência, apesar de algumas como a concepção das teorias dos pólos implantadas, não teve seu efeito esperado. Diante destes fatos ainda, temos como parte integrante deste cenário as preocupações ao longo dos anos, tendo como preocupação a captação de órbita dessa região para o Pacífico e Caribe que ao mesmo tempo servem de projeção aos interesses geopolíticos atuais diante suas aspirações no poder mundial no momento atual. Preocupações estas já observadas por Travassos (1935), relacionadas as possíveis influências em todo sistema amazônico.

Na perspectiva geopolítica, ainda, temos a preocupação de manter o controle da região devido a pressões externas como, a construção da *Carretera Bolivariana Marginal de La Selva*, dirigindo em direção ao Pacífico possibilitando a captura da Amazônia para órbita do Caribe e Pacífico. Sendo assim, observamos que esta preocupação ocorre em função do tamponamento das fronteiras da região. Outro ponto a ser observado é a importância do sistema Amazônico diante do antagonismo estabelecido entre as duas bacias oceânicas, pois a Amazônia passa ser ponto chave estratégico no que concerne ação dúbia geopolítica em direção a essas duas bacias, sendo assim, o controle e diante da política fronteiriça e seu

fortalecimento vão mesclar as ações territoriais nas bordas da Amazônia. Talvez um dos últimos elementos dessa concepção da representação clássica que foi norteada pelo Projeto Calha Norte (PCN) criado em 1985 no governo de José Sarney, no entanto, conforme Albuquerque (2013b, p. 949) ele não conseguiu ter êxito em função de seu próprio concebimento e devido as condições fisiográficas da região:

Essa redução do desenvolvimento a escala local presente no PCN reflete a própria mudança de curso das políticas públicas brasileiras nas últimas décadas. De Vargas até o Regime Militar de 64, a meta do desenvolvimento estava associada ao projeto integrado nacional (industrializando a nação e a integrando territorialmente com redes de energia, comunicação e de transportes), e este era considerado essencial para a ampliação da segurança nacional. Com o PCN ao contrário, o próprio Grupo de Trabalho Interministerial formado para lançar suas diretrizes reconhecia no relatório final apresentado ao presidente José Sarney que seria difícil avançar em termos de ampliação da infraestrutura viária e de energia hidrelétrica; na interiorização dos polos de desenvolvimento econômico; e mesmo na ampliação da oferta de recursos sociais básicos, alegando a urgência de implementação do programa. A questão, entretanto, não era a urgência do programa, mas não considerar os condicionantes geográficos do isolamento relativo das fronteiras na imensa faixa da Calha Norte.

Esse em nossa opinião é um dos últimos atos das políticas desenvolvimentistas tomadas para região baseando em pólo de desenvolvimento e vivificação das fronteiras numa concepção de proteção. O Outro ponto vai ser o avanço da fronteira amazônica e a necessidade da constituição de um mercado nacional somado com as condições necessárias para o aumento da mais-valia global, que terminou reforçando seu papel como uma grande fronteira de recursos gerando sérias consequências econômicas sociais e reforçando o modo geográfico da região pelo modelo exógeno.

O auge desse modelo sem dúvida durou da década de 1980 a década de 1990, onde repercutiu no fim do modelo desenvolvimentista, em função da própria capacidade de operação do Estado em financiamento e construção de grandes próteses territoriais e de incentivos fiscais e dos grandes projetos voltados para a Amazônia. Novamente a região entrará no marasmo, no entanto, ele será constituído pelo fator geopolítico passando a ser secundário e quase inexistente a revalorização dos recursos ambientais nos anos de 1960 e trará novas consequências na relação com o território. Essa nova fase será denominada por Becker e Stenner (2008) de fronteira experimental.

A constituição de novas espacialidades ocasionaria no mosaico de ações que repercutiram na constituição de novas territorialidades e interesses de seus agente, que muitas vezes, conformaram de forma divergente o resultado na luta pelos mais variados direitos, não resumindo dentro da luta pela posse de terra, como nos primórdios do avanço da fronteira de recursos em função do esgotamento dessa fronteira que estava vinculada ao modelo desenvolvimentista, como pelo surgimento do vetor técnico ambiental, criando novos paradigmas na região dentro da perspectiva de um novo modelo de gestão territorial.

Novas estratégias geopolíticas seriam utilizadas nesse sentido como no uso e finalidade de seus recursos, através de algumas ações como criação de unidades ambientais, lutas sociais que dariam uma diversidade múltipla de enfoques na região.

A Amazônia para Gonçalves (2005) passa pela a Organização do Espaço Estrada e Terra Firme-Subsolo, que são partes da iniciativa do Estado para a abertura do capital nacional e estrangeiro. Segundo esse autor a instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e os subsídios dados e cortados pelas antigas elites da região, indicam claramente a mudança da política territorial levando a decadência das elites extrativistas. Os novos protagonistas nesse novo cenário são os gestores territoriais civis, militares, o grande capital nacional e internacional que constituem o novo corpo social.

Os espaços de controle e desenvolvimento foram criados nesse sentido tendo áreas diretamente subordinadas à tutela federal, constituindo em pólos e constituição de estradas representando 100 km. O Projeto Grande Carajás de acordo com Becker (1990) é parte dessa lógica, pois a constituição de instâncias administrativas federais atuando no Baixo Amazonas, Araguaí-Tocantins, terão como base a constituição de grandes territórios federais.

A complexidade de ações e ao mesmo tempo de recortes territoriais e a lógica de exploração por diferentes grupos não constituem, portanto, apenas nos modos geográfica de organização, mas baseado na terra firme e água, dados somente pelas riquezas extrativistas. Esse modelo serviu de base para a ocupação do sistema, sendo assim, entendemos que, o que discutimos até agora, foi a funcionalidade do sistema e ao mesmo tempo, os estímulos geográficos existentes, não apenas como dado físico, mas social, que tem agora outros atores além do Estado. Santos e Silveira (2001), entretanto, reforçam uma posição importante na

constituição da realidade atual, no que concerne o Estado Nacional, onde demonstram que os mesmos somente o Estado pode atingir cem por 100% de todo o território nacional, ou seja, suas ações em virtude de sua tradição e essência constitui-se no interesse do espaço das horizontalidades, apesar de termos notados que suas ações liberalizantes, como na constituição de espaços verticais, são partes de sua ação.

CAPÍTULO III

3. EIXOS DE INTEGRAÇÃO VERSUS TRAVASSOS E A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA CONTEMPORÂNEA

3.1. OS EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (EIDs) NA AMAZÔNIA

A idéia dos Eixos de Integração (EIDs) surgida nos anos de 1990, e tem como parte integrante a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA),²⁸ sendo desenvolvida para a América do Sul, no gabinete da Secretaria de Assuntos Estratégicos na época do Governo do Fernando Henrique Cardoso no final do ano 2000. A mesma consistia em uma proposição do Brasil para o continente com o apoio do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID).

Diante dessa perspectiva, o objetivo era volta-se para o continente sul-americano, diante do fortalecimento de seu mercado no contexto interno e obrigá-los a uma aproximação e complementação da economia brasileira. Na abertura de novos mercados e dos próprios acordos pré-estabelecidos como taxações de produtos e tributações alfandegárias, de acordo com o MERCOSUL (estabelecido) entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela tornando uma série de “obrigações” dos países componentes.

No processo de construção diante das necessidades de integração e ação do Estado, são constituídas outras escalas geográficas, como no caso do processo de construção do IIRSA, sendo assim, podemos analisar diferentes recortes espaciais de dimensões territoriais variadas em diferentes direções em torno de suas necessidades, sempre sendo territórios transnacionais.

A visão geográfica do continente terminou refletindo em outras microescalas em função de algumas não terem sido levadas em consideração, como as relacionadas às questões ambientais, populações existentes ao longo do território e suas cadeias produtivas, sendo necessários as diminuições das tensões nas

²⁸ A IIRSA tem como preocupação a construção de uma infra-estrutura dentro do continente sul-americano visando o escoamento da produção para o Brasil. A necessidade de escoamento da soja e de outros tipos de bens se fazia necessária diante da competitividade dos preços, portanto, sendo necessário um caminho “menor” e mais rápido nos mercados internacionais. Sua primeira conotação está diretamente ligada às necessidades do mercado, entretanto, sua dimensão e importância extrapolam a ação de início de seus executores.

execuções dos projetos vistos até hoje. Diante de uma estratégia geopolítica de forma coesa, portanto, podendo ser rica ao desenvolvimento do próprio bloco e repercutiria na diminuição das disputas hegemônicas entre os membros e os atores territoriais existentes.

Diante das dificuldades observadas procura-se “corrigir” esses problemas da IIRSA vincula a UNASUL²⁹ (União das Nações Sul-americanas), dando um caráter geopolítico para os empreendimentos que em seu começo tinha apenas uma conotação econômica.

Na constituição desses grandes territórios e seus problemas em termos políticos e estruturais, temos questões e embates observados, sobretudo, no que concerne aos grandes projetos como no caso de construções relacionadas na geração de energia com das grandes hidrelétricas na Amazônia. Recentemente a bacia do rio Madeira é repercutida nesse sentido de inundação das terras as margens do rio trazendo como consequência a inundação de áreas indígenas e ribeirinhas. A necessidade de levar em consideração os modos de vidas e formas de organização sócio-produtiva, como já colocado, devem ser partes integrantes desse processo de implantação nesses grandes territórios pelos países de acordo com Rojo (2012, p. 87) alguns elementos são fundamentais na constituição de vida das populações estabelecidas no território como é representado diante da problemática dos indígenas na região:

En la actualidad, la relación entre los pueblos indígenas con los estados nacionales y los actores sociales y económicos asentados en la región está cargada de tensiones y violencia. Los procesos de colonización continúan avanzando sin control. Esa violencia no se expresa únicamente en el despojo de sus tierras, territorios y recursos y el arrinconamiento que padecen los pueblos y comunidades indígenas, sino también en la destrucción de su base material y espiritual de supervivencia y reproducción, la ruptura o dilución de sus valores culturales e identidad, sus patrones de gestión territorial y la diversidad e integridad de los recursos genéticos que garantizaron hasta ahora su seguridad alimentaria y su salud.

A criação dos grandes projetos e obras infraestruturais estabelecidas para o continente em sua grande tradição são direcionados a iniciativas e ao

²⁹ A UNASUL é um bloco que visa fortalecer as relações comerciais, culturais, políticas e sociais entre as doze nações da América do Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, além da participação, como observadores, de dois países da América Latina: México e Panamá.

desenvolvimento de integração, tendo em vista o direcionamento dos fluxos³⁰, sobretudo, em direção a Bacia do Pacífico onde se tem como campo gravitacional a econômica chinesa. A forma de concepção adotada por esses modelos pode ter impactos sociais e ambientais importantes como nas áreas de reservas indígenas que fazem parte da tessitura territorial, a forma de como estão inseridas essas populações sob a tutela dos Estados refletem a questão indígena, que são colocadas como obstáculo ao processo de implantação dessas obras.

Novos horizontes nas pretensões brasileiras abrem-se em direção ao Pacífico Sul, daí a busca desenfreada em direção a esse sistema geográfico e aos grandes corredores, que em sua grande maioria são voltados em direção a esse sistema que termina recortando grande parte da Amazônia (na forma dos grandes territórios). De acordo com a visão de Mattos (2002, p. 102) esse fato é colocado da seguinte forma:

A América do Sul integrada num mercado solidário terá um peso político e econômico respeitável no comércio internacional, gerando benefícios para todos os países. A integração trata-se, não ignorarmos, de tarefa política e diplomática árdua e difícil, mas vale a pena intentá-la. Será o objetivo criador maior da diplomacia brasileira para este um quarto de século. O primeiro passo dessa estratégia diplomática será aplicar os procedimentos e técnicas de mercado comum nas relações entre os 12 países sul-americanos. Aproveitando as estruturas regionais já existentes, seria num primeiro passo integrar o Mercosul ao Pacto Andino, realizando o velho sonho de todos, de terem acesso comercial aos mercados do Atlântico e Pacífico.

A IIRSA tem como função, além da integração da América, gerar estímulos territoriais que podemos traduzir na seguinte idéia que é a potencialização dos recursos naturais e criação de infraestrutura. Podemos citar o caso da Amazônia o próprio Travassos (1935) já colocava a necessidade de envolvimento de todo sistema geográfico em uma estratégia geopolítica, sendo assim, fatores existentes no continente, direcionado para sua exploração e escoamento, como no caso imediato do commodities. A direção tomada, diante dessa iniciativa, girou em torno de um mercado global e das pretensões brasileiras, no cenário mundial, em

³⁰ Referimos-nos no primeiro momento ao fluxo econômico, entretanto, devemos atentar que existem outros tipos que muitas vezes estão permeados ou embutidos com esses, no primeiro momento no Governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, o que cerne era somente voltado ao escoamento da produção. As dimensões atuais e a perspectiva brasileira contrapõem a essa idéia o que se busca na realidade é ascensão geopolítica de uma nação agora voltada para uma posição mundial.

despontar como importante potência, repercutindo em uma nova adaptação pela nova ordem econômica, daí a constituição da IIRSA.

A respeito dessa constituição e estratégia geopolítica adotada pela IIRSA, Costa (2009, p. 3) apresenta a seguinte reflexão:

Em seus aspectos mais gerais, as características principais da integração sul-americana indicam que esta não difere muito das demais experiências congêneres em curso no mundo. Guardadas as particularidades dos países e suas respectivas regiões, tratam-se também aqui de processos nos quais as similaridades predominam sobre as diferenças: situações de contiguidade territorial-nacional cimentadas pelas identidades regional-continentais convergentes; um histórico de relações de vizinhança marcadas por sucessivos estágios de cooperação, competição, rivalidades ou conflitos; uma concertação política inter-estatal com vistas a uma estratégia de mútua proteção diante de potenciais ameaças externas; a edificação de um sistema regional de comércio que promove a eliminação gradual das barreiras internas, aliada a uma política de bloco que permite a esses países atuar em melhores condições num ambiente de crescente competição internacional, dentre outros.

No âmbito interno, a necessidade de reestruturação do país se faz necessária. Lançado nos anos de 1990 no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) (Figura 01) estabeleceram grandes corredores³¹ que cortam o país, sobretudo, na Amazônia. A meta era o processo de integração territorial, diferente do ocorrido nas políticas de planejamento territorial do Brasil nos anos de 1950, ou seja, não dando somente prioridade a região centro-sul do país.

Couto e Silva (1981) almejavam esse processo de integração do território brasileiro, tendo a região Centro-Sul como pólo radiador do projeto que terminou sendo dominante. Entretanto, Travassos (1935) ao pensar sobre a constituição do país via a necessidade de um equilíbrio de forças, ou seja, não somente o fortalecimento da região platina do qual, temos como parte dinâmica o embrião do Centro-Sul já nesse momento demonstrando seu dinamismo, mas um conjunto de forças feitas em sua composição pela Amazônia que nada mais é do que o fortalecimento do ideal baseado nos sistemas geográficos que formam o país.

O Final do Século XX representa novo ideal em função das novas pretensões que requer uma reestruturação do país, de acordo com a aspiração atual da busca

³¹ Os grandes corredores, que eram assim denominados nos governos neoliberais de FHC, passaram a ser grandes territórios em função do uso e da estratégia adota pelos governos desenvolvimentistas seguintes. A conotação corredor apesar de ser um grande território é direcionada somente como um território de passagem.

para constituição de uma potência mundial. Mattos (2002) ao se embasar nas idéias de Travassos (1935) vislumbra o Brasil como um novo destino a ser uma potência mundial, devido ao novo contexto.

De forma anterior e com certa sintonia diante de suas aspirações a teoria dos pólos pensadas em várias regiões do Brasil, como no caso da Amazônia, serviu como estruturação territorial, repercutindo na fragmentação do território, visto que existiam áreas de incorporação econômica e outras não, assim como de valor de uso político. Refletindo sobre esse fato a estruturação do território brasileiro é fato consumado dentro da perspectiva teórica dos geopolíticos clássicos brasileiros. Na trajetória geopolítica desde o processo de formação, ocupação, colonização e independência, têm-se a preocupação com os princípios voltados internamente para os territórios, representados pela integridade física territorial, coesão territorial, articulação regional, centralidade das políticas e ações de planejamento territorial.

A retomada das ações do Estado brasileiro nos anos de 1990, diante de seus novos desígnios geopolíticos, constitui as pretensões diante do continente sul-americano, sendo o mesmo, sua plataforma de projeção para as suas pretensões mundiais. Mattos (2002, p. 86) destaca nesse sentido que eles fazem parte de uma articulação territorial, tendo como ponto de partida as idéias travassianas na atualidade:

Propôs o que está realizado, hoje os chamados “corredores de exportação” carregando para os nossos portos sulinos - Santos – Paranaguá, Porto Alegre e Rio Grande – o interesse econômico do nosso território platino (o maior território desta bacia internacional). Não ficou nisto a proposta de Travassos: idealizou uma articulação de transportes sul-americanos por meios de conexões do Atlântico-Pacífico pela transposição da Cordilheira dos Andes nos “nudos”.

A constituição dos grandes territórios internos vai nessa direção e são constituídos por uma perspectiva continental, objetivando a projeção do país no cenário internacional, tendo como vocação no primeiro momento, o processo de integração e ao mesmo tempo de escoamento da produção de diversos bens.

Dentro das iniciativas iniciais dos EIDs existiam 42 projetos ligados a infraestrutura, tendo como investimentos os setores públicos, privados nacionais e internacionais, a construção de hidrovias, pavimentação de estradas, projetos na área energética e projetos de cunho social. As demandas econômicas internas e externas causaram essa iniciativa através da retomada de investimentos produtivos,

redefinição do papel do Estado como parceiro na construção infraestrutural, investimento nas atividades econômicas visando a disparidades regionais.

Os grandes territórios estabelecidos nesses recortes territoriais levam em consideração a sinergia, portanto, a cooperação dela deve ser vista na perspectiva do fomento através das parcerias público, privada do capital nacional, internacional, pela integração de cadeias produtivas e a relação com as economias internacionais já que terminam sendo grandes corredores de ligação ou áreas transnacionais de atuação com os países que os constituem, sendo estabelecidos em áreas com certo dinamismo e áreas com vocação a ampliação dos fluxos.

A constituição de espaço de fluxos repassa pela idéia de tessitura territorial da qual concordamos ser mais adequada aqui. Nesse sentido, para compreendermos esse processo e não pensarmos o espaço de maneira estéril, ou seja, apenas como receptáculo de ações econômicas, como a globalização, pois acabou induzindo algumas análises precipitadas nesse sentido. O geógrafo Raffestin (1993) coloca a tessitura territorial fundada por relações econômicas, culturais e sociais, tendo como legitimação dessas ações o Estado, onde o mesmo detém o poder de estabelecer o corte territorial.

Retomando ao processo de sinergia em sua constituição, os territórios estão constituídos de forma interna, tendo como principio a coesão territorial, ou seja, a preocupação com âmbito interno, sintonizado diretamente com processo de internacionalização das ações nacionais, esse fato difere da formação realizada de forma anterior pelo Estado na constituição dos Pólos de Crescimento, que tem como finalidade, conectar circuitos nacionais e internacionais de informação, de mercadorias e financeiros mediante a implementação de redes.

Os EIDs têm em sua constituição uma ampla escala de atuação, a intenção de superar os efeitos concentradores dos pólos de crescimento do espaço, tendo como um dos elementos o subsistema logístico. Becker (1999, p. 36-37) comenta algumas características dos Eixos de Integração e Desenvolvimento:

Os EID, assim como os pólos de crescimento, não significarão a dissolução da região. Pois, correspondem, de um lado, a ajustes com as elites regionais que compõem o VTI (Vetor Técnico Industrial) parte das obras previstas atende a reivindicações antigas dos políticos dos respectivos estados e corresponde a melhoramentos mais do que a uma implantação nova. Na verdade, os projetos foram selecionados dentre os inúmeros apresentados ao Plano Plurianual (PPA).

Por outro lado, os EID atendem também a interesses da União: a) estimular e assegurar a exportação da produção de grãos do Centro-Oeste através da Amazônia para os países do hemisfério Norte; b) estreitar as relações com os países amazônicos visando à expansão e à consolidação do Mercosul em toda a América do Sul.

Na prática, os EID criarão um novo desenho, ampliado, do macro zoneamento regional. Na Amazônia, a integração terrestre e fluvial do território tendeu a formar eixos de transporte e infra-estrutura ao longo e em torno dos quais se concentram investimentos públicos e privados. Esses eixos acabam definindo um macrozoneamento da região. Neles se concentram a população, os migrantes, os núcleos urbanos, verificando-se forte pressão sobre o meio ambiente em termos de desmatamentos, queimadas e conflitos fundiários.

É a partir dos eixos que se dirigem os fluxos populacionais para a floresta. Tal macrozoneamento também conforma grandes espaços entre os eixos, domínio de terras indígenas, Ucs (Unidades de Conservação) populações extrativistas e ribeirinhas isoladas, para as quais só recentemente tem-se dirigido ações mais consistentes, como visto no VTE (Vetor Técnico Ecológico).

Ao observarmos a Figura 9, é possível verificar que, os territórios implantados são concernentes as necessidades e reivindicações das próprias elites regionais como da União, e estão de acordo com as necessidades das exportações de commodities para o cenário internacional. Essa necessidade está relacionada a própria capacidade do Estado nacional de fomentador de investimento no território, ocorrido pelo planejamento territorial.

Na Figura 9 é possível observarmos o formato dos eixos de integração constituídos por grandes territórios que ultrapassam os limites do território nacional. A Amazônia é parte constituinte da grande maioria desses grandes espaços, tendo três grandes áreas que repercutem em grandes linhas mestras para o desenvolvimento das pretensões brasileiras diante das necessidades mundiais dentro da América do Sul. Temos na constituição da Amazônia dos seguintes espaços Eixo do Amazonas, Transoceânico e Guianas.

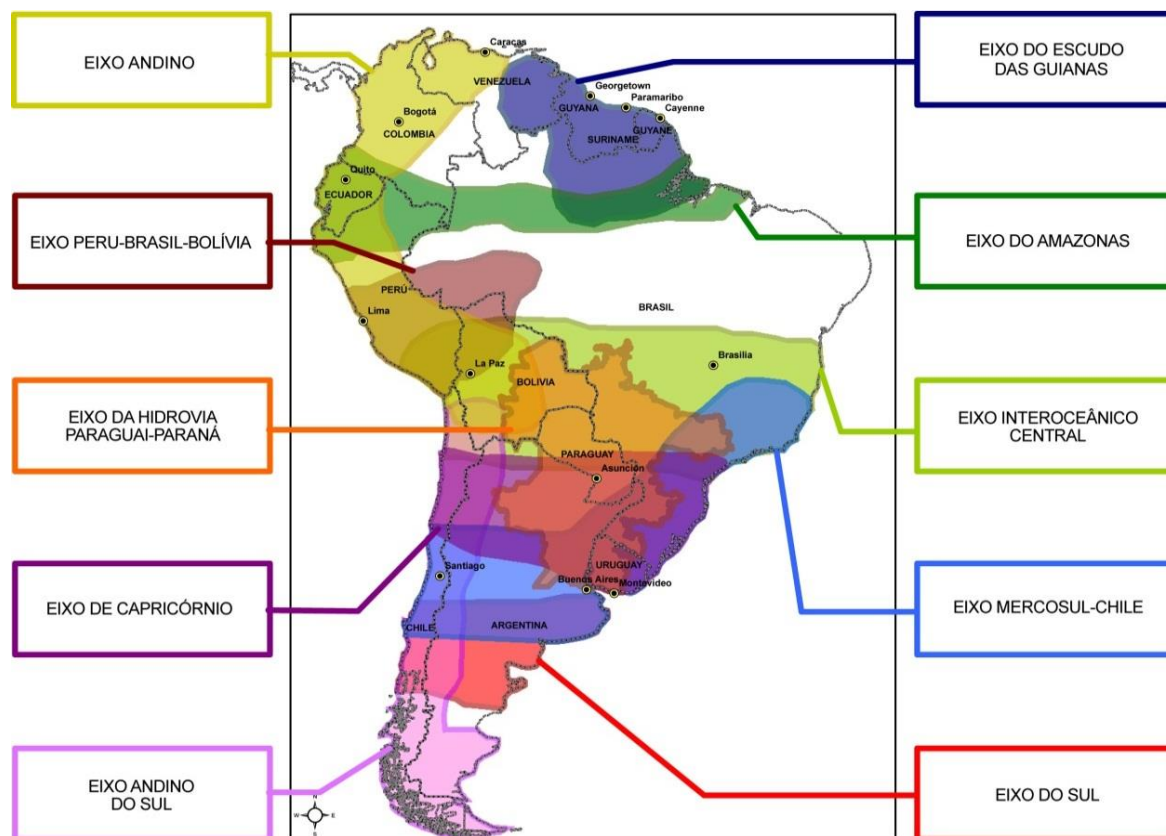


Figura 9: Os Eixos de Integração e Desenvolvimento na América do Sul
 Fonte: Geosur, 2010.

Nesse sentido, uma caracterização e objetivação se fazem necessária para compreendermos a estratégia geopolítica tomada nos grandes territórios. O Eixo Amazonas tem como objetivo conectar os dois sistemas geográficos existentes, constituídos por duas bacias oceânicas que tem como ligação o rio Amazonas. Numa perspectiva dos teóricos clássicos da geopolítica brasileira Travassos (1935) em sua *“Projeção Continental do Brasil”*, compreendia o continente sul-americano constituído por duas grandes bacias hidrográficas internas, que refletiriam em dois sistemas geográficos externos compostos por duas bacias oceânicas, Atlântica e Pacífica. Internamente, temos dois sistemas decisivos na concepção desse geopolítico que podem influenciar em todo o continente e na captura dessas duas bacias externas, compostas pela Bacia Amazônica e Platina. A caracterização dessas bacias é feita por Travassos (1942, p. 145-146) de acordo com sua constituição de atração:

[...] o fato decisivo, quando se olha para o conjunto território brasileiro, engastado na massa continental sul-americana, reside nas notáveis possibilidades viárias, já em franca manifestação prática, que se traduzem, quer na neutralização do poder concêntrico na bacia platina, que na força

de atração do Amazonas, quer na capacidade coordenadora do litoral atlântico, em relação a ambas, as mesmas são altas manifestações de potencial econômico e político que o Brasil tem em suas mãos.

As bacias hidrográficas são sistemas de atração e repercussão que terminando decidindo o jogo político dentro da teoria de Travassos (1935), que na proposição atual reaparece através do dualismo entre o Pacífico e Atlântico, e tem como conexão a bacia Amazônia. Observamos a união dos dois sistemas oceânicos que converge em direção ao centrifugismo amazônico, com o processo de constituição do eixo Amazonas (Figura 10).



Figura 10: Eixo Amazonas.
Fonte: IIRSA, 2014

Nas iniciativas para desenvolvimento das ações políticas estão a dinamização e utilização do sistema fluvial de transportes, seis estradas em direção à costa do pacífico comunicando-se com os portos de Pulcapa, Yurimaguas y Sarimizira no Peru, Puerto Orellana Y Morona no Equador e Puerto de Asis na Colômbia. O resultado dessas iniciativas baseia-se no sistema multimodal. A constituição desses caminhos e ligações representa a transposição da Cordilheira Andina que já podia ser transportada através das condições geográficas, dada pelos *Pasos* e *Nudos*, que terminaram sendo potencializados. Segundo Travassos (1935, p. 47): “Pasos e Nudos significam, em conjunto, surpreendentes consequências de ordem política, tão bem quanto econômica para o continente sul-americano”.

Na transposição dessa barreira geográfica, temos o Peru que passa a ser um país importante como via de acesso aos interesses brasileiros em direção ao Caribe. A proposição dos projetos que tiveram como ponto central a Corporação Andina de Fomento – CAF, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS). Observando a Figura 11, temos o eixo central em direção leste-oeste constituído pelo rio Amazonas. Passando o território brasileiro, temos uma bifurcação composta Rio Putumayo e Marañon, tendo como parte constituinte as rodovias constituídas em direção ao Pacífico e ao Equador e Peru. As novas rotas serviriam como rotas para escoamento da produção da Zona Franca de Manaus (ZFM) e Mato Grosso na produção de soja.

O incremento dos fluxos em direção a Bacia do Pacífico, remontam novas tendências na geopolítica brasileira na compreensão da macha para oeste, transcende a cordilheira andina em direção aos países do Pacífico. A plataforma de projeção é o continente sul americano, a ligação das bacias oceânicas neutraliza a ação de uma investida argentina sobre a Amazônia, fortalecendo a posição brasileira no Atlântico Norte e ampliando a influência do Brasil no Pacífico. Travassos (1935) e Couto e Silva (1967) subjugarão o sistema geográfico onde deram ênfase ao Atlântico Sul e em contrapartida, ocorreu uma desvalorização dos países da vertente pacífica.

Na parte Sudeste do sistema, temos a importância estratégica adquirida do grande território em direção ao Peru e ao sistema Pacífico (Figura 11).

A vértebra do processo desse eixo é a rodovia Transoceânica, denominada como estrada do Pacífico e é constituída pela BR-364 em Porto Velho (RO) no Acre, continua pela BR-317, que passa por Rio Branco e vai até a tríplice fronteira com o Peru e Bolívia, atravessando entre cidade brasileira de Assis Brasil e a peruana Iñapari. No Peru, a Estrada do Pacífico se divide inicialmente em duas, uma em direção a Oeste, que no Peru segue pela rodovia PE-030, desde Nazca, passando por Cuzco, até o porto de San Juan de Marcona. A outra rota, em direção ao Sul, se subdivide em duas na região próxima ao Lago Titicaca, e segue pela PE-034 até o porto de Matarani e pela PE-036 até o porto de Ilo.



Figura 11: Eixo Transoceânico.

Fonte: IIRSA, 2014

Na constituição, temos a duas bifurcações em direções aos portos peruanos e ligação a dos sistemas Pacífico e Amazonas via rio Madeira, onde temos como ponto de cruzamento a cidade de Porto Velho em Rondônia, além do escoamento da produção peruana, temos a porta de saída para a Bolívia ao Atlântico e ao sistema geográfico da bacia Amazônica. A esse respeito Marmelejo (2012, p. 48) comenta:

Cabe ressaltar aqui que, la motivación para las propuestas de largo plazo para la construcción o prolongación de algunas de las actuales carreteras, tales como la llamada transoceánica, puede encontrarse en los planes de ocupación fronteriza y soberanía territorial que impulsaron los gobiernos militares durante la década del 60 y una estrategia de desarrollo sostenible; además porque algunos tramos no tienen una justificación económica evidente, pero sí abrirían frentes de ocupación sobre algunas de las regiones, más remotas e intocadas de la Amazonia, como las triple frontera entre Brasil, Perú y Bolivia.

O impacto esperado é o aumento dos fluxos nessa tríplice fronteira e ao mesmo tempo o incremento do povoamento já pensando como projeto político dos militares brasileiros para o povoamento da fronteira brasileira na Amazônia, esse novo eixo além de ser uma nova porta de entrada as pretensões brasileiras, reforça a captação do sistema ao pacífico pela bacia amazônica e neutralização das ações

de alguns países sul-americanos com pretensões imperialistas, como o caso do Peru, em que na história de sua própria formação demonstra atitudes de ampliação de sua geopolítica no continente.

Muitas críticas dirigem-se em direção da grande vértebra em torno dos custos ambientais devido a pressão nos recursos florestais, sendo uma área de abertura recente ainda preservada, sociais diante das populações tradicionais existentes que podem levar a extinção das cadeias produtivas dessas sociedades, econômica em função da rota ainda ser inviável econômica principalmente no transporte da soja. Entretanto, as ações do Estado brasileiro ainda não estão direcionando para esse eixo.

Na formação territorial ainda temos como parte constituinte desse grande território a Bolívia, que é considerada pela maioria dos teóricos geopolíticos brasileiros, como um país que se comporta como um pendulo em função de sua própria constituição dentro do cenário geopolítico no subcontinente. O seu norte ou parte Amazônica sempre foi problemático a esse país com fortes influências brasileiras, como ocorreu com a anexação do Acre e grande processo dos brasileiros em direção a província de Pando. A captação de áreas do extremo norte por essa rodovia, podem favorecer o aumento do controle brasileiro nessa região em função do dinamismo econômico de nossa economia como das próprias ações do Estado, que repercutem a tempos nas políticas territoriais da Amazônia boliviana. No eixo mais setentrional amazônico, temos os grandes territórios um constituído pelo escudo das Guianas, partindo do Estado do Amapá e outro estabelecido em direção à Venezuela e ao Mar do Caribe denominado Manaus – Caribe (Figura 12).

Essa região tem como característica a conservação ambiental de seus ecossistemas. O dinamismo ocorre em torno do Estado de Roraima e Amapá e Amazonas. A Venezuela representa uma importante área no desenvolvimento desse escudo que se concentram no mar caribenho. Existem grandes reservas de hidrocarbonetos, o petróleo é importante nesse país como sendo a principal atividade econômica, no lado oriental temos as Guianas tendo como base econômica a produção de açúcar, arroz e minerais.



Figura 12: Eixo das Guianas.

Fonte: IIRSA, 2014.

Um dos eixos de radiação desse processo é a cidade de Manaus, que tem como corredor central o corredor que a liga com a cidade de Caracas, representando um novo vetor de ação geopolítica e ao mesmo tempo retrata ainda a importância da bacia do Caribe para pretensões brasileiras competindo, com os Estados Unidos e México. Becker (1999, p. 33) aponta que essa formação é dada pelo Vetor Técnico Industrial (VTI) e é reforçado pelas as iniciativas governamentais diante das necessidades dos agentes territoriais:

Este vetor é responsável pela implantação da economia moderna concentrada na Zona Franca de Manaus, nos grandes projetos minerais encravados em pontos do território e no eixo agropecuário da porção meridional da região. Representa uma demanda desenvolvimentista com abertura de mercados na Amazônia Sul-Americana, no Pacífico e no Caribe, e a implantação de infraestrutura para esse fim. Certamente os atores do VTI tiveram papel fundamental na estratégia de EIO (Eixo de Integração) que acentuará o peso do capital privado na região, bem como o fortalecimento do vetor.

Refletindo sobre as ações dos EIDs Gonçalves (2007) coloca que eles são pensados de cima para baixo, ou seja, correspondem ao mesmo processo de lógica que constituiriam os Grandes Projetos da Amazônia (GPAs), sendo sua essência voltada para a preocupação, o escoamento e a ligação com os fluxos nacionais e

internacionais pelos grandes corredores. Algo parcial dentro do novo contexto geopolítico galgado pelo país.

Na constituição dos eixos ou dos grandes territórios, temos um em particular a articulação da nova rota brasileira em direção ao sistema geográfico caribenho, como já colocado anteriormente e que, no entanto, abre expectativa para novas incorporações territoriais internas como a parte mais setentrional ao oeste e somada a parte mais ocidental da Amazônia relacionada a região do sistema geográfico do Negro no Estado do Amazonas.

A grande vértebra é sem dúvida, a rodovia federal Manaus-Boa Vista - BR-174, estendo-se em direção a cidade de Caracas na Venezuela, entretanto, como já abordado ela na realidade irradia para outros sistemas, abrindo espaço para atuação brasileira em direção ao sul da Venezuela e ao mesmo tempo em direção ao sistema do Negro, repercutindo em direção ao sistema geográfico andino. Portanto, tornando-se uma porta de saída importante em direção ao sistema geográfico do pacífico sul, no centro nervoso desse sistema e de seu comando, temos a cidade de Manaus.

No fechamento desse sistema é necessária ainda a construção de uma grande rodovia integrando as guianas a Roraima, tendo como ponto de encontro a BR-174, resultando em um grande corredor de reforço no sistema geográfico amazônico. A esse respeito, nos remetemos a teoria travassiana relacionada a possível influência no sistema geográfico amazônico ainda existente, sendo algo não imaginário, quando presenciamos a grande quantidades de bases norte-americanas rodeando a Amazônia, como na Colômbia. Na contra-ofensiva desses fatos, observamos que já tinha sido colocado pelo geopolítico, a potencialização do sistema pela dinamização dos fluxos e ao mesmo tempo a construção de próteses e um plano robusto para o sistema geográfico amazônico.

Ao longo do processo do pensamento geopolítico moderno brasileiro, vamos sempre notar uma preocupação depois de Travassos (1935), com essa região no que concerne as possíveis influências externas que podem ocasionar a perturbação do sistema amazônico na parte mais setentrional. Portanto, inúmeras iniciativas e propostas foram feitas, algumas colocadas somente no plano teórico, como a compra da Guiana Francesa para o controle total do sistema e outras colocadas de forma diferenciada, como a dinamização da fronteira, tendo um caráter mais militar, que resultou na constituição nos de 1980 do Projeto Calha Norte (PCN), ou na

própria sugestão de criação de territórios federais na zona de fronteira, como no caso do Alto Rio Negro.

Diante desses fatos históricos, novos rumos devem ser visualizados nesse sentido, como a adesão da Venezuela ao Mercosul e fortalecimentos das ações no mar do Caribe pelo Brasil (Figura 13) repercutem de uma outra forma dentro desse novo recorte espacial, sendo um dos principais para o país em termos de projeção e somada a sua própria localização e aproximação com o sistema geográfico do Pacífico. No entanto, como em outros grandes territórios a sua problematização ocorre em diferentes escalas em que o Estado deve atuar dentro da constituição desse território, devido as múltiplas territorialidades existentes. E mais uma vez, colocamos a necessidade de aprimorar e ao mesmo tempo conectar cadeias produtivas e o inserimento das populações ao longo dos grandes territórios.

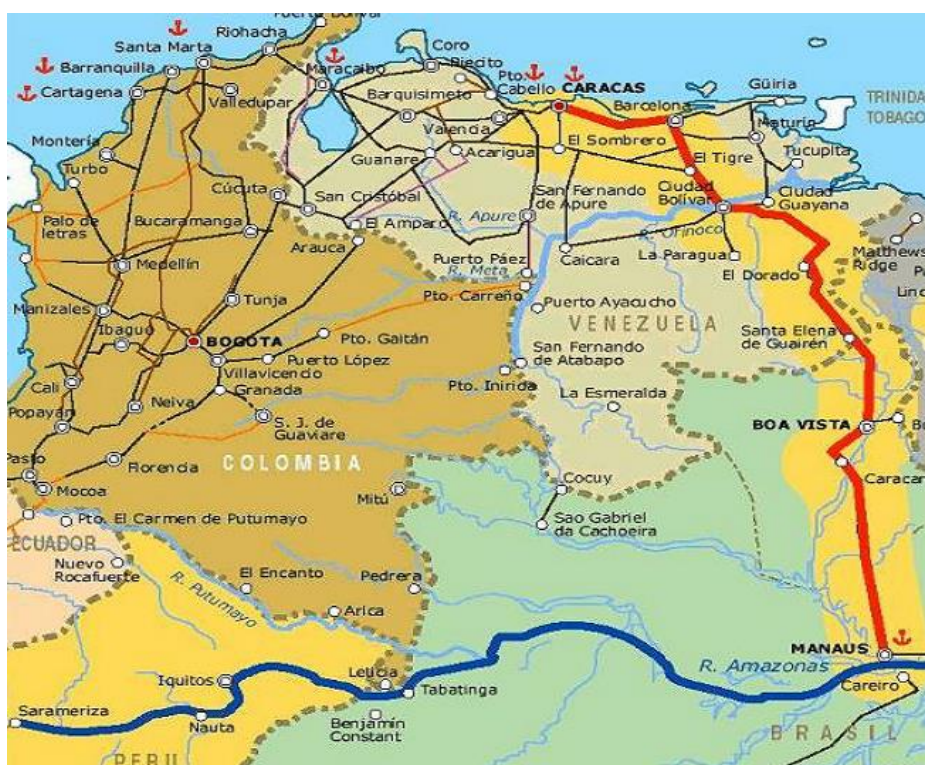


Figura 13: Eixo Manaus – Caribe.
Fonte: IIRSA, 2014.

Nessa formação, observamos o caso venezuelano, que tem como estratégia geopolítica a ação e o suporte diante do sistema geográfico caribenho, ou seja, o fortalecimento do Brasil nessa região (Figura 13), sendo algo novo e que se torna robusto ao longo do tempo devido ao próprio protagonismo internacional buscado pelo país, sendo a área setentrional amazônica chave para isso. Sendo assim, a

ligação com o sul venezuelano passa a ser fundamental com parte do sistema geográfico do negro e como a ligação das bacias já comentadas por nós, pois, o interesse entre venezuelanos e brasileiros é mútuo no que concerne a questões relacionadas ao desenvolvimento da Amazônia.

O fortalecimento de parcerias e o próprio processo de integração regional como no caso do Mercosul só veio ainda fortificar a importância desse sistema para ambos os países. No peso a favor do Brasil, temos de certa forma o enfraquecimento venezuelano no que diz respeito aos seus sistemas, portanto, aparecendo como porta para atuação brasileira em muitos sistemas que não eram sonhados por Travassos (1935) o qual, já demonstrava a sua importância estratégica quando tratava da possível utilização desses sistemas e que poderiam direcionar o rumo do sistema geográfico amazônico.

Nessa constituição, a captação dos sistemas caribenhos e pacífico via Venezuela é dada como estratégia direcionada via EIDs, o qual, estimula as mais variantes geográficas, sendo necessárias algumas ações, como também no que diz respeito a própria engenharia. Entretanto, a repercussão de todo o sistema seria sentido, como nos Andes. Nesse sentido, a Colômbia já busca o fortalecimento com ações voltadas para o pacífico sul, sendo suas condições de localização propicia a isso. Mas, no que tange ao sistema dos Andes, ainda há muito o que se fazer pelas ações brasileiras, portanto, ele não pode ser apenas um sistema transponível, como colocado por Travassos (1935), mas uma porta de entrada de novas possibilidades que esse grande território do EIDs nos fornece, além de sua projeção natural para o Pacífico Sul e mar caribenho. A Amazônia, portanto, passa a ser ponto central diante de uma nova estratégia geopolítica.

3.2. AS “PROPOSTAS” DE TRAVASSOS PARA UMA GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA

Para compreendermos as denominadas “propostas” travassianas, temos que fazer uma correlação entre o que aconteceu antes e quando se fizer necessário, voltar no tempo para entender o cerne de seu pensamento e ao mesmo tempo devemos pensar nos geopolíticos que o sucederam, onde suas propostas apareceram em graus variados e muitas vezes com algumas modificações.

A Amazônia em sua análise, aparece como parte prioritária de seu pensamento não só como um antagonismo, mas como uma solução. Nesse sentido acreditamos que a Amazônia, em primeiro momento, é constituída por um “problema”, que de certa forma é colocado ao país em função de seu grande território ainda a ser utilizado. No entanto, seu caráter geopolítico que está diretamente ligado ao seu próprio surgimento, apresenta-se como uma solução aos problemas na teoria tavassiana.

Travassos (1935) foi, na realidade, o primeiro geopolítico a descobrir esse caráter estratégico, não somente para o país, como também, para o continente sul-americano, o que se confirma no momento contemporâneo. No entanto, a conotação geopolítica era estabelecida bem antes desse momento ao pensarmos nos períodos como o da colonização, aparecendo a preocupação em se ter a posse, domínio e controle do território, estratégia essa, utilizada com a construção de fortes estabelecidos ao longo do rio para uma possível invertida futura e ao mesmo tempo, resultando no aumento do território colonizado (Figura 14).

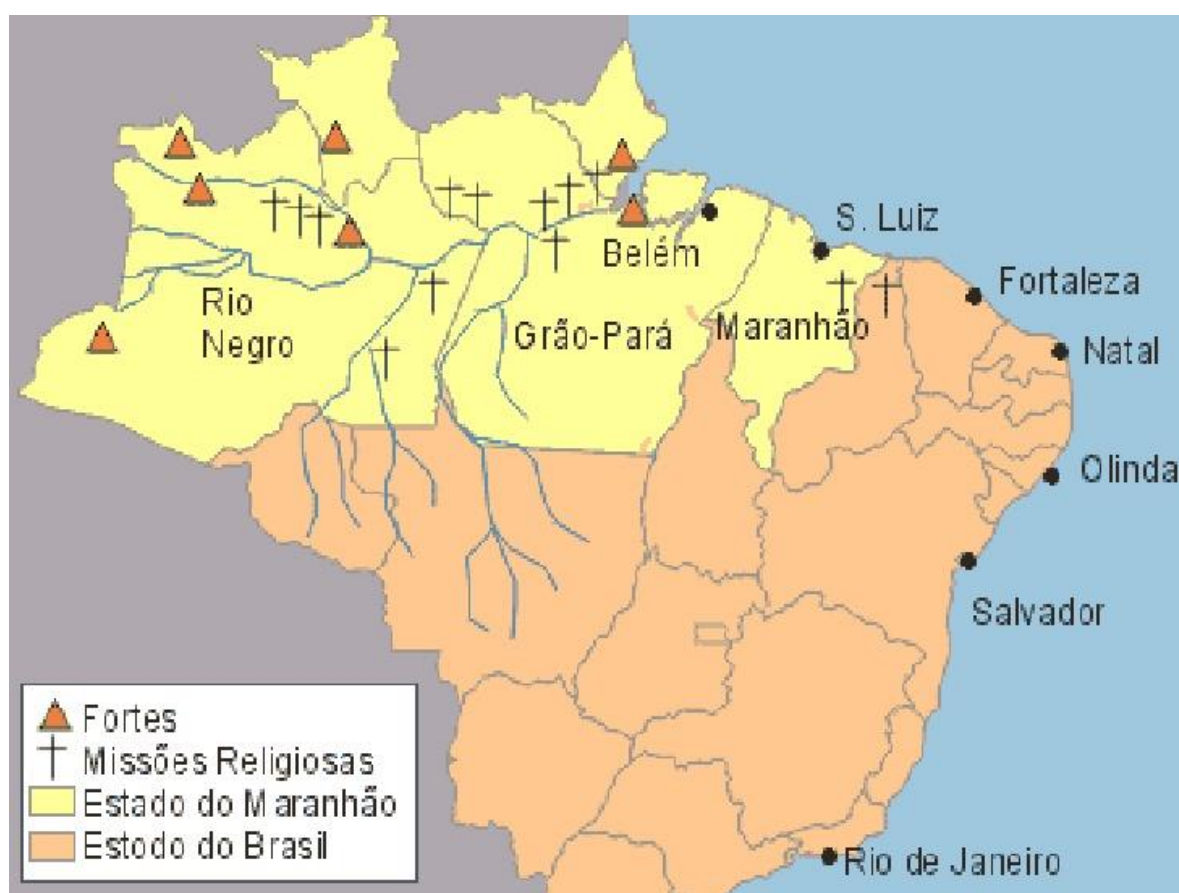


Figura 14: Fortalecimento do Sistema Amazônico.
Fonte: Brasil Colônia, 2011.

O processo de colonização abre algo importante na constituição da teoria travassiana, demonstrando a importância do sistema geográfico amazônico na constituição do território e ao mesmo tempo os caminhos e possibilidades estabelecidas por essa formação territorial a favor de nosso país. A grande extensão dos grandes rios, navegabilidade e dependência dos demais países em relação a bacia de drenagem, o qual foi colocada por ele, como um fator excepcional (centrípeto) para a convergência de forças do sistema geográfico, que constituíram os pontos de amarradura do território brasileiro, dando origem ao surgimento de algumas cidades no extremo norte e ao mesmo tempo servindo como base para o controle do sistema geográfico, sendo assim, resultando no poder convergente.

Essas forças convergentes podiam ser utilizadas ao nosso favor, pois, a proposta mais clara nesse sentido, tendo como alicerce Travassos (1935), foi em torno das observações feitas por Mattos (2002) ao tratar do estímulo de pólos em zona de fronteira, com uma política econômica diferenciada e com o objetivo de integrar as fronteiras e o seu fortalecimento. A idéia era desenvolver o conceito de fronteiras pólos ligadas diretamente ao platô central tendo como ponto de radiação a cidade de Brasília, propondo a capturação da região por sistemas rodoferroviários. Na realidade grandes vértebras territoriais do qual Travassos (1942) já falava da importância dos transportes conjugados.

O primeiro grande “território” estabelecido era a área norte de acesso à Guiana e Suriname, Venezuela e Colômbia, por Boa Vista. Na realidade à contenção de um grande cordão de isolamento para o sistema amazônico, no qual a teoria travassiana já alertava sobre as possíveis influências, sobretudo, advindas do sistema geográfico caribenho, fato que serviu como base de preocupação no período imperial, onde presumia-se criar novas unidades administrativas em torno das regiões denominadas guianas. No período republicano novo, como já colocado, vimos a proposta de Rodrigues (1947), do qual seria bom o país comprar a Guiana Francesa para ter controle pleno da foz do Amazonas.

Outra tentativa nos anos de 1973 foi sem dúvida a constituição da Rodovia Federal Perimetral Norte BR-210, o objetivo era o povoamento das fronteiras e a proteção da faixa de fronteira mais setentrional do país. Seu trajeto faria a ligação entre os Estados do Amapá, Pará, Roraima e Amazonas tendo ainda ligação a BR 307, que ligaria o Estado com o Acre e ao mesmo tempo criando um cordão de isolamento como é visto abaixo:

Os objetivos da Perimetral Norte não se limitam aos aspectos da colonização e da economia, mas vão além, integrando-se numa estratégia de política externa brasileira que visa a integração do Brasil aos países do Continente. Há alguns anos, países como Venezuela e Argentina tentaram esquematizar um plano de integração física da América do Sul, através de rodovias e hidrovias que cruzassem o Continente num sentido Norte-Sul, acompanhando a Cordilheira dos Andes, e as margens de todas as linhas fronteiriças do Brasil.

Os brasileiros não concordaram com a iniciativa, pois entenderam que a execução daqueles planos para marginalizar nosso País com as outras nações da região, no futuro poderia ter consequências desastrosas, pois facilitaria, por exemplo, a formação de uma comunidade hispânica tendente a isolar o Brasil.

Para neutralizar essa tendência e ao mesmo tempo cumprir os objetivos da segurança nacional e integrar ao resto do País regiões completamente abandonadas da área amazônica, o governo brasileiro elaborou a sua política de construção de estradas num sentido Leste-Oeste, ligando o litoral brasileiro ao interior da Amazônia, e, a partir daí, o Brasil aos vizinhos do Continente.

[A rodovia] Perimetral Norte, cujo traçado deverá permitir a integração com outros 5 países americanos, e, depois, aos Estados Unidos e Canadá (FOLHA DE SÃO PAULO, 22/07/73, C1, p. 4).

Nessa concepção tem-se o Estado promovendo segurança e desenvolvimento diante de uma estratégia militar, com a intenção de ligar os diversos Pelotões Especiais da Fronteira (PEF), além da ligação entre as cidades fronteiriças a cidade de Brasília pela BR- 307 (Figura 15) e via BR 364 em direção a Brasília-Acre. Além dessas ligações, tinha-se como meta a extração de minérios na região.

Na constituição do sistema e ao mesmo tempo em que existia uma preocupação no fechamento do sistema geográfico amazônico e o controle de sua soberania, temos ainda algumas pontas de projeção que apontavam para a entrada de outros sistemas geográficos. Existia outro projeto de articulação complementar a radial BR 080 dando acesso até a cidade de Mitú na Colômbia, ou seja, encostando próximo ao sistema geográfico dos Andes e posteriormente Bogotá dando acesso, portanto, ao sistema do Pacífico Sul (Figura 15), plano esse já colocado por Travassos (1935) que enfatizava a importância da ligação das vertentes, ou seja, do sistemas geográficos.

No outro complemento e reforçando o sistema geográfico amazônico para o país, temos a BR-307, projetada para interligar o distrito de Cucuí no município de São Gabriel da Cachoeira (AM) à cidade de Coronel Thaumaturgo (AC), ligando assim, o sistema geográfico do Negro ao restante do país. Pensando em termos

futuros com a ligação do sul da Venezuela com essa Bacia constituída por todo esse sistema circulatório teríamos a captação direta do sistema Orenoco (Figura 15).

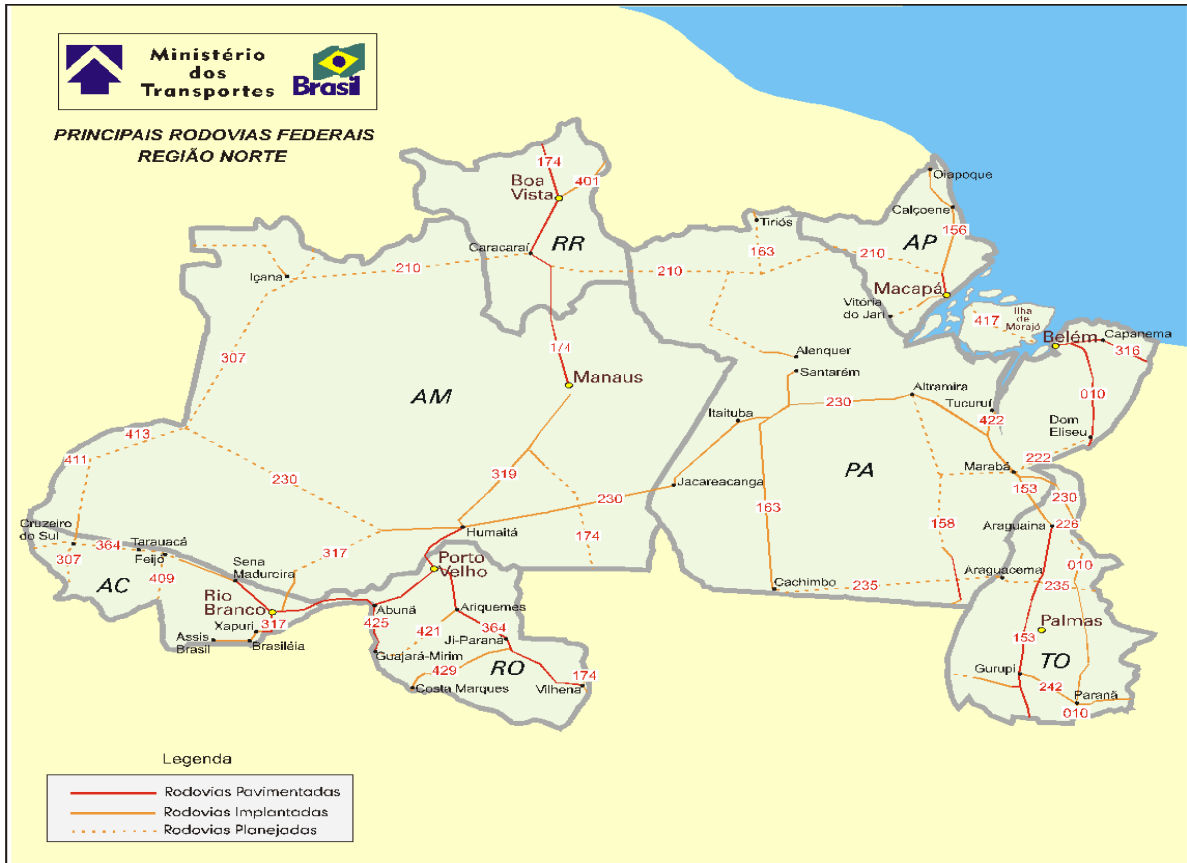


Figura 15: Rodovias Existentes e Planejadas na Amazônia.

Fonte: Ministério dos Transportes, 2010.

Na constituição desse processo de fortalecimento e potencialização do sistema, temos ainda como parte o projeto da rodovia Transamazônica, que tinha como objetivo ligar os pontos extremos (Leste-Oeste) do país, vértebra fundamental no processo de povoamento da Amazônia e ao mesmo tempo no equilíbrio das forças terrestre e marítima do qual Travassos (1942) apontava como fundamental. Sua projeção objetivava ligar os dois sistemas geográficos externos Atlântico e Pacífico.

Na constituição ainda da amarração do sistema, o mesmo é feito também por projeções em direção a Colômbia e a Venezuela por outra via fundamental que corresponde ao EIDs atual, Manaus-Caracas via BR – 174(Figura 7), sendo essa a cidade de Humaitá no Amazonas, o qual aparece como um importante entroncamento na constituição dos sistemas, sendo um elemento capturador do triângulo boliviano.

No desenrolar dos fatos a propostas de taponamento e ao mesmo tempo o controle da fronteira e do sistema geográfico é feito nos anos de 1980 entre um acordo entre Brasil e Venezuela, que visa, de acordo com Mattos (2002), a aproximar esses dois países com o asfaltamento da Rodovia Federal de Manaus-Boa Vista e o trecho venezuelano que liga Caracas a Venezuela. Essa ação foi importante para o país, pois, abriu um campo de possibilidade para um sistema continental em direção ao mar caribenho e ao mesmo tempo fortalecendo o sistema amazônico. Tendo em vista o pensamento de Mall (1960, p. 100) sobre a importância do processo de circulação territorial, o mesmo ressalta que:

Las dimensiones de un estado y el desarrollo de su red de comunicaciones son mutuamente dependientes. Há habito siempre poderosos estados que han afirmado su dominio sobre extensos territorios, pero, si no poseen un sistema de comunicaciones suficientes, no pueden mantener su poder mucho tiempo. Un dominio persistente presupone la organización del territorio mediante un buen sistema de comunicación.

Portanto, nessa concepção, temos o seguinte quadro ainda também ser estabelecido em torno ainda de uma integração territorial que falta diante de grandes áreas da Amazônia, além do leque de possibilidades abertas colocadas pela teoria dos pólos de fronteira, baseada nas idéias travassianas por Mattos (2002) dentro desse grande recorte territorial, pensando nos EIDs, sobretudo, da parte ocidental Manaus-Caribe. A abertura para a presença de novos sistemas, como já colocado como, no rio Orenoco, assim como, demonstrado por Barros, Padula e Severo (2011, p. 7):

Por outro lado, o espaço brasileiro-venezuelano encerrado pela bacia Amazônica e pela bacia do Orenoco, aqui denominado eixo Amazônia-Orenoco, é destacado pela quantidade e qualidade de recursos que reúne: biodiversidade, minérios, bacias hidrográficas (águas e hidrovias), potencial energético de diversas fontes (hidrelétrica, gás e petróleo), solo agricultável de forma sustentável, entre outros.

O potencial de transporte hidroviário do Orenoco, o potencial agrícola e industrial de sua região Sul e os recursos energéticos e projetos associados que envolvem a faixa petrolífera do Orenoco, maior reserva de petróleo das Américas, sustentam o interesse da Venezuela no desenvolvimento e na segurança desta região. As assimetrias socioeconômicas e o potencial econômico mostram a necessidade de ocupação, desenvolvimento e integração do eixo Amazônia-Orenoco. O planejamento da localização de projetos produtivos e de infraestrutura ganham relevância especial nessa região e as políticas públicas – nacionais e regionais – de indução ao desenvolvimento no Norte do Brasil e no Sul da Venezuela se mostram fundamentais.

Esse projeto ainda não foi potencializado em função da complexidade e o interesse estratégico das políticas territoriais nesse sentido, entretanto, o aumento do processo de integração ao longo do tempo entre a Venezuela e Brasil devem priorizar as partes menos “desenvolvidas” de seus territórios. Alguns elementos já são constituidores nesse sentido como as potencialidades territoriais no sistema amazônico na configuração dessas bacias e nas suas proximidades (Negro e Orenoco) e a existência, como já colocamos, de um canal existente ligando os dois sistemas.

A teoria da fronteiras, pólos estabelecidos por Mattos (2002), podem ajudar as cidades dinamizarem em função das condições especiais que promovem o próprio desenvolvimento dessas cidades pólos. Outro ponto a ser salientado, é o reforçamento do projeto Calha Norte, onde deve ter novas prioridades com a constituição presente de novas esferas além da militar. Albuquerque (2013a) abre uma discussão maior em torno do projeto no atual momento, pensando diante do insucesso das políticas territoriais voltadas para a Amazônia desde Travassos (1935). O autor coloca isso como grande obstáculo para implantação desses projetos gira em torno da debilidade de transportes e ao mesmo tempo das questões ecológicas que devem ser relativizadas devido ao entrave para o desenvolvimento da região.

Essa dicotomia entre desenvolvimentismo e ambientalismo já repercute em todas as políticas territoriais brasileiras, reverberando inclusive no contexto sul-americano. O diagnóstico de que a extensificação do Mercosul para o restante da América do Sul esbarra exatamente na inadequação/falta de infraestrutura física para dar suporte à integração regional é inteiramente correto. A Iniciativa de Integração Regional Sul – Americana (IIRSA) foi pensada exatamente para pensar estrategicamente as redes regionais de transporte, entretanto, a integração da Amazônia Sul - Americana representa o elo geográfico mais débil. Para a Amazônia Setentrional são vertebrados apenas alguns eixos rodoviários, caso da BR 174 (Manaus - Caracas) e da Macapá - Guianas, mas a conexão entre ambas ocorre apenas nas Guianas [...], onde a estratégica Perimetral Norte ainda permanece engavetada. Pior ainda é a situação da Amazônia Ocidental, onde o eixo vertebrador continua sendo o Grande Rio e seus afluentes principais (ALBUQUERQUE, 2013a, p.957-958).

As questões ambientais devem ser colocadas como parte integrante da cadeia produtiva, entretanto, o que observamos é ainda um grande obstáculo para vários projetos essenciais na Amazônia como a própria constituição da rodovia

denominada Perimetral Norte, que é fundamental para região mais setentrional e o fortalecimento do próprio sistema amazônico.

Fazendo uma análise sobre a situação atual dos problemas enfrentados pelo Brasil e a Amazônia, Albuquerque (2013a) e Guimarães (2005) analisam que as condições internacionais atuais atingem diretamente o país em diferentes escalas, tendo ainda como resultado o abandono das políticas desenvolvimentistas ao longo do período. O discurso ecológico se torna difuso, escondendo diferentes interesses na Amazônia, reverberando na forma de extensos territórios indígenas, reservas ecológicas e na presença de uma infinidade de Organizações não Governamentais (ONGs) estrangeiras que atuam sem qualquer controle da sociedade brasileira, entretanto, muitas são as organizações que atuam de forma lícita dentro do país. Becker (2004b, p. 158) ao analisar a problemática do mosaico das realidades existentes na Amazônia, em sua concepção, abre espaço para outra problemática na constituição de terras contínuas na fronteiras transnacionais:

Se a soberania do Estado persiste, entende-se a coexistência das Forças Armadas com a presença das comunidades indígenas nas fronteiras internacionais no contexto da interdependência global. Quando a mesma etnia encontra-se nos dois lados da fronteira, essa situação poderia, em longo prazo, justificar uma interferência internacional para declarar uma “zona neutra”, relativizando a soberania dos Estados fronteiriços. As vivificações das fronteiras, no sentido de demarcação física ficam pouco caracterizadas nesses casos, sendo necessário ter bem caracterizado os elementos nacionais de ambos os lados. A essa preocupação se soma a da presença das Ongs e sua influência política.

Nessa concepção é observado ao mesmo tempo o reconhecimento dos povos indígenas, mas ao mesmo tempo mesclado com interesses geopolíticos existentes ocultando outros interesses tendo como objetivo limitar a soberania dos Estados. No entanto, mesmo nos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, observou-se a assinatura do Decreto nº 4.412, tendo como função o acesso a Polícia Federal, implantação de bases militares (tanto da primeira força como do exército), equipamentos de fiscalização, implantação de programas, projetos de controle e proteção da fronteira³². E instituições governamentais mais

³² É um unânime para todos os líderes governamentais do passado como da atualidade ao longo da história do Brasil do que o território brasileiro é único e indivisível. Mesmo na época do Governo Lula com o reconhecimento de áreas contínuas em reservas indígenas, a presença brasileira e a unidade territorial são fatos incontestáveis onde essa premissa é respaldada pela própria Constituição de 1988.

diversas Becker (2004a) fala da necessidade do dialogo e inserimento dos povos indígenas nas políticas territoriais, mas ao mesmo tempo do papel em que o Estado deve ter diante dessas populações.

Do outro lado, as populações indígenas muitas vezes chegaram a Organização dos Estados Americanos (OEA) questionando a forma de atuação arbitrária do Estado diante do controle dos recursos, como no caso do Instituto do Meio Ambiente (IBAMA), da criação de novos municípios em suas terras, invasões de outras populações e a exploração ilegal de minério. Uma das questões polemicas diante desse mosaico de realidades é a constituição de novas áreas territoriais (Figura 16).

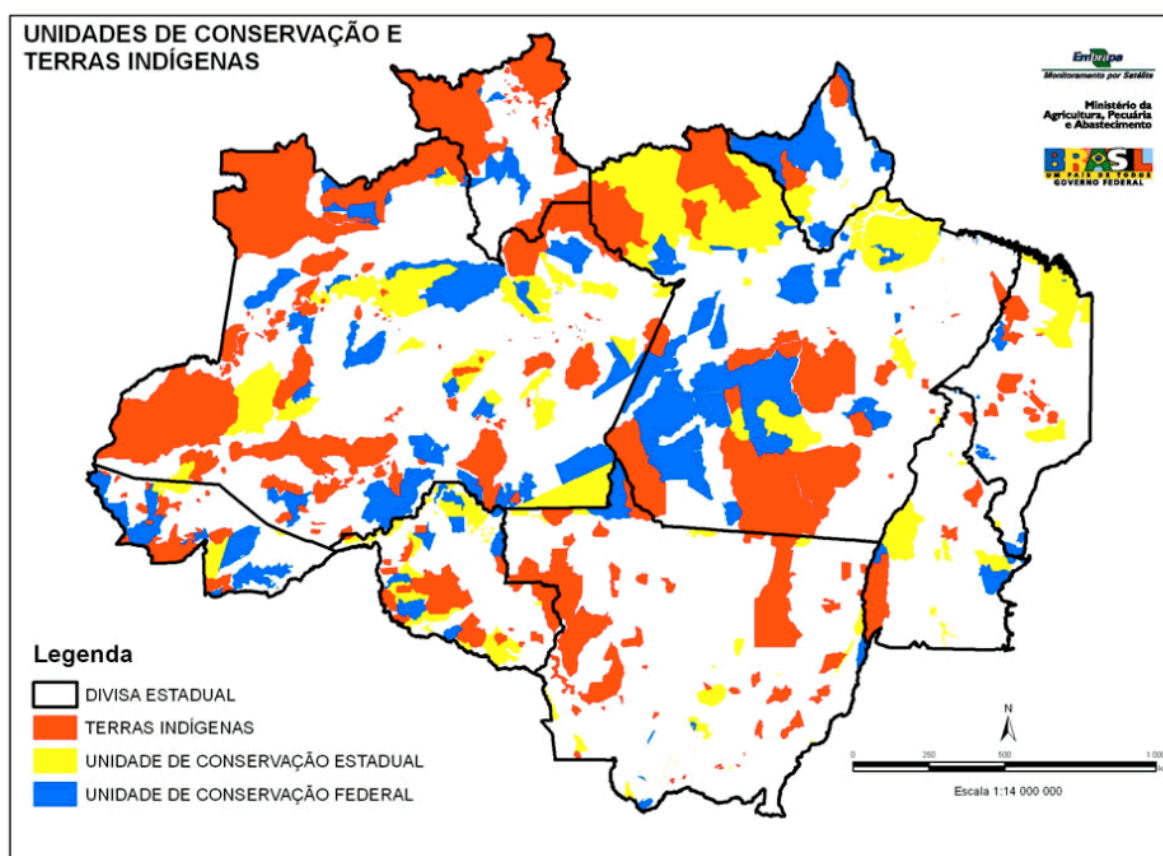


Figura 16: Áreas existentes na Amazônia.
Fonte: Embrapa, 2015.

Um dos problemas apontado nessas grandes áreas existentes (Figura 16) é a falta de comunicação entre os circuitos, ou seja, entre as próprias malhas existentes, sendo necessário para dar potencialização ao sistema geográfico. A necessidade do Estado ocorre através dessa organização que parece ainda estar difusa devido ao jogo de interesses existentes, portanto, ressaltamos o bom funcionamento do

sistema que ocorreria somente com a comunicação das redes territoriais instituídas com fins delimitados e conectadas sobre a fiscalização do Estado.

Uma das grandes preocupações de Mattos (2002) era justamente ligada as questões relacionadas a gerenciamento amazônico, ou seja, a soberania e controle desse grande sistema. Portanto, a constituição dos meios de transportes faria a diferença, tendo em vista os problemas ambientais e ao mesmo tempo as projeções geopolíticas do estado brasileiro dentro das demandas atuais.

O objetivo estabelecido ao longo das políticas territoriais e sistema circulatório voltados para a Amazônia parecem ser uma constante ao analisar seu histórico, diante das políticas territoriais concepções geopolítica e a proposição de integração das duas vertentes marítimas.

Nesse sentido, atualmente temos como proposição a integração feita pela passagem Ocidental para o Peru e Equador por Iquitos e Letícia, que nada mais é do que a transposição dos Andes e ao mesmo tempo a ligação das vertentes Pacífica e Atlântica, colocada pela teoria travassiana. Na atualidade ela é estabelecida pelo grande corredor, como já observamos, mais a sudoeste da Amazônia Ocidental. A busca pela saída (Figura 17) ao pacífico é constituída para a ligação de duas vertentes, tendo como parte integrante o porto de Santos para o escoamento da produção de bens brasileiro. A rodovia tem 2600 km dando acesso a três portos peruanos, no sistema do EIDs, mais ao sudeste da Amazônia Ocidental.

Sua integração ainda a ser constituída deve ser feita via bacia amazônica através do rio Juruá, entretanto, ainda essa possibilidade é remeto, em função da própria caracterização desse rio, por ser ele se bastante meandrante, com “obstáculo” que pode ser suplantado com obras de engenharias. No entanto, sua viabilidade econômica não é compensada, restando a rota pela BR 364 (Figura 17), que vai em direção a cidade de Porto Velho chegando nessa cidade podemos seguir pela BR-319 Manaus-Porto Velho em direção a cidade de Manaus tendo acesso a bacia hidrográfica. No entanto, essa outra forma ainda não é possível, devido aos ainda relacionados e a falta de asfaltamento da rodovia tendo como complemento a hidrovía do Madeira que deságua no rio Amazonas.

Rodovia Interoceânica



Figura 17: Sistema Pacífico Brasileiro.
Fonte: Incaworldtravel, 2013.

Outro ponto apontado por Mattos (2002), são as obras de engenharias para o fortalecimento do sistema que foi feita de forma parcial e é complementada pelo Pacto Amazônico agora denominado Tratado de Cooperação Amazônico (TCA), que representa o fortalecimento do gerenciamento dos países amazônicos, que em sua visão, poderia ainda fortalecer o papel do Brasil diante do sistema. Sua importância ainda prevalece no momento atual, como demonstra Damasceno, Silva Junior e França (2011, p. 5):

Apesar de não edificar êxitos durante um bom tempo depois de sua assinatura, o TCA (Tratado de Cooperação Amazônico) correspondeu, no âmbito das relações internacionais da América Latina, à busca de fortalecer relações regionais. Não obstante os óbices de implementação, o Tratado fortaleceu as necessidades dos Estados através de uma gestão que tenta combinar desenvolvimento, economia e meio ambiente. Um dos seus objetivos destaca essa preocupação: a realização de esforços e ações conjuntas para promover o desenvolvimento harmônico dos respectivos territórios amazônicos, em condições que permitam preservar o meio ambiente e conservar e utilizar racionalmente os recursos naturais destes territórios. Os princípios do tratado determinam, dentre outros o respeito aos princípios da soberania dos recursos naturais, da soberania do Estado, da não ingerência, da autodeterminação dos povos, do direito ao desenvolvimento. Princípios que são, em sua maioria, originais da América Latina ou dos países em desenvolvimento.

As questões relacionadas a preocupação com o meio ambiente, a acusação da falta de gerenciamento da Amazônia e ao mesmo tempo uma possibilidade remota de uma internacionalização da Amazônia, parecem colocar em evidência a importância do processo de cooperação entre os países amazônicos. Travassos (1935) já demonstrava preocupação com o fortalecimento do sistema amazônico e ao mesmo tempo preocupações relacionadas a influências externas³³, nesse sentido, via alguns países, sobretudo, da região mais setentrional como foco de problema a ser resolvido pelo país.

Parece que um dos problemas a ser resolvido dentro das questões relacionadas a Amazônia, está diretamente ligada a questão ambiental, como já colocamos, em virtude da própria posição que ocupa a região e pela sua quantidade de recursos existentes, essa problemática levará a ser o *Heartland* do planeta, fato já notado por Mattos (2002) ao denominar essa região. Dessa forma tirando o centro de preocupações políticas da Bolívia, como era vista pela teoria travassiana.

Na concepção de Becker (2004b) existe um discurso construído em torno do *heartland* baseado na proteção da biodiversidade, contenção do desmatamento somado com proteção do capital cultural, que em sua visão, ainda é problemática a sua preservação. Pontos importantes que, no entanto, levam a região para o centro da arena geopolítica mundial, necessitando de uma ação mais incisiva do estado brasileiro diante das ambições internacionais.

Becker e Stenner (2008) apontam caminhos múltiplos para o desenvolvimento da Amazônia e para sua própria estratégia geopolítica, que deve ser repensada diante das questões relacionadas a áreas já consolidadas denominados de forma errônea, na concepção de ambos, como arco do desflorestamento, ou seja, existe a necessidade de investimento do Estado nessas áreas para o aprimoramento das cadeias produtivas, algo que já vem ocorrendo por parte de iniciativas particulares.

Dentro dessa concepção tem-se o desenvolvimento de cadeias produtivas ligadas diretamente com a existência dos recursos existente na região, ou seja, da própria floresta para seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, se faz necessário ter

³³ Nota-se que as preocupações com a região setentrional são latentes ao longo do período histórico e no momento atual não são menos preocupantes em função de movimentações de guerrilhas, narcotráficos, exploração ilegal de minérios na região, entretanto, observamos como ponto convergente a esse passo seu inserimento no novo projeto geopolítico do país o que ainda a torna mais destacada.

em mente um planejamento particular para região mais ocidental da Amazônia, em virtude de ainda se manter em grande parte preservada. Manaus seria o grande centro para esse desenvolvimento, ponto de ligação de redes, tornando uma metrópole mundial, centro dinâmico do país para o mundo. Ao falar das proposições para a Amazônia Becker (2004b, p. 81) aponta para um plano estratégico no tratamento das fronteiras:

Para que as ações nas fronteiras sejam eficazes na manutenção da integridade do território nacional e na garantia da soberania no Estado brasileiro, é necessário promover o desenvolvimento ampliando, o conhecimento sobre a sua dinâmica, reconhecendo sua diferenciação, suas potencialidades e um esforço conjunto e coordenado das instituições governamentais sem descartar diferentes formas de parceria com a sociedade civil. Ao lado de políticas institucionalizadas, outras formas mais simples e especificamente dirigidas ao estreitamento de iniciativas locais podem ser decisivas. É o caso da consolidação das cidades gêmeas na fronteira e também o de um novo olhar sobre a questão indígena.

Ao analisar as propostas de Becker e Stanner (2008), observamos que os pontos centrais são sempre os mesmos direcionados conforme a diretriz da teoria travassiana para o fortalecimento do sistema, tendo a cidade de Manaus como ponto central, sendo também atenção a zona de fronteira sempre aparecendo como um pólo indutor de desenvolvimento devido a sua complexidade.

Outra proposição que tem forte ligação com EIDs Manaus-Caribe gira em torno da importância do sistema geográfico Pacífico Sul, âmbito de preocupações de Travassos (1935), o qual era colocado como uma zona de calmária. Essa era também representada pela esfera econômica, fato esse que vai ser mudado ao longo do período.

O dinamismo da circulação de informações, atividades financeiras e mercadorias têm como tendência mundial a Bacia do Pacífico Norte. A formação desse fenômeno está relacionada à constituição da economia japonesa após a Segunda Guerra Mundial, através do processo de reconstrução fomentada pelos Estados Unidos.

O Japão teve seu grande auge econômico nos anos de 1980, o que influenciou de forma direta os demais países em seu entorno. Apesar do bem sucedido o desenvolvimento japonês, suas pretensões geopolíticas ficaram podadas em função do controle Norte-Americano, além da falta de visão estratégica dos

governantes nipônicos e de problemas com os países do Pacífico, como a China e as Coreias do Norte e do Sul.

O desenvolvimento dos Tigres Asiáticos nos anos de 1970, causou além do crescimento da China, Estados Unidos e Europa, repercutiram também na economia japonesa, exigindo a reorganização produtiva nipônica e levando o país à retração econômica.

Os Tigres Asiáticos despontaram pela estratégia de inserção econômica e competitiva através de Zonas Econômicas Especiais (ZEE), voltadas diretamente ao mercado internacional, sob a égide da economia flexível. Esse grupo é constituído por Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong, que se tornaram atrativos para a capital internacional. O chamariz desse processo é assentado por variáveis como, mão-de-obra barata e disciplinada (pequena atuação de centrais sindicais e, elevadas jornadas de trabalho), e de políticas governamentais de atração de empresas transnacionais, de isenção fiscal, de incentivo às exportações e de leis ambientais permissivas. No final dos anos de 1970 a Bacia do Pacífico vê a ascensão da China, através das modificações promovidas pelo Partido Comunista, que, criou um país de sistema socialista com economia de mercado. A alavancada sínica ocorreu através da abertura para capitais estrangeiros, sobretudo, nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE's).

Pode-se colocar como fatores de base para seu desenvolvimento todos aqueles elementos presentes nos Tigres Asiáticos (mão-de-obra barata disciplinada e políticas governamentais atrativas do grande capital), além do amplo mercado consumidor (não de todo explorado), de grandes reservas naturais importantes para o processo de industrialização, e da necessidade de ampla infraestrutura (exigindo investimento de grandes capitais). A ausência do papel geopolítico que constituiu o novo Japão parece não aparecer na China. Seus dirigentes resgatam a formação do território chinês pela incorporação de territórios, e a curta fase de dependência em relação à União Soviética (Guerra Fria) parece algo que nunca ocorreu.

Na contemporaneidade, o incremento dos fluxos financeiros e Comerciais dos Estados Unidos e Europa ocorrem em direção à China (Zona do Pacífico). As pretensões econômicas dos chineses estendem-se em direção ao Continente africano, onde aparece como principal investidora, e viabiliza novas formas de aproximação das economias do continente sul-americano aos da Bacia do Pacífico Sul.

As relações econômicas, a intensificação e dinamização na costa ocidental sulamericana ocorre em função do poder de atração econômico desse país, ressalta-se que as ações chinesas não estão restritas apenas à economia. A ampliação da capacidade bélica chinesa e os investimentos pelo mundo, principalmente visando o controle de várias reservas de recursos naturais, levam a China a ser a principal rival dos Estados Unidos, o que resulta na luta pelas pretensões hegemônicas mundiais. Alguns analistas afirmam que está em curso a substituição de poder mundial de forma gradual, em função do desaquecimento da economia Norte-Americana e a diminuição de seu protagonismo na forma de investimentos maciços em outros países e na forma de poder de persuasão. A maior presença da China no mundo, força a constituição de uma nova ordem mundial, sendo que esse poder foi estabelecido de forma diferenciada do Japão, que não conseguiu os mesmos “avanços” no continente sul americano. Como colocado por Becker (2004a p. 158) ao retratar sobre o avanço japonês no sistema amazônico devido aos interesses norte americanos:

Inicialmente, as ações eram localizadas. Os EUA pressionaram o Japão a não dar recursos para o término da rodovia BR-364 que, ligando Rio Branco a Pucalpa, no Peru, aceleraria a conexão com o Pacífico; e o Japão, na ocasião, era o terceiro maior investidor no Brasil. Por sua vez, os países europeus, particularmente França, Alemanha e Inglaterra, reagiram tentando restringir a hegemonia norte-americana.

Na constituição desses fatos, vive um novo antagonismo que está diretamente ligado a composição de poderes e ao surgimento de novos centros geopolíticos, do outro lado os velhos lados de solidariedades ainda permanecem vivos e atuantes no sentido da buscar por uma nova posição no fortalecimento do sistema Atlântico, com a possível criação do acordo de livre comércio, ainda em processo de negociação, entre Estados Unidos e Europa e ao mesmo tempo uma reação do sistema atlântista em direção aos dois principais pólos de poder mundial.

Do outro um lado, assistimos um reforço e um fortalecimento do sistema geográfico do pacífico com um acordo de ampliação do Mercado do Pacífico, onde China e Estados Unidos seriam os pólos principais desse sistema, tendo ainda em mente, as projeções mundiais de análises econômicas em que a economia chinesa seria a principal do mundo, tomando lugar da norte-americana.

Notamos que os Estados Unidos objetiva reforçar sua posição de potência bioceânica em função de sua própria caracterização geográfica, tendo como parte constituinte dos sistemas externos o Atlântico na parte leste e em sua parte oeste o Pacífico. Castro (2005, p. 1) aponta a importância dos sistemas no processo de constituição geopolítica do país:

A Bacia Amazônica se constitui numa sub-região de conexão entre duas áreas de importância geoestratégica, a do Caribe e a do altiplano boliviano, considerando este último uma espécie de "heartland" do continente. Em consequência, quando melhor aproveitada, a Bacia Amazônica, com a integração, poderá se transformar em pólo de atração de zona repulsiva; na oportunidade, essas aberturas andinas levarão para o Atlântico riquezas potenciais de zonas geopolíticas neutras do continente. As planícies Amazônica, do Orenoco e Platina são servidas por redes hidrográficas que levam a América do Sul em seu "destino manifesto" a se voltarem para o Atlântico do qual são tributárias. Buscam também o Atlântico, declinando para ele, os planaltos das Guianas e da Patagônia. Já o Planalto Brasileiro pende para o interior, buscando ainda o norte e o sul. Por sua disposição esse planalto demonstra vocação continental de enlace entre as bacias Amazônica e Platina. Por sua posição e configuração, envolvendo o centro geográfico do continente em área geopolítica neutra, o Planalto Brasileiro favoreceu a penetração para o oeste, permitindo que os portugueses, detentores de núcleo geohistórico a beira do Atlântico, conquistassem vasto *hinterland* da América do Sul.

O processo de articulação dessas forças, como estudada por Travassos (1942), no caso desse país, refletem no equilíbrio entre as forças oceânicas e o sistema terrestre³⁴ algo ainda não solucionado na concepção de Travassos nos de 1940. A ligação dos sistemas Prata e Amazônico teria como função, equilibrar as forças internas e externas e ao mesmo tempo conectar os dois sistemas externos.

Numa visão antecipada Travassos (1935) já enfatizava a importância da atuação geopolítica em duas frentes externas, tendo como elo a Amazônia. O sistema teria como função além de amortizar a influência do Prata,³⁵ também constituir o país como uma potência bioceânica, fato este agora comparado com a construção dos EIDs e, sobretudo, sobre o eixo Manaus-Caracas em função de ser um ponto de convergência para múltiplos sistemas.

Conforme Roseira (2011, p. 163) os sistemas geográficos concebidos e existentes no território, podem ser estimulados pela ação do Estado (Geopolítica) ou

³⁴ Sem dúvida o maior representante das forças terrestre é o sistema Amazônico, daí sempre a sua importância diante do processo de interiorização do país, fato ainda perseguido.

³⁵ Com a constituição do Mercosul o sistema amazônico passa a ter uma função de soldadura com o sistema do Prata em direção a Amazônia Setentrional, Caribe e Pacífico.

pela iniciativa privada (Goeconômia), e em ambos se entrelaçam às pretensões hegemônicas brasileiras:

As geopolíticas contemporâneas e clássicas conferem dupla sustentação à preponderância brasileira. A primeira é a economia, cujo tamanho e sofisticação não tem paralelo com seus vizinhos. A segunda é a geografia, com a integração entre as bacias Amazônica e Platina, e as vertentes do Atlântico e Pacífico. Tal qual uma imensa “área de soldadura,” o território brasileiro permite o transbordamento da ideal político predominante no Cone Sul até os países setentrionais. A continentalidade do país é fundamental à transformação das relações interestatais em todas as áreas sul-americanas, ao enfraquecimento das influências de potências externas, e, por conseguinte, à consolidação da região geopolítica.

Observa-se que a visão de Travassos estava diretamente integrada aos sistemas das bacias oceânicas, ou seja, apesar do marasmo existente na bacia do pacífico abria-se um leque de possibilidades ao país no futuro via integração dado pela Amazônia que deveria ser potencializado. Esse legado de Travassos se refletiria no desenvolvimento do pensamento geopolítico no Brasil e ao mesmo tempo, aparecendo de forma concreta nas políticas territoriais do Estado brasileiro, sendo parte do processo de construção territorial atual, repercutindo no continente sul-americano.

Numa perspectiva em escala mundial podemos compreender alguns eventos atuais em torno do continente sul-americano, mas ao mesmo tempo, visualizando o sistema geográfico amazônico nesse emaranho de proposições e ações que ainda seguem uma diretriz básica dada pelos sistemas geográficos. Na Figura 18 abaixo observamos esses processos que se demonstra as formas de pensar o mundo levando em consideração as afinidades políticas, econômicas, estratégias adotadas, diversos tipos de ações que convergem para um processo novo de regionalização do continente Americano como um todo dentro da perspectiva contemporânea.

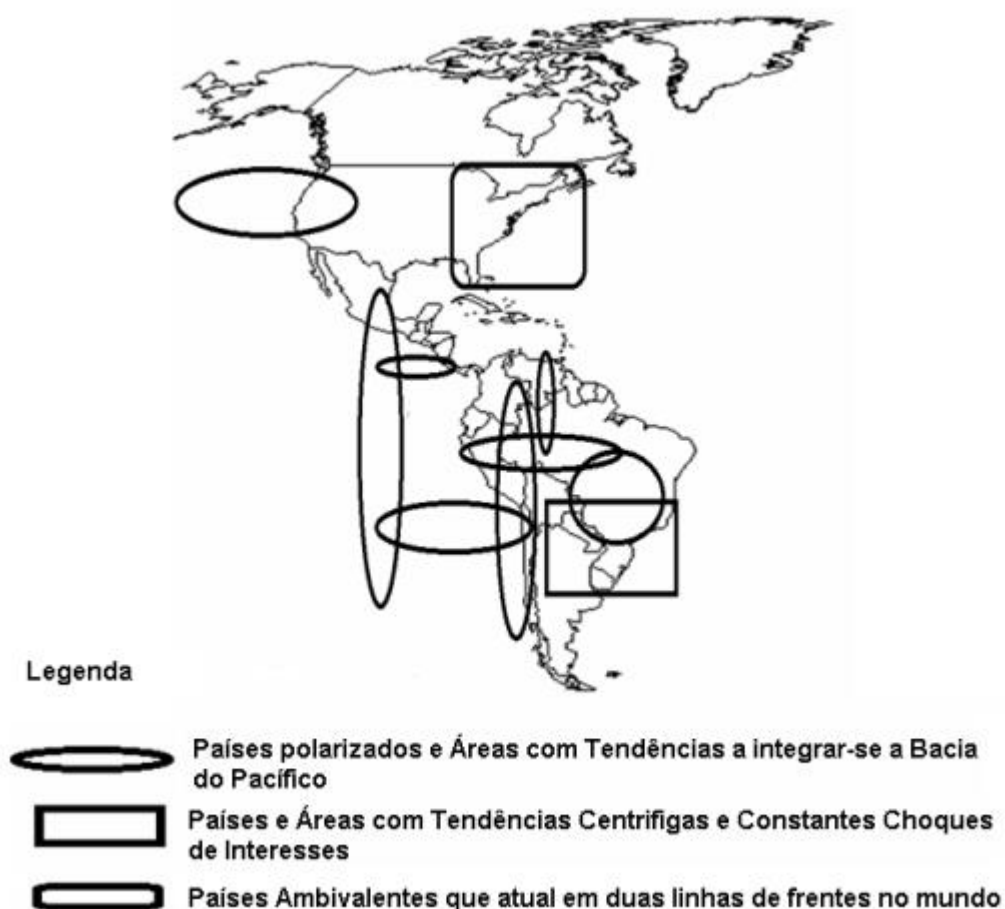


Figura 18: Tendências Geopolíticas no Continente Americano.
Fonte: O autor.

Em nossa análise observa-se a frente de atuação brasileira em direção ao Pacífico Sul onde remetemos aos *nudos* e *pasos*, que são vitais dentro das metas geopolíticas. Na análise espacial podemos observar, a interseção de áreas em nosso país que podem ser satelitizadas e ao mesmo tempo não se encontram plenamente integrada a conjuntura atual, como na região do Cone Sul.

A Amazônia Internacional aparece de forma recortada dentro dessas diferentes orientações, entretanto, já traçados por Travassos (1935), como em todo o continente americano, ela estão exposta em função do processo de globalização atual ainda em curso em diferentes orientações. Portanto, pensamos que as teorias explicativas do Atlântismo ou mesmo meridionalismo,³⁶ não servem como fonte de explicação dos processos atuais sendo, a mais abrange dentre elas, a teoria dos

³⁶ Optar por essas teorias é desconsiderar o quadro complexo de atuação de forças que compõem o território brasileiro é, sobretudo, menos prezar os demais sistemas geográficos e ao mesmo tempo pensar o país de forma equivocada.

sistemas geográficos. Na figura 19 abaixo visualizamos estás tendência numa escala nacional.

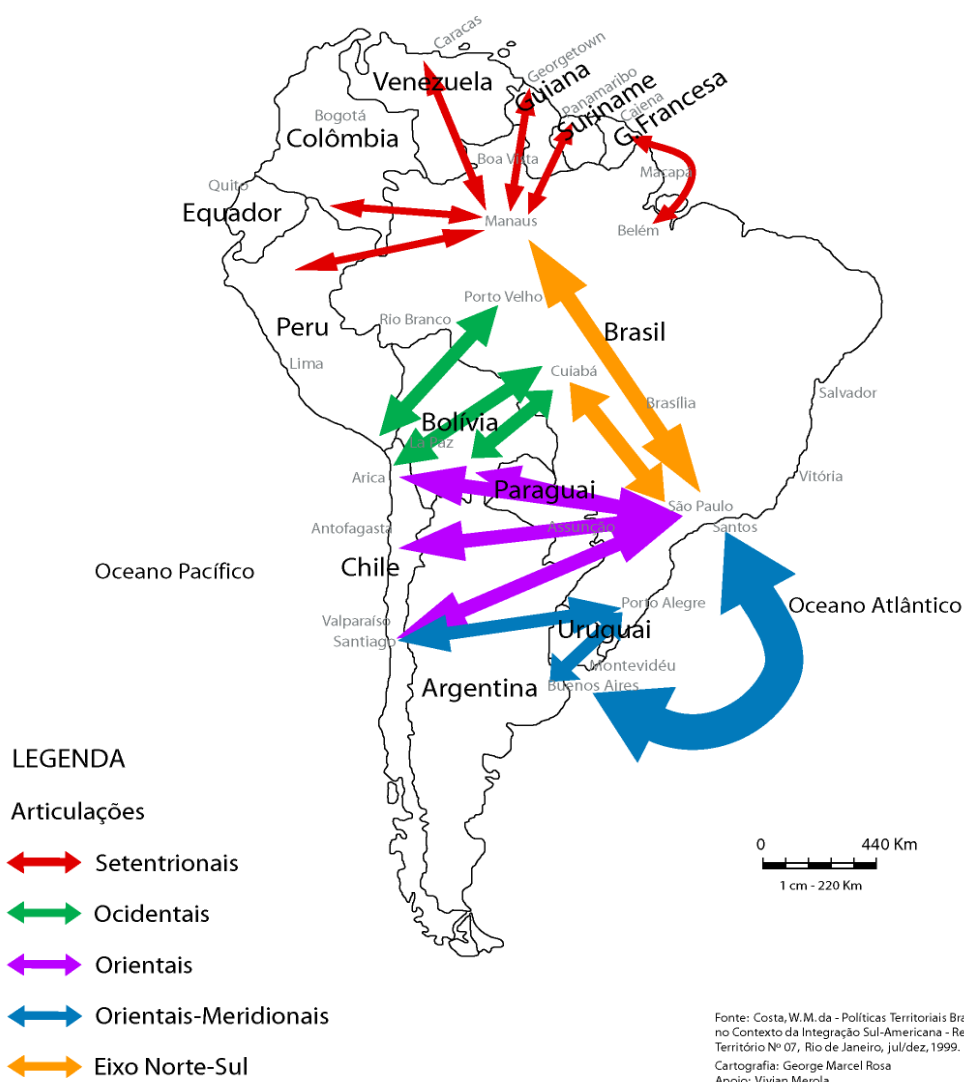


Figura 19: Tendências no Território Brasileiro e Núcleo de Apoios
Fonte: Costa, 1999.

As tendências observadas no território brasileiro Figura 19, constituem uma análise rica para observação do protagonismo em varias direções. O multilateralismo corresponde as essas orientações múltiplas de ação em função das necessidades atuais do Estado, não somente em direção ao continente sul-americano, mas em direção a vários sistemas geográficos. O enfraquecimento do papel de protagonismo dos Estados Unidos somados com a emergência da China e países emergentes,

provocam a ascensão de novas geopolíticas que refletem na disputa pelo espaço mundial.³⁷

No caso Amazônico (Figura 19) aparecem as tendências que representam na realidade e as condições de atuação atual de nosso país como em direção ao Pacífico, que se torna mais forte com a constituição da Aliança do Pacífico em 2012,³⁸ o qual já existe um acordo entre o Mercosul e esse bloco de forma ainda parcial e que gera muitas especulações em torno dessa duas formas de regionalização, onde na realidade, a primeira ainda está voltada mais para o mercado de fluxos e a outra para uma integração mais profunda, comandada pelo Brasil.

Outra tendência apontada, como já havíamos falados, é em direção ao sistema caribenho, agora potencializado com o Porto de Marieu em 2014 e trás inúmeras possibilidades para o escoamento da produção brasileira em direção ao Pacífico. Outra tendência ainda em vista, em função das orientações de formação brasileira, também reconhecidas por Travassos (1942) é em direção ao Atlântico, devendo ser potencializada, possivelmente com o acordo Mercosul e União Européia. A Amazônia passa a ser vista como prioridade, em função de suas possibilidades de atuação nesses diferentes sistemas.

3.3. ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM TRAVASSOS E OS PROJETOS NA AMAZÔNIA

Travassos (1935) é colocado por muitos como o principal geopolítico do país, ou seja, em virtude de suas teses serem originais, entretanto, como já abordado, o pensamento travassiano é visto por muitos teóricos como parte de influencia de algumas teorias vigentes na época como a teoria da região pivô, baseada nas ideias do geógrafo inglês Halford John Mackinder, que na visão dos críticos foi transplantada para a Bolívia.

³⁷ Céticos como Dugin (2014) interpretam esse fenômeno somente pelo viés da Globalização versus regionalismo o que em nossa visão não contempla a realidade atual.

³⁸ Ahamos que essa é a primeira forma mais divulgada e próxima do momento atual dessa integração, entretanto, não descartamos seu aprofundamento em função da importância do sistema geográfico do Pacífico Sul.

Algumas ponderações devem ser feitas a esse respeito, no caso russo buscava-se o bloqueio da região pivo e a existencia de recursos era enorme o que potencializava ainda mais essa área. O poder terrestre ou forças terrestres caracterizavam esse grande território devido as suas saídas para os mares serem problemáticas, portanto, para não potencializar o poder dessa região, era necessário o bloqueio de acesso de contenção, estabelecendo uma espécie de confinamento territorial. Pensando na vivacidade atual do pensamento makideriano Mello (1994, p. 70) coloca o seguinte pensamento:

Feitas as contas, o pensamento geopolítico de Mackinder parece ter resistido a contento e sobrevivido relativamente incólume aos grandes abalos decorrentes do colapso do sistema do segundo pós-guerra. A queda do Muro de Berlim, o desaparecimento do bloco socialista, o esfacelamento da União Soviética, a reunificação da Alemanha, a modernização da China, a ascensão do Japão e do bloco do Pacífico e a emergência dos Estados Unidos como única superpotência global multidimensional não colocaram em cheque nem invalidaram totalmente o aparato conceitual que forma o arcabouço da geopolítica de Mackinder. Os conceitos de *Heartland*, *Midland Ocean*, *Inner Crescent* e *Outer Crescent*, assim como a concepção geo-histórica do mundo como sistema político fechado onde se desenrola a pugna oceanismo x continentalismo, são ainda instrumentos válidos para a compreensão do colapso do sistema bipolar da Guerra Fria e da realidade emergente sob o rótulo de "nova ordem mundial".

Demonstrando já a importância da teoria do poder terrestre por Mello (1994) e sua atualidade, devemos ter em mente que as teorias do poder Naval e Terrestre não era apenas divagações, mas que representavam uma realidade existente no jogo de xadrez geopolítico mundial naquele momento.

Retornando ao passado e aos fundamentos da geopolítica terrestre, temos ainda outra preocupação com a possível aliança com a Alemanha, que abriria as portas para a Europa e seus mares quentes o que daria na visão do geografo inglês, um grande poder terrestre no continente diante do poder marítimo que estava estabelecido na Inglaterra. Portanto, a criação de estados tampões eram necessários para que não ocorresse essa "fusão" entre os dois países.

Pensando nessas questões relacionadas ao nosso item e com relação a Amazônia, iremos destrichar os seguintes comentários, já que para muitos a influência da teoria travassiana se baseia diretamente nos pressupostos de Mackinder baseada em sua teoria do poder terrestre. No primeiro momento Travassos (1935) tenta caracterizar os elementos geográficos que compõem o

continente sul-americano, algo que somente ele fez durante a história do pensamento geopolítico brasileiro, sendo portanto, o pioneiro nesse sentido.

Para teoria travassiana a caracterização do continente abre um leque de possibilidades em termos de recursos geográficos, ou seja, na exploração de recursos no sentido da configuração e não necessariamente de exploração (retirada imediata dos recursos) como no caso russo. Essa potencialidade é estabelecida dentro de um cenário de disputas geopolíticas entre Argentina e Brasil. Como já colocado, Travassos (1935) não foi o unico observador desses aspectos Malagrida (1946) seria seu grande opositor, tendo como ponto de vista os interesses espanhóis e o pensamento a favor da constituição de um vice-reinado da Espanha. Na realidade, o que vemos, é a luta travada entre espanhóis e portugueses que assolou o continente durante sua formação territorial e domínio político, novamente posta pelos dois geopolíticos. Martins (2011, p. 30) coloca as ideias desse pensador da seguinte forma:

Assim, entendemos as necessidades que estão vinculadas ao pensamento do autor e seus objetivos. Chama atenção o papel que o comércio internacional desempenha para a construção dessa esfera de prosperidade hispano-americana. De fato, geográfico na política é mais que um tratado de Geopolítica, ele é um inventário das potencialidades regionais do continente em termos de integração econômica. Prova disso é concomitantemente com a defesa de suas “confederaciones,” estão meticulosos levantamentos importantes a respeito das potencialidades agrícolas, industriais e das condições de complementaridade econômicas entre os Estados participantes.

Reatar de forma efetiva os laços comerciais e política com as antigas colônias é uma solução para o isolamento para o problema da América Latina, uma vez que o continente é um lugar de repúblicas fracas e turbulentas minadas por conflitos e à mercê do domínio estadunidense. Nesse caso, nas entrelinhas do texto de Malagrida não deixa transparecer a função de tutela destinada à Espanha dentro da *supernacion hispano americana*.

O que devemos nos atentar, é que os fatores naturais representam uma estratégia geopolítica de domínio observada por Malagrida apud Martins (2011) como por Travassos (1935). O poder terrestre deve ser estabelecido pelo controle desses elementos constituidores do continente, do qual denominamos e refletimos, sendo eles não apenas bacia hidrográficas, mas sim uma composição maior denominada sistemas geográficos, do qual Travassos (1935) também entendeu como um conjunto de condições que constituem uma área geopolítica, em nossa interpretação, de movimento dos Estados.

Ao pensarmos na questão da delimitação das análises baseadas em Mackinder e Travassos, temos uma diferença fundamental no recorte espacial, sendo que o primeiro, no início, submete sua análise a uma área pivô depois passar a concebê-la como algo maior, (teoria do *Heartland*) que chega até mesmo a extrapolar em algum momento os limites russos, entretanto, sua análise não restringe a todo um continente, mas ressaltamos que seu impacto através do domínio e ação, sobretudo, do Estado russo, ocasionaria uma modificação geopolítica sem precedentes no continente europeu e asiático, tendo repercussões no mundo inteiro.

Na concepção travassiana, tendo como enfoque o recorte espacial, temos seu pensamento voltado para o continente sul-americano onde o Brasil seria forte influenciado, com as movimentações do jogo geopolítico estabelecidos através da formação dos sistemas geográficos. Nosso país está composto por dois grandes sistemas internos e externos que segundo Travassos, sofre influências e ao mesmo tempo serve de base para atuação dos Estados sul-americanos.

Sem dúvida no momento atual dentro do contexto vivido por Travassos (1935) a Argentina apresenta-se como uma grande adversária em virtude de está composta pelo sistema geográfico do Prata o mais dinâmico em termos de fluxos econômicos e pela sua ação na constituição de proteções territoriais, que darão uma projeção maior e muito próxima em direção ao sistema geográfico amazônico, do qual o Brasil possui seu domínio natural.

A teoria dos sistemas geográficos na composição dos países sul-americanos, demonstra como existe uma grande diferença entre o pensamento de Mackinder e Travassos, entretanto, os elementos naturais se fazem presentes nas duas teorias, aparecendo como estratégias geopolíticas. Porém, não podemos esquecer que os sistemas geográficos também estavam presentes na teoria do poder terrestre, como também, na teoria do poder marítimo.

Os contextos geopolíticos eram bastantes diferenciados como também foram as ações das teorias mackinderiana e travassiana. Na primeira, o objetivo de isolamento criando um grande corredor para a Rússia não conseguiu chegar aos outros sistemas, principalmente o marítimo. No caso travassiano, temos uma complicação ainda maior onde existem dois países que lutam pela ascensão do continente e que ao mesmo tempo chegam a partilhar e a influenciar outros sistemas geográficos. Estamos no referindo no caso argentino e suas pretensões de

ampliação e repercursões diante da constituição de sua ferrovia em direção a Bolívia.

Pegando o pensamento da área pivô ou logo em seguida da teoria do *Heartland*, temos uma diferenciação fundamental, sendo que na teoria do poder terrestre, ela apareceria localizada no próprio país pivô, em contrapartida, a divisão política e constituição dos países sul-americanos dariam essa área problema fora dos dois países hegemônicos. Ela é uma área estratégica, pois, guarda e uni duas vertentes fundamentais dos sistemas estruturadores internos decisivos no continente a área assim denominada por Travassos como Triângulo Boliviano (*Heartland*). Sendo assim, a formação do país ou sua identidade se torna complexa em função das disputas estabelecidas em torno das questões travadas na geopolítica sul-americana em torno do controle e domínio dos dois principais sistemas geográficos internos como é visto por Travassos (1935, p. 62):

O Caso da Bolívia foi vulgarizado pelas próprias consequências da Guerra do Pacífico. Após todas as discussões em torno da sua triste situação de país mediterrâneo ficaram em franca evidencia as verdadeiras causas de sua instabilidade. De um lado sua vinculação geológica a estrutura andina, de outro sua oscilação de ante as bacias que lhe corroem os flancos – a amazônica e a platina.

Um país sem constituição definida disputado por duas forças antagônicas, já que a terceira era parte componente de uma força externa, o que tornaria o jogo ainda mais complexo, ou seja, os sistemas externos poderiam ser capturados com a decisão interno de avanço o recuo de ambos os países que disputavam a hegemonia do continente, sendo assim, as forças externas também puderam ser definidas no jogo geopolítico estabelecido pela influência em que cada país exercerá no sistema interno.

Sendo assim, existe um antagonismo interno e externo que devem ser compreendidos pela formação de cada sistema geográfico que compõem não só o Brasil, mas o continente sul-americano que decide o jogo geopolítico de supremacia dentro do continente na disputa geopolítica para quem quer exercer o poder. Temos no quadro então, sistemas geográficos antagônicos internos, Amazônia e Bacia Platina, e externo, Atlântico e Pacífico³⁹ que lutam para predominância no

³⁹ O antagonismo observado por Travassos (1935) corresponde a sua época, hoje observa-se que os antagonismos são multifacetados e internos dentro do próprio sistema em virtude das suas ações territorializantes dos atores e Estado. A existência desse cenário não descarta a existência de novos

continente. Essa vai ser dada pelos estímulos internos de cada Estado, ou seja, por suas ações.

Ao ser referir em antagonismo devemos pensar em termos da situação em que encontrava-se o continente, ou seja, a dominância argentina era presente no sistema do prata e era fortalecida por suas próteses territoriais que poderia ser potencializadas chegando até a Amazônia. Por isso, a necessidade de reação do Brasil com a constituição de próteses territoriais para neutralizar as ações do estado argentino diminuindo assim até mesmo o peso diante do sistema amazônico.

Os sistemas externos ainda são decisivos ao país, o dinamismo do Atlântico podia ser uma força carregadora, via sistemas internos e ao mesmo tempo polarizando suas ações até o pacífico, ou seja, integrando de acordo com seus interesses, o que daria uma enorme força ao país e ao mesmo tempo o controle das duas vertentes. Quanto as questões relacionadas ao antagonismo entre o poder terrestre e marítimo que influenciavam as interpretações geopolíticas, elas na realidade fazem parte de uma constituição dos sistemas geográficos que Travassos (1942) já mencionava a importância desse equilíbrio, o qual deveria ser ajustado em função da própria formação histórica do país e da constituição dos fluxos preponderante nas bacias oceânicas.

A Amazônia passa a ser um dos destaques da teoria travassiana por motivos simples, em função de ser parte constituinte da boa parte do território brasileiro dada pelo sistema geográfica amazônico. Entretanto, sua grande extensão territorial ultrapassa os limites territoriais do país o que ocasionavam sua extensão em direção a vários países, no entanto, as convulsões seriam bem menores comparada ao sistema platino, em virtude do marasmo das amazônias existentes em todos os demais países.

A precaução colocada pela teoria travassiana são as possibilidades que esse sistema pode sofrer diante dos demais sistemas inclusive o próprio sistema platino, em virtude das ações naquele momento do estado argentino. Mas, outras ameaças se faziam presentes, diante de sua localização pelos norte-americanos, principalmente dos países que estão localizados ao extremo norte da região como Colômbia e Venezuela, que estavam dentro da órbita norte-americana, sendo

necessária uma ação imediata do estado brasileiro diante dessas principais ameaças.

Travassos (1935) também caracteriza o poder de centrípeto da Amazônia, que dava vantagem ao poder de reação diante das necessidades e aspirações geopolíticas do país. Naquele momento, para contrabalancear o poder argentino no sistema do prata. Diante dessas observações podemos perceber que elas na realidade serviram como base para o desenvolvimento das diretrizes governamentais ao longo do período, para no primeiro momento, conseguir a conquista territorial do Oeste, que serviram ao mesmo tempo para fincar a constituição de um poder terrestre.

As reações desses dois fatores no momento atual é colocada em nossa visão por Théry (2005) onde observa a seguinte situação das políticas governamentais para a Amazônia em sua concepção segundo baseadas em Mattos (2002) na formação de um anel rodoviário, entretanto, esquece o autor que as bases originais destas propostas estão em Travassos (1935) sendo que o segundo autor vez foi apenas uma adequação ao seu tempo, sendo assim, podemos visualizar a tendências atuais de acordo com Théry (2005) através das ações abaixo (Figura 20)

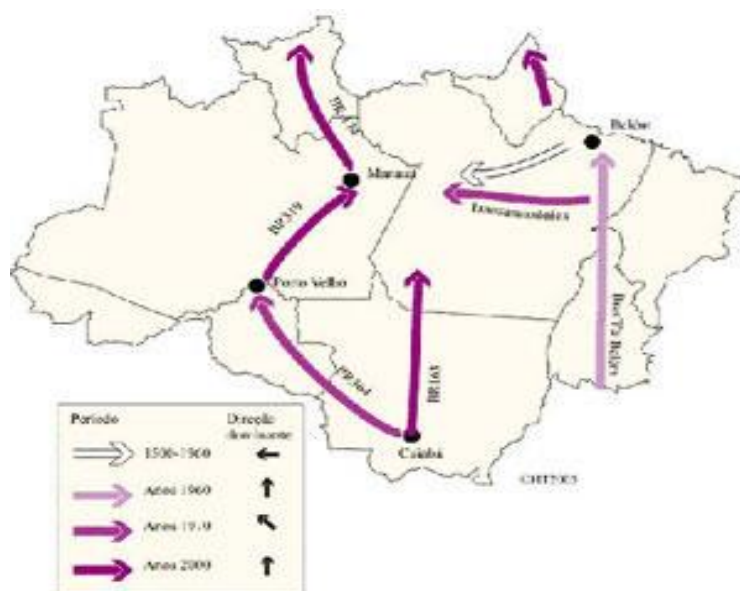


Figura 20: Processo de Constituição do Espaço Amazônico.
Fonte: Théry, 2005.

Na interpretação da figura acima, temos o primeiro deslocamento em direção ao oeste que vai de 1500 a 1960, que corresponde a processo de colonização e ao mesmo tempo é constituído pela padrão de ocupação dendrítico. Nesse sentido, dentro de uma concepção travassiana, o sistema é tomado apenas de forma parcial, já que trata-se de pontos estratégicos no território para sua ocupação e exploração, tendo uma economia extrovertida diante das necessidades europeia e norte-americana.

Os anos de 1960 representam a constituição da protese territorial fundamental, concretizada pelo Belém-Brasília e a incorporação do território amazônia a economia nacional. Podemos dizer, que realmente existia uma ligação entre os sistemas do Prata e Amazônico em virtude dessa grande artéria. O deslocamento da capital para o centro do território teria como função a unidade nacional e ao mesmo tempo fundir o território em uma única unidade. Entretanto, mesmo com os esforços de captação da Amazonia, ela ocorria somente pelas bordas territoriais, não sendo capaz de polarizar o restante do sistema.

Nos anos de 1970, presenciamos os grandes projetos voltados para a Amazônia, priorizando pontos do território. Esse plano é devido a propria necessidade do país que necessitava de uma constituição, de um “caixa” imediato, sendo assim, a Amazônia aparece como solução somanda com a constituição do avanço da fronteira agrícola do país que vem de deslocando do Centro-Sul. Nesse momento, temos grandes arterias como a BR 364 Brasília-Acre e ao mesmo tempo o desenvolvimento inclusivo da Rodovia Transamazônica, além da função de assentamento de imigrantes oriundos do nordeste em função da questõa agrária, também ocorreria o objetivo de exploração mineral e vegetal. Numa estrategia maior diante dos processos geopolíticos objetivava-se ligar as duas vertentes como já falada entre os dois sistemas externos (Atlântico e Pacífico) momento esse vivido pela euforia do Brasil Potência projeto determinado pelos militares. Couto e Silva (1967, p. 72) atribui fatores fundamentais para a contistuição da potência, mas tendo em mente não só a posição regional e sim a mundial como é visto abaixo:

A apreciação dos tributos essenciais de potência selecionados por tantos estudiosos da ciencia política e geopolítica revela a nós, brasileiros, que possuímos todas as condições para aspirarmos um lugar entre as grandes potências do mundo. Em termos de geografia, temos um território de dimensões continentais, com imenso litoral desbruçado sobre o Atlântico Sul e uma maior fronteira terrestre – 15700 Km confinando com dez países

sul-americanos. Nosso litoral vis à vis com a África Ocidental é a maior extensão costeira nacional (7.400 Km) na ecúmena do Atlântico Sul. Ao nosso território, o quarto em extensão geográfica compacta do globo, não faltam recursos naturais: solo fértil, potência hidroelétrica e riquezas minerais.

O esgotamento do modelo dos Grandes Projetos para a Amazônia (GPAs) e do próprio modelo desenvolvimentista, leva o fim das políticas territoriais e ao mesmo tempo a paralização dos anos de 1980 nas projeções geopolíticas. A retomada, como já havíamos dito, é justamente nos anos de 1990, e a Amazônia, nesse contexto, passa a ser novamente uma área prioritária para essas ações governamentais em função de sua valorização internacional.

Para Théry (2005), temos novos eixos nos anos 2000, ou prioridades em direção a Amazônia, que representam novas incorporações territoriais, girando em torno da região setentrional e ainda ao sul da Amazônia. Ao Sul, temos frentes de expansão em direção a rodovia federal Cuiabá-Santarém, relacionada a expansão da soja, procurando caminhos de escoamento para sua maior produtividade e ao mesmo tempo o aumento dos conflitos em virtude de áreas ambientais e presença de povos indígenas.

Domingues e Bermann (2012, p. 44) caracterizam da seguinte forma esse processo de expansão da soja:

De fato, a expansão da produção de soja está causando um grave desmatamento por meio da dinâmica de derrubada da floresta, implantação da pecuária e transformação posterior da área em agricultura mecanizada.

Esse processo leva à expansão da fronteira agrícola. Com a crescente modernização da produção, muitos trabalhadores ficam excluídos desses processos, mas também tendem a serem deslocados para áreas marginais, onde contribuem para a abertura de novas fronteiras móveis ou expandem o alcance daquelas existentes.

Uma das consequências do processo de expansão da fronteira agrícola nas regiões Centro-Oeste e Norte é a concentração fundiária, de renda e dos sistemas produtivos de grandes fazendas de gado e monoculturas mecanizadas. É o caso da soja, com a subordinação dos padrões culturais e produtivos das comunidades locais e regionais ao padrão dos novos atores sociais, de modo geral imigrantes de outras regiões, com acesso a capital e tecnologia.

Os investimentos em infraestrutura na região, como hidrovias, outros, armazéns e estradas, têm incentivado o desmatamento. Cerca de 85% do desmatamento ocorre a cinquenta quilômetros de alguma estrada. Segundo o estudo do ISA (2005), a soja é o grão que emprega menos trabalhadores por área.

As questões relacionadas a soja ainda geram muita polêmica, sobretudo, no avanço do sul da Amazônia, devido as duas diferentes explicações, sendo assim, na

visão de Becker (2004b), existem necessidades que devem ser colocadas em praticas para o ordenamento do avanço dessa atividade no sul do Pará diante da BR – 163.

Outra frente de avanço observada, está relacionada a BR-319, a denominada rodovia Federal Manaus – Porto Velho, que ainda necessita de asfaltamento em vários trechos a reivivicação desse grande corredor, girando em torno de embates em função da existência de um grande mosaico de área florestais de preservação e dos povos indígenas encontrados em sua constituição. A existência de migrantes, fazendeiros, projetos de assentamentos, caracterizam essa subregião de forma particular e também ocasionam os maiores conflitos existentes pela posse do território no Estado do Amazonas.

Além da BR, observa-se a presença cada vez mais constante no dinamismo da hidrovia Madeira – Amazonas, aliás, dentro da concepção travassiana, ela já apareceria de forma estratégica para o escoamento da produção boliviana e ao mesmo tempo na capturação desse país para o sistema amazônico e atlântico. Na realidade, uma nova parte da Amazônia, que passa a ser integrada com as dinâmicas do Mato Grosso e Rondônia, apresenta uma paisagem cultural nítida diante de alguns municípios amazonense, diferenciando das demais realidades do estado a começar pela existência de uma grande migração de “sulinos”.

A subregião representa um segmento importante dentro do contexto do novo dinamismo do sistema geográfico, sendo de forma, cada vez mais integradas, exigindo uma atenção especial em função de sua própria caracterização diante da teoria do sistema geográfico. Ela sempre foi fundamental na integração com restante do sistema, e hoje não deixa de ser menos importante em função dos fluxos que a constituem, portanto, é imprescindível o asfaltamento total da BR – 319 que deve ser equacionada diante da preocupação com as questões ecológicas e sociais.

Outro ramo surge também com Manaus, o entroncamento das frentes atuais é em direção a Amazônia mais setentrional, onde se estabelece o EIDs Manaus – Caribe, ou seja, a artéria desse grande território é a BR – 174, uma área de ação nova dos Estados brasileiros que é composta por um grande mosaico geográfico, onde encontramos pequenos produtores, indígenas, mineiros e assim por diante, que devem ser levados em consideração em sua política territorial. Esse grande território, como já dito, serve de acesso aos sistemas geográficos importantes, onde

a atuação e preocupação brasileira se faz presente, pois, o sistema caribenho e do pacífico abrem um leque de possibilidades aos Andes e a sistema Orenoco.

Travassos (1935) já demonstrava preocupação com esse subsistema e suas possíveis repercussões no sistema amazônico. Ideia que foi levada adiante por todos os demais geopolíticos que o sucederam, e atualmente aparece como uma área de interesse estratégico para a projeção da geopolítica atual brasileira, diante de seu projeto de potência. Outra grande incógnita colocado por Théry (2005) ao analisar o quadro amazônico, corresponde a parte mais ocidental da Amazônia, onde se mantém intacta em sua visão, entretanto, ao tratamos dos EIDs vimos que ela parte integrante do corredor Amazonas.

Entretanto, apesar de fazer parte das políticas territoriais estabelecidas pela nova moderna geopolítica brasileira, ainda continua a margem dos projetos estratégicos em sua grande parte, pensamos que o *Heartland* passou a deixar de ser um território, no primeiro momento, passando da Bolívia para a Amazônia durante a passagem do Século XX e início do Século XXI, mas observamos outro fato deixados aqui em um novo leque de discussão a futuras pesquisas que esse *Heartland* passou de uma grande extensão territorial voltando para um primeiro germe da teoria mackinderiana como uma área pivô essa mais reduzida e não menos estratégica e ao mesmo tempo problemática em função de sua constituição conturbada ela passa a ser o coração da Amazônia onde seu processo de incorporação ainda não foi feita e diferentes forças antagônicas se fazem presente.

Na constituição dos sistemas, muitos atribuem a Friedrich Ratzel o viés determinante em sua análise. Ratzel é ainda colocado por muitos, como pai de determinismo. Ao estudar o pensamento geográfico, iremos observar que suas teorias eram baseadas numa análise diante da perspectiva do Estado, fato que não deve ser atribuído ao caráter autoritário do geógrafo. O contexto, como já observado, vivido por Ratzel conforme Moraes (2003) estabelece e o liga a essa necessidade, ou seja, a uma realidade do Estado alemão. Portanto, diante desse fato, já de início podemos entender que sua análise não estava voltada a um determinismo estreito, como muitos associava, e sim, as preocupações políticas. Anterior a Ratzel, a Geografia Política era um conjunto de informações que estava diretamente ligado a muitos fatos, e estes eram somente apresentados de forma descritiva.

Cabe a Ratzel reunir todos esses conhecimentos adquiridos e ao mesmo tempo sistematizá-los, dando uma conotação política aos mesmos. Na teoria ratzeliana não interessa o recurso em si existente no território o que interessa na realidade é como ele é usado e potencializado e somente o Estado pode fazer esse recurso virar energia. Estado e território para o geógrafo alemão, seriam partes integrante de um único fenômeno político, pois um não existe sem outro.

Ao referir-se da importância do Estado em sua concepção essa será a única forma de organização social possível, sendo assim, temos adiante a importância do solo que ditará o seu desenvolvimento, mas uma vez veremos que essa associação de utilização dos recursos existentes no território não foi feita de maneira unilateral (puro determinismo estreito) quando observamos que o solo estabelecerá o sucesso ou não Estado e ao mesmo tempo a força que ele dará a esse recurso como também o papel de sua população, ou seja, na somatória entre solo e população, sendo assim, exploração e utilização dos recursos existentes dará o desenvolvimento do Estado sua expansão ou mesmo contração que ele denomina espaço vital.

Para Friedrich Ratzel a partir do momento que um grupo social se une para proteger seu território, tem início o Estado e, para ele, entende – se por território o espaço em que este grupo [...]. A proteção e manutenção do território é algo primordial para o bem do Estado, e para tal é necessário conhecer o território, suas características físicas, como recursos naturais e aspectos sociais. A geografia, como estudo do espaço, é algo fundamental para manutenção territorial, tanto para expansão como para proteção (RAMOS; ALVES, 2014, 1529-1530)

Outro aspecto que deve ser comentado é a respeito de como Ratzel concebia o Estado através de um naturalismo darwinianista, ou seja, acreditando em sua evolução como se tivesse vida própria. Ainda no contexto das aspirações voltadas para a análise do Estado, observamos que seu desenvolvimento estava diretamente ligada a questão do expansionismo em função do mesmo ter nascido de forma tardia e isso era implicado diretamente na perda da partilha territorial, ou seja, na quase não existência de colônias comparada aos demais estados europeus, o que vai afetar à todo o quadro da Europa com o surgimento de forças existentes e com o fortalecimento do estado alemão e suas pretensões que se voltaram para a própria Europa.

Algumas questões ou premissas faziam parte de suas preocupações no que diz respeito a coesão territorial, a neutralização do regionalismo para não levar a fragmentação territorial, processo de circulação territorial, fronteiras e a própria existente de recursos no território, como a configuração dos continentes. Estes elementos como os outros, serviram de base para compreender o Estado e suas necessidades, que estavam diretamente ligados a sua vida ou morte.

Miyamoto (1995) ao estudar o pensamento geopolítico no Brasil, observa que as influências ratzelianas estão presentes em Travassos (1935), então podemos observar que, na teoria travassiana ao descrever os fatores naturais que compõem o território, ele estabelece que os elementos são determináveis e determinantes, ou seja, o que queremos colocar é que os recursos existentes na base da constituição dos territórios, podem ser relativizados de acordo com o “peso,” que é atribuído sua potencialização diante das necessidades dos atores (os Estados) que podem definir as geopolíticas territoriais de cada um desses entes. Sendo assim, ele reconhece o papel positivo e ao mesmo tempo negativo de certas configurações que mudam com o tempo, de acordo, com que cada recurso é potencializado, como ocorreu em seu contexto no caso do Triângulo Boliviano que foi denominado de *Heartland*. A mudança dessa região ou de seu deslocamento em anos posteriores para o sistema amazônico, foi em virtude de outra constituição histórica e está diretamente ligada aos fatores naturais que foram valorizados.

O Estado na teoria travassiana é pré-estabelecido antes de sua constituição, sendo assim, antes de sua fundação dentro de um contexto, singular formado por dois grandes sistemas geográficos, o que alíás, é uma concepção vista e entendida bem antes dele, e tem origem no processo de colonização do país, onde temos o mito da Ilha Brasil, um território pré-estabelecido pelas próprias condições naturais. Por isso, Travassos (1935) atribui a importância do bom funcionamento dos fatores que implica diretamente na existência ou no fim do Estado.

No contexto vivido pelo Estado brasileiro, as disputas em torno do continente sul-americano, eram estabelecidas com a Argentina no seu surgimento e constituição como proto-Estado. O império brasileiro tentou neutralizar a Argentina e até mesmo aniquilá-la como Estado Magnoli (2003) promovendo todo tipo de forças por que via o futuro Estado como um problema sério a Brasil perante seus interesses no sistema geográfico do prata.

Na realidade a análise voltada para Estado é constituída pela própria tradição de formação social do país, que tem sua origem no período colonial onde o Estado passa a ser criador da sociedade e não o inverso. O Expansionismo em Travassos (1935) e dado por alguns elementos chaves por ele naturalizado, ou seja, que fazia parte da constituição do próprio território. Como já apontamos, ele não foi o único a conceber dessa forma o Estado baseado na existência dos recursos, o consul catalão Malagrida (1946) diante do ponto de vista da Espanha, desenvolveu a mesma ideia baseado-se na errônea divisão do continente, o que trazia em sua visão sérios problemas para o conjunto de países de origem espanhola necessitando uma nova redivisão territorial e supressão de alguns estados existentes.

Os problemas relacionados aos estados existentes estavam diretamente ligados aos sistemas geográficos que abrange vastas áreas, e que abrigam inúmeros recursos territoriais, suas caracterização como sistema é definida pelo seu funcionamento e posição política que cada estado vai estabelecer ao longo do tempo. Travassos (1935) conseguiu observar esse elemento de manobrar fundamental para construção do país daí pensar que sua existência ou domínio poderia levar o fim do país. Diante desse quadro ainda era estabelecido uma disputa geopolítica de interesses por dois principais sistemas travadas pela Brasil e Argentina que não deixava de ser a tentativa de aniquilamento de um ou de outro e ao mesmo tempo sua neutralização. Travassos (1942, p. 43) coloca como o instinto geográfico foi fundamental na formação territorial esteve ligado pelas condições geográficas do país:

Na apreciação desses fatos, essencialmente humanos porque de ordem psíquica, verifica-se a eclosão de uma sorte de *instinto geográfico*, qualquer coisa assim como a força de um verdadeiro *ancestralismo telúrico* do qual, como que resulta a definição por assim dizer espontânea, das linhas *naturais de circulação*.

Ratzel baseava-se em uma teoria do espaço vital que era essencial para o desenvolvimento da Alemanha ou de qualquer outro país, fato também presente em Travassos (1942) quando observamos a importância da constituição dos sistemas e sua relação direta com os países que constitui o continente da América do Sul. Ao mesmo tempo o instinto geográfico, como era por ele estabelecido, teve seu papel no adentramento do território somado aos conjuntos de condições naturais que só

impulsinavam o desbravamento territorial, a esse respeito Moraes (2003, p. 5-6) coloca da seguinte forma essa ideal:

Enfim, o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. Nesse sentido, a designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão. Por essa característica, é possível estabelecer paralelos entre o papel desempenhado pela idéia de sertão na formação brasileira e o uso similar da noção de “deserto” na história da Argentina. No mesmo plano conceitual, mas mais distante de conteúdo em função de seu componente democrático (não presente nos conceitos anteriores), estaria a “fronteira” – tal como analisada por Turner – na colonização dos Estados Unidos. Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas e campos. Um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço.

Esse instinto geográfico, também estabelecido por Ratzel e demonstrado por Travassos (1935) em vários momentos da história, e na incorporação de grandes áreas territoriais, ao mesmo tempo que Moraes (2003) estabelece uma relação também direta com a conquista do Oeste americano e fazendo uma comparação ao Oeste brasileiro, onde o denominado sertão, é caracterizado como uma área a ser desbravada e amassada pelo homem, algo natural em toda formação histórica dos Estados.

Outros aspectos também seriam parte das preocupações de Travassos (1935), já que ele é um homem de preocupações com Estado, e a posse de seu território e a preocupação de tornar esse elemento como hegemônico diante da disputa estabelecida entre os demais Estados. Em suas preocupações deparamos com a questão da coesão territorial, ou seja, a preservação do território que era estabelecida pelo jogo de forças existentes da composição de dois grandes sistemas geográficos, o amazônico e o platino. Travassos (1935) reconhecia a importância dos demais sistemas na composição do país como a área de soldadura da costa leste brasileira, entretanto, o destino da integração era dada por esses dois grandes elementos geográficos.

A coesão era algo preocupante diante desse seu processo de teorização, daí a necessidade de manter a ligação entre os dois sistemas através da ação do Estado, pela potencialização dos recursos existentes e implantado. Aqui nos

referimos a produção de proteses territoriais, no caso argentino, que deu vantagem a esse país no sistema do Prata, devido a construção de sua grande ferrovia em direção a bolivia, sendo necessário esses ajustes para promover a integração do país e não deixar o adentrar forças externas que podiam ser desagregadoras, provocando a fragmentação territorial.

Ao mesmo tempo que se preocupava com o processo de coesão territorial, não concebia a possibilidade regionalismo, pois sua visão era única, portanto, não existindo uma diferenciação do Brasil do Prata e do Amazonas, o sentido ou estinto geográfico seria parte dessa ideia, já que ele foi a causa de incorporação de novas áreas territoriais para o país, sendo assim, essa “alma,” geográfica era parte integrante do povo brasileiro, daí o sentimento de pertencer a uma única patria e ao um grande território.

A circulação territorial sem dúvida era fundamental, e em sua concepção Travassos (1942), era uma forma de neutralizar e ao mesmo tempo de potencializar a coesão territorial. O equilíbrio de várias forças existentes, como visto, no caso da forças terrestre e marítima, eram sentidas em todo território em função da própria formação do país, como pela presença forte do grande sistema externo composto pelo Atlântico, portanto, a necessidade de equilíbrio entre ambas as forças ocorrerá pela processo de circulação amenização dos dualismo interno e o externo seriam amenizadas por esse processo.

As fronteiras e configuração e continental deviam ser estabelecidas pela formação dos sistemas geográficos, fato que não foi levado em conta na formação dos países que deu origem a inumeras disputas, sendo assim necessária, uma ação externa em outros países, como a Bolívia, para manter a própria manutenção do país, diante das pretensões externas.

A Amazônia dentro dessa concepção e influência na teoria travassiana é representada como área agregadora, entretanto, sua grande quantidade de recursos existentes e sua grande extensão territorial que abarca grande parte do sistema geográfico, é decisivo nas pretensões do jogo geopolítico interno e externo do país. A potencialização desses recursos como o poder de reação do rio Madeira e da constituição ferrovia Madeira Mamoré, são bons exemplos para essa estratégia que vai ser adotada ao longo do tempo.

Travassos (1935) foi o primeiro geopolítico moderno a compreender que a região não é constituída por um obstáculo e sim uma solução que poderia equilibrar

as forças existentes opostas no país. A respeito do novo significado que vimos referente ao longo do tempo na Amazônia, Becker (2004b, p. 12) coloca a seguinte ideia:

A natureza foi então reavaliada e revalorizada a partir de duas lógicas muito diferentes, mas que convergem para o mesmo projeto de preservação da Amazônia. A primeira lógica é a civilizatória ou cultural, que possui uma preocupação legítima com a natureza pela questão da vida, o que dá origem aos movimentos ambientalistas. A outra lógica é a da acumulação, que vê a natureza como recurso escasso e como reserva de valor para a realização de capital futuro, fundamentalmente no que tange ao uso da biodiversidade condicionada ao avanço da tecnologia. Outro recurso de que pouco se fala, mas que já é fundamental, é a água como fonte de vida e de energia em razão dos isótopos de hidrogênio, questão teórica ainda não solucionada, mas que vem sendo pesquisada em muitos países, especialmente na Alemanha e nos EUA.

A primeira seria uma lógica civilizatória, onde os recursos naturais estariam diretamente ligados a preservação em função da própria manutenção do planeta, ao mesmo tempo tem uma imagem sacra, que tem como ícone a floresta. Anterior a essa lógica predomina a seguinte ideia, a de que a floresta seria um obstáculo para o desenvolvimento da região, sendo necessário sua derrubada, algo que foi incentivado com o processo de incorporação da região.

As grandes rodovias vão nesse sentido, de estimular claro a exploração do recurso, mas ao mesmo tempo promover o processo de desmatamento, como também, esse fato ocorreria no processo de colonização, estímulo de imigrantes para a região em torno dos interesses nacionais, ou seja, a única forma de integrar a região passa pelo desmatamento e utilização de recursos muitas vezes concebidas no início de forma infinita. Esse paradigma que foi superado em função da compreensão do mundo, é único, e a Amazônia é uma parte dele, diga-se de passagem, importante para a própria manutenção do planeta, quando se pensa por exemplo, nas condições climáticas do planeta, como coloca Soares Filho et al. (2005, p. 138):

Essas grandes mudanças na cobertura florestal têm importantes implicações quanto à perda de biodiversidade e outros serviços ambientais, emissão de gases que contribuem para o efeito estufa e à prosperidade da sociedade da Amazônia a longo prazo. Nessa perspectiva, um importante desafio para a comunidade científica consiste em simular os efeitos da infra-estrutura de transporte nos padrões regionais de mudanças de uso e cobertura do solo. A avaliação dos impactos indiretos dessas mudanças é de particular interesse tanto para planejadores regionais como para cientistas que estudam as mudanças climáticas. O desenho de uma estratégia de conservação para a floresta Amazônica dependerá do rápido avanço na nossa compreensão das conexões da

floresta com seus ecossistemas nativos e vida silvestre, clima regional, em conjunto com a economia e bem-estar da sociedade local.

O que vemos na realidade é o relacionamento do qual estado tinha com a região em termos de concepção de desenvolvimento e integração na concepção travassiana esses dois elementos eram presentes, entretanto, como já apontada, a necessidade de ajustes no sistema também se fazia presente, como a construção de proteções territoriais. O estado passa a ser o principal condutor da ótica desenvolvimentista onde podemos colocar, de acordo com Becker (2005) o fator cultural ligado ao processo de desenvolvimento da civilização e seu avanço.

O desenvolvimento dessa lógica baseia-se em grandes projetos essenciais para a região, em virtude ainda de serem os vetores de desenvolvimento que fazem parte da integração do país, entretanto, não podemos esquecer o caráter geopolítico que a região seria constituída e o estado brasileiro teria isso como essência dentro de seu processo de integração e desenvolvimento da região.

Pensar a Amazônia, requer pensar no seu caráter geopolítico e automaticamente no Estado brasileiro, apesar da recusa observada em determinado momento, onde tínhamos a nova caracterização do Estado e ao mesmo tempo, em que ele devia deixar seus projetos de cunho geopolíticos voltados para iniciativa privada ou para iniciativas sociais, como no caso das Organizações não governamentais (ONGs) ou seja um dos problemas imbróglios atuais da região está justamente em equacionar os problemas relacionados às estratégias adotadas para a região

Essa dicotomia entre desenvolvimentismo e ambientalismo já repercute em todas as políticas territoriais brasileiras, reverberando inclusive no contexto sul-americano. O diagnóstico de que a extensificação do Mercosul para o restante da América do Sul esbarra exatamente na inadequação/falta de infraestrutura física para dar suporte à integração regional é inteiramente correto. A Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) foi pensada exatamente para pensar estrategicamente as redes regionais de transporte, entretanto, a integração da Amazônia Sul-Americana representa o elo geográfico mais débil (ALBUQUERQUE, 2013a, p. 957)

Travassos (1935), assim como, Ratzel apud Moraes (1981), reconhecem a importância do Estado. Na Amazônia o Estado sempre esteve presente de forma mais robusta do que nas demais regiões, pela sua própria formação histórica e agora pelo seu novo papel geoestratégico, que estabelece novos olhares diante da

Amazônia e seus recursos existentes. A cobiça internacional não é apenas mera ideologia, ela sempre existiu através de projetos pensando para a Amazônia de outras potências internacionais, como também, pelo atual processo de revalorização da região diante o mundo.

Ratzel apud Moraes (1981) colocava a importância dos recursos para qualquer tipo de formação territorial, sendo fundamental para a Amazônia é ainda estabelecida dentro de seu processo de formação territorial um *espaço vital*, para Travassos (1935) resultando numa reserva de manobra para uma futura exploração essa vista de forma diferenciada pelos diversos tipos de atores territoriais nela existentes.

Diante de uma concepção ainda pensada, por Travassos (1935) e Ratzel apud Moraes (1981), algumas questões desses dois teóricos ainda são latentes nas políticas atuais voltadas para a Amazônia como uma delas o processo de coesão territorial potencializada pelo mosaico de atores existentes na região, o que na visão de muitos nacionalista pode levar a uma perda territorial hipótese não descartada e fantasiosa a ser analisada por Becker (2004a) quando trata das questões indígenas existentes na Amazônia entre limites de ambos Estados nacionais.

A existência de outras forças de atuações, como as organizações não governamentais (ONGs), questões relacionadas ao narcotráfico, Força Revolucionária da Colômbia (FARC), são questões concretas que aparecem na Amazônia e que atingem de forma direta, somadas com o processo de instalação existente real de bases norte-americanas ao longe da região que chama a atenção do governo brasileiro.

As fronteiras, portanto, passam a ser fundamentais nas políticas territoriais voltadas para o grande sistema, já que representam o núcleo do Estado nacional, sendo a parte dele mais sensível. Sendo assim, estabelece uma importância fundamental de uma política territorial específica, e ela ainda estão voltada como zonas prioritárias para o cenário atual de projeção do país. A melhor caracterização baseada na análise travassiana, seja os eixos de integração e de desenvolvimento. Portanto, pensamentos que os pressupostos ratzelianos estão presentes na teoria e política voltada para a Amazônia em função da própria caracterização da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da Geografia Política Moderna baseou-se na análise política do espaço, tendo como ponto central o Estado, não sendo um objeto escolhido aleatoriamente, mas foi em função da constituição de todo um contexto do qual estava envolvido o Estado alemão, berço da Geografia Moderna. Friedrich Ratzel seria seu principal expoente, cabendo a ele, sistematizar esse subramo da Geografia e voltá-lo para uma análise realmente política dos fenômenos que até então, não existia e ficava restrita a um conjunto de descrições especiais constituindo na realidade uma grande enciclopédia sobre os lugares.

No que se refere aos fatores naturais, os mesmos são interpretados como algo importante a ação e configuração do Estado, dentro da concepção da Moderna Geografia Política, entre eles podemos citar: a preocupação com a localização, extensão, formato, constituição das bacias hidrográficas, fronteiras, comunicação entre outros que serviram como elementos constituidores das análises geográficas que ultrapassaram o seu contexto e estão presentes nos dias atuais.

O legado ratzeliano é enorme e ainda vigente dentro da análise espacial ainda existente. As críticas referentes as interpretações ratzelianas são inúmeras, fato esse relacionado a uma interpretação errônea de sua obra e ao mesmo tempo em função da radicalização de suas idéias por vários discípulos. Nesse contexto, teremos como resultado no Século XX, o surgimento da Geopolítica como o jurista Rudolf Kjellén que tinha em mente idéias germafólicas constituiu esse novo ramo de conhecimento.

De acordo com Kjellén, a geopolítica se apresenta como uma corrente dedicada ao estudo da dominação dos territórios, sobretudo tratando da relação entre Estado e Espaço geográfico, muitas vezes desenvolvendo teorias que legitimavam o imperialismo. Dentro das teorias clássicas geopolíticas pensadas dentro dessa perspectiva, apesar de ter usado muitas vezes esse denominação, temos a Teoria do Poder Marítimo do Almirante Alfred Thayer Mahan que via um grande potencial nos mares sobre viés norte-americano, como forma de poder estratégico importante para as pretensões hegemônicas dos Estados Unidos. Esse fato esse foi verificado no desenrolar do tempo no Século XX, visto pela teoria Rimland contrapondo-se a teoria do *Heartland* que teve como arquiteto o geógrafo inglês Halford J. Mackinder, ou seja, a teoria do Poder Terrestre.

Todas essas teorias baseavam-se do ponto de vista do Estado, como estratégias geopolítica para expansão e contenção dos Estados inimigos. No desenrolar dos fatos, temos o surgimento e ascensão novamente das pretensões da Alemanha e seu antigo sonho de torna-se uma potência imperialista. Um dos projetos utilizados foi à utilização da geopolítica e sua popularização através do general Karl Ernst Haushofer. O objetivo era criar uma estratégia para o Estado alemão, tendo em vista suas necessidades territoriais e expansionistas que se voltavam para a própria Europa no primeiro momento. Seu uso discriminado pelas ações nazistas do Estado alemão, traria inúmeras consequências, como sua rejeição pela grande parte da academia, entretanto, sua popularização seria ultrapassar os limites de sua origem, chegando a ser adotadas em vários países pela via militar.

No Brasil, como nos demais países, seria feito uma diferenciação por muitos teóricos entre a Geografia Política e a Geopolítica, sendo a primeira considerada pseudociência, a diferenciação na realidade ocorreu com seu surgimento pelos seus idealizadores, onde colocam como uma área dinâmica e instrumental a serviço dos objetivos do Estado. Sendo assim, todo legado geopolítico moderno ou grande parte dele, seria feito e pensado pelos militares ou por pessoas próximos a eles. No entanto, alguns geógrafos iriam fazer parte também desse processo estabelecendo uma relação entre a mesma.

Um Estado com viés autoritário, assim diriam os críticos, voltando-se contra suas ações geopolíticas. A crítica estabelecida a esse modelo é feita com o aparecimento de novos atores sintagmáticos, diante de uma nova concepção de mundo. Muito se tem em si essa imagem em função das pretensões colocadas e praticada pela Alemanha, no entanto, observamos que as ações dos Estados fazem parte desse cenário e que são partes constituintes da arena mundo. Portanto, devemos pensar em geopolíticas observadas por muitos, não apenas como tática dos Estados somadas a outros atores territoriais.

O Estado, ainda dentro do jogo de forças, passa ser um ator importante na busca de seus interesses e ao mesmo tempo mesclando esses atores dando origem a constituição desses novos poderes, que muitas vezes ultrapassam as fronteiras nacionais e buscam atender somente seus interesses alienantes. Por isso, ainda destacamos a importância da compreensão desses elementos para o entendimento de uma leitura territorial, esse ponto de vista e análise é rechaçado

por muitos em nome de uma Nova Ordem mundial ligada, sobretudo, ao processo de globalização, no entanto, esquecem que esse processo é promovido ainda por essas entidades, apesar de terem perdido algumas funções e terem ganhado outras. Os processos geopolíticos são entendidos como ações voltadas para o interesse dos Estados dentro e fora de seu território, estabelecendo um campo de força e de luta constante e ainda existente, mesmo nos famigerados mercados que se constituem uma grande quantidade de países.

É ingenuidade pensarmos que o papel do Estado é nulo, pois no momento atual, podemos cair em uma análise naturalista e despolitizada dos fatos, algo que à geografia como ciência, fez durante muito tempo, desde o surgimento da Escola Geografia Francesa e sua dominação no início da constituição da geografia em vários países, entre eles o Brasil. Daí aversão a Geopolítica e descaso com a própria Geografia Política. Não estamos aqui colocando que o Estado deve ser o ponto central desse subramo, mas que não deve ser subestimando nas análises espaciais.

Temos nesse nova conjuntura o novo desenvolvimento de forças que passou a ser parte constituinte do temário da Geografia Política Contemporânea, que abre um novo leque de estudos, que vão além do Estado e que permeou boa parte da obra dessa disciplina ao longo do tempo, fundada em 1897 Ratzel com sua obra a “Geografia Política”. No entanto, como ressaltamos que o Estado ainda passa ser um importante ator sintagmatico dentro do processo de construção e produção do espaço geografico.

Ganhando novos contornos, ressusitando e dando uma nova roupagem a seu repertório, o Estado passa a ser um elemento estruturante do sistema-mundo atual, sendo necessário, sua compreensão e análises de suas ações e das forças que muitas vezes convergente e discovergente dele, dentro do contexto geográfico atual. Nesse sentido, diversas são as publicações e aumento delas em todo país em torno de temas ligados a Geografia Política, dentre eles, a geopolítica que passa a ser redescoberta novamente pela geografia.

Na busca dessa compreensão, temos a retomada das políticas territorias nos de 1990 que tomam novamente o vies geopolítico como parte importante da construção atual do país dentro da inserção mundial e de suas pretenções, sendo assim, o projeto geopolítico vai ser fundamental para a aspiração do país tornar-se um dos novos pólos mundiais de poder. Portanto, a necessidade de seus

mecanismos territoriais se farão presentes pensado de forma conjunta, tendo assim a América do Sul como sua base de projeção externa.

As teorias travassianas trariam a luz essa nova estratégia em função de ter aberto caminho em uma análise posterior da compreensão do Estado brasileiro, através da sua teoria denominada de “Sistemas Geográficos”, sendo um conjunto de condições existentes e produzidos no território, que devem ter como parte integrante a ação do Estado na produção dos estímulos geográficos.

A obra travassiana de 1935 nos remete a essa importância de descobrir que o dualismo visto por esse teórico era baseado pelos estímulos geográficos dados pelos Estados existentes, no entanto, sabemos que existem outros autores sintomáticos que também tem essa capacidade de produzir e trazer o território para seu próprio interesse. Mas, quando pensamos em escala macro e ao mesmo tempo dos interesses da realidade geográfica horizontal, automaticamente nos remetemos ao Estado, daí sua importância ainda no processo de produção do espaço em território.

Travassos não errou ao analisar os sistemas geográficos de diante de uma concepção baseada no antagonismo e ao mesmo tempo ele compreendia que esses sistemas na realidade se entrelaçavam, sendo portanto, fundamental a estratégia utilizada pelo Estado em suas políticas territoriais. Ao se referir a esses fatos geográficos, identifica a existência de sistemas externos composto pelo Atlântico e Pacífico e interno composto por duas grandes áreas onde se localizam as bacias hidrográficas do Prata e Amazonas.

As disputas existentes nos de 1920 a 1930 entre Argentina e Brasil, representam um jogo de força dentro desse contexto, pelo controle dos sistemas geográficos na busca de uma hegemonia dentro do continente, era evidente a presença argentina dentro do sistema do Prata e suas pretensões diante do aumento de sua influência por todo o continente. O foco central nesse sentido, devido ao contexto vivido dessas ações, direcionaram-se para o Triângulo Boliviano em função de ser uma área decisiva no estabelecimento de conjunto, de forças e para onde as mesmas convergiam, ou seja, sendo uma área onde ocorria o encontro de forças dos sistemas geográficos.

A rede ferroviária argentina buscava essa supremacia com a constituição de um novo vetor de forças, que tinha como objetivo, fortalecer o sistema do Prata e ao

mesmo tempo potencializar as forças do sistema do Pacífico Sul em direção a Amazônia e a mesma seria captada para órbita argentina.

Somente uma análise profundada do continente e do país poderiam dar essa noção a Travassos, sendo assim, era necessário de imediato algumas medidas para o Brasil contra essas pretensões, que eram na realidade, problemáticas até mesmo para a manutenção de sua coesão territorial. Daí a necessidade de reação do sistema geográfico amazônico, sendo uma estratégia colocado por Travassos. Entretanto, esse não é algo estranho em função da própria existência de boa parte desse espaço estar dentro do país, o que poderia levar a uma estratégia territorial fundamental, como a captação do sistemas do Prata e do próprio sistema do pacífico.

A Amazônia passa a ser compreendida por Travassos, não como um problema do país, mas uma solução para o equilíbrio de forças, que seria complementada com a força externa do sistema Atlântico. Somente a Amazônia teria a capacidade de fazer convergir esses dois sistema antagônicos externos, fato esse colocado por esse geopolítico ao retrata a transposição dos Andes pelas aberturas andinas, em que a própria constituição de sistema permite.

Passado quase oito anos desse análise, observamos como já a retomada das políticas territoriais nos anos de 1990 pelos governos neoliberais instalados no país, aqui nos referimos ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso onde o mesmo pensava o país e a América do Sul como grande corredor de exportação de grãos brasileiro. Cria-se para objetivar esse processo de escoamento de grandes áreas territoriais que cortam o país, os chamados corredores transnacionais, que na realidade estão assentados dentro de uma perspectiva geopolítica correlacionada com a visão travassiana, os mesmos percursos são observados dentro desse projeto.

Passada a onda neoliberal do país e a chegada dos governos desenvolvimentista, que focam com maior intensidade as pretensões geopolíticas do Estado, não centrando-se apenas nas atividades geoeconômicas, mas mesclando a mesmas. Os grandes corredores passam a ser denominados grandes territórios, o que já eram na realidade, passando a ser parte das projeções do país no continente como plataforma de projeção.

A Amazônia nesse sentido passa a ser uma área fundamental na constituição desses grandes territórios em função de sua localização, histórico e ao

mesmo tempo, diante da existência do sistema geográfico amazônico que como observado por Travassos (1935), serve de ligação com diferentes sistemas dentro do subcontinente sul-americano. As políticas atuais, na retomada do planejamento territorial, levaram em consideração esses pressupostos na constituição dos denominados grandes corredores.

O Programa Avança Brasil nos anos de 1990 constitui grandes recortes territoriais de norte a sul do país, tendo como preocupação o escoamento da produção brasileiro de grãos e competitividade desses produtos no mercado internacional. O esgotamento do modelo dos governos neoliberais e sua substituição pelos governos desenvolvimentista, dão uma nova conotação a esses grandes territórios.

Eles passam a servir, ainda, como grandes territórios nacionais, mas ao mesmo tempo, servem para as ambições geopolíticas do país, não apenas como corredores de exportações, mas como eixos de integração e desenvolvimento que priorizam o conjunto do país e ao mesmo tempo a projeção do país. A Amazônia é área que abriga a maioria dos corredores de exportações em função de alguns elementos de sua própria localização, sendo um elo importante para entrada de muitos sistemas geográficos e ao mesmo tempo era prioritária em função da busca do Brasil em direção ao Pacífico e ao mar Caribenho.

Travassos em sua proposta de análise do território brasileiro, faz algumas reflexões importantes que servem para se entender algumas ações geopolíticas atuais ao observar que existe uma vulnerabilidade na área mais setentrional do sistema Amazônico, em função das possíveis influências norte-americanas, sendo necessário medidas pelo Estado brasileiro de contenção e ao mesmo tempo demonstra a possibilidade da transposição da Cordilheira dos Andes e as possíveis conexões com o Pacífico, ligando o sistema Amazônico a essa grande vertente, servindo portanto, de ligação entre os dois sistemas amazônicos. Essas práticas são observadas ao analisar a constituição dos grandes eixos de integração e sua localização.

Sem dúvida um dos eixos estratégicos nessa concepção é o denominado Manaus – Caribe, onde passa a ter como ponto central e estratégico de radiação à cidade de Manaus e a rodovia Federal BR 174 (Manaus – Boa Vista), passando a ser sua principal vertebra, direcionando as ações brasileiras ao sistema caribenho. Abrindo, dessa forma, espaço para o sistema do Madela, ou seja, sua posição

captação e assim satelização do sul venezuelano e ao mesmo tempo do sistema amazônico venezuelano, tem-se, ainda, abertura para as Guianas na parte oriental através do sistema terrestre. Na parte mais ocidental, onde o grande indutor é rio Solimões/Amazonas que tem como centro as cidades de Tefé no médio Solimões e Tabatinga no Alto Solimões, na ponta do sistema radiando em direção a Amazônia peruana e colombiana.

O que notamos é que a teoria dos sistemas geográfico, baseadas nas idéias travassianas, ainda devem ser consideradas como existentes e servem de base para as políticas territoriais atuais. A Amazônia ainda passa a ser um sistema geográfico decisivo para pretensões geopolíticas, sendo importante, agora, pensar dentro de um projeto de ascensão internacional. Ao mesmo tempo existe a necessidade de aprofundamento na potencialização dos sistemas geográficos em geral, dada pela ação geopolítica do Estado, como por exemplo, no grande eixo de integração e desenvolvimento que liga Manaus–Caribe, aumentando suas possibilidades de projeções para o fortalecimento do próprio sistema amazônico como no adentramento de outros.

A busca pelo processo de projeção do país estará caracterizado pelas condições de utilização e de estímulo dos sistemas geográficos da teoria travassiana, sendo necessário atentar-se para isso na constituição dos grandes territorios de desenvolvimento, devendo pensar de que forma serão ligados e integrados, reforçando assim, a teoria dos sistemas geográficos estratégica como instrumentos geopolítico para a Amazônia e o país, resultando no sucesso do Eixo de Integração e Desenvolvimento Manaus–Caribe.

O eixo, mais na parte setentrional, é parte da realidade das aspirações brasileiras em seu projeto e projeção mundial. O sistema amazônica tem seu ponto central nessa subregião, entretanto, já colocamos que existem necessidades de integração dos sistemas, como dos escudos da Guianas, que liga a cidade de Macapá a Boa Vista, dando acesso ao sistema geográfico amazônico. A pretenção e presença do Brasil nas Guianas é parte integrante desse processo, como advertiam alguns geopolíticos, sendo crucial para a constituição do sistema geográfico amazônico e para o fortalecimento do próprio EIDs Manaus-Caribe que é a artéria central desse projeto de projeção e controle do Sistema Amazônico. Nesse sentido, ele representa, na realidade, parte de um triângulo que tem sua vértice na cidade de Manaus diante de seu comando, portanto, temos a formação de um novo

triângulo, agora para a projeção do Brasil no sistema Amazônico, sendo a Vértice de Manaus e de duas outras pontas formadas pelas cidades de Macapá e Boa Vista em direção a Caracas, mais especificamente ao sistema geográfico caribenho que é reforçado pelo Eixo Manaus-Caribe.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. A Geopolítica da Amazônia no Século XXI. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.945-964, 2013a.

ALBUQUERQUE. Edu Silvestre. A Disputa Pelo “Coração das Terras Sul-Americanas” **Contexto e Educação**, n. 28.p. 148-169, Jan/Abr. 2013b.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma Introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

AURELINO Jr. **Composição dos sistemas geográficos na área setentrional ocidental**. Disponível em: < <http://aurelinojr.blogspot.com.br/2011/02/canal-cassiquiare-passagem-estrategica.html>> Acesso em: 20/12/2004.

AZEVEDO, Aroldo de. Geografia a serviço da política. **Boletim Paulista de Geografia**. n.21. p. 42 -68, out..1955.

BACKEUSER. Everardo. Geopolítica e Geografia Política. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 1, p. 21-38, jan/mar. 1942.

BARROS, Jayme de. **A Política Exterior do Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.

BARROS, P.; PADULA, R.; SEVERO, L. A integração Brasil-Venezuela e o eixo Amazônia-Orenoco. **Boletim de economia e política internacional**. IPEA, n. 7, p. 33-41, jul.-set. 2011.

BECKER, Bertha K. Limitações ao Exercício da Soberania na Região Amazônica. In:Ministério da Integração e Desenvolvimento. **Ciclo de Estudos sobre a Amazônia** (org.). Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. Brasília, p. 135- 220, 2004^a.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia **Estudos Avançados**, n.19, p.71 – 86, 2004b.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, n. 19. p. 71-86. 2005.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BECKER, Bertha K. Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, n. 6. p. 29 – 42, jan./jun. 1999.

BECKER, Bertha, STENNER, Cláudio. **Um Futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BECKER, Bertha K. Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 271. 307, 2007.

BINIMELIS, Cecília Quintana. Sobre as Origens da Geopolítica Alemã. **Revista Intellector**, n.5. p. 1 - 20, Julho/Dezembro. 2006.

BRAGA, Sandra Rodrigues. Sentos, Consensos e Dissensos: Itinerários Geopolíticos de Ratzel a Lacoste. **Revista Geopolítica**, v. 2, nº 1, p. 146-163, jan./jun. 2011.

BRASIL COLÔNIA. Tendências no Território Brasileiro e Núcleo de Apoios. 2011. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/arprotasio/brasil-colonial-expansao-e-diversidade-economica>. Acesso em: 02/02/2015.

CADERNOS DE AURELINO SOUZA SANTOS. Disponível em: <http://aurelinojr.blogspot.com.br/2011/02/canal-cassiquiare-passagem-estrategica.html>. Acesso em : 02/02/2015.

CAMARGO, Sonia. Política interna e relações internacionais na Bacia do Prata. In: CARMAGO, Sonia, **Bacia do Prata**. Porto Alegre: Ed.da UFRGS: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1987, p.21-41.

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não latinoamericano. In: CAPELATO, Maria Helena, **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) - A grande transição**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000, p.287-316.

CARVALHO. Carlos Delgado de. Geografia Humana. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1967.

CASTRO Therezinha de. **América do Sul**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/18983157/Therezinha-de-Castro-America-Do-Sul#scribd> Acesso: 20/01/2005.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009.

CASTRO, Renan Fernando de; ALVES, Flamarion Dutra. Élisée Reclus. A Geografia Política a Serviço dos Explorados. **Revista Geonorte**, n. 3, p. 69-80, 2013.

CASTRO, Therezinha de. **O Brasil da Amazônia ao Prata**. Rio de Janeiro: Editora Colégio D. Pedro II, 1983.

CIDADE, Francisco de Paula. Notas de Geografia Militar Sul-americana. **Ministério da Guerra** Vol. XXXIII e XXXIV, 1940.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica** Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins**, n. 7. p. 1-23, 2009.

COSTA, Wanderley Messias da. Políticas Territoriais Brasileiras no Contexto da Integração Sul – Americana. **Revista Território**, n.7, p. 25-41, 1999.

COUTO e SILVA, Golbery. **Conjuntura Política Nacional, Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

COUTO e SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

DAMASCENO, João Pedro Tavares, SILVA JÚNIOR, Luis de Oliveira e, FRANÇA, Matheus Gonçalves. Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Tratado de Cooperação Amazônica. In: **I SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade**, 2011, Goiânia: UFG, p. 1-10, 2011.

DOMINGUES, Mariana Soares, BERMANN, Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente e Sociedade**, n.2, p. 1-22, Mai/Ago. 2012.

EMBRAPA. Áreas existentes na Amazônia. Disponível em: <http://www.alcance.cnpm.embrapa.br/conteudo/resultados.htm>. Acesso em: 02/02/2015.

FILHO, Luis Lopes Diniz. **Fundamentos Epistemológicos da Geografia**. 20ª Ed. Curitiba: Editora IBPEX, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. Amazônia. São Paulo, 22/07/73, p. 4 (Caderno 4).

FOTOS TROPICAIS. **O Canal do Cassiquiare na Venezuela**. Disponível em: < <http://fotostropicais.blogspot.com.br/2007/04/gigantesca-ilha-desconhecida-no-neda.html> > Acesso em: 20/12/2014.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira**: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

GOMES, Cesar da. **Geografia e Modernidade**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

GOTTMAM, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**. n.3. p.1-23, 2012.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HAGE, José Alexandre Altahyde. Mario Travassos e a política brasileira: tensões com a Argentina e preocupações com Imperialismos. **Revista de Geopolítica**, nº 1, p. 98-114, jan/jun. 2013.

HORTA, Célio Augusto da Cunha. Geografia Política e Geopolítica: Velha e Novas Convergências. **Geografia**, n.15. p. 51-69, 2006.

INCAWORDTRAVEL. O Canal do Cassiquiare na Venezuela. Disponível em: www.incaworldtravel.com. Acesso. 02/02/2015.

IIRSA. **Eixo de Integração e Desenvolvimento (EIDs)**. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/>> Acesso em: 20/12/2014.

LACOSTE, Ives. **A geografia**: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus Editora, 2012.

LOSANO, Mario G. A geopolítica, da Alemanha nacional-socialista à América Latina: os casos da Argentina e do Brasil. **Verba Júris**, n.4. p. 9 – 38, jan/dez. 2005.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu Território. **Terra Brasilis**, n.4-5, 2003.

MALAGRIDA, Carlos Badia. **El factor geográfico en la política sudamericana**. 2ª ed. Madri: Instituto Editorial Réus, 1946.

MARMELEJO, Francisco Ruiz. Una Perspectiva Regional. In: FRANCO, Fernando (Org.). **Megaproyectos La amazonia en La encrucijada**. Letícia: Editora Unal, p. 41-60, 2012.

MARTINS, Marcos Antônio Favaro. **Mário Travassos e Carlos Badia Malagrida: dois modelos geopolíticos sobre a América do Sul**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Integração a América Latina), USP, São Paulo – SP – 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Modernidade**: Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

MATTOS, Carlos Meira. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1977.

MATTOS, Carlos Meira. **Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.

MATTOS, Carlos Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1980.

MATTOS, Carlos de Meira. Segurança Nacional: ideologia ou necessidade inerente ao Estado?. **Política e Estratégia**, nº 4, out/ dez. 1987.

MAULL, Otto. **Geografia Política**. Barcelona: Ediciones Omega Casa Nova, 1960.

MELLO, Leonel I. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. A Geopolítica do Poder Terrestre. **Lua Nova**, n.34, p. 55- 191, 1994.

2010. Ministério dos Transportes, Rodovias Existentes e Planejadas na Amazônia. Disponível em: www.transportes.gov.br. Acesso em: 02/02/2015

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia pequena histórica crítica**. 20ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Antonio Carlos Robert Moraes. O Sertão Um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, n. 4 -5, 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia – Pequena História Crítica**. São Paulo, Editora Hucitec: 1981.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política e Sociedade**, n. 12. p. 13-21. 2008.

OLIVEIRA, Francisco. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, n. 7. p.1 - 18 - 1993.

PFRIMER, Matheus de. A relação entre o solo e o Estado - Capítulo I O Estado como organismo ligado ao solo. [p. 59] Friedrich Ratzel. **Geosp – Espaço e Tempo**, n.29. p.51-58. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Fabio Ferreira; ALVES, Flamiron Dutra. O III Reich como Vitrine das Teorias Geopolíticas Clássicas: Os Fundamentos de Ratzel e Haushofer. In: **Simpósio Mineiro de Geografia**, 2014, Alfenas. Anais de resumo. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, p. 1-6, 2014.

RICARDO, Cassiano. **Macha para o Oeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

RODRIGUES, Lysias A. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca Militar, 1947.

ROJO, Alfonso Alem. El desarrollo de la Amazonia, los Megaproyectos y los Derechos de los Pueblos Indígenas de la Amazonia. In: FRANCO, Fernando (Org.). **Megaproyectos La amazonia en La encrucijada**. Letícia: Editora Unal, 2012, p. 77-102.

ROSEIRA. Antônio Marcos. **Nova Ordem Sul-Americana: Reorganização Geopolítica do Espaço Mundial e Projeção Internacional do Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo – SP. 2011.

TERRA BRASILIS. terrabrasilis.revues.org. Disponível em: terrabrasilis.revues.org. Primeira Série - 2000-2007 › 4 – 5. Data de Acesso. 02/02/2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico – científico – informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS. M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, Helder Gordim da. **Argentina e Brasil; a Questão do Chaco Boreal**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SOARES FILHO, Britaldo Silveira; NEPSTAD, Daniel Curtis; CURRAN, Lisa; CERQUEIRA, Gustavo Coutinho; GARCIA, Ricardo Alexandrino; RAMOS, Claudia Azevedo; VOLL, Eliane; MCDONALD, Alice; LEFEBVRE, Paul; SCHLESINGER, Peter; MCGRATH, David. Cenários de desmatamento para a Amazônia. **Estudos Avançados**, n. 59, p. 137-152, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução a Geografia**: Geografia e Ideologia. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

TERRA BRASILIS. **Triângulo boliviano concebido por Travassos, 2003**. Disponível em: < terrabrasilis.revues.org › Primeira Série - 2000-2007> Acessado em: 20/12/2014.

THÉRY. Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no Continente. **Estudos Avançados**, n.19, p. 37-49, 2005.

TRAVASSOS, Mário. **Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª Ed, 1935.

TREVISAN, Leonardo. **O Pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global, 1985.

VESENTINI, José Willian. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo: Editora Ática. 1986.

VESENTINI, José Willian. **Novas Geopolíticas**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto. 2012.

VLACH. Vânia Rubia. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis**, n. 4 - 5, 2003.